J. BARBOSA COLEN

NTRE DUAS REVOLUÇÕES

1848 - 1851

* *

LISBOA
M. GOMES
EDITOR
Livreiro de Suas Majestades
e Altezas
RUA GARRETT (CHIADO) 61
1902

J. BARBOSA COLEN

ENTRE DUAS
REVOLUÇÕES

1848-1851

LISBOA
MANUEL GOMES, EDITOR
Livreiro de Suas Majestades e Altezas
61 — Rua Garrett (Chiado) — 61

1902

Typ. do DIA, Calçada do Cabra, 7 — Lisboa.

II

1849-1851

MINISTERIO CONDE DE THOMAR

LIVRO TERCEIRO

(1849)

CAPITULO I

Costa Cabral — Deputado — Administrador Geral

Quando, em 8 de julho de 1849, Costa Cabal, delegado pela rainha, leu o decreto que encerrava as camaras, o partido cartista resfolegou, alliviado e contente, como um homem que se sentisse desoppresso d'um peso enorme a esmagar-lhe o arcabouço. Emfim! Saldanha que tinha sido escolhido e cortejado n'uma hora afflictiva, que emprestára o prestigio da sua gloriosa espada, que dera o nome como uma garantia de honra n'um periodo de descredito profundo, que só acceitára a chefia com a condição expressa de nortear a politica a inaugurar n'uma benevola transigencia com os contrarios, desapparecia, perdia o direito de referenda, entrava no plano inferior a que sempre o tinham destinado. A ficção da sua supremacia apagava-se, a mascara que o cabralismo puzera no rosto quando era um perigo mostral-o a descoberto, era arremessada para longe, e o pendão, onde se ostentava o escudo que a revolução de 1846 enxovalhára, podia reapparecer,

desenrolado agora altivamente, tremulando na serena confiança do seu triumpho e dos seus destinos immortaes!

Entre os que sorriam para o futuro festejando essa quasi redempção, entre os que punham no clamoroso triumpho as esperanças mais ridentes, um homem havia que não mostrára impaciencia em apressar a hora anciada pelo bando audás, nem se mostrava, agora, perturbado pela embriaguez do poderio desassombrado, afinal, das apparencias de subalternisação. Esse homem era o chefe do bando, era o conde de Thomar. Dir-se-hia que como o Christo, no dia festivo da entrada em Jerusalem, quando lhe juncavam de palmas a estrada e o acclamavam com fervor, tinha a visão da hora do martyrio, que se acercava para breve, na fatalidade irremediavel do destino marcado nas prophecias. Mas como se tivesse, tambem, a mesma religiosa obediencia aos deveres da missão de sacrificio para com os correligionarios que se tinham baptisado na sua egreja, resignou-se a ser trucidado e caminhou para a frente, sem tibieza nem tergiversação!

E' occasião,portanto, de estudar agora, mais detidamente, esse homem notavel, que as paixões exaltadas d'uma epocha de singular effervescencia condemnaram na sua obra de governo, denegriram na sua acção administrativa, enlamearam na honestidade da sua gerencia, abocanharam na aspiração de todos os seus intuitos! Costa Cabral ficou na historia das instituições dominantes como o typo do ministro que junta ás tendencias oppressivas no mando, á imposição abusiva e á violação das garantias liberaes, o mais profundo despreso pelos principios da moral governativa e da honestidade pessoal. Os mais benevolos reconhecem-lhe, apenas, a energia nas deliberações e a decisão no conselho, e ao contra-

pol o, no contraste muitas vezes interesseiro, a outros que geriram, depois, a politica do paiz e a administração da fazenda publica, só timidamente, como quem não quer affrontar os perigos d'um parallelo odioso,—apontam o rigor das luctas que sustentou... para amesquinharem a tibieza dos que se lhe seguiram. E, comtudo, nem os que ainda accusam, com paixão, nem os que defendem, a medo, traduzem a sentença justa a que tem direito o homem que na historia nacional occupa um logar tão saliente, teve intervenção tão preponderante e tão decisiva e que desde muito entrou na serena paz do tumulo,—caminho mysterioso que não só abre para esse paiz distante «d'onde jámais viajante algum voltou», como monologava o enygmatico principe da Dinamarca, mas que, por uma incomprehensivel fatalidade, em briga com os sentimentos generosos, deixa nas recordações humanas mais demorado alento ás paixões dos que odiaram, do que á gratidão dos beneficiados!

Aos 15 annos Costa Cabral entrava na Universidade e aos 20 tinha completado a formatura em direito. Foi durante este periodo que o paiz passou pelos lances tempestuosos de varios incidentes historicos, entre os quaes se destaca a revolução de 24 d'agosto de 1820. Essa aspiração generosa d'um povo, inutilisada pela inepcia de declamadores banaes, postos, pela má fortuna da nação, á frente d'um movimento que não souberam dirigir, foi a primeira impressão politica que fundamente se vincou no espirito do moço bacharel. As occorrencias que seguiram, os episodios que se encadearam na progressiva intensidade do drama que então viveram os homens da epocha, mais e mais cavaram no seu

animo a preoccupação pelos destinos da patria muito amada. Carecendo de recursos para uma existencia liberta de trabalho quotodiano, recorreu ao diploma universitario, procurando com a advocacia furtar-se a essas exigencias iniludiveis. Foi em Celorico da Beira que primeiro abriu banca para as consultas forenses. Mas nem na pequena villa d'esse recanto da Beira, nem em qualquer outro escuso povoado do paiz, podia esquivar-se quem quer que fosse ao estremecimento convulso que os acontecimentos, como se fossem uma potente machina electrica, transmittiam, em correntes irresistiveis, d'um ao outro extremo da nação! De 1820 a 1826 a historia de Portugal é o exemplo frizante de como os destinos dos povos mais teem a soffrer com a gerencia dos pedantes do que com a administração dos corruptos: os cofres esvasiados podem reencher-se com sacrificios momentaneos na economia nacional, mas a descrença nos ideaes, arrasados pelos estultos, mesmo que sejam impulsados por motivos pessoalmente desinteressados e honestos, é uma calamidade irreparavel, d'effeitos persistentes. Viu-se bem, então.

Ao regresso da familia real do Rio de Janeiro, á abolição da Inquisição,—vantagens que os revolucionarios da epocha inscreveram com desvanecimento no balanço dos seus triumphos,—contrapunha se a calamitosa perda do Brazil, seguida da mais lamentavel desordem na administração publica. Como consequencia d'estas calamidades, aflorou e alastrou, rapidamente, o desfalecimento na crença remissora das vantagens da liberdade. D'ahi, d'esse desalento e d'essas desilusões, veio a sahir a reacção a favor do passado. Tornou-se popular o regimen que a revolução destruira; tamanhos foram os males que affligiam o paiz com a direcção dos que pregoavam a nova crença, exemplificando-lhe as virtudes com

successivos erros de governo! A usurpação de D. Miguel, as sedições, a perturbação e empobrecimento nacional, foram os resultados visiveis da revolução de 1820, que ao fim de quasi tres annos, expirava a contento, póde affirmar-se, até da mais remota e insignificante aldeola do paiz! D. Carlota Joaquina e o infante D. Miguel não tiveram melhores collaboradores do que esses palavrosos utopistas e sonhadores, que julgavam possivel amoldar a existencia nacional nas fôrmas, já partidas, que os encyclopedistas tinham construido, e que as mãos inhabeis dos pretensos continuadores não sabiam compor e consolidar!

Com a outhorga da Carta Constitucional, em 1826, a vida do advogado de Celorico entra n'uma nova phase. O marquez de Chaves tomára a direcção da revolta miguelista, iniciada pelo visconde de Montalegre e pelo general Magessi, e corria á Beira com os seus soldados. Costa Cabral julgou do seu dever pôr o braço ao serviço da Liberdade. Fechou o escriptorio e foi offerecer-se ao general Azevedo, depois conde de Samodães. Utilisaram-lhe os serviços n'uma missão nada accomodada a aspirações bellicosas. Em vez de lhe darem uma escopeta deram lhe uma penna de pato, em vez de uma farda deram-lhe uma manga de alpaca, em vez de o arregimentarem como soldado, alistaram-n'o... como amanuense, no governo da provincia! Este começo de carreira nem o satisfez nem lisongeou a familia, a quem elle communicou o seu novo destino — mas forneceu, aos que no futuro o combateram, um milhão d epigrammas despresadores... Alguns dos adversarios intransigentes, quando depois fallavam de Costa Cabral, punham na voz, ou sublinhavam nos escriptos, uma nota mais depreciadora ao alludirem ao escripturario, do que quando a paixão os

inspirava com diatribes exaggeradas a respeito das delapidações do ministro. A referencia ao *reles amanuense* era sempre muito mais cantada, d'uma ironia mais mordente, do que a allusão ao *vil concussionario*, epitheto com que foi de uso denominal-o, entre os contrarios. Se se tiver em conta que estes, que desdenhavam assim do começo da carreira do primeiro ministro, eram os que se inculcavam como representantes e advogados da causa democratica, ter-se-ha uma noção bastante aproximada da sinceridade de crenças dos que usam andar na exploração da credulidade das multidões, estonteadas com palavras retumbantes.

Em 1823 Costa Cabral, buscando melhor carreira, veio a Lisboa concorrer aos logares da magistratura. A fatalidade perseguia-o. Pouco depois de começar as romagens fadigosas de pretendente pelas secretarias d'estado, D. Miguel desembarcava em Belem. Deu logo por mallogradas as diligencias já feitas, e procurou o antigo modo de vida tornando a advocacia. D'esta vez escolheu Nellas. Ali o foi encontrar, inesperadamente, o despacho de juiz de fóra para Penella. Que fazer? O advogado não perdera a aspiração de se fazer soldado. Não lhe tinham dado logar na fileira entre os combatentes? Amesquinharam com os serviços burocraticos os seus intentos bellicosos? Pois ia vêr-se a tempera do seu animo esforçado, ia sentir-se o valor das suas resoluções energicas! E, acariciando o projecto em que arrojada e aventurosamente ia lançar-se, partiu para Penella.

O juiz de fóra, mal entrado no exercicio de funcções, desmascarou o secreto intento: aproveitou a posição para levar os povos que administrava, a revoltarem-se a favor da causa liberal. Com a actividade de que deu depois provas exuberantes, organisou

rapidamente dois batalhões; poz-se á frente d'um d'elles e sahiu a operar contra os regimentos de milicias de Castello Branco, Idanha e Thomar que, pela estrada do Espinhal, avançavam sobre Coimbra. Travou combate com o inimigo na Ponte do Espinhal. A lucta era desegual, mas isso mais exalta o brio de quem com meios deficientes a tentou. Antonio Bernardo teve aqui nova manifestação do favor da sorte: salvou-o d'um desastre que parecia inevitavel, a opportuna intervenção de caçadores 12, do commando do major Xavier, depois conde das Antas. O destino é como romancista caprichoso na urdidura dos dramas da existencia! O conde das Antas, póde dizer-se, por duas vezes salvou n'esse dia a vida ao homem com quem de futuro tinha de encontrar-se em situações tão varias! Salvou-o, primeiro, das balas do inimigo, e salvou-o, depois, do aprisionamento; — ora o aprisionamento seria para o juiz de fóra de Penella a sentença condemnatoria de Gravito, a morte affrontosa das victimas na Praça Nova.

As occorrencias militares precipitam-se. Ao combate da Cruz de Marouços, ganho pelos liberaes, segue-se, a curto trecho, a retirada de Coimbra e da Ponte do Vouga, o reembarque dos generaes portuguezes no *Belfast*, a desordenada fuga da divisão liberal para a Galliza. O commandante do batalhão de voluntarios de Penella foi na onda. Antonio Bernardo entrou assim no caminho do primeiro exilio. Da Galliza passou a Inglaterra, e de lá para a Belgica, Foi ali que os adversarios espalharam, depois, ter-se passado um romance d'amor, - que alguns desenvolviam com episodios em que o idyllio se confundia com a tragedia. A dar lhes credito, na casa onde o emigrado se recolhera, duas formosas meninas, filhas do belga hospitaleiro, apaixonaram-se doidamente

pelo hospede. A lucta entre as irmãs rivaes deu capitulos descriptivos d'um realismo, que a maledicencia da epocha muito saboreou! Para que nada faltasse n'esse episodio, que andava afeiado com as tintas mais carregadas, havia n'elle a nota repugnante d'um crime, que ficára impune: Costa Cabral, — a quem os litteratos comparavam a Jacques Ferrand, que era, por então, o criminoso do romance mais em voga, — fôra cumplice n'um abortamento, ou infanticidio, para sepultar as consequencias d'esses amores depravados... O que é certo é ter saido da Belgica para a Ilha Terceira. Ao desembarcar foi nomeado membro da Junta de Justiça (tribunal de 2.ª instancia) passando, depois, a supplente do Supremo Tribunal de Guerra. N'essa situação o encontrou o Duque de Bragança, ao apparecer na Terceira, escolhendo-o para secretario da Auditoria geral do exercito. E assim veio na expedição restauradora, sendo um dos 7:500 do Mindello.

De novo em Portugal, dando provas de firmeza d'animo e rara intelligencia no cargo, foi, successivamente, escolhido para juiz dos orphãos e Procurador Regio na Relação do Porto. Em maio de 1833, antes de assegurado o triumpho definitivo da causa a que se votára, partia para os Açores como juiz da Relação. Por ali se quedou tres annos.

Emquanto por lá andou afastado do mundo politico, á ruina da usurpação succedia, aqui, a conflagração odienta das paixões em que andavam divididos os vencedores. D. Pedro era desacatado estrondosamente no theatro de S. Carlos, e na imprensa repetiam-se os folhetos para demonstrar que a Carta, que outhorgára, fôra menos uma dadiva do que uma necessidade; fôra um meio de adquirir o que a sua conducta no Brazil lhe fizera perder. Todas as indisposições, todas as más vontades, todas as intrigas que

a emigração engendrára, que mesmo n'essa epocha tinham tido desabafo retumbante nos alexandrinos, muito espalhados, do poeta satyrico das *Noites do Barracão*, explodiam, agora, em desforços successivos, que davam a medida da profundidade de intransigencias odientas. A morte do imperador, a proclamação da maioridade da rainha, a abertura das côrtes em 15 d'agosto de 1834, não só não acalmaram os odios dos que faziam opposição intransigente ao governo, como não deram a este a visão das suas proprias conveniencias. Foi no meio d'essa situação complicada e embaraçosa que Costa Cabral foi eleito pela primeira vez deputado, em 1836, vindo representar a provincia oriental dos Açores, que novamente o reelegeu, depois da dissolução de 14 de julho.

Estava principiada a nova phase da sua existencia, aquella que principalmente se ajusta ao caracter d'este livro e ao fim especial que determinou estas notas.

Com talento, com audacia, tendo dado successivas provas de que sabia encarar de frente os acontecimentos e correr destemidamente os riscos que correspondessem; sabendo atirar com a beca de juiz, quando era preciso envergar rapidamente a farda de soldado; não temendo a perda da vida no campo de batalha nem receiando arriscal-a nos lances menos gloriosos, que então usavam punir-se com a forca, depois da passagem por calabouços infectos; tendo provado a sua aptidão excepcional em logares de responsabilidade indiscutivel; acostumando os que o tratavam, a admirar-lhe a decisão rapida, a eloquencia communicativa, o conselho d'uma rara illustração; — Costa Cabral tinha no parlamento, onde acabava

de entrar, o melhor dos campos para fazer salientar as suas qualidades d'excepção. O caracter d'opposição ao governo cartista, que então tomou, significava que á protecção dos contrarios ao partido dominante devesse esta nova phase da sua carreira? Nada d'isso. A' sua influencia propria, á maneira como exercera nos Açores as elevadas funções do seu cargo, é que deveu o diploma de deputado, renovado pelos mesmos eleitores nas duas eleições que se seguiram. Foi toda baseada n'um movimento impulsivo do coração, essa sua primeira attitude. Não deve esquecer-se semelhante traço caracteristico, para perceber, por forma bem completa, essa figura complexa e mal estudada. Foi a desattenção para com os serviços do irmão José, que fôra corregedor do Rocio e agora se via obrigado a advogar nos auditorios do Porto, quem o levou a tomar logar nas bancadas da opposição. Viu se bem depressa que o novo deputado era uma das figuras dominantes nas luctas a travar. Na camara e fóra da camara a sua actividade e a energia da sua palavra, alargaram extensamente a sua nomeada, sempre crescente. No *Club dos Camillos*, conquistou triumphos assignalados — embora seja de pura phantasia calumniosa aquelle rasgo sanguinario, que Oliveira Martins lhe attribue, segundo o qual teria ali pedido, a brados, « a cabeça da rainha ». Para perceber que esta solicitação era uma calumnia destinada a afeiar o pretenso Marat, bastava que o historiador reparasse na fórma porque a registrára o folheto anonymo, d'onde a reprodusiu. «Pediu — diz o auctor do *Costa Cabral em relevo* — pediu o sangue dos aristocratas e dizem que até a cabeça da rainha». Aquelle *dizem que até* é resalva bastante eloquente da trapaça, e por isso surprehende vêl-a reeditada, com foros de facto tão authentico, que já a ouvimos, depois, dada como comprovada por um

dos mais levantados espiritos que andam na politica contemporanea!

Dispensa-se bem esta nota de ferocidade sanguinaria para explicar que o antigo juiz de Penella se filiára entre os avançados, e punha a sua palavra apaixonada e o ardor da sua propaganda, nas sessões memoraveis do Club do Arsenal,—que elle principalmente frequentava e onde se tramava a ruina do governo. A chegada dos deputados do Porto e o motim que a sua espera produziu, derrubaram a situação, sem duvida inferior ás responsabilidades da conjunctura. O motim anonymo passou a ser a revolução de setembro,—perfilhada pelos caudilhos opposicionistas, que, para lhe darem lustre e relevo, derrubaram a Carta e proclamaram a Constituição de 1820. Costa Cabral não teve nos acontecimentos intervenção, — nem a tiveram muitos que com o triumpho entenderam emplumar-se com uma victoria, de que gosaram os resultados sem o trabalho e os riscos na elaboração de planos... que não tinham existido. Veiu depois a Belemsada, a malograda tentativa da restauração cartista. Ahi sim; Antonio Bernardo foi ao Campo d'Ourique, e como os que se mostraram decididos a defender com as armas e á custa da vida a revolução de setembro, poz-se incondicionalmente ao lado dos que tinham a direcção da resistencia, na manutenção da Constituinte.

Deputado á camara que se seguiu, só mais tarde é que elle toma pela estrada de Damasco, passando para principios e religião diversa. A sua acção poderosa, a sua infatigavel actividade, a sua perspicaz direcção nas luctas parlamentares, firmavam-se dia a dia, cresciam em importancia, conquistavam lhe auctoridade e prestigio. A opposição parlamentar contra o governo—é elle quem principalmente a alimenta. O grupo dos que ao lado d'elle luctam, rareia, por vezes. O

desalento toma alguns, — como succedeu com Barreto Feio e J. Bernardo da Rocha, — mas o desanimo não esfria a persistencia infatigavel dos seus combates. A victoria é dos que não-desistem. O gabinete patriota, o gabinete que por algum tempo em si concentrára todas as esperanças da nação, o gabinete que mais significativamente representava os principios populares da Constituição de 1820, cahia, por fim, e cahia pela guerra que lhe movia Costa Cabral, e pela habilidade por elle demonstrada em todo o debate dos sub-secretarios d'estado.

Desde esse momento foi evidente, para os que, livres da cegueira das paixões, podiam descortinar o futuro proximo, que o partido cartista, vencido sem combate nas duas jornadas historicas de 9 e 10 de setembro, atraiçoado pela inepcia dos que planearam a Belemsada em 4 de novembro, ia ter a sua desforra na reacção, que já se operára nos espiritos e se sentia ia rebentar na materialidade d'uma nova revolução. A 12 de julho du 1837 o primeiro grito a favor da restauração da Carta era dado na Villa da Barca, repercutia-se em Braga, encontrava echo em varias provincias. O Congresso apressou-se a investir o governo com poderes descripcionarios. Sá de Bandeira e Bomfim foram nomeados logares-tenentes da rainha,—o primeiro no norte, o segundo no sul. Costa Cabral foi nomeado adjunto d'estes generaes, como commissario especial do Congresso e do governo. Era uma parodia aos delegados da Convenção, que ao lado dos generaes marcavam a vigilancia e a supremacia do poder civil. Os marechaes Saldanha e Terceira, que commandavam a revolta, perderam, no Chão da Feira, a causa que defendiam, e a guerra civil terminou, definitivamente, no combate de Ruivães. Os serviços que em todo

esse periodo prestou o commissario especial do Congresso, que n'essa qualidade assistiu ao combate do Chão da Feira, e ali se portou com valor, accrescentaram-lhe o nome e a influencia. A sua preponderancia nos conselhos subiu. Em volta d'elle principia a formar-se a legião dos que se arregimentam com confiança e com dedicação. Ao mesmo tempo que assim subia em creditos o nome de Costa Cabral, desciam a importancia e o favor do governo. Dominado pela ambição dos que o tinham creado para satisfação das conveniencias proprias, nem tinha forças para resistir-lhes nem meio de a todos poder satisfazer. A *canalhocracia*, como dizia o conde da Taipa, era insaciavel! Passos Manuel para a servir, mas sem a satisfazer, «cançára o braço a assignar demissões»,—como elle declarou no parlamento. Para a proteger deixou impune o assassinio de Agostinho de José Freire. Para a engrandecer introduziu-a nas secretarias de estado, creando empregados d'uma inepcia tão supina, que ficou lendaria pelas occorrencias picarescas que determinou! Os que vieram depois do grande patriota de Bouças, — sem duvida um homem honrado e figura primacial da revolução, mas um politico sem prudencia, tacto governativo e tenacidade nos propositos, nem mostraram melhor tendencia, nem lograram melhor administração, — e como se não fôra bastante a serie ininterrupta de erros, com o desbarate das rendas futuras da fazenda publica, hypothecadas á Companhia *Confiança*, ainda abriram o conflicto inepto do barão da Ribeira de Sabrosa com a Inglaterra, assoprando a petulancia do barão até ao extremo de o levarem a fallar «alto e grosso» na replica famosa ao *bill Palmerston* a respeito da escravatura!

A situação, assim entenebrecida, ameaçava de dissolver-se n'uma catastrophe pavorosa. A anarchia

imperava. *A Associação Civica*, o primitivo club de que fôra Costa Cabral, que dominára omnipotente, fôra suplantado por outro club, estabelecido tambem no arsenal da marinha, e dirigido pelo inspector do mesmo arsenal, Ricardo José Rodrigues França, auxiliado pelo administrador geral de Lisboa, Soares Caldeira e pelo ministro da justiça José A. de Campos, — que se entendia e conspirava com os deputados da extrema esquerda da camara.

Immortal exemplo de deslealdade com os collegas do ministerio, o dado por este homem de singular perfidia! Para favorecer os que na opposição conspiravam, exaggerou, de má fé, o estado da fazenda publica, e ao apresentar na camara o orçamento, por elle proprio assim afeiçoado aos seus intuitos, desatou n'um grande pranto soluçante para exprimir todo o desalento do seu animo conturbado pela irreparavel calamidade! Quando lhe mostraram, com evidencia indiscutivel, o erro nas contas, o comediante tratou mais de explicar a commoção lacrimejante do que a falsa trapalhada orçamental. «Succumbira a um ataque de melancolia» — dizia elle, pondo os olhos no tecto, como a invocar o testemunho d'um Deus, que as origens da sua familia lhe permittiam não acatar no sacrificio redemptor do Calvario!

Quando a demissão do então barão do Bomfim forçou o governo á crise, a excitação dos espiritos permittiu aos exploradores suppor ser chegada a hora esperada para se abalançarem á execução dos seus afagados projectos de dominio anarchico. O barão da Ribeira de Sabrosa e o deputado Derramado encarregados, successivamente, da formação d'um gabinete moderado, viram naufragar o intento perante um côro de irritados protestos, que encontravam echo desde os quarteis até ao Congresso. O administrador geral tomou a todos a deanteira, e,

pretextando uma revista, reuniu a guarda nacional. Deixando os corpos em armas convocou os commandantes e com elles concertou uma representação á rainha, pedindo um governo «de homens firmes nos principios da revolução». O pavor entrou então em todos os animos. Suppoz-se sêr chegada a mais calamitosa de todas as guerras civis, em que, com o pretexto de ideaes politicos, o bandidismo ia destruir tudo o que representava a fortuna publica e particular da nação. Como a desmascarar esses intuitos, a guarda nacional, cada vez mais ensoberbecida, mandava cinco dos seus officiaes ao Congresso, portadores d'um ultimatum, mal disfarçado com o nome de representação.

Só um golpe decisivo e rapido podia obstar ao proseguimento temeroso d'esta insolencia e da insubordinação altaneira. Julio Gomes da Silva Sanches, ministro do reino, n'uma inspiração subita, viu com clareza o golpe a contrapor. Só um homem havia com qualidades e garantias para salvar as instituições, a fortuna publica, e, não é exaggerado suppor, a integridade nacional. No dia 7 de Março de 1838 o ministro ia ao Paço das Nessidades e sahia de lá com dois decretos, que na occasião representaram um pequeno golpe de estado: n'um era demittido, sem previo aviso, o administrador geral Soares Caldeira, no outro nomeava-se Costa Cabral para exercer aquelle logar, de responsabilidades tão instantes e em tão manifesta evidencia. Saltou-se, para a nomeação, sobre a formalidade da licença do Congresso, prescripta para a escolha de qualquer dos seus membros para cargo publico; escondeu se do ministro da justiça o acto reservado, que se solicitára da referenda da rainha, e deu se ao homem que ia exercer o governo da cidade a promessa ampla de liberdade d'acção, unica clausula por elle posta

para a acceitação do encargo perigoso que lhe offertavam. Não tardou a evidenciar-se a excellencia da trasformação operada. Quando, 48 horas depois, os revoltosos do Arsenal, tentaram ir para a rua, em armas, impor a sua politica, ou antes, executar a sua acção de rapina e desordens, as tropas fieis encurralaram-nos no proprio local onde elles até então impunemente se congregavam, e desarmados e dissolvidos, tiveram de resignar-se até á demissão e afastamento do inspector França, que os arregimentára para a desordem e para as violencias.

Costa Cabral mais uma vez triumphava, mais uma vez subia em creditos como homem d'acção energica e previdente; mais uma vez mostrava, que assim como não o amedrontava a sorte dos suppliciados da Praça Nova, quando se servira do cargo de juiz para levantar os batalhões de Penella, assim como não declinára o encargo de logar-tenente do Congresso no exercito destinado a combater a revolta dos Marechaes, assim mostrava agora que ao despreso pela vida, sabia, em qualquer conjuntura, salvar dos perigos mais graves as instituições que defendia. Não sobresái, não destaca, não se está impondo, n'esta sucessiva serie de demonstrações, a grandesa d'uma figura excepcional, a quem a justiça da historia ainda não prestou todo o preito merecido? Não é grande, antes mesmo de chegar ao logar proeminente, antes mesmo de entrar na plena governação do Estado, este homem que nenhuma difficuldade acobarda, que nenhum sacrificio detem, que deixa os logares em que póde fazer carreira tranquilla e proveitosa para se lançar nas aventuras arriscadas em favor do seu ideal de redempção politica, que apparece sempre na vanguarda das luctas perigosas, indo despreocupadamente para a morte, ou para a emigração, tanto se lhe dando de morrer no campo de batalha a de-

fender a liberdade, como na esquina d'uma rua a defender a ordem?

A 13 de março, ao amanhecer, a revolta primeiro suffocada na tentativa do Arsenal, rebentava de novo, em condições de muito maior gravidade. O alarme propagava-se, rapidamente, dos quarteis da guarda nacional ás ruas e praças da cidade. O palacio das Necessidades e o largo da Estrella foram subitamente occupados pela tropa de linha. Costa Cabral — com o visconde de Sá da Bandeira, Bomfim e visconde de Reguengo — organisaram a resistencia. Lançam primeiro uma proclamação da Rainha, em que a soberana reclamava o apoio dos bons cidadãos «para defender a constituição da monarchia, a dignidade do throno e a representação nacional.» As 8 da manhã o Congresso reunia nas Necessidades, e em sessão secreta, ouvido o relatorio dos ministros, declarava, unanimemente, que prestaria toda a cooperação ao throno e ao governo. Os revoltosos não se atemorisaram com o voto e com as resoluções dos representantes da nação: foi com as armas que se aprestaram a oppor a força á força. A tropa de linha, dividida em duas fortes columnas, veio desalojar os batalhões insubordinados. No convento de Jesus os soldados do 15 fizeram fogo sobre o 10 d'infanteria. O capitão que commandava a vanguarda, foi ferido. O sangue correra e pedia mais sangue! Os soldados precipitaram-se na furia da represalia. E o capitão foi vingado! Nos outros quarteis a resistencia falhou, mas os revoltosos, reunindo no largo de Santa Justa, vieram pelo Rocio e subindo á Graça tomaram posição com seis peças d'artilheria. O visconde de Sá, com a sua columna, avançou. Costa Cabral, destemidamente, sósinho, adeantou-se a todos. Abeirando-se dos revoltosos, procurou chamal-os á pacificação. Cobriram-no

de injurias, — sem que lhe exgotassem a paciencia com que procurava convencel-os; tentaram assassinal-o, — destacando-se no intuito aggressivo um artilheiro, — sem que isso o desalentasse de proseguir alcançar a rendição não fazendo novas victimas. Parecia estar alcançada essa victoria pacifica. Os sublevados vieram para o Rocio. Os chefes reuniram em conferencia com o visconde de Sá. Anoutecera. Tudo parecia concluido, quando alguns dos mais insoffridos, dos que mais se arreceiavam do mallogro das esperanças que desde muito os alentavam, dispararam as armas sobre o visconde de Reguengo, commandante da 1.ª divisão militar, que ficou ferido. Outros tiros fizeram mortes. Propagou-se a lucta, temerosa e sanguinolenta. Houve meia hora de fogo, vivissimo! Foram ás dezenas os cadaveres que ficaram na praça, foram ás centenas os feridos ali amontoados, foram alguns milhares os que fugiram, atirando com as armas e arremeçando os uniformes, com receio de serem reconhecidos na perseguição tenaz. A escuridão da noite, que primeiro engrandecera a terrivel tragedia, cobria, depois, benignamente, os que se escapuliam, procurando refugio salvador.

Assim parecia ter morrido, n'essa noite sinistra de 13 de março, afogada em sangue, a revolta dos arsenalistas, — bando anarchico e audaz, pouco illustrado, mas inspirado em propositos positivos e definidos. A 14 de julho, porem, — dia da procissão de Corpo de Deus, — uma nova tentativa reapparece. Quando el-rei D. Fernando, já terminada a procissão, entrava no coche de gala para regressar ao Paço, a sedição rebentava. Os mais atrevidos e desbocados irromperam em injurias e em affrontas, que abrangiam tambem Sá da Bandeira e Costa Cabral.

N'esse dia José da Silva Carvalho, que estivéra fóra do paiz, appareceu pela primeira vez para assistir á

festividade. Foi contra elle que mais se incenderam em ira os amotinados. Costa Cabral, tomando-lhe do braço, arrancou-o do meio do tumulto, primeiro, e metteu-o na sua carruagem, depois. Ao chegarem ao largo de Santa Justa a carruagem foi assaltada. Costa Cabral a tiros de pistola fez fugir os que estavam mais proximos. Uma patrulha da guarda municipal appareceu e deu-lhes guarda até uma casa na rua dos Fanqueiros, onde se refugiaram. Sá da Bandeira acudiu. Um soldado da guarda municipal jogou-lhe ao peito uma violenta baionetada. Salvou-o de ferimento grave a commenda da Torre e Espada, porque a baioneta resvalando na insignia só levemente penetrou nas carnes. Caçadores 2, que appareceu então, limpou a rua e acompanhou os perseguidos até ao Castello.

Tal foi, nas suas linhas geraes, o tumulto d'esse dia, que o *Portugal Comtemporaneo*, seguindo a inspiração d'um dos numerosos escriptos anonymos em que se funda *(Apontamentos historicos)*, attribue a manejo habilidoso... dos que correram risco de com elle perecer! Tal foi o acontecimento que determinou, a seguir, a dissolução dos batalhões 7, 8, 14, 15, 16 e 17 da guarda nacional, e que inspirou ao administrador geral uma serie de providencias pacificadoras, que o governo adoptou e que lograram estabelecer a ordem na administração dos negocios do districto e a segurança publica, de que tanto se havia mister.

CAPITULO II

Costa Cabral. — Ministro

A 26 de março de 1839, Costa Cabral, que para vir á nova camara se exonerára do governo civil do districto, entrava pela primeira vez nos conselhos da corôa, — como alambicadamente usam dizer os noticiarios pomposos. O ministerio Sabrosa, n'esse dia demissionario, era substituido pela situação Bomfim, assim organisada: *Conde do Bomfim*, presidencia e guerra; *Rodrigo da Fonseca Magalhães*, reino; *Antonio Bernardo da Costa Cabral*, justiça; *Conde de Villa Real*, marinha; *Florido Rodrigo Pereira Ferraz*, fazenda; *Visconde da Carreira*, estrangeiros.

A formação d'este ministerio representava o golpe definitivo, o golpe de misericordia, na revolução de setembro e na sobrevivencia da sua obra, de todo despopularisada desde que desapparecera a esperança de que o ouro se espalharia na rua ás mãos cheias, — como pedia o deputado Roma. Os setembristas ergueram se em grita, accumulando accusações e denunciando a intervenção de varias influencias occultas que tinham pesado no reviramento politico, des-

mascarado sem rebuço. Para uns fôra o governo inglez o apadrinhador da transformação operada; outros havia que dirigiam os queixumes contra a camarilha do paço, orientada por Dietz, favorito e compatriota d'el-rei D. Fernando; ainda outros, finalmente, proclamavam, com rancor, que tudo fôra urdido por esse intriguista manhoso, a quem já se chamava *raposa*, para salientar as habilidosas tricas, em que era d'uma fecundidade rara — Rodrigo da Fonseca.

A verdade, mais tarde apurada, repudia todas estas versões. O principal conselheiro da rainha, talvez mesmo o unico conselheiro da rainha n'este momento, foi Saldanha: d'elle partiu a primitiva combinação com Bomfim. Foram estes dois quem, depois de entendidos, chamaram Rodrigo da Fonseca; foram estes ainda quem, a seguir, attraíram Costa Cabral ao grupo. Lord Howard de Walden, o ministro inglez então acreditado em Lisboa, era pessoa de recursos e de espirito limitados. Estava longe de poder manejar, a seu talante, a politica dos governos e a vontade da corte. Fôra preciso, para dar relevo á sua pretensa habilidade de diplomata, a estulta arrogancia do barão de Sabrosa,—assoprada por Sá da Bandeira,—creando com o gabinete de Londres o conflicto gravissimo, sem com elle lograr qualquer entendimento com a França e com a Hespanha, antes obtendo a censura geral, sem exclusão mesmo da dos proprios e raros partidarios da sua situação! Se as accusações que se fizeram a manejos inglezes, para destruir pela base as ruinas da infecunda revolução de setembro, careciam de fundamento verdadeiro, não era menos imaginosa a versão que attribuia a Rodrigo uma intriga, victoriosa, «que fôra auxiliada pela camarilha palaciana.» A acção opposicionista do *raposa* exercera se, então, sem disfarces, nem habilidades occultas. No *Correio de Lisboa*, quasi exclusivamente redigido

por elle, a sua propaganda era violenta, constante e firme. Os setembristas não tinham inimigo mais implacavel, penna jornalistica mais habil, nem mais sagaz em procurar a vulnerabilidade do adversario, e em deixar bem patente os maleficios d'uma administração ruinosa. E' preciso, pois, outra explicação que justifique ter o seu nome sido dos primeiros a acudir á lembrança de Saldanha e Bomfim quando se ajuntaram para a derrocada definitiva do setembrismo?

Sem levar mais longe a indagação das determinantes da formação do novo governo, basta-nos consignar que desde logo foi evidente que n'elle se estabeleceria a preponderancia dos dois homens excepcionaes que ali tinham logar: Rodrigo e Costa Cabral. Eram os novos, aquelles em quem se depositavam esperanças ainda não desilludidas, em quem se reconhecia talento incontestavel, audacia já comprovada, ambição legitima de supplantar os commtemporaneos, ligados a responsabilidades e erros em que se filiava o mal estar geral.

De resto os companheiros de gabinete dos dous homens que principalmente o caracterisavam, só estavam no governo como para mascarar a definitiva victoria do cartismo. *Bomfim*, que presidia, tinha uma historia militar que andava ligada a desastres repetidos, mal esquecidos pela victoria occasional do Chão da Feira, em que os marechaes perderam por cavalheirismo o que tinham ganho como soldados. Como politico todo o seu juizo consistia em fazer-se inculcar como gosando de sympathias nos campos adversos. E d'isto tirou proveito... emquanto houve quem d'isso quizesse aproveitar-se. *Florido*, escolhido para a fazenda, dava garantias como administrador habil e honesto, contentando-se em gerir os fundos publicos com zelo e economia, sem pensar em embrenhar-se nas

operações complicadas d'alta finança. O futuro visconde de Castellões era, pessoalmente, um homem muito amavel. Não havia pretendente que não levasse d'elle uma boa palavra... não levando, porém, muitas vezes, mais nada. Da administração que ía fazer, basta esta nota. sendo ministro quinze mezes menos dez dias, pagou quatorze mezes. Ora os outros ministros de grande nomeada, nem pagaram aos empregados nem aos juristas, e, apesar de tudo, seguiam se a miúdo declarações de banca rota parcial!

Antes de proseguir, parece-nos que, para melhor comprehensão das occorrencias, convem conhecer quem eram os homens que n'ellas tomaram parte. Destacaremos, pois, n'um rapido esboço, as individualidades mais salientes, que sirvam para o necessario e indispensavel confronto, aquelle que justifique, ou não, a supremacia que Costa Cabral ia ter.

O primeiro era *José da Silva Carvalho*. Occupava na politica, desde 1820, uma situação saliente, mas apresentavam-n'o como um talento superficial, devendo mais á agradabilidade do trato com as pessoas do que á superioridade da sciencia economica, a influencia e a popularidade de que gosara, e que então se achavam quasi de todo apagadas. Chamavam-lhe um idealista nas finanças. Diziam que os seus erros apparelhavam, em plano egual, com os seus serviços. A economia, que o caracterisára na sua vida particular, apparecia n'um contraste flagrante com os ostentosos desperdicios da sua administração. Sendo de todos os homens da epocha o que mais vezes fôra ministro, balanceavam-lhe os trabalhos para apontar a vacuidade que os distinguia.

Em dois annos e meio Silva Carvalho contrahira emprestimos no montante de onze milhões de libras. E' curioso notar, para definição dos seus processos, que tendo contrahido em 1 d'abril de 1835 o emprestimo de dois milhões de libras com a casa Rothschild, quarenta e oito horas depois realisava outro de egual somma, e logo, vinte seis dias passados, outro de mais dois milhões esterlinos. E' de saber que a auctorisação para um d'estes emprestimos destinava-o a servir como uma emissão *unicamente* lançada ao mercado com o numero de titulos sufficientes para produzirem, em dinheiro effectivo, a quantia correspondente aos dividendos vencidos e capitalisados do emprestimo de 1823. Eram precisas para isto 300 mil libras. Pois o emprestimo foi de dois milhões, -- com juros de 5 por cento, mais 1 por cento da commissão ao contractador sobre o pagamento dos juros da amortisação, mais 2 1/2 por cento sobre a totalidade do emprestimo, deduzido dos pagamentos que successivamente tivessem logar, e á medida da emissão das apolices.

Peor do que tudo isto, porém, foi o emprestimo de 1834, d'um milhão esterlino, destinado a amortísar o papel moeda, - que era um meio circulante que não vencia juros, de facto, e que ainda não cahira em absoluto descredito. O emprestimo fez-se a juro de seis por cento... e o papel moeda não foi extincto. Mais: em 1837, pela lei de 31 de dezembro, forçaram-se os particulares a recebel-o—e prohibiu-se a sua acceitação nos pagamentos feitos ao Estado!

José Joaquim Gomes de Castro era abrangido nas responsabilidades e nas criticas que se faziam ao homem d'estado que primeiro indicámos. Fôra d'elle o Mentor dedicado,—segundo pregoavam os que iam desbravar as origens inspiradoras da sua obra de governo. As suas theorias livres-cambistas

inspiravam terror. Se lhe reconheciam talento, nem por isso deixavam de notar quanto era tardo em formar juizo definitivo sobre os negocios que tinha a resolver.

Os humoristas mettiam a riso a côr cobreada d'este mouro — que pouco depois vinha deputado por Braga, em condições que merecem narrativa. Rodrigo mostrou tal empenho em eleger esse amigo tão dilecto na occasião, que accordou «em que se dessem por validas todas as eleições que approveitavam á opposição», comtanto que fosse annullada a de Braga, por onde Gomes de Castro devia ser eleito. E explicava, depois, assim, aos que o censuravam, as vantagens da negociação:

—Annulladas as eleições de todos os circulos aonde apparecem irregularidades, o mais que o governo póde alcançar são nove a dez deputados. Braga dá quatro. O Castro vale seis,—seis e quatro dez; quem de dez tira um ficam nove.—Nove eram os que tinhamos na conta acima, *ergo* a victoria de Braga cobre a perda de todos os demais circulos.

Joaquim Antonio d'Aguiar era outro dos homens politicos em evidencia. Esse espantava pela sorte inexplicavel que o fizera já então presidente do conselho. Só lhe attribuiam merecimento... para professor de direito romano.

A' sua famosa providencia, á destruição das ordens religiosas, á que lhe grangeára a alcunha do *mata-frades*, oppunha-se, então, o proceder com os egressos, que deixára na dependencia da sustentação pelo Estado. Afóra os conhecimentos de direito romano não lhe reconheciam senão o das tricas eleitoraes. «Nem sabia, nem era capaz d'estudo e reflexão», diziam. A sua obra ministerial era indicada como mera referenda a trabalhos que outros lhe preparavam. Apontavam-lhe a incuria para o tornar responsavel

pela morte da Carta — tal qual como em 1842 lhe apontaram a indecisão, vergonhosa, que fez com que, sem voltar á Carta, deixasse morrer a Constituição. Grande epistolographo, n'isso cifrava a sua grande occupação. Andava nos partidos como uma palha anda na crista d'uma onda, seguindo os impulsos que umas vezes a levam á praia, outras a arrastam no refluxo contrario e caprichoso. Era nas amisades particulares, o que era na politica.

M. Mousinho da Silveira vira já tambem passada a aura da sua popularidade. Obscureciam-se-lhe os serviços para só fazerem estendal dos defeitos, inseparaveis de toda a obra humana. Melancolico, teimoso, muito sabido na legislação patria e na estranha, dotado de engenho indiscutivel, carecia de amoldar os seus ideaes á pratica correntia e humana das cousas. Havia quem dissesse, com convicção, «que as suas providencias legislativas tinham motivado no paiz ainda maiores males do que a propria administração do chamado governo da usurpação». Mais tarde pela sua ingerencia nos negocios domesticos do duque de Palmella, — quando foi da questão d'este com a condeça da Povoa, por causa do casamento do marquez de Fayal, — ainda ficou mais compromettido, do que já estava na epocha a que fazemos agora mais directamente allusão, o tino com que em tudo deve proceder um homem publico que aspire ao favor da opinião.

Francisco Antonio de Campos, depois barão de Foscoa, era o ministro a quem já fizemos referencia, que organisou o relatorio da receita e despeza, por forma a engrandecer as difficuldades para comprometter os collegas, regando com lagrimas essa trica desleal, e acobertando-se com a desculpa picaresca do seu ataque de melancolia, quando lhe desvendaram a trapaça! Foi talvez essa... absorvente me-

lancolia que o deixava baldo a entrar em explicações, como quando, por exemplo, o accusaram «da mysteriosa venda de dois mil e quinhentos quintaes de urzella a preço infimo», e quando, pelo decreto de 29 de março, o governo se declarou de má fé, quebrando a promessa de outro decreto em que se assegurava o pagamento dos distrates das apolices de 5 por cento. Expulso do governo, cahira em descredito geral, - embora lhe aproveitasse o peculio, que elle puzera a bom recato nos bancos estrangeiros, quando as urgencias da propaganda eleitoral tornavam necessario captivar a boa vontade dos argentarios. E' de rasão confessar que o barão abria a bolsa n'estas occasiões com manifesta prodigalidade, inspirando-se, comtudo, menos no desejo de comprazer com os pedidos do que no intuito de liquidar vinganças, as quaes o seu animo azedo pronunciadamente pendia.

O *visconde de Sá da Bandeira* era indiscutivelmente um honesto, um bem intencionado, um estudioso. A esse exaltavam-lhe a ambição. Diziam-no um opposionista de principios, quer dizer, apresentavam-no como militando deliberadamente onde tinha menos quem fizesse sombra á sua altaneria. Era um excentrico. Os proprios amigos se queixavam do desequilibrio nas relações que com elle mantinham. Os setembristas não reconheciam vantagens grandes na sua cooperação; os cartistas accusavam-no de ter esquecido o favor do imperador no desamor á Carta por elle outhorgada — e o grande publico perfilhou esta definição d'uma espirituosa:

— Entra para um ministerio como um taful para uma contradança: se tem bom par, porta-se bem.

As suas distracções faziam, — como mais tarde as de Antonio de Serpa, — as delicias dos cavacos desenfastiados. No meio da discussão mais seria introduzia uma

referencia a um caso domestico disparatadamente invocado. Havia uma phrase memoravel, que aflorava constantemente aos labios d'esse incorrigivel absorto. Era esta: «*pode ser peor!*» Este *chavão* celebre, se se prestava muito ao riso, teve applicações extravagantes em occasiões deveras picarescas.

Manuel Antonio de Carvalho mostrou qualidades para administrar com economia e para regularisar como methodo as cobranças da fazenda. Sem crear receitas, restringiu as despesas, e isso lhe mereceu louvores justos. Mas foi d'elle o addiamento dos pagamentos regulares aos empregados publicos. Pode suppor-se disposição para crear popularidade em quem assim arrostava com a má vontade de tantos?

Como ministro da justiça deixára memoria apagada da sua administração, embora gosasse da fama, merecida, de illustrado e sabedor. O que lhe deu, primeiramente, justa nomeada, foi o orçamento apresentado ás côrtes em 1827,—o primeiro d'aquella natureza, e para a confecção do qual houve de vencer difficuldades que facilmente se podem avaliar. Era d'elle a theoria «de que as operações financeiras deviam ser retiradas á iniciativa dos ministros constitucionaes. Quando as circumstancias as requeressem, ás camaras é que cabia propôl-as, auctorisal-as e estabelecer-lhes as bases e condições».

D'uma honradez indiscutivel, foi o fundador da dynastia Chancelleiros,—que até aos nossos dias vem reinando no parlamento.

Julio Gomes da Silva Sanches, homem de forte pulmão e de maneiras plebeias, logrära grande influencia nas camadas menos illustradas. Fôra o grande tribuno da plebe,—mas, como tem succedido a tantos dos cortezãos do povo, um dia acordára cortezão do throno. Desde esse momento inventára um sys-

tema muito seu, pittorescamente designado: *a moderação feroz!*

A' medida que renegava o seu passado democratico, alargava os seus appellidos aristocraticos; por isso um versejador, depois de enumerar os acrescentos, lhe recommendava em tom faceto:

Fica no Gomes
Que ficas bem!

Fernandes Coelho, que subitamente se vira elevado á grandeza politica, tendo subido, diziam, «pela estribeira do Marquez de Fronteira», pouco maior lembrança deixou de que o decreto.,. que elevou ás honras de hymno nacional uma composição mais funebre do que marcial.

O *barão do Tojal*, que physicamente parec a um capitão de navios de longo curso, era um illetrado, que fundamentára todo o seu peculio de conhecimentos no estudo das cousas inglezas,—que a proposito e a desproposito de qualquer cousa citava com larguesa estopante. A sua fortuna pessoal, feita na fabrica de papel, dava lhe ensanchas para acudir com recursos proprios ás urgencias do thesouro exhausto. Isto dá o elogio do homem, embora não dê a medida da excellencia da sua administração impopular. Accusavam-n'o de se agarrar á pasta com o afinco com que a ostra se fixa no costado do navio,—e como não queriam reconhecer o desinteresse com que elle sacava sobre a sua firma pessoal para pagar dividas da fazenda, que não eram reformaveis, declaravam-n'o «especulador, jogando nos fundos publicos com fervor e com proveito».

Como politico podia-se avaliar o barão por esta nota caracteristica: fôra ministro da fazenda durante o setembrismo revolucionario e tornára a sel-o no tempo da constituição de 1838. Se fosse dado aos

que então o combatiam, poder lêr no futuro, poderiam alargar o commentario e acrescentar o espanto, com a referencia illucidativa... de que breve ia ser ministro da restauração. O *papel* do Tojal era *papel* para toda a obra!

Antonio José d'Avila já então gosava de nomeada — mas querendo biographal-o dizia um escriptor do tempo:

«A carreira politica de Antonio José d'Avila não é tão longa que possa suppôr-se ignorada; nem tão importante, que, quando se ignorar, deva com ella demorar-me.»

Era, então, um protegido de Rodrigo. Em 1836 fôra nomeado governador civil d'Evora. Contrario á revolução de setembro, foi dos vencidos do Chão da Feira. Na occasião, a que estas notas principalmente se referem, — em 1839, — acabava d'entrar na camara, onde em breve ia tomar o papel de censor asperrimo dos ministros da fazenda, até lograr a pasta a que visava, em 1847. Como se está vendo, pois, a carreira d'este estava ainda por fazer e as suas qualidades e defeitos por evidenciar.

Antonio Luiz de Seabra, o futuro visconde de Seabra, era já indiscutido como homem de sciencia, mas muito guerreado então como homem politico. No *Hontem, Hoje e Amanhã*, e seu perfil é feito assim:

«Seabra é homem d'engenho penetrante e comprehensivo, possue grande copia de excellente litteratura antiga e moderna, tem lido e estudado o que está escripto de bom em direito constitucional, direito administrativo, instrucção publica, etc., e como juiz não ignora a legislação patria. Como orador Seabra é logico e vehemente.»

A isto deve acrescentar-se que a vaidade o tornava mediocremente sympathico, e o genio irasci-

vel punha os que se lhe acercavam, em proximo ensejo de conflicto violento. Nãc era homem para mandar homens — e isso viu-se bem, mais tarde, quando pensou ser o chefe da famosa collisão a que adeante se fará referencia.

Não é preciso levar mais longe a invocação das outras personalidades que se debatiam na scena politica, tanto mais que muitas d'essas já o leitor as conhece do 1.º volume d'este livro. Deve, porem, abrir-se uma excepção, aqui, para a referencia a fazer a *José Estevam*, que não tendo vindo á camara de 1848, ainda não teve menção mais especial.

A sua reputação como orador eloquente já então attingira a consagração geral. Admiravam-no e temiam-no. Os setembristas orgulhavam-se de contar nas suas phalanges o tribuno excepcional, d'imaginação viva e palavra ardente, que arrebatava os que o escutavam, impulsando-os ao applauso mais caloroso. Mas por um phenomeno extranho, — que se perpetúa em todas as situações politicas que se seguiram mais tarde, - a admiração não correspondeu nunca á influencia e á confiança nas suas qualidades para a gerencia pratica dos negocios. Militar e bacharel em direito, ainda de pouco tempo, — porque só depois de 1834 continuára o curso que tivera de interromper para emigrar, — dizia-se d'elle «que era mais philosopho do que soldado, e muito mais soldado do que jurisconsulto.» Definindo o com mais precisão n'este ultimo titulo scientifico, houve quem deixasse escripta esta nota sincera:

«E' o bacharel em direito menos jurisconsulto, que tem saído da universidade de Coimbra desde D. João III até hoje».

A vida parlamentar de José Estevam começou com a revolução de setembro. Foi na camara e nos clubs que se encontrou com Costa Cabral. Das affectuosas

relações entre os dois dá noticia o bilhete expressivo, recolhido por D. José de Lacerda, no volume II dos *Apontamentos Historicos*, em que o tribuno se apressa a communicar a Antonio Bernardo, quando ainda administrador geral de Lisboa, a primeira noticia que recolhera sobre o chamamento do amigo ao ministerio que ia formar-se:

«*Amigo:*

Esta noite continuou a inquietação da guarda nacional. O Julio foi para o paço, e vossê e o José Caetano vão ser chamados para formar um ministerio.

José Estevão.»

Coherente com os principios revolucionarios da situação politica em que primeiro se filiára, o apaixonado orador foi depois o inimigo implacavel das situações cartistas e por issso o adversario intemerato d'esse mesmo Costa Cabral, guerreando-o com afinco na camara, quando lá tinha voz, na imprensa, quando a penna lhe não era partida pelas perseguições, e no campo, com armas na mão, quando se proporcionava quem quizesse tentar a aventura d'um movimento revolucionario. E' facil avaliar até que ponto era de temer um adversario assim decidido, um combatente assim aguerrido. No parlamento elle, mesmo que se sentisse só, atacava impetuosamente, sem medir a grandesa da resistencia que tivessem de oppor-lhe, sem que o tomasse o desalento pela improficuidade do esforço. Atirava-se ao combate com o destemor do moço D. Sebastião na jornada fatal: mesmo sabendo que ia morrer, queria morrer devagar, para que cada golpe deixasse memoria da sua intemerata valentia. Era um fanatico, com a força da dedicação, com a teimosia da resistencia, com a absoluta abnegaão d'um crente. Como todos os sectarios perdia a noção nitida da materialidade

das cousas, e tinha lampejos de visualidades distantes, que a sua palavra traduzia involvidas em ameaças mysticas, como as dos prophetas chaldeus. De repente, a meio d'uma d'essas tiradas, que pareciam arrancadas da Biblia, passava-lhe sob o olhar faiscante uma nova forma de revestir a aggressão, de aguçar a ameaça, dando-lhe a feição do punhal penetrante da ironia, e, de golpe, sem transição, dando o contraste no seu aspecto mais chocante, a palavra, d'uma modulação que era um enlevo d'euphonia, com uma obediencia nunca recusada, passava do flagicio contundente á tortura desesperante. Cada phrase parecia uma cunha dolorosa, mettida por um executor do sancto officio no paciente, apertado nas talas martysadoras! Era assim, feita d'estas oppostas orientações, a sua oratoria,—sem imitadores possiveis. E porque era assim, e porque só na recitação elle sabia encontrar o segredo das transições, e na voz a flexibilidade das phrases, a nota vibrante com que umas tinham de ser lançadas ou a arrastada lentidão com que outras tinham de ser pronunciadas para lhe dar a mordacidade correspondente, é que a leitura d'essas orações não traduz, não nos dá vislumbres, sequer, da impressão no momento produsida. Será sempre essa a sorte que espera, nas gerações por vir, os oradores de paixão, os oradores politicos que fazem sacudir, n'uma commoção profunda, a assemblea que os ouve, e que não tendo, em quem os lê, a impressão do acontecimento que dominava quem os escutou, nem podendo reproduzir a vibração occasional que sublinhou os intentos, não encontram a mesma admiração, nem podem produsir os effeitos que os registos da epocha archivam, ou a memoria dos que assistiram a outros, quer traduzir.

E' de notar que mesmo entre os que militavam mais ou menos ao lado de José Estevam, a admi-

ração pelo seu talento e qualidades de orador nem era geral, nem levava outros a escurecer defeitos que eram muito caracteristicos e merecem menção. O conde da Taipa, apreciando-o, dizia «que tudo quanto elle sabia, o tinha apprendido em S. Bento,» para salientar assim o pouco tempo que consagrava ao estudo. «Os seus discursos ainda hoje são tão abundantes de palavras como vasios de cousas. Dos do tempo das constituintes não fallemos, eram puramente, como dizia Vieira, maravalhas». N'um livro que teve grande popularidade, e que andava attribuido a Luiz Antonio Rebello da Silva, *Hontem Hoje e Amanhã*, o auctor desenhava assim o tribuno:

«José Estevão como orador cae n'um erro gravissimo — fala a todo o momento, e de tudo; mas falho de meios para ser prodigo, repete-se a todo o instante, offerecendo sem cessar aos ouvidos comida requentada. Em uma palavra, José Estevão renova o que a fama apregoa dos tão celebrados *improvisadores*, que glosavam o mote dado horas inteiras, e não diziam cousa nenhuma. Terrivel defeito! Demosthenes enfadaria, se não cessasse de falar.

. . . .

Como deputado, e como homem de partido J. Estevão possue qualidades apreciaveis, mas em uma e outra falecem-lhe condições sem as quaes não é possivel ser com vantagem o homem, ou o deputado, do partido que representa. Por *leveza* aventura-se com frequencia no parlamento; e meios e questões que devem melhorar-lhe a causa, aggravam-lhe as derrotas e peioram-lhe a situação; por *menos coragem politica* não adivinha as opportunidades e quando as conhece e ousa — passaram; e se as arrisca, balda esforços e colhe desenganos.»

Talvez coubesse recolher aqui, a seguir ao que se dizia de José Estevam, o que se dizia de Almeida Garrett, — que como orador parlamentar vai apparecer na proxima camara. Reservamos, porem, esse esboço para quando a individualidade politica do novo

deputado principia a accentuar-se e a impor-se á consideração e ás apreciações dos seus contemporaneos. Já agora, tendo uma noção mais nitida dos personagens em volta dos quaes se vão mover os episodios, podemos proseguir na exposição das luctas e peripecias que ligam a vida de Costa Cabral com a vida da nação.

O ministerio de novembro de 1839, — o ministerio Rodrigo Costa Cabral, como se dizia com verdade e exclusão do presidente Bomfim, — iniciou a sua acção parlamentar com propostas de lei d'um alcance manifesto: reformas administrativa, judiciaria, fiscal e lei do censo eleitoral. A opposição comprehendeu que necessitava entrar n'uma lucta activissima para impedir a fecundidade dos reformadores. Promoveu a accusação de trez dos ministros e por tal modo se houve na multiplicação d'incidentes, na provocação de violentos desacatos com o presidente, — Guilherme Henrique de Carvalho, depois bispo de Leiria, — que em 24 de Fevereiro os ministros apresentavam á rainha o decreto de dissolução, precedido d'um relatorio, no qual depois de explicarem como, em dois mezes de debate, só se podera apurar a aprovação dos dois primeiros periodos do projecto de resposta ao discurso da corôa, diziam:

«Antes querem sugeitar-se ao juizo d'outra camara, cuja opinião mais compacta tenha comtudo uma maioria menos favoravel para os actuaes ministros, do que ser protraido este estado impossivel para todo o governo, e insupportavel para toda a nação, e que Vossa Magestade é chamada pela constituição a terminar em virtude das prerogativas da sua corôa.»

A dissolução da camara abriu ensejo á intriga urdida por Antonio Luiz de Seabra, — principalmente

coadjuvado por J. A de Magalhães, — com o intuito de preparar elementos que pozessem nas suas mãos os destinos da situação. Principiaram por captar adeptos em reuniões celebradas em casa do deputado Manoel Joaquim Cardoso Castello Branco. Fundaram o *Director* para pregoarem a doutrina de absoluta dedicação ao cartismo puro. Acercaram-se do governo para d'elle lograrem favores e protecção em beneficio dos seus recommendados que concorriam ao suffragio. Forjando, assim na treva, a sua conspiração, lançaram-se com afinco na lucta eleitoral. Mas a difficuldade de manter secretos os reservados intuitos, e a pouca habilidade com que o *Director* os deixou, afinal, transparecer, poseram de sobreaviso Rodrigo e Costa Cabral. A falange primeiro arregimentada viu-se muito reduzida, — e, aos que ficaram, ainda as manhas do ministro do reino lograram captar a adhesão, ou comprar o voto. Seabra e Magalhães tiveram, porém, o seu grupo, conseguiram accentuar a scisão, abriram na camara registro a um partido proprio; mas se conseguiram assim mostrar a sua má vontade e deixar bem patente os seus ambiciosos propositos, não alcançaram nenhuma das vantagens decisivas que levavam em mira. O pretexto que adoptaram para o rompimento, foi a recusa do governo á nomeação de dois parciaes seus, — um para correio-mór no Porto e outro para contador-geral em Aveiro. O motivo era mesquinho e ficou antipathico.

Na nova camara a batalha foi renhidissima. No debate da resposta ao discurso da coroa, J. A. de Magalhães, declarou-se o chefe do novo grupo e annunciou que o governo tinha a haver se com os septembristas e com os cartistas, com duas opposições ambas dicididas e intransigentes. Costa Cabral, respondeu:

—«Sigam seu caminho, a antiga e nova opposição: appareçam milhares de opposições, que o ministerio, firme no seu systema e fiel ao seu programma, ha-de encarar com denodo os ataques de uns e de outros; e emquanto a maioria da camara nos prestar o seu apoio havemos de trabalhar para arrancar a nossa bem desgraçada patria ao estado em que foi sepultada.»

A estas palavras em que a energia se allia ao desdem pela ameaça, correspondeu o discurso todo, que é notabilissimo, porque uma a uma levanta todas as arguições e a todas vai successivamente esmagando, com um vigor e uma clareza inimitaveis. Aos que accusavam a situação de desattender os negocios externos, replica com uma revista minuciosa das relações em que o paiz se encontra com as potencias extranhas. Aos que o apontaram como intolerante, contrapoz o proceder que elles tiveram, demittindo o arcipreste de Soure, Manoel de Lemos Figueiredo, *por ser notado que frequentava muito a casa de Francisco Carvalho que tinha acceitado dos cartistas o governo civil de Coimbra*, — e como este, e por semelhante motivo, outros que citou. «Queriam exemplo da solidariedade ministerial?» Leu-lhes uma portaria redigida por José Alexandre de Campos, em 27 de novembro de 1837, ao administrador geral interino de Castello Branco, em que o ministro declarou, textualmente, *que a portaria por elle citada, do ministerio dos negocios estrangeiros, não fazia lei para o da justiça, por onde se tem demittido e continuará a demittir os empregados que não mereçam a confiança publica.*

Esta leitura produziu o mais viva sensação A maior parte da camara, posta em pé, protesta contra a doutrina e dirige apostrophes indignadas contra o auctor d'ella. Mal serenada a agitação, Costa Cabral explica porque suspendeu trez juizes, cousa

que provocava a censura aspera, especialmente da opposição mais moderna em data:

— «Esse que suspendi nunca duvidou do direito do governo senão quando, depois de mover os maiores empenhos para que eu revogasse o decreto, decidi negativamente; e obrei assim porque a rasão que se me apresentou foi o arranjo de um casamento n'esta capital, com uma menina que não tinha o consentimento do pae! *(Sensação)* E havia eu como ministro das justiças annuir a isso?»

O discurso foi magnifico, a decisão na replica e a justeza com que foram parados e devolvidos os golpes dos adversarios, mais instigou estes na lucta. Quando dias depois o conde de Villa Real, ministro dos estrangeiros, — que era um homem da mais fina educação e da maior amenidade de trato, — por equivoco, ou por proposito, chamou deputado por Alcobaça a Antonio Luiz de Seabra, — que nas polemicas do tempo era accusado de se ter apoderado de objectos pertencentes ao famoso mosteiro da terra indicada, — o tumulto na camara tomou proporções d'arruaça enorme. Mas o ministro dos estrangeiros não era figura por tal forma preponderante no gabinete, que pozesse em risco com a sua saida a existencia ministerial. Foi, pois, contra Bomfim, Rodrigo e Costa Cabral que se acirrou a contenda, que se multiplicaram as accusações, que se reproduziram com afinco calumnias insistentes, desde muito editadas e engrandecidas. Em agosto tentaram os septembristas, e os seus colligados cartistas, passar das luctas parlamentares á sublevação nas ruas. No dia 11, e pela noite, tentaram a aventura assaltando o arsenal do exercito, para retirarem as armas que para proseguir na revolta necessitavam; mas uma força de caçadores 3 afugentou, como um bando de pardaes assustadiços esses timidos conspiradores, já ao tempo privados de commando superior, — porque o

major Cabral, que se arvorára em chefe, se pozera a bom recato antes mesmo de apparecer o primeiro soldado disposto á resistencia! A *ententona*, como os hespanhoes dizem, a *pavorosa*, como entre nós se lhe chama, foi tão de molde a servir os interesses do governo, teve tão pouco de temerosa e prestou-se tanto a declarações altisonantes nas duas camaras, que os septembristas e cartistas reciprocamente se accusaram da origem interesseira de invento de tão fugaz duração. Mas dias depois, a 26, a revolta rebentava em Castello Branco, sob a direcção do tenente-coronel do 6 d'infanteria, Miguel Augusto de Souza, e encontrava echo em Marvão onde estava tambem um destacamento do mesmo regimento. O 9 e o 13 d'infanteria, que tinham entrado no plano dos conjurados, conservaram-se fieis. O pobre Miguel Augusto pagou com a vida a loucura da tentativa! A 11 de setembro os seus soldados, quando elle os conduzia da Guarda para Almeida, — procurando collocar-se em situação de refugiar-se em Hespanha, se não lograsse vêr propagado o movimento, — revoltavam-se, assassinavam-n'o e abandonavam depois o corpo, sem lhe darem sepultura! «Ao crime poz termo outro crime!» gritavam os amigos do governo, explicando este episodio inesperado, que punha subito remate ao que por instantes se esperou fosse o inicio d'uma nova guerra civil.

As camaras, entretanto, nem suspendiam as suas sessões, nem afrouxavam nos debates animados. Costa Cabral ia visilmente levando Rodrigo de vencida nas adhesões e sympathias da maioria. A rivalidade accentuava-se. A camara fechou, pretextando-se a larguissima sessão havida, o que era verdade, mas sem se realizar a approvação do accordo com a Hespa-

nha para a navegação no rio Douro, o que era um compromisso solemnemente tomado com o governo de Madrid. Como um bando de abutres, famintos, que nada detem no ataque, os que ambicionavam empolgar o governo, atiraram-se com furia criminosa á exploração da falta de palavra havida com o estrangeiro pelo governo do seu paiz. Era o plano da *Joven Iberia?* Era a combinação da juncção dos dois povos peninsulares em uma republica federal? Parece. O que é certo é ter o governo hespanhol apresentado uma nota pedindo a immediata aprovação do accordo, sem intervenção das côrtes, ameaçando, em caso contrario, com a invasão das suas tropas. A' frente do governo de Hespanha estava então Espartero. O ministro em Lisboa era pessoa muito sua dedicada, Aguilar. Em que relações estavam com este os septembristas? Quem der credito ao que os cartistas escreveram, então, e ainda depois por occasião dos debates na camara, na sessão seguinte, essas relações de entendimento seriam muito intimas. José Estevam foi apresentado como um dos mais comprometidos n'essa intimidade, e os seus discursos sobre o conflicto, em que elle mostrou conhecer os mais intimos e secretos detalhes do que se suppunha ser segredo entre as duas chancellarias, muito contribuiu para radicar a crença dos que o accusavam de pôr os interesses odientos da politica acima dos deveres patrioticos para com a nação.

A actividade do governo tinha, n'este episodio, grave ensejo de manifestar-se com clareza. A's negociações diplomaticas alliou-se a energia e a rapidez nas providencias que correspondiam: suspenderam-se as garantias; crearam-se batalhões nacionaes em Lisboa e Porto; fez-se um recrutamento forçado; chamou-se a mocidade aos alistamentos voluntarios; encorporaram-se novamente nos corpos todos

os soldados licenceados desde 1834; readmittiram-se os officiaes inferiores reformados desde 1837; organisaram-se divisões; distribuiram-se commandos; preparou-se o trem da guerra; pozeram-se na fronteira as forças precisas para vigilancia e defeza. Ao mesmo tempo, prevenia-se o governo inglez do conflicto, e faziam-lhe aviso de que, chegado o *casus fœderis*, o cumprimento dos antigos tratados seria reclamado.

No paiz o movimento d'enthusiastico patriotismo para a resistencia, lavrou d'um a outro extremo, como se a nação voltasse aos tempos heroicos das grandes luctas peninsulares. Quando, sem se ter chegado ao rompimento, mas sem resolução do conflicto, a rainha, em 2 de janeiro de 1841, veiu abrir a sessão, e no discurso real deu noticia da occorrencia, nem ella, nem ninguem, deu mostras de se apavorar com as consequencias. Pelo contrario! Desde a soberana até ao mais boçal dos populares, que n'esse dia acudiram para a saudar no largo das côrtes, havia uma alegria transparente, um enthusiasmo manifesto, uma aspiração bellicosa, que illuminava todos os olhos e resplandecia ridente em todas as physionomias! Um chronista dá este testemunho expressivo:

«A sessão de 2 de janeiro de 1841 ha sido das mais notaveis pela grande concorrencia de membros do corpo legislativo, pela numerosissima affluencia d'espectadores no transito de SS. MM. e nas galerias e pelo enthusiasmo não reservado que ressumbrava de todos os rostos, e que mais d'uma vez, e em mais d'um logar, se patenteou com ardor vehemente. A propria Rainha como que parecia mais animada e mais formosa n'aquelle dia! Tudo indicava que, se acaso se tornasse inevitavel a calamidade da guerra com a Hespanha, os portuguezes de hoje não desmereceriam dos portuguezes d'Aljubarrota.»

Os trabalhos preparatorios da nova sessão correram rapidissimamente. No dia 13 o debate sobre o

regulamento da navegação do rio Douro, tornado em *casus belli*, começava. Trez dias depois estava votado. A razão para a desavença internacional acabava. O sonho do conflicto guerreiro desvanecia-se — mas acabava, sem o desdouro que a Hespanha quizera impôr: não se prescindira das côrtes para o que se devia previamente pedir-lhe; não se convocaram especialmente para o effeito, porque não se antecipou um dia áquelle que a constituição fixava para a abertura ordinaria.

De resto a parte do discurso da corôa, communicando os acontecimentos, merece ser aqui transcripta, porque a sua linguagem, serena e altiva, sem provocação, dá a medida exacta de como o governo do tempo fallava não só ao paiz mas ás nações mais poderosas:

E'-me penoso ter de annunciar-vos que o governo de Sua Magestade Catholica, por motivo da questão da navegação do Douro, apresentou uma exigencia injusta á qual me era impossivel annuir, e que deu fundamentos a serios receios de que houvesse a intenção de romper a alliança e amizade que subsistia entre as duas nações com muita vantagem d'ambas.

Vi-me portanto obrigada a tomar as providencias que as circumstancias exigiam, para em todo o caso manter illesa a constituição do estado, e conservar a dignidade da corôa, e a independencia nacional, na esperança de que conseguiremos remover injustas desconfianças, e pôr termo á desintelligencia que tão sem fundamento se suscitou.

Não era possivel que na presença de tal occorrencia deixasse o meu governo de communicar, como effectivamente communicou ao de Sua Magestade Britanica o estado d'este negocio, a fim de reclamar, quando fosse necessario, a execução dos tratados de alliança entre as duas corôas. E, para dar prova da lisura do nosso proceder, declarou posteriormente que acceitaria a mediação de Sua Magestade Britanica se o governo hespanhol a acceitasse tambem pela sua parte.

Desde logo, porém, julguei indispensavel recorrer aos meios extraordinarios que a constituição do estado faculta ao governo para pôr o paiz em estado de defesa, e resistir a qualquer aggressão.

Basta deixar consignado que na occasião em que este discurso foi pronunciado, o conflicto ainda não estava inteiramente sanado, e que para se darem todas estas explicações, tão completas e terminantes, ainda não era costume dizer ao paiz «que esperasse, para sua illucidação, pelo apparecimento do *Livro Branco* e pelo desenlace das occorrencias». O parallello com outras occorrencias contemporaneas é dispensavel, porque naturalmente se formará no espirito de quem lêr.

Arredada esta complicação de ordem internacional, o governo cuidou ser chegado o momento de se entregar com afinco á reorganisação da fazenda publica. Florido, que não concordou com a reforma dos foraes, demittiu se, sendo substituido por Manoel Gonçalves de Miranda,—que sendo muito dado aos estudos abstractos, pelo que o diziam retratado no Agricola, de Tacito,—cedeu o lugar, a curto espaço, ao barão do Tojal. A intriga politica, porém, supplantou todos os bons propositos. As divergencias entre Rodrigo e Costa Cabral deixaram de sêr mysterio e appareceram sem resguardo. A maioria dividiu-se em dois bandos,—correspondentes á sympathia professada por um ou por outro. Na camara dos deputados o numero estava com Costa Cabral; nos pares os amigos de Rodrigo dominavam. Foi de toda a evidencia não poder prolongar-se este duello entre collegas do mesmo gabinete. Os mesinheiros intervieram, como sempre, e procuraram uma conciliação. O deputado José Ricardo Pereira de Figueiredo tomou a iniciativa d'uma reunião privada, á qual resolveu convocar os ministros e os que o apoiavam, obrigando-os a explicações que determinassem o desapparecimento da desavença ou os levassem á resignação do mando. O ministerio acudiu ao cha-

mamento. Escolheu-se o local. Foi no edificio do Thezouro Velho, que um incendio depois destruiu. Durou horas o debate, absolutamente improficuo, porque os desavindos allegaram que a sua divergencia não era baseada em rasões de interesse publico, mas de ordem privada, e estava por isso fóra da interferencia d'amigos politicos.

Seria um milagre nunca succedido desde que no mundo se effectuam reuniões d'aquellas, conservar em segredo o qne perante pessoas de tão desenvolta lingua se passára. No dia seguinte na cidade ninguem ignorava, com minucias de detalhe, tudo o que fôra dicto, tudo o que se deixára subintender. Na camara e nas galerias não ficou logar desoccupado. Era corrente que o escandalo que ia produsir-se, daria em terra com o governo inprudentemente fraccionado.

Foi José Estevam quem, escalando a palavra sob um pretexto futil, alludiu á reunião da noute anterior e satyrisou, umas vezes com violencia outras com real homorismo, esse episodio extranho do ministerio adverso. Mas por isso mesmo que o ataque foi formidando e que a victoria, julgada certa, foi descontada com excesso e engrandecida com inhabilidade, o que na vespera, entre os da mesma grey, se não podera fazer, operou-se ali perante o rancor manifesto e a provocação triumphante dos adversarios jubilosos. Rodrigo, que foi quem deu a replica, foi habil e foi digno; soube ganhar os applausos dos indispostos e impor-se a si, e impor os collegas, ao respeito dos contrarios. Costa Cabral, emquanto o collega fallava, pagava-lhe com a mesma generosidade de proceder: dava explicações a uns, afagava outros, assoprava aqui uma vaidade, reatava alem uma dedicação, pedia com auctoridade a este, solicitava com affecto aquelle, — e quando se chegou

á votação, pedida nominalmente, 21 votos de maioria asseguravam a victoria da situação, que se suppusera perdida n'esse recurso supremo á manifestação clara das opiniões da assemblea legislativa.

Quando a sessão se levantou, Rodrigo querendo manifestar a Costa Cabral como era passada a desavença, abeirou-se d'elle e n'uma impaciente e effusiva manifestação d'affecto . beijou-o. Este modo de traduzir o carinho entre individos do menos amavel sexo, tem tradições que não abonam a lealdade no proposito, nem acreditam a estabilidade no sentimento. Entre estes dois homens não ficou desmentido, n'esse osculo de paz, o reservado intento que esporeava as ambições secretas, que só podiam triumphar á custa da supremacia d'um d'elles. Como o beijo não manteve illusões, que seriam perigosas, osculo e votação não dispensaram um adiamento nas sessões parlamentares. Estava-se em 22 de março do anno do Senhor de 1841 e fez-se a despedida ás camaras até 25 de maio seguinte. Precisavam-se de dois mezes para evitar a necessidade d'outras beijocas conciliadoras!

O adiamento não produsiu os effeitos que d'elle cuidaram alcançar. Na maioria os que suppunham herdar da desavença beneficio pessoal, ou satisfação a ambições politicas, redobraram em intrigas persistentes. Engrandeciam a propria dignidade para marcarem a repugnancia em apoiarem uma situação, que disiam enxovalhada pelas desavenças intestinas. Assustavam-se com a vehemencia das polemicas com que a imprensa partidaria tratava de assoprar as paixões. Tiritavam de susto pelas consequencias a que daria logar a conservação em armas dos batalhões nacionaes, chamados ao serviço na imminencia

do conflicto iberico. Foi este até o primeiro ataque que o ministerio teve d'acceitar quando o dia 25 de maio chegou e as camaras de novo reataram os debates. Logo quatro dias passados, a 29, o conde da Taipa, espreitando um ensejo habilidoso, que resultára da accidental retirada da sala de alguns dos governamentaes mais seguros, provocou uma votação em que houve empate. Repetida a votação, na sessão immediata, apurou-se para o governo uma maioria de sete votos. O ministerio comprehendeu que o numero dos que ficavam, não valia o significado dos que lhe faltavam. Demittiu-se.

Foi o duque da Terceira o chamado primeiramente, a conselho dos presidentes das duas camaras. Não tendo alcançado exito para as tentativas que fez, declinou o encargo. A rainha chamou então Costa Cabral e Rodrigo. Eram os chefes das maiorias parlamentares, elles só, juntos, podiam, portanto, congregar os elementos indispensaveis á formação d'um ministerio auxiliado pelas camaras. Os dois indicaram, como pessoa capaz para vencer os embaraços da conjunctura, Joaquim Antonio d'Aguiar. Assim succedeu, effectivamente. A 9 de junho o novo ministerio apparecia assim constituido: Joaquim Antonio d'Aguiar, presidencia e reino; guerra, conde de Villa Real; fazenda, Antonio José d'Avila; marinha José Ferreira Pestana. Nos estrangeiros entrava... Rodrigo da Fonseca Magalhães; na justiça ficava... Antonio Bernardo da Costa Cabral. Tornavam a beijar-se? Não era provavel, embora ambos ficassem no ministerio organisado. Rodrigo resignára-se á situação de renuncia á pasta politica, a que principalmente devia convir á conspiração a favor da sua supremacia. Ficava, mas ficava vencido. O rival, portanto, triumphava, e d'este novo embate de interesses, o quinhão valioso fôra o que pertencera a

Costa Cabral. Como se está vendo, a personalidade d'este era a que se ia progressivamente engrandecendo. Todas as luctas tinham para elle um remate proveitoso. Indifferente ás más vontades, superior ás resistencias, tirando proveito de todas as situações, vencendo todos os obstaculos que lhe oppunham, subia, subia, sempre! Já todos o viam, já na consciencia de todos entrára a superioridade politica d'essa figura primacial. Em volta d'elle ia, por isso mesmo, crescendo, successivamente, o numero dos que procuravam a fortuna com o auxilio do seu manifesto poderio.

A par com a habilidade politica, a iniciativa do administrador illustrado manifestava-se poderosamente na gerencia da sua pasta. Não havia dependencia da sua secretaria d'estado em que não deixasse funda marca da sua mão habilissima. Na justiça a *Novissima Reforma Judiciaria* foi, por si só, monumento que por muitos annos se impoz á admiração de todos os legistas; mas ao lado d'esta obra admiravel, que facilitou e regulou a acção dos tribunaes patrios, appareceram providencias de toda ordem: regulamentou a apresentação dos juizes e empregados, que com livre arbitrio tomavam conta dos cargos ou se ausentavam d'elles; creou as informações sobre a aptidão dos funccionarios, para regular o merito das promoções; providenciou sobre as substituições occasionaes; reorganisou o ministerio publico; regulou o regimento das prisões e degredos; estabeleceu as funcções periodicas das audiencias geraes; marcou as attribuições dos juizes ordinarios, eleitos e de paz; modificou os tribunaes do commercio; fez a divisão dos circulos de jurados; publicou uma lei d'imprensa que ainda hoje é modelo, nunca mais imitado, pela deducção logica do ponto de vista que a inspirou; organisou o projecto de responsabi-

lidade dos funccionarios de justiça; legislou sobre a transferencia dos juizes, para regular o preceito constitucional, e fez a lei que reintegrava os magistrados que por motivo da revolução de setembro tinham saido do serviço. E não foi tudo!

Pela repartição dos ecclesiasticos não foi menos fecunda e larga a sua iniciativa: reintegrou todos os ecclesiasticos fóra das dignidades por motivos politicos; tratou do provimento idoneo e regularisação das cadeiras prelaticias; reprimiu com vigor o arrojo dos delegados apostolicos, sustentando com firmeza a prerogativa real na apresentação e nomeação de todos os beneficios e dignidades ecclesiasticas; manteve com energia a doutrina da necessidade do previo beneplacito real para a execução das bullas, breves, rescriptos ou lettras apostolicas; e sustentou com afinco a necessidade de permissão regia para a publicação de quaesquer pastoraes. As suas polemicas a este respeito com as auctoridades da egreja ficaram como licção, e por isso são documentos memoraveis e ainda hoje indispensaveis. Muitas outras providencias passamos de salto, n'esta rapida resenha, para lembrar que foi ainda á sua acção que se deveu o acabar a resistencia de Roma ao reconhecimento do governo da rainha.

Não será tudo isto de molde a explicar porque é que este homem, de tão grande e robusta intellectualidade, ia successivamente dominando e impondo-se á sociedade contemporanea, e subindo, subindo sempre, na influencia politica e na admiração, no real fanatismo, que lhe votavam tantos dos homens do seu tempo?

CAPITULO III

Costa Cabral — Restaurador da Carta

Na camara dos deputados o ministerio presidido por Aguiar sustentava uma grande lucta para fazer triumphar o plano financeiro apresentado por Antonio José d'Avilla. Queria a opposição que se pozesse *ponto* no pagamento das dividas passivas do estado, excepção feita da consolidada e estrangeira. A maioria regeitou, mas a batalha foi d'uma violencia extraordinaria, distinguindo-se á frente dos exaltados o conde da Taipa. O projecto dos foraes deu ensejo a novas violencias, mas todas ellas ficaram a perder de vista perante as occorrencias das sessões memoraveis de 15 de julho e 14 d'agosto d'esse anno da graça de 1841.

Na primeira, no dia 15 de julho, foi Garrett o actor principal. O ministro do reino, Aguiar, demittira Garrett de vice-presidente do conservatorio, de inspector dos theatros e dos outros cargos que tinha de dependencia do governo. O demittido attribuiu o aggravo a suggestão do ministro da fazenda, Avila. Tanto bastou para preparar contra este um

desforço, que ficasse memoravel. Pausadamente, na tranquillidade do gabinete, poz todas as suas faculdades de litterato e toda a irritação de demissionario, ao serviço da desforra ruidosa. A obra sahiu a altura dos meritos insignes de auctor de tão preclara nomeada. A leitura prévia, aos amigos, teve applausos como se fôra obra destinada ao theatro; a recitação, dias depois, na camara, produziu um escandalo colossal. Nunca se viu descomponenda mais altisonante — em que ao louvor proprio se antepunha a desrespeitosa negação do merito alheio.

Deve aqui notar-se que Garrett, como deputado, não póde ser apresentado como exemplo ao que se dizia ser lemma dos antigos portuguezes: uma só fé, e uma só palavra. Não houve lado da camara por onde elle não passeasse a volubilidade das suas opiniões, sustentando com brilhantismo de estylo principios e doutrina que, com floridas imagens e a mesma riqueza de palavra, outras vezes não combatesse e destruisse. O que fez com as ideias fez com os homens. Procurava derrubal os a golpes de phrases tremebundas, para mais tarde os abraçar, exaltando-os com elogios, que raiavam pelo enthusiasmo mais incondiccional. Com o Avila e com este discurso a regra que marcamos não soffreu alteração apreciavel. Tempos volvidos, voltaram ás relações affectuosas com a previa *amende honorable* pelo flagicio immerecido, por o têr comparado ao emplumado e vaidoso marido da gallinha... D'esta invencivel mobilidade de crenças e affectos resultava uma carencia absoluta d'influencia ao orador parlamentar. Emquanto fallava, a magia da sua dicção dominava pela belleza da forma: applaudiam, riam, choravam, se é que elle queria arrancar o applauso, determinar o riso, ou provocar as lagrimas; — mas quando elle concluia, desapparecia logo o extranho encanto; evolava-se,

como a recordação d'um sonho, a memoria dos seus periodos deliciosamente contornados; como se fossem as petalas coloridas d'uma flôr que a morte desfolhasse e o vento, no forte torvelinho, arrastasse para longe, já desbotadas, sujas e despresiveis, — assim aquellas opiniões, que pouco antes tinham provocado o espanto com a sua coloração brilhante, feneciam e tombavam sem provocarem mais cuidados, nem determinarem mais duradoura impressão! Dir-se-ia que esses discursos, que egualavam as maravilhas pyrotechnicas, no extraordinario dos effeitos esfusiantes e nas transmudações rapidas, como ellas se apagavam subitamente, sem deixarem mais do que a fugaz lembrança da estupefacção d'alguns instantes de deleitoso enlevo. Qualquer outro orador, sem tamanha riqueza d'expressão, pallido e desataviado de phrase, conseguia firmar com mais prolongada insistencia a opinião que versava. O poeta era admirado, mas o politico era tido na situação depreciadora da absoluta falha d'orientação positiva e pratica. Esta nota traduzia-a com rigor, assim, um dos mais imparciaes chronistas do tempo:

> Garrett, ligado a um partido, escreve, falla, maneja, trabalha; porém os proprios com quem se acha, creem tão pouco nas suas obras, quão franco os a quem na camara se dirige acreditam nas suas palavras...
> Só a fé transfere montanhas.
> Nem como deputado, pois, nem como homem de bando, Garrett deve ser temido, porque em continuo descontentamento de si e dos outros, fôra mistér um milagre para mudar de natureza, e o Evangelho poz por condição a taes milagres a *fé*. O a favor de Garrett é impossivel.

Esta volubilidade d'opiniões de Garrett valeu-lhe dissabores e determinou-he accusações que provocaram mais d'um conflicto. No sessão de 10 d'agosto de 1842, por exemplo, Costa Cabral referindo-se

ás mudanças por que tinham passado na politica tantos dos homens presentes, dizia:

— Quem ha ahi que possa dizer-se sempre coherente em politica desde 1820 até hoje? Levante o dedo para o ar, que eu vou fazer-lhe a devida anatomia.

Garrett berrou do seu logar:

— Aqui estão alguns.

Costa Cabral, encarou-o e retrucou:

— Se ainda fosse outro orador o que levantasse a luva, passe, mas o nobre deputado! Ha-de permittir que me ria...

E proseguiu n'este tom, entre despresador e violento.

O outro conflicto parlamentar a que fizemos allusão, aquelle que teve logar na sessão de 14 d'agosto, teve outra retumbancia e outras consequencias muito diversas do provocado por Garrett, para desabafo dos seus queixumes pessoaes. Foi no debate sobre a reforma das congruas parochiaes. Ferraz e Seabra combatiam o parecer da commissão, sustentando um outro projecto da iniciativa de Cardoso Castello Branco. Este deputado era jornalista; redigia o *Constitucional*, de que os outros que indicámos eram tambem collaboradores. A gazeta empenhára-se muito em mostrar as vantagens do projecto, que os seus redactores inculcavam ser a ultima palavra na sciencia applicada ás congruas dos parochos. O que na verdade elles tratavam, era de preparar um elemento de preponderancia para as futuras eleições, em que o clero representava parte proveitosissima para a galopinagem respectiva. Chegára-se ao encerramento da discussão e entrára-se, antes da votação, n'um debate para explicações pessoaes. Costa Cabral, que fôra duramente atacado e até injuriado por Ferraz, alludiu ao *Constitucional*, e ás suas opiniões com ma-

nifesto despreso. Os redactores ergueram-se em grita furibunda. Primeiro foram injurias, depois... foi pancadaria. A camara toda se embrulhou no conflicto, que chegou ás proporções de uma desordem em tasca das alfurjas da Mouraria!

O episodio não acreditára a camara, mas não fizera cahir o governo. A 20 de janeiro seguinte, 1842, verificava-se que os cartistas tinham triumphado por toda a parte nas eleições municipaes. A posse dos chamados a reger o municipio portuense, realisada n'esse dia, determinou uma grande manifestação no theatro de S. João. O hymno da Carta foi tocado e cantado entre delirantes ovações á rainha. A imprensa affecta ao cartismo emprehendeu uma campanha enthusiastica, solicitando do chefe do estado e da iniciativa arrojada de Costa Cabral, a restauração immediata, por decreto regio. No dia de Reis, as manifestações portuenses subiram ainda em atordoadores e unanimes hymnos de victoria. Aguiar, presidente do conselho e ministro do reino, ao saber das occorrencias, em vez de reprimir o movimento, acudiu... com uma portaria, em 20 de janeiro, dirigida ao administrador geral do districto, na qual, em nome da rainha, lhe significava «o particular agrado pela narração que dos factos lhe fizera em officio». Costa Cabral, que via mais longe e percebeu melhor a importancia e o partido a tirar do que se passava no Porto, com o pretexto de tratar um negocio de familia, partiu para ali, por mar. Desembarcava no dia 19. O acolhimento foi delirante. A sua primeira visita foi á Lapa, onde se guarda o coração do imperador. A ida até á igreja e o regresso tomaram proporções d'uma grande marcha triumphal. No dia seguinte, — no mesmo dia 20, que a portaria d'Aguiar

registra, — o movimento contava com a sua decidida adhesão. Era elle quem, no theatro de S. João, levantava os vivas. A 27 a Carta era proclamada, e uma junta de governo constituida assim: presidente Antonio Bernardo da Costa Cabral; vogaes: barão da Ponte de Santa Maria, commandante da 3.ª divisão militar, Marcelino Maximo d'Azevedo e Mello, administrador geral do districto do Porto, e secretario Antonio Pereira dos Reis, official mais graduado da secretaria da justiça e deputado ás côrtes. Todos se passavam. Tudo desertava! Com todos os elementos, com a força publica e com os cofres publicos, lançou se um manifesto ao paiz, e lançou-se um exercito a caminho de Lisboa.

Desde que empolgára e dirigia o movimento, Costa Cabral escreveu á rainha, contando o que occoria, e telegraphou aos collegas do ministerio noticiando o que fizera. No governo, Rodrigo, Avila, Pestana e Aguiar eram signatarios do protesto de 1836, contra a revolução de setembro e a favor da Carta. O conde de Villa Real tinha um filho que perdera uma das pernas na revolta que abortára no Chão da Feira. Por este lado, parecia, pois, que a attitude do ministro da justiça, e o movimento de que elle tomára a direcção suprema, representariam a aspiração mais viva dos seus companheiros de gabinete. Seria, comtudo, desconhecer em absoluto as paixões humanas, e principalmente ignorar as inevitaveis rivalidades entre politicos, suppôr-se que podia sêr tomada á boa parte, a supremacia que sobre todos se formava. Rodrigo, como era de rasão, pôz-se á frente da intriga. O seu principal auxiliar foi Dietz. O secretario d'el-rei D. Fernando era dominado por Fonseca Magalhães, que com esse collaborador poderoso conseguiu apavorar os soberanos, engrandecendo os riscos da restauração cartista. O aju-

dante d'ordens Sarmento, foi mandado pela rainha ao Porto. Solicitou de Cabral e do Santa Maria a renuncia ao proseguimento do movimento, já a esse tempo com repercussão em outras terras do Minho, Trás-os-Montes e nas duas Beiras. Alguns houve que entraram em hesitações, depois de recebida a mensagem. Mas a energia e a resolução de Costa Cabral venceu os de mais dubia fé. Venceu-os com a palavra e venceu-os com as lagrimas, — segundo parece confirmar-se por testemunhas varias. Um momento houve em que a sua commoção nervosa chegou até á expansão em desafogo lacrimejante. Tinha todas as cordas na sua lyra, o grandioso artista!

O governo, entretanto, publicava um decreto demittindo o ministro da justiça. Parece que esse documento foi primitivamente precedido d'um preambulo, em que o demittido era tratado com singular aspereza. Mas essa parte não chegou a appparecer. Foi amputada, ficando só assim, secca e una, essa resolução solemne:

Hei por bem exonerar o conselheiro Antonio Bernardo da Costa Cabral, do cargo do ministro e secretario dos negocios ecclesiasticos e de justiça. O presidente do conselho de ministros e secretario d'estado dos negocios do reino o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em vinte e seis de janeiro de mil oitocentos e quarenta e dois. — RAINHA — Joaquim Antonio d'Aguiar.

Depois d'este decreto foi lançada uma proclamação aos portuguezes, no dia seguinte, 27. Convidavam-se estes a não tomarem parte no movimento, e convidavam-se as tropas a recolher a quarteis, com perdão ao passo já dado. Ao outro dia, 28, o governo tomava outra magna resolução: provocava uma reunião dos deputados em casa do presidente Jervis d'Athouguia, e outra dos pares do reino, no

palacio de Palmella. O expediente não logrou sêr tomado a serio, e José Estevão, — pondo de parte as conveniencias da propria politica para se inspirar no ridiculo ostentado pelas apavoradas gentes, — flagellou o prodigio . . . operado pelo medo em pessoas tão valorosas. O que o não dispensou de castigar tambem com aspereza Costa Cabral. Depois d'este discurso, o debate embrulhou-se até chegar quasi a tumulto aberto. Cesar de Vasconcellos reclamou que se resistisse á força com a força – o que não despertou enthusiasmo, — conseguindo-se unicamente um modesto protesto, que muitos dos presentes se furtaram a assignar, retirando-se da sala... *á capucha.* Na reunião dos pares os salões do nobre duque ouviram menos berratas, — porque tiveram mais modesta concorrencia. Para se alcançar o apparecimento do protesto dos pares do reino foi preciso andar de porta em porta, a esmolar dos proceres a benevolencia da sua firma no documento que veiu a lume.

O *Correio Portuguez*, orgão dos cartistas, deu o troco ás bravatas de Cesar de Vasconcellos, desafiando os que appelavam para a força, a realisar a ameaça. E constituiu-se, seguidamente, uma commissão directora para apoiar e auxiliar Costa Cabral no proseguimento da restauração.

Mais e melhor do que tudo quanto se podia escrever sobre a differença de valor dos politicos que principalmente se empenharam na lucta com o homem energico que no Porto os combatia, resulta, naturalmente, do confronto com a attitude por este tomada. Emquanto elles em Lisboa o tentavam apavorar com protestos e decretos de demissão, respondia-lhes elle fazendo marchar, no dia 3 de fevereiro, em direcção a Lisboa, a 1.ª brigada d'operações, sob o commando do barão das Lages; no dia 5, seguia pela mesma estrada a 2.ª brigada ás or-

dens do barão de Vallongo; no dia 7 a 3.ª brigada dirigida pelo barão de Vinhaes. Com a segunda brigada seguiu Costa Cabral, esperando em Coimbra as restantes forças da *Junta Provisoria*, que chegaram no dia 9.

Entretanto o movimento repercutiu-se na Estremadura. Beja pronunciava-se a favor com as tropas que guarneciam a cidade. O governo não sabia d'outros recursos para oppor... senão os que resultavam de papeis com prosa varia! Não deu a este respeito por esgotados os mirificos inventos! A mais do que isto só pediram á rainha... que suspendesse os seus passeios na cidade, para evitar pedidos dos que sympathisavam com o movimento portuense. A rainha accedeu, mas o *Correio Portuguez*, que soube do pedido e do deferimento alcançado, denunciou-o, condemnando-o com vigor, e pedindo ao povo de Lisboa para segundar o da capital do norte. O governo mandou impedir a circulação da gazeta, e elaborou, depois, um decreto supprimindo o jornal,—decreto que foi impresso mas não chegou a ser publicado, porque tendo sido elaborado por Antonio José d'Avila, que tomára, na occasião, a iniciativa de todas as resistencia... em prosa, não mereceu a approvação dos outros companheiros.

A inhabilidade dos antigos companheiros de Costa Cabral tornava-se agora patente. Como se fosse um corpo privado do cerebro, desde que o ministro da justiça lhe faltára com o seu conselho, os ministros não acertavam com o que deviam fazer. O duque da Terceira, commandante da divisão, solicitado para tomar uma attitude decidida em contrario á restauração, recusára tenásmente. Então, de repente, no dia 7 de fevereiro, o gabinete Bomfim, que sabia a guarnição do Porto já em Coimbra, demittiu-se, constituindo-se um novo governo assim formado:

duque de Palmella, presidencia; Joaquim Antonio de Magalhães, reino e interino da Justiça; Sá da Bandeira, guerra; Avila, interinamente fazenda; Jervis d'Athouguia, marinha. No dia immediato a pasta da justiça era provida definitivamente, entrando para a sua gerencia Joaquim Filippe de Soure.

Era no entrudo — e o povo deu essa denominação foliona a uma situação que apparecia no carnaval e com elle veiu a morrer! Vindo para a resistencia, quiz mascarar a impotencia com alguns actos que nem chegaram a apparecer. Um d'esses foi o da demissão ao duque da Terceira. A guarnição respondeu a essa tentativa. No castello de S. Jorge, na manhã do dia 8, caçadores 2 e infanteria 12, manifestavam-se a favor da restauração da Carta. Uma salva d'artilheria, logo ao amanhecer, annunciou á cidade essa nova sensacional. Duas companhias do 10 de infanteria marcharam sobre o castello, unindo-se aos manifestantes. Toda a guarnição pegou em armas. O 7, o 16, o 17 e lanceiros 1, vieram proteger o paço das Necessidades. Os outros corpos, sob o commando do conde das Antas, que o novo ministerio escolhera para commandar em chefe, tomou as posições que este julgou mais proveitosas. Jervis d'Athouguia projectou um grande golpe: mandou que saltassem em terra as forças de marinha. Sá da Bandeira ordenou que se abrissem os arsenaes, destribuindo-se as armas ao povo que as pedisse. Como complemento resolveu-se cercar o castello e levantar barricadas. Na cidade as festas alegres do entrudo foram assim paralysadas com um grande e justificado terror, pelas consequencias provaveis d'uma lucta, que se annunciava temerosa. Como era natural, temia-se o furor da anarquia, que

podia resultar d'esse imprudente armamento das baixas camadas, que desde muito sonhavam com um desforço sem precedentes.

O duque de Palmella a presidir a um acontecimento d'esta ordem, assoprando a fogueira que tudo devoraria nas chammas alterosas, dá bem a nota estravagante da loucura que acommettera os politicos da epocha, enfurecidos pela situação preponderante e dominadora que resultaria para Costa Cabral do triumpho alcançado no movimento audás que commandava e dirigia! Todas as lojas da cidade fecharam. Cada um dos que tinham a perder, entrincheirou-se em casa, esperando o assalto aos seus haveres—que era o que todos viam como mais positivo, se triumphasse a resistencia, organisada com elementos tão oppostos á boa ordem e tranquilidade social. O marquez da Fronteira, que tinha junto da rainha uma posição d'especial favor, advogou no Paço, com energia, a necessidade de retirar o poder aos que só sabiam conserval-o esteiados em forças que seriam indomaveis a qualquer disciplina,—se a victoria viesse dar-lhes aso a saciarem o appetite, desde longe incitado pela miseria. A rainha cedeu aos conselhos do marquez e ás observações concordantes do duque da Terceira. No dia 9 o ministerio do dia 7 recebia a demissão, e a quaresma viu já esse gabinete de trez dias, substituindo por outro, composto, interinamente, por trez homens: duque da Terceira, José Jorge Loureiro e Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque,—de quem lord Grey dissera, annos antes :

— Este homem d'aqui a vinte annos ha-de sêr um soffrivel... boticario!

Foi um desafogo! No dia seguinte, no Terreiro do Paço, uma enorme multidão acclamava a Carta,

e vindo em grande clamor até aos Paços do Concelho, fez com que a vereação fosse ao Paço pedir á rainha que deferisse officialmente aos votos populares. D. Maria II respondeu que o pedido estava antecipadamente deferido. Era verdade: o governo tinha já levado a assignatura o decreto respectivo. As cortes extraordinarias com poderes especiaes, estavam convocadas para 10 de junho.

A alegria explodiu por toda a parte nas mais calorosas demonstrações. Nos theatros, o hymno da carta era tocado entre acclamações enthusiasticas. Parecia que com a restauração se conquistava mais ampla liberdade do que a alcançada quando o throno da rainha, erguido sobre as ruinas do absolutismo, abria uma nova era nos fastos politicos do paiz! Mas a intriga, rastejando como vibora peçonhenta, preparava-se para bolsar o seu veneno terrivel. Rodrigo manobrava. Enroscado em Mousinho, suggeria-lhe agora planos habilidosos:

— Era preciso, dizia elle, aproveitar a restauração e inutilisar os restauradores!

Cabral era a sua preoccupação constante. Urgia diminuil-o para o aniquilar, enganal-o para de vez o derrotar. A redacção dos decretos da rainha, fôra precedida d'uma batalha vivissima, para conseguir vencer a teimosia com que o inspirado nas manhas do *raposa* queria lardeal-os de referencias malevolentes ao chefe da junta provisoria do Porto. Tendo que abdicar das suas exigencias, então, logo tirou desforço por outra forma indirecta: promover a nomeação de Rodrigo para o conselho d'estado, pondo assim em cheque os cartistas, privados de maioria, n'aquella alta corporação. Alcançou, tambem, fechar a porta do ministerio da justiça a Costa Cabral, fazendo preencher aquella pasta com a escolha de João Baptista Felgueiras.

O duque da Terceira, que tivera a fraqueza d'acceder a estas duas nomeações, comprehendeu a necessidade, e inspirou-se na justiça, de dar satisfação a quem realmente pertencia a gloria do movimento triumphante. O marquez de Fronteira foi mandado a Coimbra,—onde a junta do Porto, recebida a noticia da acclamação da Carta em Lisboa e dos decretos da rainha, declarava finda a sua missão, dissolvia-se e fazia recolher as tropas aos quarteis respectivos. Só depois d'isto, só depois de dar esta prova irrecusavel de desinteresse patriotico, é que o antigo ministro da justiça regressou a Lisboa. A viagem foi cortada de constantes adhesões: a recepção na capital tomou proporções de acolhimento enthusiastico a um triumphador.

O ministrerio Mousinho estava condemnado á sorte ephemera do da *entrudada*. A 24 de fevereiro era demittido, e uma situação clara e nitida, harmonica com o facto dominante, — a restauração da Carta, — apparecia emfim. O novo ministerio teve a seguinte organisação: duque da Terceira, presidente do conselho, ministro da guerra e interinamente dos estrangeiros; Antonio Bernardo da Costa Cabral, ministro do reino; Antonio d'Azevedo Mello e Carvalho, ministro da justiça; Antonio José Maria Campello, ministro interino da marinha; barão do Tojal, ministro da fazenda.

Estava completada a obra. Costa Cabral tomava o logar politico a que aspirava. A sua carreira era mais uma vez a resultante da sua indiscutivel superioridade. Vencia porque tinha mais talento, porque mostrára mais habilidade, porque sabia o que queria e ia direito ao fim que se propozera, porque não receiára jogar a sua existencia e a sua fortuna em lances aventurosos, sem medo e sem hesitações, amoldando-se rapidamente ás circumstancias, quando

as não organisava ou primitivamente a ellas estivera estranho.

Pode alguem, sem aggravo á verdade, bem patente, sem injuriar a justiça, bem clara, hoje que as paixões e interesses da occasião arrefeceram, denegar a grandeza d'esse homem, — figura dominadora, que sem possibilidade de comparação, apparece no periodo que aqui resumidamente esboçamos? Quem ha ahi assim talhado nos moldes bronzeos dos estadistas primaciaes, — «grandes pastores dos povos» segundo a phrase expressiva d'um historiador notavel?

Ao contrario do que se queria fazer acreditar, — e que a lenda, muitas vezes supplantando a verdade historica, deixa estabelecido, — os primeiros tempos de Costa Cabral como ministro do reino e figura dominante na situação que governava o paiz, encontraram uma opposição, uma hostilidade manifesta, tanto por parte das pessoas que melhor posição tinham no Paço como por parte da propia rainha. O acolhimento que a soberana fazia ao seu ministerio, era d'uma frieza gelida. Concordando com estas más vontades, appareceram queixumes e indisposições de alguns, que, tendo entrado no movimento da restauração, se impacientavam com a delonga em receber o premio dos serviços feitos. Os inimigos jurados, que se tinham colligado até com os miguelistas, — do que deu denuncia o manifesto publicado em Londres, — não poupavam diligencias para abrir difficuldades novas, entorpecendo toda a acção governativa. Um dos recursos mais fallados, a que então se soccorreram, foi um manifesto contra Dietz, fazendo propalar ter sido escripto, sob a inspiração do ministro do reino, pelo irmão José Cabral.

As eleições, porém, vieram mostrar que o lucta-

dor era de força para se medir com todos, sabendo multiplicar os recursos para vencer as grandes batalhas do suffragio... saltando mesmo sobre a sua purissima legitimidade. Logo em seguida a esse triumpho, tratou de dar á camara dos pares uma organisação mais conforme com o seu funccionamento e... com os interesses da sua facção. Nomeados os novos proceres não falhou a lei sabida das deserções. Os que depois de servidos se deram por despedidos, foram os condes das Antas e Bomfim, João José Vaz Preto Geraldes, José da Silva Carvalho e viscondes de Beires, Bertiandos e Oliveira.

Organisada a lucta — para a camara, continuou a lucta — para abafar os movimentos revolucionarios que se tentavam. Em Braga e em Marvão, em 24 de agosto e em 20 de setembro, respectivamente, tentava-se a sedição para substituir a rainha por uma regencia. A *associação eleitoral permanente*, uma invenção de momento para systematisar a reacção, foi-se pouco a pouco transformando na *Collisão*, que procurou imitar a revolta de Malaga. Só uma organisação especial, como era a d'esse ministro, podia acudir a tudo, defender-se de tudo, preparar-se para resistir a todos!

No anno seguinte, 1843, as difficuldades multiplicaram-se. No principio de fevereiro, no Porto, a cobrança da decima industrial dava pretexto a uma grande assuada. Os barões do Casal e da Almargem, que cuidaram poder levar mais longe o que se fez, tinham previamemte acudido á cidade para dirigir e commandar o movimento. Com estas desordens em casa enredavam-se as que traziam em grande bulha a casa do visinho. Em Hespanha, estalava a revolta contra a regencia, á qual succedia um minis-

terio de colligação, — como entre nós se aspirava a fazer. A dar alento aos de mais tibia fé, a exemplificação da victoria alcançada, apparecia-lhe aqui: Espartero, fugido, entrava no Tejo em demanda de protecção sob a bandeira portugueza.

Costa Cabral, porém, respondia com a audacia, firmando rijamente a sua situação de altivo desdem contra os conspiradores. Para dar bem a medida da sua tranquilidade, resolveu que a rainha fosse fazer uma viagem ao Alemtejo. Os conjurados, no cumulo do desespero, perante esta provocação desdenhosa que significava o nenhum temor, constou terem deliberado assassinar Antonio Bernardo e os ministros que acompanhassem a soberana. Os ameaçados reuniram, e obrigaram se a tirar exemplo de energica vingança, se algum assassinio se realisasse, — mesmo que d'esse só viesse a ser victima qualquer dos seus amigos. E a viagem realisou-se. Durou desde 4 d'outubro até 31 do mesmo mez, e foi um seguido triumpho, com delirantes manifestações d'enthusiasmo e dedicação. O mais que se ousou foi apresentar duas representações contra o governo: uma da camara de Evora; outra da de Faro. O governo respondeu dissolvendo as duas corporações. A camara de Villa Franca foi mais ousada: faltava, no seu protesto, ás attenções ao chefe do estado. Foi dissolvida, como as outras, mas os vereadores foram mandados processar criminalmente.

Para patentear o seu agrado por um passeio que lhe proporcionára occasião de conhecer de perto a sympathia popular, a rainha nomeou o seu ministro conselheiro d'estado vitalicio e effectivo, declarando no decreto ser a graça determinada «pelos seus serviços e merecimentos». Os colligados assopraram nas gazetas os mais rancorosos desabafos! Podera! Costa Cabral subia, subia sempre!

Na politica, como se tem visto, o ministro mostrava que era luctador capaz de se defrontar contra a colligação de todos os homens que no seu tempo gosavam de influencia nos partidos e de preponderancia nos varios corrilhos; mas na administração mostrava, tambem, uma largueza de vistas e uma iniciativa reformadora que attestava, por egual, a alta disciplina do seu espirito e o equilibrio excepcional das suas faculdades. Toda a legislação que tem o seu nome, todas as providencias com que acudiu ao abatimento em que cahira a organisação dos serviços publicos dependentes da sua pasta, é a melhor das demonstrações do alto valor da sua altissima capacidade de estadista.

Basta a ennumeração de alguns dos seus actos n'esse periodo agitado da existencia nacional:

Na *instrucção publica* regulou o ensino superior, especialmente o da medicina e cirurgia e o restabelecimento da enfraquecida disciplina universitaria;

— Creou a escola da arte dramatica e fez construir o theatro de D. Maria II;

— Organisou o conservatorio, a academia de bellas artes, o museu da academia, a torre do tombo, o instituto vaccinico, a imprensa nacional, a academia portuense de bellas artes;

— Nas côrtes de 1843 apresentou a reforma da instrucção publica do ensino primario e secundario.

Na *administração*, em 18 de março de 1842 pôz em execução o seu codigo administrativo, — que por muitos annos se manteve sem que tantos adversarios ousassem alteral o;

— A organisação nova das guardas naciones é outro trabalho seu, no mesmo anno.

— Em 1842 e 1843 occupou-se das camaras municipaes, fixando o numero dos seus empregados, cuidando dos archivos tão preciosos para a historia, etc;

Na *agricultura*, que então era ainda da regencia da pasta do reino, providenciou sobre os celleiros communs, sobre a creação e aperfeiçoamento dos gados, sobre a companhia dos vinhos do Alto Douro, sobre o despacho e fiscalisação dos generos de consumo na capital;

— Tratou com efficacia de determinar a lavra das minas, fazendo a legislação correspondente;

— Abriu estradas, construiu pontes — como a pensil, no Porto — fez grandes plantações d'arvoredo nas mattas nacionaes, fez enxugar pantanos, mandou levantar diques, etc.

Aos desastres motivados pela politica vieram accrescentár-se calamidades d'outra ordem Em 15 de junho de 1843 um grande terramoto destruiu a Villa da Praia e outras povoações da Terceira, A sua actividade volveu-se immediatamente para a reconstrucção a fazer e para o remedio a dar ás desventuras de tantos que inesperadamente se viram na orphandade e na miseria.

Em summa, não houve nada, em que essa mão poderosa não tocasse, marcando tudo com o forte punção da sua iniciativa! A leitura do seu relatorio, apresentado ás côrtes em 1843, devia ser imposta todos os annos, como incitamento, quando começam os trabalhos parlamentares, tão prodigos em debates sobre providencias sem valor!

Emquanto, porem, Costa Cabral trabalhava, os inimigos continuavam, com afinco, a procurar derrubal-o. A cada novo triumpho oppunham-lhe nova campanha! As potencias do norte, por muitos annos sem representação na corte da rainha, voltaram a acreditar aqui os seus ministros. Com esta nova, que impressionou bem a opinião, coincidiu, a tentativa para a reorganisação das finanças, regulando a boa distribuição dos tributos e chamando tambem os

militares ao pagamento d'impostos. Foi o fermento para descontentamentos perigosos! O anno de 1844 principiou e, a 4 de fevereiro, rebentou a revolta de Torres Novas. Antes de entrarmos, porém, na narrativa d'esse episodio, relatemos um outro, que com elle teve acção connexa, e hoje anda muito esquecido.

Salustiano Olozaga era em Hespanha presidente do conselho de ministros da joven rainha Isabel, de quem fôra perceptor e sobre a qual exercia, como é natural, uma influencia accentuada. Renunciando ao programma de conciliação com que subira ao poder, inclinou-se Olozaga para a fracção revolucionaria, capitaneada pelos deputados Madoz e Cortina. O senado foi o primeiro a pronunciar-se contra esta politica do governo, mas a camara popular não tardou a imital-o, escolhendo Pidal, um moderado, para a presidencia. O cheque exasperou o irascivel ministro. A lucta travou se com furia, —não se importando o presidente do conselho com a indisposição do general Serrano, que ameaçava abandonar a pasta da guerra. Cá fóra transpirou a desavença, motivada directamente por desconsideração feita a um companheiro d'armas do prestigioso militar. Mal isto constou, os generaes Narvaes, Concha, Zarco del Valle e Mazarredo demittiram-se dos seus commandos. Olozaga mais se exasperou, e julgou que só podia escapar á tormenta que sobre a sua cabeça se formava, arrancando á rainha um decreto dissolvendo a camara. Sem dar parte aos collegas, uma noute apresentou-se no paço. Fez retirar o duque de Ossuna, que estava de serviço, e a marqueza de Blach, que subestituia a camareira-mór marqueza da Santa-Cruz, que tinha ido para o theatro. Todos suppozeram que se tratava do despacho ordinario. O gabinete em que

Olozaga ficára só com a rainha, estava preparado por forma a não se prestar á curiosidade dos que tentassem escutar. Tres quartos de hora demorou a conferencia do ministro com a soberana. Quando o presidente do conselho se retirou, Izabel II que todos encontraram muito visivelmente nervosa, declarou que se retirava aos seus aposentos particulares. Que seria? Que se tinha passado?

Só no dia seguinte se soube. Logo de manhã foi chamado o patriarcha das Indias, confessor regio. Izabel declarou-lhe que Olozaga a constrangera a assignar um decreto, sem data, dissolvendo as cortes. O prelado insinuou que se communicasse a Narvaes o successo e se lhe pedisse o parecer. Quando este veiu e se poz ao facto da occorrencia, aconselhou uma declaração official, perante um certo numero de pessoas, que indicou. Horas depois, — na presença dos presidentes e vice-presidentes das duas camaras, de dois dos ministros, dos grandes dignitarios do estado e dos officiaes-móres do paço, a rainha fez esta singular declaração:

Na noite de 28 d'este mez apresentou-se-me Olozaga. Propoz-me assignar o decreto da dissolução das cortes, o que recusei fazer, observando entre outras cousas que eram estas mesmas cortes que me tinham declarado maior. Olozaga insistiu. Levantei-me da cadeira, e caminhei para a porta do lado esquerdo da meza; Olozaga collocou-se entre mim e a porta e fechou-a á chave. Dirigi-me para a porta que me estava defronte, e Olozaga de novo se collocou entre mim e a porta, e tambem a fechou. Segurou me pelo vestido, e obrigou-me a assentar-me; depois pegou-me na mão, e violentou me a assignar. Immediatamente me retirei ao meu quarto.

Este assombroso documento, unico no genero, deve calcular-se a impressão que produziu! O decreto demittindo tão singular presidente de conselho foi immediatamente assignado, — e quando elle, ainda sem

saber o que lhe acontecera, se apresentou pouco depois, o duque d'Ossuna, pondo-se-lhe na frente, noticiou-lhe a demissão e impediu-lhe a entrada.

O ministerio Gonzales Bravo, que succedeu no poder, levou o episodio á camara. Olozaga tentou dominal-a pela audacia, querendo transformar-se d'accusado em accusador, attribuindo tudo a intriga da camarilha palaciana. Os debates foram violentissimos, sobre a proposta da accusação criminal apresentada por sete deputados. Quinze dias durou a discussão, mas quando se chegou aos votos, uma mensagem á rainha demonstrou que o antigo presidente do conselho tinha 53 votos de minoria n'uma assembléa de 143 membros. O audaz violentador da assignatura regia escapuliu-se. Entrou em Portugal, por Castello Branco, com o nome supposto de Mr. Brooneus, negociante de Bruxellas, e apresentando um passaporte legal. Conheceu-se o personagem verdadeiro, assim disfarçado, quando este se achava já em Lisboa, n'uma hospedaria, que havia na praça dos Remolares, n.º 3, e que era dirigida por dois francezes: Pierre Langlet e sua mulher Maria Thereza.

Foi, desde então, esse quarto da hospedaria, o quartel general para as conspirações contra os dois governos da peninsula,— e com tal arte n'elle se manobrou — que no 1 de fevereiro rebentava a revolução em Malaga e no dia 4 em Torres Vedras.

Conhecida a participação de Olozaga n'estes dois movimentos, foi tardiamente intimado para transferir a residencia para Setubal. A intimação foi lhe feita na cama, onde elle se recolhera dizendo-se doente. No dia seguinte escreveu ao ministro dos estrangeiros uma longa carta, da qual destacamos este periodo:

Me prepuso pues desde el principio adoptar tal genero de vida que no permitiera ni á la más atrevida sospecha recelar que pudiera yo abusar de la generosa hospitalidad

que aqui habia hallado, y vivia tan persuadido de haberlo logrado que esta confianza compensaba y aun suplia con ventaja las que me hubiera podido proporcionar con otro método de vida.

O governo não teve a ingenuidade de tomar como expressão legitima da verdade esta declaração de desprendimento de responsabilidade nos successos occorrentes, mas benevolentemente aucthorisou que fosse Cintra, e não Setubal, a terra de residencia do incommodo hospede. Informações suscessivamente recolhidas tornaram mais urgente a sahida de D. Salustiano. Quizeram repetir-lhe a intimação, mas já o não encontraram. Mr. Southerns, secretario da legação ingleza, acolhera o em sua casa, nas janellas Verdes. No dia seguinte as cousas passaram se conforme as encontramos narradas n'um officio do governador civil interino, que era então o irmão do ministro do reino, José Bernardo da Costa Cabral:

A's 8 horas e meia da manhã de hoje sahiu de bordo da fragata ingleza de guerra surta no Tejo um escaler, conduzindo um official e varios marinheiros armados, segundo pareceu, e atracando o mesmo escaler no caes de José Antonio Pereira d'elle desembarcaram o official e quatro marinheiros que se dirigiram a casa do secretario da legação ingleza, ficando os marinheiros junto ao boqueirão proximo, e entrando em casa o official, que logo depois sahiu, trazendo pelo braço o referido Olozaga: os quatro marinheiros que os esperavam abriram alas, e os acompanharam a bordo do escaler, dirigindo-se depois ao vapor *Pachd*, que defronte do caes de Sodré voltou para receber o Olozaga: dois outros escaleres do navio inglez foram vistos a alguma distancia, parecendo que serviam de suporte ao que se dirigia ao vapor.

Isto passava-se em 29 de fevereiro de 1844. O fomentador das duas revoltas peninsulares seguiu, sem mais incommodo, no paquete que o levou a Inglaterra. O nome do vapor era d'um aproposito

notavel: *Pachá*. Effectivamente a scena merecia ter-se passado no Bosphoro, visto como, no incidente, a Inglaterra nos tratou como... turcos.

Já dissemos que a revolta de Torres Novas, em que collaborára, pela forma que ficou comprovada, o emigrado Olozaga, rebentara em 4 de fevereiro. No dia immediato o governo deu ás camaras conta da occorrencia e pediu as auctorisações extraordinarias, que são d'uzo n'estes successos.

O debate foi curto e o governo teve todos os seus pedidos satisfeitos. A sedição tardou pouco em apparecer, como uma leviana tentativa de conspiradores mais exasperados que previdentes. Cesar de Vasconcellos e José Estevam tinham contado com todo o regimento 4 de cavallaria, — mas não contaram que o coronel, que elles não tinham pela sua parte, disporia d'elementos bastantes para fraccionar, pelo menos, o corpo do seu commando. Foi isto, porém, o que aconteceu.

O 8 de cavallaria, então em Santarem, era outro dos regimentos em que os sublevados confiavam. Não se mecheu!

Toda a Extremadura ficou fóra do movimento. Perdidas já as primeiras illusões, partiram de Torres Novas para o Fundão O 12 d'infanteria era por elles, segundo as suas contas. Commandava então a divisão o general Padua, e o corpo o coronel Caldeira. Tendo este aviso de que entre os seus officiaes alguns havia que se inclinavam visivelmente para os sublevados de Torres Novas, convocou-os todos. Deu-lhes parte dos avisos recebidos. Mostrou-lhes que podia providenciar, por forma a mallograr o intento dos que tratassem de se sublevar. Explicou-lhes, porem, que á sua lealdade repugnava acredi-

tar que officiaes, seus camaradas e seus amigos, partissem indignamente os laços que os uniam. Bastava-lhes a sua palavra de honra, em que elle acreditaria sem hesitações, para despresar os avisos recebidos, pondo a confiança nos companheiros acima das suspeitas, deprimentes, com que a maledicencia quizera empanar o brio de soldados leaes. Todos lhe deram a sua palavra de honra. Como no fim do quadro do 4.º acto dos *Hugnenottes*, todos juraram, sobre o sabre, ficarem ao lado do cavalheiroso coronel... mas, poucos dias passados, o perjurio não os detinha: estavam com os da revolta! Em compensação a estes, que juravam e faltavam á fé d'esse promettimento solemne, havia a oppor outros, que fizeram juramento de se sublevarem, que para isso foram pagos em sonante, e, depois de metterem o dinheiro na bolsa, metteram a espada na bainha, renunciando ao cumprimento da promessa!... Travou-se, depois, polemica sobre a moralidade ou immoralidade d'este proceder. O mais prolixo dos biographos de Costa Cabral, sentenciando pontificalmente sobre o caso, diz:

«Este escandalo é summamente para lamentar porque, quando ao soldado o não prende a honra, nada ha que possa responder pelo seu procedimento.»

Os revoltosos, entretanto, seguiam de Castello Branco á Guarda, e da Guarda a Almeida. O conde de Bomfim commandava em chefe e adoptava a sua tactica ordinaria: encurralava-se! No dia 20 de fevereiro, mettia-se dentro da praça, com os coroneis Cesar e Passos, e a parte dos regimentos sublevados: cavallaria 4, infanteria 12 e caçadores 1. Na vespera José Estevam, que deixára de ser tribuno e jurisconsulto, para voltar a ser capitão, entrara em Almeida, á frente d'um destacamento, e tomára

conta da praça de guerra, — que nas suas muralhas, em abandono, tinha apenas quatro velhas peças de ferro, já sem reparos, carcomidas pela ferrugem, sendo uma seria ameaça para a vida de quem quizesse utilizal-as — mas ainda boas para apavorar os que de longe as avistassem, mudas, estendendo o collo afilado por sobre os baluartes a cavalleiro. O conde de Fonte Nova, com os regimentos 9, 14, e a columna do visconde de Vinhaes, composta por cavallaria 3 e infanteria 13, apresentavam-se em frente d'Almeida trez dias depois. Mandaram um parlamentario intimar a rendição immediata. Bomfim recusou. Fonte Nova retirou. No outro dia tornou Fonte Nova a avançar e a mandar novo parlamentario. Bomfim tornou a recusar-se á rendição. Parecia um jogo de sala, com prendas obrigatorias! Um ao outro, nas duas intimações trocadas, reciprocamente se tornaram responsaveis pelo derramamento de sangue, que provocassem. Feito isto, na segunda mas pacata investida, Fonte Nova tornou a retirar e Bomfim, para dar rebate da sua decisão, mandou disparar um tiro da formidanda artilharia, que pimponeava no baluarte principal. Succedeu o que era facil prever: o pobre artilheiro, encarregado do disparo, pagou com a vida o arrojo! A peça, como se fosse uma garrafa de vidro lançada no chão por um braço potente, parcellou-se em bocadinhos!

Não vale a pena seguir minuciosamente a historia d'este cerco, que continuou com a morosidade dos que deixaram tradição nas guerras medievaes. A 25 de abril Almeida entregou-se. Nos fins de maio, todas as guerrilhas, por essa epocha formadas, estavam dispersas ou submettidas. Costa Cabral, mais firme do que nunca, subia em favor no paço e em creditos na opinião dos que, fartos de perturbações na fazenda e na ordem publica, punham as esperanças salvadoras n'um

homem de coragem e decisão, que, pondo de parte formalismos parlamentares, governasse com energia Costa Cabral era esse homem. As côrtes que tinham sido primeiro addiadas para maio, foram de novo dispensadas de collaboração até setembro.

Quando os deputados vieram reoccupar nas camaras as suas funcções, o trabalho effectuado pelo governo era enorme e complexo. Consta de dois relatorios, que os estudiosos podem procurar na collecção parlamentar d'esse anno. As despezas extraordinarias com a revolta, montaram a 2:000 contos. Custam caras ao paiz as ambições insoffridas dos que, mesmo á custa do emprego das sedições, não hesitam em impol-as aos que teimam em as não querer como salvaterio seguro aos males nacionaes!

Os debates sobre a dictadura governamental e as providencias repressivas da sublevação, correram com animação, mas sem escandalo. Em novembro o *bill* estava votado, — apesar da opposição que na camara dos pares lhe fez, principalmente, o duque de Palmella.

O duque de Palmella, — segundo a definição dada por um escriptor do tempo, — mirava a uma *monarchia temperada*, isto é, a um *absolutismo illustrado*. A nota explicativa é indispensavel para comprehender as contradições da vida politica do duque — figura singular que tem merecido estudos notaveis, mas que, até hoje ainda não souberam desprender-se do louvor exaggerado ou das censuras apaixonadas.

CAPITULO IV

Costa Cabral emigrado — Embaixador Maria da Fonte e Junta do Porto

A revolta militar de Torres Novas, verdadeiro *pronunciamento* copiado dos modelos hespanhoes, não lográra impor se á sympathia popular. O governo, suffocando-a com felicidade, ensoberbeceu-se com a victoria, e quando a camara, depois do debate politico a que fizemos referencia, viu levantar a questão do periodo legal da legislatura em exercicio, vaidosamente, n'uma grande arrogancia de destemor, fez com que uma commissão, exclusivamente composta pela minoria que o guerreava, — fosse encarregada de dar a parecer sobre o assumpto. O que queriam? Recorrer á consulta da urna para affirmar, com o voto da nação, a preponderancia dos colligados? Pois acceitava-se o repto, e ver-se-ia de quem era a victoria. Votou-se, pois, que a sessão de 1845 era a ultima da legislatura que corria, e os da coalisão por um lado e os ministriaes por outro, lançaram-se com uma grande furia odienta na batalha eleitoral. As eleições d'esse anno ficaram como a mais singular demonstração do vicia-

mento do suffragio! A lucta era de morte. Costa Cabral ou vencia ou via terminada de vez a sua carreira politica, e para sempre aniquilados os seus ideaes governativos. Venceu — mas a victoria vinha sobre trez annos successivos de poder, o que por si só representava uma fraqueza, — e a tudo havia a accrescentar o descomedimento nos meios empregados para assegurar um triumpho tão custoso. O seu poderio manteve-se, a sua influencia accentuou-se nas provas de favor real que recebeu, — porque sendo já conselheiro d'estado, foi feito par e recebeu o titulo de conde de Thomar; — mas os adversarios redobraram na aggressão e não diminuiram esforços para o derrubar do poder, a despeito da vontade real que o sustentava.

Dentro do governo a sua posição, preponderantissima, fôra ainda accrescentada com a entrada do irmão, José Bernardo, — feito ministro da justica, interino, em 3 de maio de 1845, e effectivo em 24 de julho d'esse anno. Mas a propaganda e actividade dos adversarios redobrava, com uma furia sem precedentes. Todos os seus actos eram accusados de intuitos venaes; todas as suas palavras eram transfiguradas para as explorarem como meios de descredito; os jornaes da opposição abandonaram todas as normas da polemica, ainda a mais apaixonada, para se lançarem, sem hesitações, na progressiva exploração das denuncias ruidosas de immoralissimos escandalos; os pamphletos corriam ás centenas, e obtinham tanto maior exito quanto maior era o desbragamento da linguagem que empregavam; a prosa já não bastava para dar vasão as diatribes phantasistas dos que andavam n'essa lucta sem quartel, e as publicações em verso succediam-se todos os dias, — chocarreiras ou violentas, mas todas no mesmo proposito de demolição systematica. Esta onda de lama, revolteada com de-

sespero, era impellida por forma a passar não só sobre a cabeça do conde de Thomar mas sobre a de todos que formavam ao seu lado. O irmão, José Bernardo, era dos mais violentamente atacados. Applicavam-lhe estas palavras de Faria e Sousa, para darem a nota dos seus propositos ganànciosos: «*siendo uno de los mas malos hombres que huvo en la tyerra, todo lo quitava a los outros para ponerlo en si*». Da familia passavam aos partidarios. Os deputados que o governo fizera n'essa eleição memoravel de 1845, eram apresentados assim: «*Portugal* está representado em côrtes por um «bando de miseraveis Suissos, por assassinos, por juí«zes demittidos por ladrões, por vendilhões de graças, «emfim, por todas as summidades da venalidade, da «corrupção e do crime».

Estas discussões levantavam odios implacaveis, creavam separações profundas que dividiam, por toda a parte, os habitantes da mesma terra e até os membros d'uma mesma familia. Eram numerosos os exemplos não só dos irmãos que uns contra os outros rompiam n'uma inimisade profunda, mas até a dos paes, que contra os filhos se separavam em opposição, por que estes eram a favor, ou porque eram contra Costa Cabral! Os santos — até os proprios santos, eram chamados á contenda! — S. Thomaz, por exemplo, andou muito citado pelos colligados contra o conde de Thomar, porque, nas seguintes palavras, encontravam uma prevenção inderessada por aquelle bemaventurado á senhora D. Maria II: «e até os principes que por sua culpa «deixarem creseer os ladrões, são obrigados á res«tituição; porquanto as rendas com que os povos «os servem, e assistem, são como estipendios insti«tuidos e consignados por elles para que os prin«cipes os guardem e mantenham em justiça.»

A rainha, sem attender aos anti-cabralistas e sem deferir ás reclamações que estes lhe dirigiam — por intermedio de S. Thomaz, — foi a Thomar, visitando ali o ministro em sua propria casa. Os adversos á situação tomaram a manifestação de favor como um desafio. O que se escreveu sobre isto daria um grosso volume. O inglez Hume, na camara dos communs, referiu se ao facto dizendo que a rainha despresava os seus subditos, — e pouco depois a *Junta do Porto*, na sua proclamação, era ainda inspirada n'esta visita provocadora, que dizia:

«Este vampiro (a rainha) quer mais sangue; é a «paga que este tigre dá ao povo infeliz que lhe «deu um throno. Povo portuguez! Tu nada lucras «em conservares no teu seio esta vibora — ou ella «ha-de respeitar os teus direitos, ou então que tenha «a sorte de Luiz XVI; este, porém, foi menos cul- «pado.»

N'esta mesma ordem de ideias, ou antes, n'esta mesma ordem de injurias, se inspirava nm folheto de grande nomeada, intulado o *Estado da questão*, no qual se dizia ser o Paço a espelunca de Caco e se punha a *purpura real a varrer a immundicie dos palacios dos cortezões mais abjectos*. A allusão á visita de Thomar não póde ser mais evidente.

A' somma de más vontades contra a persistencia do conde de Thomar no governo, deve accrescentar-se a da Inglaterra, - accentuada progressivamente e apparecendo já então sem refolhos. Palmella e Rodrigo da Fonseca tinham negociado um tratado de commercio luso-britannico. O tratado, demasiadamente favoravel aos interesses inglezes, ficára sem seguimento. Os negociadores, explorando a intriga com lord Howard de Walden, ministro em Lisboa, fizeram-n'o persuadir de que á opposição tenaz que sempre manifestára o conde de Thomar se devia o

mallogro da negociação. A esta intriga, que obtivera junto de Palmerston um exito manifesto, vieram juntar-se outras causas, que a reforçaram muito. Costa Cabral, como já referimos, não consentira que Espartero desembarcasse em Lisboa e adoptara com Olozaga o procedimento que o leitor conhece, logo em seguida ao apparecimento da revolta de Torres Novas. Tudo isto era contrario á politica que em Hespanha seguia então o gabinete inglez, tudo isto tornava a influencia do conde de Thomar um estorvo aos manejos do governo britannico, suspeitoso de que as relações de Portugal como a França tinham augmentado em cordealidade e reciprocas combinações. O representante inglez, de quem já tivemos occasião d'accentuar a carencia d'alto criterio no exercicio do cargo, tanto se deixou influenciar por os que faziam opposição ao ministerio, foi tão pouco cauto em resguardar as suas sympathias, que deu logar a uma queixa, em regra, ao seu governo. O ministro do *Foreign-Office*, lord Aberdeen, reprehendeu o seu subordinado, forçando-o a dar communicação da reprehensão ao nosso ministerio dos estrangeiros. Póde calcular-se, pois, o azedume que o representante da Inglaterra procuraria lançar em todos os informes que a respeito do conde de Thomar tivesse de fornecer. Mas não era só este. Quando lord Howard sahia de Lisboa, substituia-o, como encarregado de negocios, Mr. Southern, secretario da legação e commensal e intimo do duque de Palmella. Esta referencia basta para explicar o aproposito da phrase popular: quando d'um lado chovia, do outro fazia vento. A Inglaterra, era, decididamente, no momento, contra a manutenção de Thomar no poder — e podia contar-se com o seu auxilio para destruir a preponderancia e o favor de que elle gosava

nas mais elevadas regiões. Tudo, pois, conspirava e se unia, mesmo sem combinação, pela força mysteriosa da juncção d'elementos sympathicos, para uma nova revolução. O menor pretexto, a menor faisca, lançaria fogo ao paiol, onde se accumulavam tantos explosivos temerosos.

Essa faisca foi a *decima de repartição.*

A alteração no systema tributario impunha-se para consolidar a obra da regeneração financeira, em que se empenhava o governo. Os grandes proprietarios, os ricos, os influentes, os que empregavam o seu poder para se subtrahir á tributação proporcional dos seus haveres, eram os principalmente ameaçados com a remodelação das decimas. Pois foram os pobres, os que só tinham a lucrar com a terminação de injustiças flagrantes e affrontosas, os que se lançaram em campo, offerecendo a vida para a manutenção do que estava, para o proseguimento da burla tributaria! O povo, a creança eterna, mais uma vez dava testemunha dos seus irreflectidos arrebatamentos, e mascarava os intentos secretos dos exploradores da sua facil credulidade, com clamorosos protestos de adhesão á revolta, fundamentalmente assoprada com intuitos muito diversos. Em quanto a contenda dos politicos se manteve em debates inflammados sobre a probidade dos homens e honestidade dos processos administrativos em que se orientavam, a indifferença foi geral. Mas agora mudava o caso de figura: a decima de repartição, queria dizer, segundo lhe explicavam, que iam *avaliar-lhe as terras para as venderem aos inglezes.* Não houve, pois, quem não comprehendesse esta synthese da lei odiada. As caçadeiras, os chuços, as fouces roçadoras, tornaram cada laponio

n'um soldado decidido, disposto a manter a integridade do seu torrão ameaçado, á custa d'uma existencia que se prendia a essas leiras de terra com as fundas raizes de todo o seu passado de soffrimentos e de canceiras. Foi assim que a 15 d'abril de 1846, a grande nova dos primeiros tumultos do Minho echoou em Lisboa, subitamente.

Os adversarios da situação engrandeciam as occorrencias com os mais alarmantes pormenores. O governo deu-se pressa em pedir os recursos extraordinarios para combater a revolta,— que tinha tambem a instigal-a as novas instrucções sanitarias a respeito dos enterramentos. Votados d'afogadilho, os recursos monetarios pedidos, suspenderam-se immediatamente as sessões parlamentares. José Cabral, ministro da justiça, partiu para o Porto, para d'ali commandar a resistencia contra a tropa da lavradeira minhota, que a lenda punha á frente do movimento revolucionario. Era tarde! Já nada podia deter uma revolta impulsada irresestivelmente pelo sentimento que mais leva ao desespero o homem que fadigosamente labuta no campo, em que plantou a sua horta, em que lançou as suas sementeiras, em que ergueu as suas vinhas, em que estabeleceu os seus pomares. A *Maria da Fonte* levou de roldão o governo! O conde de Thomar, o ministerio de que elle era a alma, o ministerio que a sua individualidade poderosa absorvia, foi impotente... para um mez de resistencia! A 20 de maio, a bordo do *Cysne*, o ministro, que podéra luctar com a coalisação, isto é com todos os elementos politicos congregados no mesmo exforço para o derrubar, tinha de retomar, como em 1824, o caminho do exilio e procurar, com o irmão, refugio em Cadiz!

E' a eterna lição da historia, que eternamente surprehende todos os poderosos do mundo, mostran-

do-lhes a sua impotencia quando a revolta é appoiada no impulso irresistivel do coração d'um povo!

Os politicos, que aproveitaram com o movimento popular que derrubára o homem que os afrontava com a sua poderosa energia, viam-se agora senhores da herança ambicionada. Como nos casaes, porem, em que a divisão levanta conflictos irreductiveis, viu-se depressa que toda a conciliação era impossivel. Que ganhavam, por exemplo, os partidarios de D. Miguel, que tinham a collaboração activa para a coalisão, em que governasse Palmella em vez de governar Terceira, que influisse Rodrigo em substituição de Thomar? Francisco Jeronymo da Silva, miguelista coherente, dirigiu-se, portanto, assim aos septembristas:

«Deveis por uma vez desenganar-vos que sem os «realistas nada sois: nada fizeste com a revolta de «Torres Novas, nada com a imprensa, nada com a «tribuna, nada com os projectos de mensagens, nada, «emfim, com os vossos estrataegmas e menejos! «Que pequenito e vergonhoso é este partido de «septembro!»

Os correligionarios d'este Silva tinham evidentemente por si a rasão, e tinham, tambem, a importancia na lucta e a decisão nos propositos. Os officiaes convencionados d'Evora Monte eram o elemento preponderante e disciplinado das forças que a Junta do Porto, herdeira do primeiro movimento, organisava a toda a pressa. Muitos, é certo, acudiam ao seu chamamento por um interesse meramente pessoal: procuravam reconquistar a situação que a sorte infeliz da antiga campanha destruira. Acceitavam outro regimen, contanto que os acceitassem de novo á mesa do orçamento. Mas muitos outros havia que se inspiravam em ideaes mais

levantados: recebiam de fóra instrucções e auxilio, luctavam por um principio, porque cuidavam que n'esta parte da peninsula se não tratava só de procurar o triumpho de D. Miguel, mas, com este, o de Montemolin, em Hespanha, e o D. Henrique V, em França.

A falta d'unidade nos propositos, a divergencia profunda nos interesses, não podiam levar a bom termo a obra que iniciára a lavradeira da Povoa, e que as Juntas agora chamavam á sua direcção. A *Maria da Fonte* até já principiava a ser renegada como patrona do movimento que ficou com o seu nome! Um Bento Gomes, de Braga, protestava têr sido elle o primitivo iniciador da revolta. Como tantos dos que ficam roubados no renome legado á historia, o Bento foi expoliado no direito sagrado que tem todo o auctor a pôr a sua firma na obra produsida! Pague-se lhe, pois, aqui, n'esta curta referencia, o tributo que pelos patriotas anda em divida á sua esquecida memoria...

E' fóra do plano que traçámos, desenvolver aqui a revolução do Minho. O estudo teria de ser largo, embora o periodo que ella abrange seja curto. O nosso proposito é fazer a historia de Costa Cabral, para chegar, logicamente, á parte que elle tem de tomar n'este segundo volume *Entre Duas Revoluções*. Ora durante esta revolução Cabral está fóra do reino. Quem aqui governa é Palmella, com Sá da Bandeira, com Julio Gomes, com Aguiar. O setembrismo domina. O duque julgára assenhorear-se da revolução, mas fôra apanhado por ella, como um operario que trabalha com uma machina e se vê filado pela engrenagem do motor. As Juntas governavam mais do que elle, e pactuando com essa

humilhante partilha de poderes, publicava até, em 5 de junho, um decreto, solicitando da de Santarem que continuasse a auxilial-o... proseguindo a funccionar! As guardas nacionaes, por elle decretadas, eram um significado bem claro de que o poder na sua mão estava sendo uma chancella para as ordens que recebia.

Impotente para o bem, via desencadear-se a serie de calamidades que são a resultante fatal de situações taes. O credito publico cahia rapidamente. Os titulos da divida externa, de 5 por cento, tinham attingido, antes da revolução, 74 por cento, em metal sonante. Decahiram logo, de golpe, a 50, em notas. Como andavam esses titulos por perto de 19:000 contos, o prejuizo, só n'esta parte, era de perto de 5:000 contos. Os titulos de 4 por cento da mesma divida, andavam então por 13:300 contos. Valiam 60 por cento. Desceram a 40. Prejuizo: 2:600. Nos estabelecimentos de credito a crise foi logo, tambem, patente e temerosa. As acções do Banco de Lisboa, que tinham attingido 820:000 reis, em metal, desceram a 280:000 reis, em notas. E como estas as da Lesirias, as das Obras Publicas, as das Pescarias, as de Navegação a vapor, etc. O conselheiro Fransini, que por essa epocha publicou um estudo muito interessante sobre o assumpto, chega á conclusão de que os prejuizos soffridos, pelo Estado e pelos particulares, por motivo da revolução do Minho, não podem ser avaliados em menos de 31:000:000$000 reis, ou setenta e sete milhões de cruzados. E faz a conta, detidamente, verba a verba!

E' outra licção, que será eternamente improficua: a ruina dos povos e da sua fazenda não provem, em geral, dos que administram mal: provem dos que, com meios violentos... querem governar bem!

Com a crise da fazenda coincidia a crise do trabalho. As obras publicas, que Costa Cabral recomeçára poderosamente, suspenderam por toda a parte. Calcularam se em dez mil os trabalhadores que ficaram assim subitamente disponiveis para engrossar a legião dos descontentes, e os bandos depois formados por os 1:026 presos fugidos do Limoeiro, em fins d'abril de 1847.

A estas, e ás muitas outras difficuldades, que complicavam a situação, o ministerio Palmella só sabia oppôr providencias confirmadoras da sua má disposição contra o desterrado de Cadiz, e contra os partidarios que elle aqui deixára. Uma d'essas deliberações foi o decreto, de 13 d'agosto, demittindo de conselheiro d'estado o conde de Thomar e o irmão. Era «uma exigencia da revolução,» dizia o ministro que se vangloriava de nunca ter exercido a dictadura, —e que, no entanto, se armava do sabre auctoritario, para esse pequeno desforço, por meio d'um decreto que começava assim: «usando dos amplos poderes, que tenho assumido, em virtude das circumstancias extraordinarias do reino, etc.»

A rainha melhor do que ninguem poude comprehender a differença entre os ministros que a aconselhavam agora e aquelle que tivera ao seu lado nos annos que ultimamente tinham decorrido. A 6 d'outubro, á noute, chamou Palmella ao Paço e obrigou-o a assignar o decreto em que era substituido por Saldanha. Quem leu, no primeiro volume, o debate da camara, que a esse respeito reproduzimos, sabe como esse episodio decorreu, e a objecção formalista, unica que o demittido apresentou. Pela segunda vez Palmella deixava o poder, surprehendido por acontecimentos de que não lograra

previa noticia. E' uma nota que não acredita a previsão do estadista!

Saldanha, dias antes, em 13 de setembro, escrevera á rainha uma carta, em que expunha a sua situação e o seu modo de vêr a respeito da marcha dos acontecimentos. Estranho á politica, — contava, — desde 1837 a 1840, separára-se, depois, completamente dos partidos. Acabava de regressar a Portugal. Da resolução que aqui tomára, dizia elle, assim, na carta que indicámos:

Intimamente persuadido de que os partidos (especialmente no estado de exaltação e de aversão reciproca em que se acham) fazem a desgraça da Patria, e a sua propria por consequencia forçada, e resolvido a não concorrer nem directa nem indirectamente para augmentar os males do meu paiz, depois da mais seria lucta comigo mesmo, tomei a resolução de desamparar a politica interna, e para o poder verificar d'um modo absoluto, rogo a Vossa Magestade Se Digne de acceitar a renuncia que faço do logar de Conselheiro d'Estado effectivo.

Os cartistas, sabedoras, d'esta deliberação de Saldanha, diririgiram-se lhe, por intermedio da sua Commissão Central, dez dias depois, a 23 de setembro, n'uma mensagem. Pediam lhe que, se a rainha o consultasse sobre a mudança ministerial, acceitasse o penosissimo encargo, e rematavam assim:

Quem mil vezes expôz o peito ás balas; quem sorrindo despresou os tiros da calumnia e da ingratidão; quem conta, pelos dias da sua existencia, os serviços prestados á sua Nação e á sua Rainha, não duvidará juntar mais este sacrificio aos que tornam a vida do Marechal Saldanha um modelo de abnegação e amor da patria.

Logo no dia seguinte o Marechal respondeu. De todos estes documentos copiamos só os remates, —porque a sua extensão é incomportavel com o re-

sumo que precisamos aqui fazer, e tambem porque n'esta ordem d'epistolas o fecho é como o dos sonetos: n'elle se condensa a parte principal. Ora a chave d'ouro d'este soneto epistolar de Saldanha, era assim:

Rogo a V. Ex.as queiram tomar na mais seria consideração o que levo dito, que me parece sufficiente para formar-se uma ideia geral da marcha que seguiria a Administração em que eu tome parte, e se depois julgarem poder ratificar o que affirmam na sua exposição ao Ministerio que eu formasse, peço-lhes que tenham a certeza de que eu me não recusarei, se Sua Magestade julgar dever honrar-me com a sua confiança, e se a mesma Augusta Senhora se dignar approvar as minhas ideas, e as pessoas que eu tiver a honra de lhe apresentar como meus collegas.

A commissão central não demorou a resposta. A carta do duque é datada de Cintra, no dia 24. Tem a mesma data, mas é de Lisboa, aquella em que os cartistas lhe dão plenos poderes e adhesão completa ás suas deliberações:

Depois de madura deliberação, em que todos se acharam unanimes em sentimentos e convicções, resolvemos voltar á presença de V. Ex.a declarando-lhe que todos os principios exarados na sua exposição se conformam com os nossos; e que em todo o caso a plena e illimitada confiança, que affiançamos a V. Ex.a ser por nós depositada no zelo, amor da patria, alta intelligencia e actividade de V. Ex.a, nos induz a repetir que o partido cartista, não impõe condições ao Marquez de Saldanha: só lhe pede que, contando com o mais decidido apoio dos seus admiradores e amigos politicos, approveite a primeira opportunidade de salvar o Throno, a ordem, e as instituições.
Apoz esta formal declaração; fôra talvez menos proprio renovar, em nome da Nação, se tão ambiciosa pertenção nos é licita, as expressões da mais ardente gratidão, por um acto de abnegação verdadeiramente sublime, e que sem duvida restabelecerá o esplendor do Throno, e o vigor aos principios liberaes e moderados, como os entendem todos os homens illustrados e amantes do seu paiz.

Estes trechos são d'uma limpidez crystalina! Estáse a vêr a conferencia que Saldanha teve com a rainha, — depois de lhe escrever a carta desalentada do dia 13 de setembro; o nova conferencia em que o desalento, era substituida pela resolução, depois da carta da Commissão Cartista, — no dia 23; a resposta que deu á soberana depois da carta de 24... e o acto praticado pela rainha, dias passados, em 6 d'outubro. Talvez, depois d'esses documentos expressivos, não seja destituida de sabor a leitura d'este trecho, em que o *Portugal Comtemporaneo* commenta o caso:

«Pobre simples, sem talento, de que a anarchia «fazia um chefe - como a cortiça que tambem boia «e corre sobre a agua revolvida.»

O *pobre simples* — é Saldanha; a *anarchia* é o cartismo, isto é o ordeirismo; a *boia de cortiça* é aquelle que precisamente imposera o programma de governo — que teria de seguir-se; a *agua revolvida* é a acceitação do poder, offerecido pelo chefe do Estado, — a quem o codigo fundamental o entrega para o exercer pelos ministros da sua confiança!

Todo e qualquer commentario seria superfluo!

A guerra civil, que se seguiu, depois do chamado golpe d'estado de 6 d'outubro, tem tido varios historiadores, mas em nenhum a paixão deixou vêr desasombradamente os successos. Descrevel-a aqui, em detalhe, seria impossivel. E' assumpto para um livro. Para aquelles a quem esse estudo interesse, basta consignar que emquanto Saldanha, em Portugal, sustentava á mão armada a lucta contra a Junta do Porto, Thomar, em Madrid, — onde o governo do golpe d'estado o nomeára ministro, — sustentava a lucta diplomatica com Palmerston, — o protector decidido dos revolucionarios na peninsula. Nunca a ha-

bilidade do estadista portuguez teve de dar melhor prova dos seus meritos excepcionaes do que n'essa contenda porfiada em que o grande ministro britannico, com todos os seus poderosos meios d'acção e com todos os recursos que lhe offerecia o grande paiz que elle governava, procurou impôr os seus desejos e a sua politica, ao mesmo tempo que se furtava á intervenção que, em vista dos antigos tratados, o governo, aqui legitimamente constituido, lhe exigia. A leitura do *Livro Azul*, d'esse anno, em que vem a correspondencia relativa aos negocios de Portugal, é, incontestavelmente, o volume de mais vivo interesse até hoje publicado, o que melhor póde procurar, com proveito, quem queira seguir, com minucia, as occorrencias da epocha, e queira descobrir as intrigas urdidas, as invejas exploradas, as mil e umas habilidades com que se procuram enredar os acontecimentos historicos. Essa leitura não deixa sombra de duvida de que a prolongação da guerra civil foi principalmente obra de Palmerston, e de que a sua cessação, — resultante sahida da intervenção armada da Hespanha e da França, — foi a derrota formal da politica ingleza, que para não vêr perdido todo o seu prestigio, quando os acontecimentos seguiram contra a sua vontade e o seu esforço, teve d'intervir, tambem, com o auxilio dos seus navios. Quem tudo isso fizera, quem tudo isso alcançára, com porfiosas negociações, com intemerata energia, com solicitações infatigaveis, fôra o antigo desterrado de Cadiz e depois ministro em Madrid. Ficava, pois, provado: juntavam-se, aqui, os elementos mais repugnantes entre si, para destruirem o poderio odiado d'um homem; não poupavam, para conseguir esse intuito, nenhum meio extra legal, e extra moral — servia-lhes a revolução, a deposição da rainha, a abolição da dynastia, o auxilio dos que visavam á

destruição das liberdades conquistadas com tanto sangue; não recuavam perante o entendimento com estrangeiros; a ruina da fazenda, o assolamento das camadas anarchicas, da sociedade, a paralysação de todo o progresso da nação era-lhes indifferente; conseguiam, na persecução d'esse plano, mesquinhamente pessoal, atirar para alem da fronteira com aquelle que era o pezadello de todos esses congregados para lucta tão ingente — e, comtudo, mesmo de lá, mesmo de longe, a victoria pertencia, afinal, ao conde de Thomar! A sua correspondencia com Saldanha, durante esse periodo, é o segundo dos livros importantes que tem de consultar quem queira aprofundar esse estudo interessantissimo. Para a nossa narrativa especial, porem, basta-nos relembrar os debates parlamentares de que demos as transcripções, no primeiro volume, e que são a sequencia do revolução fechada pela convenção de Gramido. N'esse volume o leitor encontrou, — com os episodios que procuraram reproduzir, os successos de janeiro de 1848 a junho de 1849, — as movimentadas scenas do ministerio Saldanha, — ao qual succedeu o da presidencia de Antonio Bernardo da Costa Cabral, — que á lucta com tantos adversarios intransigentes, vira accrescentar-se, tambem, a guerra que lhe fazia o irmão, Jose Bernardo, e os seus parciaes! Está conhecido o passado. Estamos chegados, pois, ao periodo de reatar a narrativa do anterior volume — e avaliar, como era algo antecipada, a canção com que os *pés frescos*, tinham celebrado a emigracão para Cadiz d'aquelle, a quem votavam um odio implacavel:

O Costa Cabral morreu
Foi-se enterrar ao inferno,
Disse o diabo ao vel-o:
— Tenho lenha pr'ó inverno!

CAPITULO V

Ultimas notas da sessão de 1849.— As bailarinas. — Conflictos: ás varadas no exercito.— Situação da fazenda. — Poetas e prosadores.

No dia 8 de julho de 1849 encerrou-se a camara — meticulosamente escolhida, quando — como talvez o leitor recorde — José Cabral gosava foros d'indiscutivel sabença no recrutamento de legionarios dedicados. O barro de que se servira aquelle que por esse tempo se inculcava Padre Eterno do cartismo, não foi mais resistente do que o que serviu para amassar o primeiro homem. A maçã paradisiaca, — que para estes era o pomo dourado do favor ministerial, — encontrou-os sempre de guela escancarada, em disposição de não perder tempo, para satisfazer a goloseima, escutando, primeiro, as instancias da consorte sedusida pela malevola serpente...

O primeiro que experimentou os dentes anavalhados d'aquella maioria, foi o proprio que a engendrára. Voltara-se contra elle para mostrar a sua dedicação ao marechal. Mas Saldanha deixára a referenda, outro era agora o que dispunha dos sellos do estado, portanto a hesitação seria... reprehensivel tibieza nas crenças cartistas. O conde de Tho

mar podia dispôr, livre e absolutamente, d'aquelles soldados intemeratos que só tinham andado de mochila ao hombro, atraz d'outro commandante, na esperança de vêr raiar o dia venturoso... em que o interesse se harmonisasse com a convicção.

Com uma camara tão bem disposta no favor, e tão decidida nas crenças e no lealismo, o ministerio o melhor que tinha a fazer era — mandal-a embora. Antes de a despedir, porém, apresentou-lhe uma longa lista d'auctorisações, em que a confiança dos generosos representantes do paiz era posta em magna experiencia, — porque depois da solicitação para reformar todo o mechanismo tributario, tanto na sua incidencia, como cobrança e fiscalisação; depois do pedido para poder modificar o Conselho d'Estado e o seu regulamento... pedia tambem poderes para assignar um novo contracto, por tres annos, com os *emprehendedores* do theatro de S. Carlos! Emprehendedores, é como por esse tempo se designavam, officialmente, esses personagens illustres. Escusado será dizer que se concederam todas as auctorisações que o governo pediu. «Boca que pedes, coração que desejas», commentava picarescamente o Sampaio, na *Revolução.* Algumas das autori-ações que se solicitavam, já estavam legisladas. A' objecção feita a este proposito, acudiu, na camara, o Agostinho Albano, defendendo a insistencia no pedido com o adagio latino: *quod abundat non nocet.* Esta theoria, que se presuppunha ter por elle sido applicada aos doentes, quando fazia profissão de clinico, determinava varias interrogações picarescas:

— «Quantas sangrias receitou — perguntavam uns — para encontrar a abundancia de sangue prejudicial á saude? Quantos clisteres lançou, — diziam outros — por verificar que a abundancia de materias é causa de doenças graves?»

O debate para as auctorisações a conceder ao governo tomou alguma animação... quando se tratou do corpo de baile para o theatro lyrico! Foi o Corrêa Leal — que o leitor do anterior volume conhece pela descripção do epico feito contra os francezes, em Coimbra — quem investiu com os abusos possiveis, n'esta parte especialisima. Quiz que no contracto se posesse, bem e claro, que haveria duas... *copias* de primeiras bailarinas. O leitor pouco dado a danças não sabe, provavelmente, para que é que o homem pedia copias em vez de originaes, e talvez se engane com o processo para se alcançar a reproducção, quando se trata d'esta especie interessante, que proveitosamente cultiva a pirueta. O *recta pronuncia* previu, porém, essa ignorancia e explicou tudo muito bem: — «Uma copia de bailarinas, em technica de theatro quer dizer, dous casaes, ou dous homens ou duas mulheres.»

O conde de Thomar, accedeu á aclaratoria, — mas não se livrou da continuação do debate. Fallou o Assis de Carvalho, — que já se disse n'estas chronicas ser... um grande copista-amador — se é permittida a phrase. Foi elle quem elucidou largamente a camara sobre o muito que aprendera... por de traz das bambolinas. O chefe do governo mostrou-se tão agradado da licção, que prometteu atender a muitas das observações do orador, acceitando, tambem, o parecer da commissão d'instrucção publica, do qual destacamos para aqui este considerando:

«Considerando que em relação á pratica do ensino e da moralidade publica, 6 mezes de ferias são prejudiciaes, e que os theatros lyricos, quando não tem os quadros completos, degeneram da sua propria essencia, e não correspondem ao fim da sua instituição, é de parecer que a proposta do governo deve ser oppprovada com as condições e do modo seguinte:

1.º O theatro estará aberto oito mezes, d'outubro a maio inclusivamente.
2.º Os espectaculos serão sempre completos, compor-se-hão d'uma opera e d'uma dança inteira.»

Os nossos paes não se contentavam com menos de oito mezes de opera... e bailados — por causa da moralidade publica! Como os seus filhos estão degenerados!

Mais adeante se verão os episodios que assignalaram a quadra lyrica d'este anno e a importancia, sempre crescente, que os homens do tempo concediam aquella casa d'espectaculos, — que o Corradini transformara n'uma especie de bazar do Oriente: era ali que muitos dos dirigentes da politica dominante, depois de se regalarem com o canto das *divas* e com a plastica das bailarinas, ganhavam o direito de reproduzirem na egreja, a serio, os casamentos que ellas, com tanta desinvoltura, repetiam no palco, a rir!

Na camara, na lufa lufa de tudo concluir com rapidez, os incidentes que se produsiam, eram acalmados com prestesa e com todas as transacções possiveis. O Sotto Maior, que depois da scena com os ajudantes de Saldanha, sentia diminuido o prestigio que o aureolára, andava tão acomodaticio que na sessão de 14 de junho, suppondo molestados com elle os ministros da fazenda e o da marinha, acudia com explicações e desculpas. O dialogo era caracteristico, como vai ver-se:

— *O orador:* «Se se quer negar o direito d'um deputado a entrar n'um debate franco e aberto, então...

— *O ministro da fazenda* (Avila): Ninguem nega isso!

— *O orador:* Muito bem... Se a minha opposição incommóda, se não me querem permittir a liberdade

d'expôr a minha oppinião, declaro que não tenho muito empenho em estar sentado n'estas cadeiras. Sairei da sala para não mais voltar.

— *O Presidente do Conselho* (conde de Thomar): Nós não queremos que o illustre deputado se retire, nem desista da sua opposição; ao contrario a estimamos muito (apoiados).»

Parecia que a casaca flamante do janota parlamentar estava .. voltada do avêsso, tão d'outra côr eram agora as suas explicações. Elle proprio se encarregava de justificar essa alteração manifesta, contando que a variante se apoiava em falta d'aggravo pessoal:

— «Com os cavalheiros que compõem o actual ministerio não estou na situação que tinha com os anteriores. Eu alem de não commungar na politica dos cavalheiros que formavam a situação transacta, tinha motivos sufficientes para têr indisposição pessoal; agora como os cavalheiros que compõem a situação actual, não tenho razão nenhuma para ter indisposição pessoal. Vejo n'elles cordura de caracter e lealdade d'intenções, garantias estas, etc.

E' dispensavel levar mais longe a transcripção, porque quem lêr certamente não precisa de que se ponha mais na carta...

Esta moderação de palavra, em homem que a camara estava habituada a ouvir sempre irascivel, sempre inflammado e provocador, não abrangia na benevolencia senão os que estavam na bancada ministerial. Dias depois, na discussão d'um projecto de gratificações ao corpo d'estado-maior, Lopes de Lima interrompeu o. Sotto Maior, abespinhado, retrucou-lhe d'esta maneira:

— «Se accaso as minhas palavras offendem o sr. deputado, eu declaro que sou bastante cavalheiro para responder por ellas não só aqui como fóra d'este logar. E agora não quero responder mais. O illustre deputado escusa d'estar com fanfarronadas, pois para cá vem de carrinho.»

Como se está vendo, as phrases do parlamentar não correspondiam, algumas vezes, ao corte elegante que tinham sempre os seus trajes. «Para cá vem de carrinho!» Quem havia de suppor tal linguagem, no parlamento, em pessoa que as chronicas tanto nos exaltavam pelos cuidados de peraltismo irreprehensivel?!

Dias decorridos, houve outro incidente pessoal na camara. Carlos Bento alludiu com desfavor ao ministerio de 1845. José Cabral retrucou-lhe com asperesa. Quiz o outro desculpar se, citando o que lêra em periodicos ministeriaes. O violento director do *Estandarte* cahiu a fundo sobre esses thuribularios da situação:

— «Quaes periodicos ministeriaes? Serão aquelles que recebem ou tem recebido — não sei se recebem actualmente — o subsidio do governo? Era melhor que o governo, que os tem alugado, lhes não tivesse pago *(Apoiados)*. Era melhor, porque elles não teem dicto senão heresias e sandices *(Apoiados)*. Esses periodicos fallam mal de Christo, se lhes pagarem para isso...

Esta injuria aos jornalistas governamentaes provocou polemicas de grande violencia, mas dias depois um outro incidente desviou para esse novo episodio as attenções geraes. O caso primitivo fôra assim:

Joaquim Pedro Celestino Soares publicara um folheto intitulado *Origens e estudo da questão entre José Estevam de Magalhães e Joaquim Pedro Celestino Soares*. O folheto determinara a reproducção d'um discurso pronunciado por Celestino Soares na sessão de 29 d'agosto de 1840. N'esse discurso o orador accusava os ministros de conspiradores de profissão. O discurso foi muito longo e foi até muito tarde, — mas o ministro da justiça (Costa Cabral) tendo alcançado a palavra e não querendo demorar os deputados que tinham ouvido a provocação, concentrou em curtos dizeres uma replica aspera e insolente. Levantou-se, e de relogio na mão, disse, textalmente:

— «O sr. deputado hade permittir-me, que eu diga, á face do parlamento e da nação que elle é um vil calumniador. Não tenho tempo, n'este momento, para mais do que para olhar o relogio, e vêr que são seis horas e meia, e que a estas horas foram por mim proferidas estas palavras. E' a resposta que tenho a dar ao sr. deputado.»

A escandalosa occorrencia não tivera então seguimento, mas agora que Costa Cabral estava outra vez no poder, até esse velho incidente servia para renovar as accusações de toda a especie que contra elle se reproduziam. E este, apesar da bulha então feita, certamente não foi dos que mais o incommodou. O desejo, n'esse momento, do chefe da situação, era dar satisfações a todos, era transigir com tudo e com todos... até fechar as camaras.

Tanta era a sua vontade de não perturbar com conflictos a marcha rapida dos trabalhos parlamentares, que até os insultos passavam .. como *une lettre à la poste*. Os ministros não acudiram nem aos que na imprensa os defendiam, e que por causa d'elles

eram violentamente enxovalhados, e até alguns dos que collaboravam nas folhas visadas e na camara tinham direito á palavra, se dispensaram de usar de represalias com quem tinha a publica imprudencia.. de fallar em corda sem receio da forca bem merecida! «Votava-se com o pé no estribo» —dissera o Carlos Bento, resumindo a urgencia do momento. A *Revolução*, por seu lado, explicava: «Os projectos vão numerados, como os soldados e nem sequer lhe passam revista. O presidente é o unico que se cança a fallar; os outros assentam-se e levantam-se.» Só os jurisconsultos se revoltaram contra, o... galopar desenfreado da azemola legislativa,—para continuarmos a linguagem pittoresca de Carlos Bento.

O artigo 630 da Novissima Reforma Judiciaria, é que foi debatido e remirado em todos os sentidos. Tratava-se de mandar escrever em separado os aggravos de petição, interpostos dos despachos proferidos nos autos de execução de sentença a eliminação do acto conciliatorio previo ás mesmas execuções - e a pena de prisão contra o executado, sempre que a execução se não acabasse no praso de tres mezes, como dispunha a Ordenação, no livro 3.°, titulo 86 § 18.°. A proposta fôra apresentada pelo deputado D. Luiz de Pilar Pereira de Castro, e a commissão de legislação não concordava com a eliminação do acto conciliatorio e da pena de prisão contra o executado. O debate foi acceso. Uns queriam retrogradar até á doutrina da Philippina, rejuvenescendo as disposições do seculo XVI; outros queriam a jurisprudencia liberal de Borges Carneiro; uns iam procurar os recursos d'appellação, ás sentenças, ou definitivas ou interlocutorias, nos reinados de D. Affonso III e de D. Diniz, seguindo n'esta parte o direito canonico e não o romano; outros lembravam que fôra nos reinados de D. Affonso V e de D. Manuel que appa-

receram os primeiros vestigios dos aggravos d'instrumento em primeiro logar, depois da petição e por fim do auto do processo. Segundo estes, a legislação, que das primeiras collecções passára para a Philippina, vigorára até á restauração da Carta, depois o decreto de 16 de maio de 1832 abolira os aggravos de petição e de intrumento e, por fim, em 1837 e em 1841, as reformas do processo tinham restituido a doutrina revogada.

Como se vê o debate era doutoral e... estendia-se pelos seculos passados. Ao governo affigurava-se que elle se ia prolongar pelos seculos porvir! Trabalhava para mandar os sabios legisladores passear,—sempre receoso d'algum incidente inesperado. Da sua prudencia deu boa confirmação a noticia de uma insubordinação que a principio se julgou ser mais um *pronunciamiento*. O batalhão de caçadores 8, aquartelado em Penamacor, teve de ser repremido... com varadas, para não levantar um grito de revolta geral. Salientou-se na insubordinação um voluntario, de 18 annos. Foi castigado tão barbaramente que veiu a morrer do castigo! Mais dois soldados tiveram, a seguir, a mesma sorte. A noticia d'esta occorrencia teve um echo retumbante. Averiguou-se que á exageração do castigo correspondera uma contravenção ás leis que regiam. As varadas em vez de serem dadas *com junco* foram applicadas com *marmelleiro*. Ora o deposito que havia na arrecadação era bastante elevado para não poder fornecer a desculpa da escacez d'esse correctivo disciplinar: o batalhão tinha 200 juncos, em disponibilidade, para chamar á ordem os que se aventurassem a experimentar, no costado, os latigaços repressores. Mas, como aquella, outras arbitrariedades tinham sido praticadas. A legislação militar, por exemplo, mandava que em casos semelhantes, o cabeça de motim, depois de passar por um conselho de guerra,

fosse enforcado. Se o crime não merecia a pena capital, mas só correcção disciplinar, procedia se a conselho d'investigação, e o conselho permanente, sobre o processo que lhe era presente, é que determinava o castigo corporal, nunca excedendo 50 varadas. O cirurgião, que devia estar presente ao castigo, restringia o numero das chibatadas, quando a vida do paciente perigava.

Tudo isto fôra desprezado! Aquellas tres mortes tinham sido trez verdadeiros assassinios! Não sendo possivel dar remedio ao que era de natureza irremediavel, a occorrencia, trazida para o parlamento, servia para castigar os responsaveis com censuras severissimas. Assiz de Carvalho foi dos mais energicos. O barão d Ourem fallou com grande elevação. Tomaram grande calor no debate Fontes e Rebello da Silva, — travando-se entre este e o ministro da guerra um dialogo, que merece reproduzir-se, para se conhecer como, por esse tempo, Penamacor ficava... longe de Lisboa:

—«Sr. presidente: ha quantos dias succedeu o facto? Quaes os meios que o poder central tem á sua dísposiçao, e que o paiz subsidia ás mãos cheias? Aonde estão os telegraphos e os empregados publicos, sem os quaes não havia segurança nem administração n'este paiz? Pois não ha um telegrapho até Castello Branco?

— O *ministro da guerra:* Não ha.

— O *orador:* Não ha d'Abrantes a Penamacor?

— O *ministro da guerra:* Não ha tambem, porque não ha dinheiro.

— O *orador*: Pois se não ha telegrapho, devia havel-o. De quantas omissões se accusa e censura o governo, responde este logo unicamente: não ha dinheiro!

A desculpa de não haver dinheiro foi repellida, sem attenção á indispensabilidade d'essa base fundamental para os gastos ... Com o pretexto de que não havia telegrapho, e que as informações recebidas pelo correio, eram demoradas e necessitavam outras, que se tinham pedido, a camara veiu a fechar-se sem receber os esclarecimentos requeridos. Os deputados do nosso tempo sabem bem que ainda hoje acontece o mesmo, quando aos governos assim convém, — embora já haja telegrapho para Penamacor e dinheiro para o estabelecer até para a mais infima terreola,—se esta tiver a ventura de que em seu termo demore cavalheiro que saiba como esses progressos se reclamam na quadra eleitoral...

Esta falta de dinheiro era, com razão, um dos assumptos que trazia mais preoccupados os ministros e os seus parciaes. Podera! O conde de Thomar procurava captar as sympathias e a adhesão dos directores do Banco. As conferencias como estes amiudavam-se. Tanto bastava, é bem de vêr, para que a opposição, percebendo as difficuldades que se procuravam vencer para alcançar com emprestimos um allivio momentaneo, tratasse de crear embaraços e envenenar com suspeitas o que secretamente percebia andar-se elaborando. O ministro da fazenda, apertado com perguntas, na camara, vira-se obrigado a dar esclarecimentos, não sobre o que ia fazer, mas sobre o que se tinha feito. Apurou-se então d'essas explicações, que nos emprestimos feitos ao ministro Lopes Branco, os lucros arrecadados pelo estabelecimento, de credito e usura, montavam ... a 40 por cento! A agiotagem do Branco ficou n'uma evidencia deploravel, porque então, como hoje, n'aquella casa havia a pertenção

de metter honra e proveito no sacco estreito,—quer dizer, arrebanhar lucros grandes e com elles a declaração de bom e solido patriotismo na execução da operação expoliadora.

Para acudir á depreciação das notas apresentou-se um projecto, que passou, fixando com permanencia o imposto. Suppunha-se que era a incerteza, a este respeito, a que gerava a desconfiança no publico. O Avila foi o grande patrono d'esta theoria — que o tempo mostrou ter feito fallencia, como tambem fizera bancarrota a crença de que bastava elle ser ministro para remediar a situação afflictiva do thezouro. A lei passára, o Avila estava agora no governo e o agio fôra de mal a peor. Por isso, quando depois de encerrado o parlamento, os jornaes da opposição tratavam do assumpto, commentavam assim essas esperanças illudidas:

«Não se disputou uma só das immensas auctorisações. Parece que recrescia a confiança na rasão da immensa fraquesa do gabinete.

E agora? Miseria e inanição. Foi bem quc se concedesse tudo para mostrar que não podiam nada.»

O conde de Thomar fôra dos illudidos, fôra dos que confiára que com a entrada do Avila, as finanças reconquistariam a situação que tinham tido no ministerio de 45? A esse respeito estabeleceu se polemica nas gazetas, e o *Popular* explicou, sem refutução, a historia da escolha do futuro marquez de Bolama. A historia era assim:

O conde de Thomar, quando alguem, antes da formação do gabinete, lhe fallou em arranjar esta collaboração, respondeu:

— Não tenho que objectar ao sr. Avila, mas elle por certo não entra commigo.

O Felix Pereira foi ter com o Avila e pouco depois apparecia com a annuencia d'este.

Se todos os encarregados de formar governo metterem a mão na consciencia, terão de confessar que os Felix Pereiras teem entrado por muito na escolha de varios dos seus collaboradores. Ter um Felix Pereira ao lado d'um primaz da politica deve ser, por isso, o cuidado especial de todo aquelle que pozer as cogitações em trepar até ás eminencias da governação...

Pondo de parte, porém, a origem da escolha do ministro da fazenda, não será fóra de proposito indicar que uma das determinantes da embaraçosa situação do thezouro provinha da falta de coragem em obrigar a pagamento os devedores remissos. O Agostinho Albano, que era do tribunal de contas desde 1844, e que por isso tinha auctoridade especial no assumpto, discorrendo sobre as origens historicas do calote á fazenda nacional, já fizera estas revelações interessantes:

— «Quando foi do terremoto, em 1765, desencaminharam-se ou arderam documentos de divida á fazenda para mais de 20 000 contos. A divida ao thezouro quando falleceu D. José era de 60:000 a 70:000 contos, valor effectivo. Em cofre havia 20 a 30 milhões de documentos de divida corrente por cobrar. Pois quando morreu D. João VI foi preciso fazer um emprestimo para pagar o enterro.

Quando de 1834 a 1843 se fez um inquerito, verificou-se que só nos 6 bairros de Lisboa havia 8:000 contos de dividas incobraveis.»

Quando assim se apresentava a situação, quando se verificava que só pagava quem pela attitude especial nas luctas politicas havidas, ou tinha essa louvavel devoção ou carecia d'influencia para se isentar aos rigores do fisco, appareceu um inglez a re-

clamar 55:000 libras, de que o thezouro lhe era devedor.

O caso merece historia e o nome do homem precisa relembrado.

Chamava-se esse subdito de Sua Magestade Britanica, Quail — e acrescentava ao nome o titulo scientifico de doutor. Apresentava-se como representante da legião ingleza, e, mostrando-se acomadaticio com a pobresa do thezouro, dirigiu á camara uma representação, da qual copiamos este trecho, que exemplifica os elevados sentimentos de uma alma generosa, disposta a transigencia muito para agradecer:

«O supplicante implora ás camaras para se promover o pagamento d'alguma quantia por conta e saldo da sua reclamação. Elle tomaria de bom grado o valor d'elle em terras de Portugal, se o estado das finanças de Portugal não permittir o pagamento em dinheiro.»

A prosa não será das mais correctas, mas o desejo de conciliação é manifesto. Em abono da verdade deve acrescentar-se, como esclarecimento, que este magnanimo Dr. que pedia 55:000 libras, e se saptisfazia com terras, — ou com alguns patacos, por conta de maior quantia, — estava na occasião n'um estado em que os referidos patacos manifestamente lhe seriam d'um grande soccorro. Corrido das hospedarias, — onde a pretexto d'elle não pagar a hospedagem, o punham na rua, despresando as suas esperanças na honra dos compromissos do thezouro portuguez, — o commissionado da legião ingleza escolhia as Arcadas, como dormitorio generoso offerecido por esta nação de caloteiros aos seus confiantes devedores. Contava elle que gastára 14 annos da sua existencia, em trabalhos diplomaticos em beneficio d'este paiz, mas o governo e as camaras,

desattenderam o pedido no seu conjuncto e na sua modica restricção. O dr. Quail, um bello dia, isto é, um triste dia, cheio de fome e cheio de desillusões, reembarcou para a nevoenta Londres, com a alma negra como o seu Tamisa. Por esse tempo ainda as nações não tinham o exemplo, primeiro applicado em Marrocos depois em nós, de apoiar com as suas armadas, as exigencias das contas de divida. apresentadas com fundamento semelhante a esta assim desattendida.

Antes mesmo de encerrados os trabalhos parlamentares os inimigos do conde de Thomar organisavam presistentemente a campanha de imprensa, destinada a combatel o com a maior violencia. Procurando captar a benevolencia dos que o guerreavam, pensando em fazer-lhe concessões para inutilisar a accusação muito propalada da sua politica perseguidora, e presidente do conselho inaugurara a sua administração por um acto de benevolencia, — propondo, e obtendo da rainha, um decreto de amnistia para os crimes politicos. Longe de lhe agradecerem, os adversarios proclamaram ser este um subterfugio com que se tentava furtar á sentença absolutoria dos tribunaes, os que tinham inteira segurança de n'elles encontrar appoio contra o seu perseguidor, — que era quem inventára, explicavam, o denunciante Candido d'Oliveira, preso para disfarce no Limoeiro, mas ali tratado com carinhosas attenções.

O conde de Thomar não affrouxou, apesar d'estes commentarios, no seu proposito de procurar aplacar os adversarios e pacificar os espiritos. Aos que exaggeravam a sua feroz intransigencia, a sua pol tica perseguidora, o seu proposito d'afastamento de to-

dos os que não communungavam nas suas crenças, replicava com a portaria de 17 de julho, assim:

Contando a S. M. a rainha que entre os amnistados d'Evora Monte existem individuos que, possuindo conhecimentos technicos relativos á feitura das estradas, desejam empregar-se n'este serviço; e precisando o governo de ir empregando effectivamente em taes trabalhos, á medida que os meios se lhe proporcionem para esse fim, a quaesquer subditos da mesma augusta senhora, que, abonados pelos seus merecimentos e morigeração possam prestar tão util serviço: manda a mesma senhora que o inspector geral das obras publicas do reino, uma vez que se dê a indicada hypothese, haja de propor os individuos que lhe pareçam revestidos d'aquellas circumstancias, bem como a gratificação ou subsidio que se lhes deve arbitrar conforme a commissão de que forem encarregados. Paço, etc.

Este documento, interessante, parece que devia, não diremos desarmar, mas modificar o tom nas aggressões feitas ao chefe do governo. Tyranno, pelo menos, parecia não se mostrar; a ferocidade era substituida pela clemencia. Pois nada d'isso succedeu — como vai ver-se.

Poetas e prosadores são chamados aqui a depor. Ouçamos primeiro os poetas. A lyra antes da clava. O gorgeio dos que cantam, antes das apostrophes dos que vociferam. Pois os vates que militavam na politica eram dos mais activos em forragear na historia comparações impressionantes entre os tyrannos celebres e o actual chefe do governo. Roma, — a Roma dos Cesares, — era principalmente explorada pelos versejadores irritados, que ás vezes dirigiam ameaças á rainha por causa do seu ministro, — mas sempre, em parte, revestidas com exemplos tirados dos chronistas do grande imperio. Santanna e Vasconcellos, por exemplo, procurava o caso de Mucio Scœvola para dizer á senhora D. Maria II por intermedio de Porsenna:

Porque olha, rei! tu não pensas
Na força da convicção
No vigor d'antigas crenças,
Nos foros d'uma nação;
Tu vens, soprou-te o destino
A's grimpas do Aventino
O despotismo cuspir,
Mas teme, teme que Roma
Qual leão sacuda a coma
Lá no deserto a rugir.

As gazetas achavam excellente, como se comprehenderá, este inspirado trecho, e o Sampaio, da *Revolução* reprodusia-o em folhetim, — sorrindo, certamente, porque elle que tanto conhecia a historia de Roma, e d'isso se orgulhava, sabia bem que o heroico feito attribuido a Caius Mucius Scœvola é uma das muitas patranhas inventadas por Tito-Livio, apanhado, n'este especial caso, em flagrante, por que a familia do *canhoto*, que elle dava como patricia no começo da republica, ainda era plebea trez seculos depois.

Casal Ribeiro, esse, cantava a Roma moderna, onde o governo papal passava por uma suppressão de pouca dura:

Roma é livre, é soberana,
Já não soffre estranhas leis,
A republica romana
Affronta as iras dos reis:
Ao pontifice — respeito,
Mas seja só no altar,
Que o sagrado ministerio
Do ceo profana o ministerio
Se quer na terra mandar.

. . . .

Que te importa se a maldade
Venceu em França o dever?
Se em nome da liberdade
Te quer em ferros prender?
Que te importa a Gallia altiva

Inda ha dois dias captiva
Negros grilhões a forjar?
Que te importa um Brenno novo,
Se entre os chefes do teu povo
Vês um Manlio batalhar?

Ao lado dos poetas, instigando o povo com a sonoridade das rimas, os jornalistas procuravam agitar as multidões com periodos candentes, como varões de ferro postos ao rubro! O seu principal paladino escrevia assim:

Em Portugal só ha uma politica seria, grave, efficaz e proveitosa. E' a politica revolucionaria. Tudo o mais são modos de vida, enganos d'alma, brincos de crianças. Para tomar parte n'este jogo de *cabra-cega*, como que ahi se discutem aos poderes do estado, é preciso ter ou muita ociosidade, ou pouco juizo. Só os espiritos derrancados n'um longo trato de fallacias, ou eivados desde o berço da debilidade natural, podem interessar-se e afadigar-se em luctas estereis, que não deixam gloria aos luctadores, nem ao paiz, em nome de quem são tratados.

O José Cabral não partilhava d'esta opinião radical. Estava ainda contra o irmão,—apesar de n'esta occasião se ter acalmado o periodo agudo da desavença,—mas discutia a these apresentada pelos setembristas e opinava pelas reformas fundamentaes mas sem emprego dos extremos revolucionarios. No seu orgão, no *Estandarte*, replicava-lhes, assim:

Tambem desejamos e pedimos reformas radicaes, tambem achamos urgente a reconstrucção do edificio desmantelado, mas pode tal reconstrucção verificar-se por meio d'essa politica revolucionaria? Por Deus, não joguemos com palavras cuja significação é tão importante e tão vasta.

A isto respondia a *Revolução*, explicando que não tratava de jogo de palavras, mas da exposição de verdades que se impunham á consciencia da nação.

O seu partido, segundo o jornal affirmava, nunca exercera o governo com liberdade d'acção para .. poder fazer o bem a que visava. E tratava d'explanar por esta forma, semelhante especiosa desculpa:

O nosso partido nunca governou. Para governar era preciso ter o poder; para ter o poder era preciso que elegesse. Tivemos no ministerio alguns caracteres populares contrariados sempre pela malquerença da côrte, sendo ella mesmo que os havia chamado Era mais, emquanto a nós, uma tregua que o exercicio da auctoridade. Eram esses homens escolhidos mais para aquietarem as ondas populares embravecidas do que para remediarem os males politicos.

Proseguindo sempre na campanha que desde tão longe reabria contra a rainha, logo que os seus amigos não estavam no poder, o Sampaio accentuava assim o intuito principal dos seus ataques:

Corram os acontecimentos; salve os comprometimentos quem os deve salvar, mas não vá ninguem acalentar ao peito a serpente que depois o ha-de morder.

E' uma grande lição moral o: — *nequis discat prodesse improbis*. Se a côrte chora e se humilha, deixem-na chorar e humilhar para se não rir depois insolentemente n'outro 6 d'Outubro. Chora emquanto não tem as costas quentes com os estrangeiros; fuzila e manda para Africa apenas sente auxilio estranho.

São vivos muitos dos que ouviram Sampaio confessar que estas e outras injurias, as inventára contra a rainha por a julgar um estorvo a todas as reclamações liberaes!

—«A rainha era... um homem, dizia elle. Era preciso tratal-a como tal!»

A lista das auctorisações com que a camara d'então deixou armado o governo merece nota:

— Para reformar a administração da fazenda e o tribunal de contas;

— Para rever o regulamento do Conselho d'Estado;

— Para celebrar o contracto com a empreza do theatro de S. Carlos;

— Para a colonisação de Mossamedes;

— Para as obras a fazer no districto da Horta;

— Para regular o pagamento ás classes inactivas;

— Para as obras da levada do Rabaçal.

Como se vê esta lista d'auctorisações, no seu conjuncto, é bem parecida com todas as da mesma especie: o serio misturado sempre com o comico. Até S. Carlos era contemplado!

CAPITULO VI

Guerrilheiros—Quadrilheiros—Empregados prevaricadores

Durante a revolução cuidára-se em arranjar companheiros para a lucta sem escrupulisar na escolha dos parciaes que se offereciam e sem lhes pedir conta dos meios que esses julgavam mais asados para vencer os que se arregimentavam no bando contrario. A coragem era a qualidade que principalmente se requeria. Quem jogasse a vida com destemor, importava pouco que se fizesse pagar com o que os adversarios levavam na bolsa, ou suppunham ter a bom recato nos bahus e arcas, que, ainda nas mais abastadas casas provincianas, eram os cofres tradiccionaes para a guarda de dinheiro e joias. Os ladrões tinham-se, pois, chrismado em guerrilheiros, e os assaltos á mão armada, seguidos de assassinios, incendios, incestos — e todas as violencias que em epocas menos revoltas se puniam com prisão e forca,—passavam como desforço legitimo e resultante natural do estado de guerra aberta entre os que juravam inteiro exterminio. Havia homens de bem, caracteres austeros, pessoas incapa-

zes de transigirem, em epocas regulares, com qualquer falta ás leis da honra, que não sentiam a menor repugnancia em tolerar a companhia de bandidos, manchados com vilissimos e sanguinarios attentados! Por um phenomeno moral, correspondente ao phenomeno visual que resulta do exame que se faz com um binoculo em posição natural ou invertida, assim os actos criminosos praticados pelos que se dizia trabalharem a favor da causa favorita, appareciam engrandecidos e proximos, ou diminuidos e distantes.

Era tão sincera, tão fóra de todo o calculo, esta extravagante inversão dos principios da moral, que ninguem punha resguardos e cuidados nas relações que contrahia. Era cartista, ou dizia-se assim, o bandoleiro que apparecia? Tanto bastava aos cartistas empenhados na contenda. Era septembrista, ou proclamava-se tal, o salteador que vinha offerecer os seus serviços? Isso era sufficiente aos septembristas que o utilisavam na lucta. Os mais elevados dos personagens dos dois bandos não escrupulisavam em corresponder-se com esses auxiliares, deixando-lhes na mão cartas e recommendações, que mais tarde appareceram nos tribunaes e serviram para a defeza por elles apresentada quando os accusaram de bandidismo descarado. Vinham principalmente desde 1836 essas quadrilhas de salteadores que se intitulavam guerrilhas. A Beira foi principal theatro de scenas de rapina praticadas com requinte de ferocidade. Foram frequentes os casos d'alguns roubados serem depois enterrados vivos, —ao que contavam os jornaes. As casas abastadas foram postas a saque. O roubo á Quinta do Ferro, por exemplo, foi colheita tão productiva, que enriqueceu varios dos que o praticaram. Houve familias inteiras supprimidas, e contou-se que d'uma só fôra na occasião

do assalto poupado o chefe da casa, por que o capitão dos salteadores o forçára a lavrar testamento constituindo o seu herdeiro universal. Dias depois o assassinio do testador assegurava a posse pacifica da herança a este bandido imaginoso!

Aos que andavam na estrada roubando, e dizendo-se partidarios dos politicos dominantes, correspondiam os que andavam nos tribunaes roubando, e dizendo-se juizes. Entre todos ficou memoravel um bacharel, Oliveira Pinto, mandado para Angeja em 1834. Dizia-se que este magistrado absorvente, apenas deixára aos de Angeja os telhados e as portas das casas. Os proprios que o despacharam, viram-se forçados a demittil-o. Quando em seguida regressava a Ovar, d'onde era natural, os habitantes da povoação do Pinheiro, esperaram-n'o para fazer justiça summaria, — do que elle se livrou escapulindo-se para o Alemtejo.

Os septembristas tinham concedido o habito de Christo a um assassino; os cartistas concederam a mesma graça a outro. Quando os primeiros praticaram o escandalo, allegaram, para defender-se, a ignorancia em que estavam das prendas do agraciado; quando os segundos cahiram na reproducção do que tinham censurado, desculparam-se com um equivoco, a que se abstiveram de dar reparação. Uma justificação valia a outra! Os que tinham merecido a honraria da graça regia, continuaram a pavonear-se com a distinção com que foram galardoados, — distinguindo-se entre todos o celebrado Marçal, commandante de quadrilha, na Beira, e que n'essa qualidade accumulava tambem as veneras: tinha recebido a a Torre e Espada e o habito de Christo!

Este Marçal era um bello homem: typo alto, nervoso, d'uma fina linha aristocratica, levemente moreno, de larga e culta barba negra, magnificos

olhos muitos vivos, d'uma grande mobilidade tradusindo os irrequietos pensamentos que de continuo o agitavam. Corajoso, sem escrupulos, sabendo impor-se aos seus homens pela decisão e pela audacia, estando tanto á sua vontade entre os bandidos incultos como entre senhoras delicadas e espirituosas, as suas victorias como conquistador nas salas eram tão numerosas como as suas proezas nos assaltos á mão armada. O que exploram o typo do bandido romantico, difficilmente podiam encontrar figura mais de molde a servir o enredo d'uma novella do genero Fra-Diavolo. Uma mulher das mais formosas do seu tempo, — talvez viva ainda hoje — filha d'um coronel de cavallaria de grande nomeada e de grandes tradições fidalgas, casada n'uma das mais nobres casas da Beira, foi por elle que abriu a serie de aventuras da sua vida accidentada, que tiveram retumbantes episodios, — sendo um dos ultimos a desavença juridica com um imperador, a proposito da hospedagem, excessivamente carregada. Marçal quiz pagar á amante a sua conta, com uma generosidade muito diversa da que depois mostrou esse monarcha. Para não deixar fugir a fortuna do marido aquella linda mulher, esteril como a biblica Sara, pediu-lhe... um filho; o chefe da guerrilha, ou capitão da quadrilha, destacou um dos seus homens para Hespanha, em cata d'uma creança, que, depois da comedia da falsa maternidade, foi exhibida como o varão legitimo destinado a continuar a linha heraldica da nobre familia — que n'elle chegou a vêr, miraculosamente reproduzidos, segundo testemunhos varios, os traços physionomicos caracteristicos de avoengos que tinham deixado retrato na nobre galeria solarenga! Só o marido não acreditava que a providencia tivesse deferido aos rogos que annos antes vinha fazendo — e como não acreditou, inten-

tou um processo a renegar o hespanholito que lhe tinham mettido em casa, o que determinou um escandalo dos mais apimentados que por esse tempo passaram pelos tribunaes do paiz.

Antes d'este episodio, porém, o commandante da guerrilha, ou capitão da quadrilha, tivera uma existencia que merece historia. Natural de Villa Nova de Fozcôa, os chronistas diziam-n'o neto de procedencia pouco limpa. Em 1828 accusaram-n'o do primeiro assassinio. Processado por esse crime, foi condemnado a degredo, depois de obrigado a dar uma volta á forca. Em 1832 estava ainda na cadeia de Lamego, d'onde fugiu, logrando ir juntar-se ao exercito libertador. De soldado passou a guerrilheiro, ou quadrilheiro, sendo um dos seus primeiros feitos o saque que em 1834 deu a Santa Comba, completado por o fuzilamento de 5 pessoas, entre as quaes uma mulher. Quatro das principaes casas foram incendiadas. De 36 a 37 contavam se assassinios do seu bando em Numão, em Costoias, na quinta das Figueiras, em Fozcôa, em Villar d'Amargo, em Almendra e na Relva.

Um d'esses assassinados era seu proprio tio, João de Deus Paixão.

Em 1838, a guerrilha, ou quadrilha, dissolveu-se. No anno seguinte, porém, já as chronicas do tempo contam ter elle chamado a uma conferencia um patricio, de nome Jacintho Davim, assassinando-o por sua propria mão, — e a seguir apresentam a seguinte curiosa relação:

Assassinou as seguintes pessoas, das quaes 8 o foram por elle mesmo: — José Polhido, dos Moz, Francisco Lopes Davim e um sobrinho, de Freixo, o Oliveira de Ranhados, João Bernardo, de Penedono, José Joaquim Ferreira, o filho de um pedreiro e um gallego na Pesqueira, Manoel Antonio e o escrivão Guedes, da Ervedosa, Manoel Jacintho

Pires e um filho, João do Espirito Santo e João Foncho, todos de Foscôa.

Cançado de matar homens, assassinou, com uma descarga que lhe mandou dar, a Hypolita, viuva honesta, e a Rozaria, sobrinha d'aquella, de dezaseis annos d'idade.

Quando o exercito libertador entrou em Lamego, elle e outros assaltaram a quinta de João Pinheiro d'Aragão, em Alvellos, e passando a roubal-a, o despojo passou de 50 mil cruzados em dinheiros, joias, pratas e roupas.

Estabelecido em Fozcôa fez os seguintes roubos dos quaes lhe coube a maior parte, como chefe da guerrilha que tinha ás suas ordens:

Saqueou e incendiou a quinta da Canameira, e depois fusilou seu dono Antonio Marino;

Saqueou a Quinta do Ferro, cujo roubo excedeu a 80 mil cruzados; a do Morgado do Rabaçal cujo roubo andou por 3 mil cruzados; a do doutor Miguel da Horta, d'onde levou 4 mil cruzados em dinheiro; a do padre José de Seixas, de Costoias, na importancia de 3 mil cruzados em dinheiro e trastes; a do vigario de Longroiva, ao qual por achar pouco dinheiro o fez trespassar com tres baionetas, de que morreu; a do barão de Paulos, no Souto, ao qual tirou 80 moedas e 4 cavalgaduras; a do vigario de Sabadelhe, ao qual deu maus tratos por lhe acharem apenas 7 moedas; as do coronel Cardozo e outros, do Baraçal, d'onde trouxe algumas bestas carregadas. A um negociante do Porto, Almeida, assaltou na estrada, e como este se defendesse, entraram em armisticio e resgatou-se por dinheiro.

Este rol sensacional, publicado na *Revolução de Setembro* de 15 de novembro de 1867, teve seguimento elequente n'um outro ainda de maior extensão, — porque depois da revolução de 6 d'outubro Marçal tornou a reunir a sua gente e de novo saiu a campo. Foi n'esse periodo que entre outros feitos de nomeada, diziam ter a guerrilha, ou quadrilha, roubado as tres casas aos Campos, — Joaquim, José e Manoel — incendiado o palacete de Daniel d'Almeida, em Fozcôa, e muitas outras proesas de egual tomo, entre as quaes se apontava o assalto aos celleiros de varios individuos d'Escalhão, — d'onde levou 7:000 alqueires de trigo, fornecidos á divisão

do Casal, recebendo d'este um titulo legal de venda, para cobrar a importancia da fazenda publica. Tudo isto, porém, era historia antiga. Marçal, cavalleiro de Christo e da Torre e Espada era, e cavalleiro de Christo e da Torre Espada ficára. Aos setembristas que accusavam os cartistas e cabralistas de terem entre os seus parciaes um guerrilheiro com semelhante historia, respondiam os cartistas publicando accusações semelhantes contra o Galamba, com cuja camaradagem esses tanto se orgulhavam que até o propunham para representante da nação em côrtes. Cá e lá muita ladroagem ha, diziam com variante de rifão, uns e outros. E lançava-se um benevolente véu sobre o passado dos guerrilheiros, ou quadrilheiros.

Em junho de 1849, porém, na epocha de que principalmente tratamos, a historia do Marçal, — cavalleiro de Christo e da Torre e Espada, e coronel d'um batalhão de milicias, — tornou a vir aos jornaes com o aproposito d'um novo episodio e para mortificar com a narrativa o governo presidido pelo conde de Thomar. O caso foi assim:

Em Fozcôa, com o advento dos cabralistas, os odios e perseguições tinham renascido com violencia, dirigindo-os, com presistente rancor, um cunhado do antigo chefe de guerrilha, ou quadrilha, de nome Antonio Augusto d'Almeida, ao tempo administrador d'aquelle concelho. Com uma alta comprehensão da conveniencia de mascarar com as formulas legaes as cousas que antes tinham nomeada criminosa, o administrador, não juntára bando: nomeava cabos de policia. Reuniu assim para a *policia* da villa, 150 *cabos*. Os adversarios que perceberam o perigo que lhes resultaria de tanta policia assim recrutada, emigraram em massa. Refugiaram-se em Moncorvo,

onde era administrador Antonio Joaquim Ferreira Pontes. Os dous administradores declararam-se guerra e começaram primeiro a bombardear-se com officios. O de Fozcôa pedia ao de Moncorvo, segundo as formulas burocraticas que começam pelo *tenho a honra* e acabam pelo *Deus guarde*, a entrega dos refugiados, — declarando serem culpados da tentativa d'assassinio na pessoa de seu cunhado, o cavalleiro da Torre e Espada, Marçal. O de Moncorvo respondia ao de Fozcôa, que elles não eram auctoridades judiciaes e que só a estas competia as capturas que lhe solicitava. Da divergencia resultou azedar-se successivamente a correspondencia, até que o administrador Almeida entendeu ser chegado o momento de ir dar... batalha campal ao administrador Pontes. Armou bellamente oitenta dos seus cabos de policia e marchou para Moncorvo. Entre os *cabos de policia*, ia o proprio Marçal e o seu logar-tenente de mais nomeada, o famoso Rá Rá, — a quem se attribuia, principalmente, a execução dos assassinios praticados pela guerrilha, ou quadrilha.

O administrador de Moncorvo, quando teve nova de que a aguerrida hoste dos cabos de policia marchava a offerecer-lhe batalha, aconselhou-se com a prudencia: fugiu. E com elle escaparam-se todos os que determinaram esta expedição singular!

Desesperados com o mallogro do bellico desafio, os 80 cabos de policia e o seu commandante, depois de acamparem na praça principal da villa, de effectuarem varias buscas domiciliarias, de jurarem vingança e nova expedição, retiraram ao quartel general de Fozcoa. A narrativa do feito veiu para as gazetas do Porto, e a lucta que não se chegára a travar, braço a braço, entre os dois administradores de concelho, estabeleceu-se, depois, nas columnas dos papeis publicos. em correspondencias por elles

assignadas e reconhecidas, O Ferreira Pontes levou o Almeida de vencida, porque as suas respostas, fundadas em factos d'uma verdade irrecusavel, eram esmagadoras pela eloquencia das provas com que as accompanhava. As melhores de todas eram... relações nominaes das victimas da quadrilha, ou guerrilha. A primeira d'essas relações referia-se aos mortos pelo bando destemido, já depois da convenção de Gramido: eram 34. A segunda enumerava os que tinham sido espancados e feridos em Villa Nova de Fozcoa, já depois da guerra: eram 41. A terceira designava os que andavam fugidos de Fozcoa para escaparem á perseguição e condemnação summaria: eram 104, e todos chefes de familia. A quarta dava a nota dos ultimos roubos n'aquella terra effectuados: eram 6. A lista dos expatriados abria — diga-se aqui como nota de actualidade — pelos parentes do actual ministro da justiça, Campos Henriques. Só d'esta familia eram os seguintes: Joaquim de Campos Henriques, José Antonio de Campos Henriques Junior, José Antonio de Campos Henriques, Manuel de Campos Henriques e o bacharel Silverio de Campos Henriques.

O escandalo monstruoso, posto assim em toda a nudez pelo administrador de Moncorvo, teve echo no parlamento, na penultima sessão da camara dos pares, em 6 de julho. Como de costume n'estes casos, o governo prometteu providenciar. E', porém, quasi escusado tornar a repetir, que o Marçal, cavalleiro de Christo e da Torre e Espada, continuou a ser cavalleiro da Torre e Espada e de Christo, a ter correspondencia e relações com as pessoas classificadas da politica do tempo e a ser recebido nas salas, — onde as damas lhe mostravam particular agrado, logrando até ganhar dedicações e respeitabilidade, que tornaram a sua morte vivamente sentida, quando,

annos passados, foi por sua vez victima d'um assassinio, particularmente traiçoeiro e repugnante Porque o epilogo da vida d este chefe de guerrilha, ou de quadrilha, talvez interesse aos que lerem estê capitulo, não será descabido escrevel-o.

Depois de, a pouco e pouco, se acabarem os odios resultantes da porfiada lucta, o Marçal mudou de residencia. Da venda dos bens dos frades aproveitou, fazendo compra do convento que estes tinham junto a Casteilo Rodrigo, com a invocação de Santa Maria d'Aguiar. Ficaram-lhe por isso pertencendo... as ossos de Frei Bernardo de Brito, o chronista-mór do reino, que ali tivera a sua ultima moradia. O convento foi transformado n'uma quasi fortaleza, tendo como guarnição alguns dos mais decididos e denodados companheiros d'outros tempos, que faziam guarda cuidadosa, armados até aos dentes, e, ao que constava, dispondo até, para a resistencia, de uma pequena peça de artilheria. Como o personagem de Shakespeare, aquelle homem que manchára as mãos no sangue, via n'ellas, indelevel, a nodoa eterna! A noite nunca o viu no leito. Desconfiado de todos, receiava de que a vigilancia affrouxasse, proporcionando aos inimigos um assalto facil. Elle proprio fazia a ronda ás sentinellas, que, como n'uma fortaleza a valer, de quarto em quarto de hora, lançavam o *alerta* umas ás outras. Só a claridade da manhã acalmava a sua inquietação febril e o deixava n'um repouso relativo. Para encontrar occupação e ganhar popularidade na terra para onde se mudára, iniciou na bella quinta, que os frades tinham em abandono lastimoso, trabalhos de renovação de cultura methodica e intelligente. Os que ali queriam trabalho, encontravam-n'o com facilidade e por vezes recebiam paga generosa que ía além da remuneração ajustada. Foi-se assim apagando o receio

com que abordavam muitos, e foi-se creando em volta d'elle uma lenda de regeneração, que se propagava com proveito real á tranquillidade, agora tanto apetecida. Os inimigos não cuidavam já em desforço, mas era na propria familia que alguem pensava em desforçal-os! Um seu cunhado, Rodrigo Balsemão, pessoa a quem distinguia com confiança por ninguem mais partilhada, seguia com elle em viagem, perto de Taboa. Os dous cavalgavam, com as prevenções de uzo no arção, os coldres guarnecidos de pistolas, á garupa, a clavina preparada. Quando o campo era deserto, Rodrigo deixou o cunhado adiantar-se alguns passos, metteu rapidamente a clavina a cara e varou-o com uma bala!

Ao vêr o corpo do assassinado cahir do cavallo, o assassino largou a galope desabrido. Mas a morte não foi instantanea. Marçal, com o proprio sangue, escreveu em um papel: «*quem me matou foi o Rodrigo!*» E expirou. A denuncia produziu o effeito desejado. O criminoso, que ainda conseguiu refugiar-se em Hespanha, foi ali preso, entregue as justiças portuguezas, — que o condemnaram á desterro perpetuo. Morreu em Africa. Não profundemos as rasões em que se fundamentou o delicto, tão covardemente executado...

Tal foi o fim d'este chefe de guerrilha, — que deixou memoria de crimes e de amores, que em outro paiz teria já sido explorada, com proveito, por litteratos desejosos de um personagem de vida excepcionalmente aventurosa.

Poucas semanas depois dos jornaes referirem o episodio da invasão de Moncorvo pelo administrador de Foscoa com os seus oitentas cabos de policia, — o que deu ensejo a reproduzirem, novamente, a

historia dos feitos do cavalleiro de Christo e da Torre Espada, — as mesmas gazetas publicavam a historia d'um outro personagem tambem de grande nomeada. Esse era de Chaves, e conquistára renome em toda a provincia de Traz-os-Montes.

Chamava-se este Almorfe, — nome que lhe provinha da aldeia em que nascera, perto da Cova-Ladrão, no concelho de Chaves! Já o sitio era uma predestinação! Logo em rapaz deu mostras das prendas que mais tarde havia de possuir. Era este tambem d'uma bella figura e dotado de força, intrepidez, sagacidade e até amabilidade de trato. Arregimentou uma quadrilha que explorou principalmente as cercanias de Chaves. As auctoridades perseguiram-n'o, mas o povo poz-se do seu lado, exaltado pela generosidade com que elle repartia pelos pobres o que roubava aos ricos. Como succede sempre que os salteadores conseguem pôr pelo seu lado... a policia feita pelo reconhecimento, o Almorfe zombou de todas as perseguições das auctoridades. Fez-se almocreve e com uma recua de machos a mascarar a profissão verdadeira, continuou a capitanear a quadrilha. A final foi preso, julgado, condemnado e degredado, — apesar de apparecerem testemunhas que não só o innocentavam de todas as culpas, mas até o diziam um sancto, digno de canonisação pelas esmolas que repartia. A repartição dos haveres dos ricos, porém, não fôra tão completa que o privasse da parte leonina, — e com ella conseguiu fugir da Africa e repatriar-se com tal diligencia — que quando a charrua que o levára, aportou de novo ao Tejo, já por cá andava á frente de nova quadrilha! Em 1834 e 1835 o seu bando, que reunia ao toque dos sinos de Santa Leocadia e Moreira, contava para cima de 200 rapagões decididos.

Um dos roubos de mais nomeada por elle prati-

cado, foi em casa d'um padre e rico lavrador. Dous dias passados um outro padre, sobrinho do espoliado, foi a Chaves para denunciar o culpado e assignar-se como parte no processo. Pode calcular-se o pasmo do reverendo quando, entrando na casa de certa auctoridade, viu, sobre a cama, uma riquissima colcha, que 48 horas antes havia sido roubada... ao tio. Com uma tal protecção era escusado contar com a prisão do salteador. O reverendo, pelo menos, assim o entendeu, desistindo de tudo o que vinha requerer.

A auctoridade da colcha deixou Chaves d'ahi a algum tempo — e como o Almorfe continuasse as proezas, foi mandado prender por outro magistrado que não ostentava cama tão aparatosa. O novo processo foi uma nova manifestação das sympathias e dedicações que o homem inspirava: as testemunhas de accusação negaram energicamente o menor conhecimento das occorrencias, e as de defeza juraram, sobre os evangelhos, que os santos que recebiam homenagem na egreja, tinham menos titulos do que elle á veneração da pobre gente, que se arrodilhava nos altares em preces devotas. A absolvição parecia segura, quando, subitamente, dois ricos lavradores pedem licença para fallar, e com o calor de quem defende a fazenda ameaçada, — por isso que tinham aviso de que estava para breve a sua vez, — relataram, desembaraçadamente, os crimes perpetrados pelo salteador. O Almorfe ouvi-os, e quando pedida e obtida licença para responder, se ergueu no banco tradiccional, a voz tinha uma grande serenidade, o aspecto era perfeitamente calmo, o olhar traduzia a mais serena impassibilidade. E foi assim que elle fallou, cofiando a sua grande barba patriarchal:

— « E' verdade. Sou chefe de salteadores. Te-

nho-o sido desde rapaz. Mas não mereço castigo, porque sempre fui um homem util á sociedade. Só furtei aos que tinham mais do que o necessario. Desenterrei thesouros inuteis, fazendo-os entrar n'um giro proveitoso!»

Propositadamente transcrevemos, sem nenhum accrescentamento nem modificação de palavras, o relacto da epocha!

Uma tal defeza não logrou captar favor para a sentença: foi condemnado á morte. O Almorfe ouviu a condemnação continuando tranquillameute a cofiar a barba, e traduzindo bem, no olhar serenamente indifferente, a certeza de que não chegára ainda a sua hora derradeira. Transferiram-n'o para a Relação do Porto. O povo, choroso, acudiu a despedir-se. O condemnado botou novamente falla:

—Soceguem! Ainda não vou d'esta! Contei com a sentença... e levo quatro mil crusados!

E não foi. Voltou e proseguiu na mesma repartição do que era dos ricos pelos pobres, - guardando para si, já se sabe, a parte do leão. Em julho de 1849, um correspondente da *Revolução de Setembro* escreveu ao jornal contando-lhe que ao pernoitar em certa estalagem, ao pé de Murça, ali se encontrara com um homem de 60 annos, barba e cabello d uma alvura de neve, bem trajado e porte magestoso. Estabeleceram conversa. Movia-o para isso não so a sympathia... mas a veneração. O velho, respeitavel, mostrou-se d'uma cortezia, que traduzia habitos mundanos finamente delicados. Ia o correspondente da gazeta setembrista a perguntar com quem tivera a honra de tão amavel conversa, mas com um gesto decidido, o das barbas longas e nevadas impoz-lhe silencio, — e descendo a escada, montou n'um bello cavallo, e partiu á desfilada. Horas depois os

sinos tocaram a rebate. Quiz o viajante saber o que succedia. Tinha sido praticado um grande roubo. Tratava de ajuntar-se gente de boa vontade que quizesse ir em perseguição do Almorfe. Era esse o tal homem da estalagem!

Aqui está, pois, uma nova figura que offerecemos tambem para a galeria dos que procuram personagens que caracterisem esta epocha, — que está ainda bastante perto de nós, e tão distanciada parece a quem viaja hoje pelo paiz em caminho de ferro, e passa tranquillamente a sua noite n'um leito do *sleeping car*, sem receio de que os velhos de barba alvejante, com quem no compartimento trave relações, capitaneiem uma quadrilha, que mais adiante assalte o comboio.

Não eram só, porém, os que saiam á estrada, que n'esta quadra viam a sua historia nos jornaes e os seus feitos commentados com uma certa e justificada violencia. Em setembro era demittido José Gualdino Ferreira, segundo official da direcção da contabilidade geral do ministerio da fazenda, por delapidação de mais de 60 contos do fundo de instrucção. No mesmo dia eram demittidos o recebedor e o administrador do concelho de Oeiras, por terem feito mão baixa nas sizas, fóros e impostos addicionaes.

Tudo isto, com ser bastante, era nada comparado com o que se averiguou occorrer na alfandega do Porto. O ministro da fazenda mandou ali o guarda-mór da alfandega de Lisboa, Henrique Daniel Wench, syndicar sobre algumas occorrencias de que lhe chegára noticia. A 10 de outubro a syndicancia dava-se por terminada; as ladroeiras descobertas eram... respeitaveis; sendo immediatamente suspensos cinco verificadores, e mandando-se organisar contra elles o processo criminal correspondente. Ao

mesmo tempo que do Porto para Lisboa vinha esta noticia, de Lisboa para o Porto ía outra, que não lhe fica a dever nada em interesse e illucidação sobre os costumes burocraticos. Ouçamos o nosso conhecido e indiscreto *Braz Tisana*, que foi quem fez a primeira narrativa:

«Dizem por ahi que o secretario dos negocios estrangeiros, que ha 18 annos dispõe dos rendimentos do correio, que orçam em 100 contos, dos quaes estava auctorisada a gastar 40, nunca dera conta de como gastára estes 40, nem do excedente, de que dispunha sem auctorisação nem conhecimento do ministerio da fazenda. Parece que os ministros estavam no habito de mandar dar estes dinheiros por portarias! Vejamos se o decreto (que vae publicar-se) põe cobro n'estas escandalosas demasias.»

O decreto, a que o correspondente alludia, era da iniciativa do Avila, ao que se dizia. Fôra elle proprio á Imprensa Nacional vigiar a publicação; segundo se contava, tambem, e em conversa com um amigo, soltára esta phrase expressiva e cruel:

— Estou cercado de ladrões!

Parecia que estas providencias, esta decisão em punir os criminosos, devia dar satisfação aos desejos da opposição. Pois não succedia assim, e em vez de louvores aos que puniam e procuravam com o castigo regenerar os costumes, a *Revolução* escrevia:

«Até aqui o partido cabralista viveu dos roubos; agora quer viver da ficção de os punir. Não pode ser. Tudo está podre. Tudo cahe aos pedaços. A base do conde de Thomar era a corrupção, faltando-lhe ella não se póde sustentar. São partes do mesmo edificio, pedras numeradas que não podem quadrar senão juntas.»

E' escusado sublinhar a incoherencia d'estes commentarios, que na occasião talvez fossem tomados a sério pelos que a mesma paixão politica cegava, e

agora, annos volvidos, deixam em absoluta transparencia o ridiculo da argumentação disparatada. Mas não parava n'isto a furia dos que aggrediam a situação por a vêr em disposições de pôr cobro aos abusos e ladroagens que íam pelas repartições do estado. A *Revolução* antes de enveredar para a campanha violenta contra a probidade do conde de Thomar, — como em outro capitulo se verá, — commentava com troça a gloria a que elle aspirava como campeão da moralidade, ultrajada pelos empregados infieis na guarda dos dinheiros da fazenda. E dizia, em chacota:

«Está escripto que todas as glorias do conde de Thomar hão-de sahir carissimas ao paiz. E' na verdade um heroe de primeira plana, mas tambem tem levado muito bons vintens. Possuimos um nome com que encher a bocca, mas temo nos despido para lhe encher a burra. Accendemos um facho na nossa historia que abafa e escurece todos os luzeiros sublunares, mas para o conservarmos acceso gastamos mais do que com todos os faroes do reino.»

Pondo de parte o modo como a imprensa da opposição se pronunciava, mais contra os que queriam castigar as ladroagens do que contra aquelles que as praticavam, deve dar-se aqui, não como justificação dos empregados publicos do tempo, mas como attenuante ás suas prevaricações, a nota do pagamento dos seus ordenados:

Os empregados publicos tinham começado a receber, n'esse final do anno de 1849, o mez de agosto de 1847! Até ao mez de outubro, a que principalmente alludimos, ainda, mesmo d'esse mez distanciado, não tinham sido pagas senão 27 classes, — quer diser, estavam 47 por pagar.

Não eram talvez os que o estado mais trazia em atrazo, os que roubavam mais. Mas uns vingavam os outros...

LIVRO QUARTO

(1850)

CAPITULO I

O novo anno — O partido nacional — As campanhas de diffamação

O alvorecer do novo anno apparecia sombrio e carregado de ameaças para o governo do conde de Thomar. As difficuldades multiplicavam-se; os elementos d'opposição ajuntavam-se e engrandeciam a resistencia; a confiança e dedicação d'alguns parciaes arrefecia com a delonga em vêr satisfeitas as remunerações que traziam em mira e julgavam bem merecidas.

Saldanha, que estivera ao lado da situação, que só herdára d'elle o poder por expressa determinação da sua vontade, separára se já, tornára publica a divergencia, e ao pedir a exoneração da embaixada de Paris, salientára o descontentamento formulando o pedido com a indicação de «que não podia desempenhar um cargo de confiança, desde que o ministerio, pelos seus actos, desapprovava a

politica do gabinete a que presidira». Qual era a rasão d'este dolorido queixume? A demissão dada ao governador civil de Ponta Delgada, D. Pedro da Costa (Mesquitella) sobrinho do duque, despedido do logar para satisfazer o deputado Poças Falcão, que o substituira. Quando a carta de Saldanha veiu tornar publica a divergencia, os setembristas affectaram uma magna indifferença e equipararam no desdem os desavindos. «São bulhas dos Cabraes uns com os outros — dizia o Sampaio — A demissão foi dada, e emquanto o *valente* conde de Thomar não fugir outra vez, o duque de Saldanha papa moscas». Dias passados, porem, a tactica mudára e a linguagem era muito outra. Correra que Saldanha estava entendido como el-rei D. Fernando e que fôra por insinuação d'este, — por principiar a vêr o conde de Thomar com má vontade, — que a demissão da embaixada de Paris fôra pedida. Facilitar, portanto, uma approximação com elementos tão preponderantes, pareceu d'utilidade manifesta e a *Revolução*, aos que censuravam a nova attitude do marechal, respondia com esta justificação:

O duque de Saldanha pediu a demissão do cargo d'embaixador, com o que se declarou hostil ao governo. Factos taes são frequentissimos onde ha systema constitucional. Ninguem os estranha, nem os censura. Ordinariamente os ministros demittidos espaçam alguns dias, por cortezia, a sua entrada na opposição, mas conta-se logo que sahindo do poder é aquelle o seu natural paradeiro. As regras do systema representativo mandam-os até proceder d'este modo. Porque foram demittidos, suppõe-se que triumphou uma politica contraria á d'elles, e o direito de combater pelas proprias opiniões é inauferivel em todos os cidadãos.

O confronto que resulta da approximação d'estes dous textos esclarece sufficientemente a comedia politica! E' com esta facilidade em encontrar expli-

cações, é com esta decisão em cambiar de attitude que os politicos e os jornaes que os patrocinam, evolucionam, rapidamente, em direcções diametralmente oppostas. Foi por essas mutações varias que no nosso tempo se chegou á descrença absoluta nas intenções sinceras dos que embalde se afadigam em declarar-se orgãos desintessados da opinião...

A separação de Saldanha, tambem não produzira, como se julgára, a reconciliação entre os dois irmãos. O *Estandarte*, tuba do futuro conde de Cabral, fizera saber que estava disposto a reatar as violencias se o não chamassem.. *á falla*, mas o presidente do conselho não se amedrontára, nem transigira com o antigo resentimento. O *Braz Tizana* commentou:

> Os homens do *Estandarte* declaram que se o governo lhe não der ouvidos lhe farão opposição como fizeram ao marechal Saldanha! Não acredito que tal façam; ainda mesmo que o governo os não chamasse para seus tutores, estamos que o *Estandarte* havia de fazer uma caramunha fraternal e não opposição. Dizem que os dois irmãos José e João se mostram magoados por não serem chamados ao novo ministerio.

O conde de Thomar não justificou estas profecias. O Bandeira não foi Bandarra. Muito diversa foi a resolução por elle tomada. Em vez de se conciliar com o irmão .. roubou-lhe os redactores da gazeta. O Lopes de Lima apanhou uma commissão no Ultramar, o Pereira dos Reis foi restituido aos logares de que fôra exonerado, o Mendes Leal recebeu a collocação que desejava, — e assim os outros. Esta *partida* fraterna exasperou José Cabral, mas uma parte dos redactores-desertores, depois de se apossarem das prebendas com que tinham sido recompensados, foram alojar-se na *Lei*, jornal novo, se-

guindo o cartismo do conde de Thomar. A curto trecho deixou de se publicar o *Popular*, ficando como herdeiro a *Lei*. Os redactores d'este ultimo jornal foram os que manejaram a intriga para acabarem com o concorrente. Nada n'este mundo é novo! Os adversarios da nova gazeta commentando a occorrencia, diziam com malicia e graça:

«Na censura do direito qualquer parente pode disputar á *Lei* a herança, porque é prohibido ao assassino ser herdeiro do assassinado.»

O redactor principal do novo jornal, — o que matára a folha do José Carlos, a quem chamavam o *Pandora*, e de José de Lacerda, a quem denominavam o *rev. Batota* — era Mendes Leal Junior. Por isso o *Braz Tizana* lhe atirava com esta nota:

A *Lei* não sabe d'onde vem nem para onde vai! A velha diplomatica do Duarte Bello diz-lhe que vem da travessa das Mercês e vai para a calçada da Estrella. Venha d'onde vier e vá para onde fôr, o que se vê é que o sr. Mendes Leal Junior tornou pela vigessima vez a modificar as suas opiniões. E' o Mendes mais elastico do seculo XIX!

Manda a justiça dizer, aqui, que entre os redactores de *Estandarte*, que abandonaram de repente o seu antigo protector e a sua antiga gazeta, sempre houve um que se manteve firme, que não se deixou seduzir com promettimentos, nem comprar com lucros immediatos: foi o Sotto Maior. Ficou firme, ficou aonde estava... por então. E como ficou, abriu uma polemica violenta com o redactor da *Emancipação*. Na desavença, que foi crescendo em aggressão, succedeu fazer gala da sua força e estatura superior á do adversario. A *Revolução*, sem ser chamada á contenda, interveiu com esta provocação aspera:

Os ajudantes do duque de Saldanha ainda estão vivos e quem julgava atacada a sua independencia pela massa compacta do sr. Ximenes não deve seguir o exemplo que então censurava. O desprezo dos homens pela maior ou menor estatura é um argumento que nunca esperámos ver empregado pela redacção do *Estandarte*.

Sotto Maior, dorido, sem duvida, pela evocação cruel do episodio com os ajudantes de Saldanha,— que relatamos no volume anterior, — entendeu que precisava um duello. Em vez de se bater, porém, com o da *Revolução*, bateu-se com o da *Emacipação*. Este outro jornalista era... Latino Coelho. O duello foi ao primeiro sangue. Latino ficou ferido. O ferimento foi, porem, muito mais leve do que tinham sido as injurias.

No intuito de destruir os boatos, que se accentuavam, de progressivas divergencias, demonstradas por forma irrecusavel no procedimento de Saldanha e nos outros incidentes que ficam indicados, a commissão directora do partido cartista julgou preciso convocar uma grande reunião dos seus adeptos. Foi no governo, civil — na *terra santa*, como então se dizia, — que se reuniram os fieis. A *Lei*, enthusiasmada com os resultados d'esse congresso d'intimos, noticiou ter-se alcançado uma grande prova d'união. Ao mesmo tempo, porém, que este cantava victoria, *O Jornal do Povo* lançava agua na fervura d'esses enthusiasmos, participando que se formára uma nova coalisão para derrubar o governo, combatendo o com resoluta opposição na camara dos pares. A' frente dos que tinham accordado juntar-se para ali offerecer uma batalha que se esperava fosse decisiva, estavam Rodrigo, Palmella, Avila e

Saldanha. A' bocca pequena dizia-se que com elles estavam dois dos ministros: um era o Avila.

Ao mesmo tempo o sempre linguareiro, mas sempre bem informado, *Braz Tizana*, communicava aos leitores do Porto, que a opposição organisada tinha por chefes Palmella, Rodrigo, Antas e Aguiar. As duas informações não se contradiziam, embora houvesse uma pequena variante em alguns dos nomes. Não mencionava este que o inimigo tinha entendimentos com os da praça, mas a *Revolução* é que, pelo seu lado, o dava a conhecer, nas louvaminhas com que acaraciava a vaidade conhecida do ministro da fazenda. Basta lêr esta amostra:

> No governo avulta hoje, apenas, o ministro da fazenda, pela caça que dá aos afilhados do ministro do reino. Ora todo o ministerio ha-de cahir de podre, se o sr. Avila parar, ou a facção Cabral é toda mettida em processo, retirando-se para as enxovias toda a influencia do nobre conde.

Não ha fumo sem fogo, diz a sabedoria das nações. Os boatos de que se tratava de juntar esforços, de congregar elementos, para uma grande batalha politica e parlamentar, tiveram, seguidamente, plena e publica confirmação, apparecendo organisado o *partido nacional*. O programma dizia «querer reunir os esforços da opposição, formando um só corpo.» Para vencer queria uma só vontade, um só fim. Aspirava á maxima liberdade, mas apoiava os progressos pausados e successivos. Queria a economia na fazenda, a egualdade na distribuição dos encargos, a justiça na administração, a pontualidade nos pagamentos, a severidade na fiscalisação, o castigo dos peculatos e concussões, a punição dos crimes. «*Justiça para todos, favor para ninguem*».

Depois d'isto, — que estamos resumindo da larga exposição para evitar enfado de maior, mas para

desmonstrar que os *menus* dos programmas partidarios correspondem sempre aos dos jantares da *Cosinha Economica*, publicados nos annuncios das folhas populares no começo de cada semana, — o novo *partido nacional* formulava um questionario que submettia ao voto dos que chamava a congregarem se. A ideia do questionario para estes casos, essa é que não reprodusia nada do que se tinha visto. Era nova, era original, e ficou sem imitação. Vamos transcrevel-a aqui para suggestão a um novo *partido nacional*, que está em incubação, ao que se diz. O questionario era assim:

— Quaes são as necessidades da instrucção publica que seja necessario attender para promover a educação civil e religiosa do povo?

— Quaes os impostos oppressivos?

— Qual o meio de dar animação á agricultura?

— Que influencia exerce sobre a riqueza publica a lei dos foraes e que reforma necessita?

— Qual o meio de harmonisar os interesses da industria com os da agricultura?

— Qual o meio d'abrir as communicações com menos sacrificios?

— Que preferencia merece o systema dos administradores do concelho nomeados pelo governo sobre os de nomeação popular?

— Qual o estado da segurança publica?

— Qual a situação dos diversos chefes do estado?

— Quaes os vicios da administração?

— Qual a confiança que o povo tem no actual systema d'eleições, a fidelidade dos recenseamentos, a liberdade da urna?

— Quaes as injustiças praticadas contra a liberdade e direitos dos cidadãos?

Como é natural notar, quem soubesse responder bem a este inquerito, parece que estava no caso

de merecer approvação plena .. para ministro. Mas não, senhores! Os que queriam ser ministros é que pediam indicação para resolverem estas cousas todas aos que não só eram chamados a dar-lhes appoio mas tambem a dar-lhes ideias! E' verdade que para ministros a lista dos que assignavam o questionario e o programma era mais do que sufficiente. Vamos tambem reproduzir esse rol dos signatarios, para que se possa apreciar como era formado por nomes que estão no ouvido ainda dos menos letrados:

Conde das Antas, Jervis d'Athouguia, Manoel Joaquim Cardoso Castello Branco, José da Silva Passos, Joaquim Antonio d'Aguiar, Ottolini, Conde do Bomfim, Julio Gomes da Silva Sanches, Visconde de Sá da Bandeira, João de Mattos Pinto, Conde de Villa Real (D. Fernando), Antonio Cesar de Vasconcellos, Antonio Rodrigues Sampaio, Casal Ribeiro, Conde de Mello, Vellez Caldeira, Pereira Marinho, João Gualberto Cabral, Manuel da Silva Passos, João Maria d'Abreu Castello Branco, José Vicente Barbosa du Bocage, Manoel de Jesus Coelho, João Carlos de Moraes Palmeiro, Anselmo José Braamcamp, Luiz de Moura Furtado, João Carlos do Amaral Osorio e Souza, Barão de Castro Daire, Antonio de Oliveira Marreca, Leonel Tavares Cabral, J. M. Latino Coelho.

Nos jornaes que defendiam a nova organisação politica, sem se esperar pela resposta ao questionario, ou insinuando-a áquelles que os liam, escrevia-se com enthusiasmo e com elevação. O de maior credito, manifestava assim as suas aspirações, definindo a doutrina do credo progressista:

A exageração da liberdade é a anarchia, a exageração da ordem é o despotismo... Não admittimos meia liberdade, porque a liberdade que não é plena não é liberdade. Liberdade para tudo quanto é licito, repressão para quanto é illicito. A liberdade do individuo, a liberdade como nós os democratas a entendemos, acaba apenas offende a liberdade do visinho.

Querem saber a maxima liberdade que nós proclamamos? E' a de fazer tudo aquillo que a lei não prohibe. Será vaga e indefinida esta idêa? Se é, cremos que se acha consignada n'um dos artigos da carta.

. . . .

Pensámos muito tempo que a carta bem entendida e bem executada era a republica; pensamos, tambem, e desgraçadamente conhecemos pela experiencia, que a carta mal executada e mal comprehendida era o absolutismo.

. . . .

O nosso governo diz á opposição: — «Não serás poder porque odeias o throno, não terás a liberdade que pedes, porque essa liberdade contraría a monarchia.» Quereis saber a consequencia d'esta doutrina? E' que os partidos constitucionaes só podem esperar da revolução.

Estas passagens da predica são sufficientemente caracteristicas dos intuitos em que se inspirava o novo gremio. A ameaça era transparente. Procuravam-se ajuntar elementos, congregar conjurados para uma nova revolução. A rainha ficava avisada: ou despedia Costa Cabral ou teria de chamar novamente as trez nações alliadas para lhe segurarem a coroa.

A rainha recebeu o aviso e não acceitou a intimação. Costa Cabral não foi despedido — e acostumado como estava a acceitar a lucta contra a colligação de todos os que lhe eram hostis, preparou-se a resistir-lhes com a mesma decisão e altanaria de que déra provas bem numerosas na sua existencia politica, tão cortada de desesperadas conflagrações!

No novo partido nacional, — como o leitor podia reparar se leu os nomes que reproduzimos da assignatura do manifesto da sua constituição — predominavam os homens que tinham dirigido e inspirado o movimento de 1846. Sabiam esses muito bem como o processo que melhor servira, então, os seus intentos, fôra uma propaganda de imprensa, activis-

sima, propalando, infatigavel e ousadamente, que Costa Cabral, o favorito da rainha, era um corrupto e um venal, traficando com a fortuna do paiz e com o favor da soberana, e augmentando com tudo isso os haveres guardados em bancos estrangeiros e em palacios maravilhosos, — onde a baixella era d'ouro puro e a ornamentação de salões e alcovas d'uma riqueza que punha em cheque degradante o mobiliario dos paços reaes. Accordou-se, por isso, reproduzir, com acrescentamento, as proficuas descripções da fortuna colossal d'aquelle ministro «monstruosamente enriquecido por uma rapinagem insaciavel».

A impunidade para o uso de semelhante processo de combate estava completamente assegurada. A lei d'imprensa, por mais severa que fosse nas suas disposições, era inoffensiva na sua applicação, porque o conde de Thomar, que os da moderna geração ainda hoje apontam como a personificação do adversario decidido das conquistas liberaes, não ousára ainda tocar na garantia suprema: tirar o jury aos processos de julgamento dos crimes de liberdade de imprensa. Foram precisos muitos annos, foi preciso crearem-se novos homens, muito bem educados no respeito á liberdade maxima do pensamento, manifestada em escripto publicado, para tirar ao jury esta ordem de julgamentos. Se se acrescentar a isto que o conde de Thomar ainda não adiantára tanto nas praticas liberaes e no respeito devido aos grandes principios, para chegar á innovação liberalissima d'um juiz Veiga, com poderes descripcionarios e todo o autoritarismo da sua *real gana*, ter-se-ha percebido até que ponto era grave, temerosa, prenhe de ameaças e consequencias sérias, a campanha que na imprensa tinha resolvido abrir o antigo *partido setembrista*, refundido, na occasião, e chrismado, recentemente, em *partido nacional*.

O primeiro ataque, a primeira bala, foi lançada n'um jornal estrangeiro — *The Morning Post*. D. Miguel tinha na redacção d'aquelle jornal ligações affectuosas. Pelos seus partidarios aqui, — entendidos com o grupo politico que planeára a aggressão, — conseguiram, pois, ver publicado em Londres um libello odiento, em que eram por egual insultados o paiz, a rainha e os homens de estado que appoiavam a situação. Como é facil presumir, as injurias mais cruentas dirigiam-se ao conde de Thomar. Depois da descripção da riqueza dos seus palacios e da sumptuosidade das suas equipagens, vinha o inventario da sua fortuna, feito pela seguinte forma, representando os actos de corrupção com que a adquirira. Assim:

	Lbs.
Em 1842, depois da revolução do Porto, em 27 de janeiro, recebeu d'um director da *Companhia dos Vinhos*..	5:000
Em 1843, acções beneficiarias da *Companhia das Estradas do Minho*	13:500
Em 1844, pela approvação da *Companhia Confiança*	25:000
No mesmo anno, pela concessão do *Contracto do Tabaco* aos actuaes contratadores......	15:500
Em 1845, por concessões feitas á *Companhia de Obras Publicas*, respeito ao privilegio da estrada de Lisboa ao Porto.................	54:000
Por um novo contracto das estradas de Lisboa ao Porto............................ ..	27:000
Pelo contracto que adjudicou á *Companhia de Obras Publicas* todas as obras do reino.....	22:500
	158:500

Como o valor das libras era então de 4.500, as 158:500 libras, reduzidas a dinheiro portuguez davam a bonita quantia de 713:250$000 réis. A publicação d'uma tal informação em jornal estrangeiro,

parecia revestir as traducções, que logo se fizeram, com um caracter de maior authenticidade.

A nota, especificada, das rendosas negociatas que tal somma tinham produzido, como que teve fóros de documento emanado d'um tribunal supremo, que apurasse os factos referidos depois d'um processo minucioso e d'um julgamento com confirmação em todas as instancias. Havia quem jurasse pela verdade d'aquillo tudo, com mais convicção do que pelos dogmas da egreja. Não se falava em toda a parte senão nos 800 contos — que o conde de Thomar *comera* ás Companhias — como para arredondar a somma se passou logo a dizer. E como áquella riqueza enorme correspondia a pobreza quasi geral, por toda a parte havia gente que se julgava espoliada do que lhe pertencia, em proveito exclusivo d'aquelle ministro corruptamente absorvente, — visto como o dinheiro tirado ás companhias, com um pequeno esforço de imaginação, a todos parecia que tinha sido tirado ás suas proprias algibeiras!

O presidente do conselho de ministros percebeu, até pela attitude dos amigos, que as informações do *Moring Post* encontravam no paiz muitos e sinceros crentes, e como não tinha em Londres o jury portuguez, chamou a gazeta ingleza aos tribunaes. O diffamador apressou-se a pedir aos informadores as provas da communicação que lhe tinham fornecido. A ingenuidade do inglez não abonava o seu criterio! Como é que elles lhe haviam de mandar os recibos das sommas cobradas pelo ministro que se deixára corromper? Os jornaes governamentaes que souberam as difficuldades em que se via o publicista britannico, salientaram o episodio e descontaram, desde logo, com alegria, a condemnação que esperava o amigo que D. Miguel tinha na grande e florescente cidade do Tamisa.

O partido nacionalista, porém, entrou immediatamente em campo. Estava feita a prova de que o paiz pouco se commovia com a sua miseria, mas se exaltava, desesperadamente, se lhe constava que a pobreza não era partilhada pelos que o governavam. Como já o grande prégador jesuita observára, o portuguez é mais sensivel á fortuna alheia que á desgraça propria. Por outro lado, outra demonstração resultára com nitida evidencia: o conde de Thomar temia-se da diffamação; logo estava bem marcado o caminho para o atacar com proveito. O *Patriota*, que marchava na vanguarda da opposição, publicou no seu *Supplemento burlesco*, a seguinte noticia:

O conde de Thomar tendo recebido de uma pessoa denominada Frescata, um soberbo caleche, no qual diariamente passeia as ruas de Lisboa, o dito Frescata foi nomeado commendador da ordem de Christo.

Para que esta noticia podesse ser lida pelos que não sabiam portuguez, o *Supplemento burlesco* traduziu-a em francez, em hespanhol, em inglez, em italiano e em allemão,—publicando as traducções, pela ordem que as indicamos, em seguida ao texto portuguez!

Tal foi o incicio da celeberrima questão do *caleche*.

Mais d'uma vez o leitor que lê gazetas, terá notado como uma accusação cresce ou diminue em importancia conforme o jornal em que vem publicada. Aquella que o *Burlesco* lançára a publico, com o luxo, pouco vulgar, de cinco edições em linguas diversas, teve mediocre exito até que a *Revolução de Setembro*, dias depois, a perfilhou e annotou com

novas informações. Para authenticar a *peita* o novo denunciante invocou o testemunho do constructor do caleche, um tal Antonio Nunes.

O conde de Thomar que déra tão repetidas provas de sangue-frio; que soubéra luctar com tantos adversarios temiveis, levando-os de vencida; que provára o seu talento e habilidade em multiplos lances, perante esta occorrencia, foi d'uma falta de tino, d'uma precipitação de defeza, que comprometteu, que inutilisou, a justificação tentada. Depois de lêr a *Revolução*—foi á officina do segeiro e pediu a conta para pagar. Recusaram-lhe o dinheiro, allegando estar já feito o pagamento por quem de direito, isto é, pela pessoa que fizera a encommenda. Sobre esta recusa se abriu polemica entre os dois. E o conde, que perdera toda a compostura na contenda, não logrou ver recebido os 480:000 réis que apresentou, nem colheu o recibo com que contava anniquilar a accusação.

Publicada a nova occorrencia, ficou demonstrada a importancia excepcional que o chefe do governo ligava á accusação feita á sua probidade. Desde esse momento, pois, estava indicado o melhor meio de o perseguir, de lhe tornar aborrecido o exercicio do cargo, de o levar ao abandono do poder. A campanha recresdesceu em furia. O segeiro Antonio Nunes, — um brutamontes, sem prestigio moral e sem nenhuma cultura intellectual, — foi solicitado a fazer communicações aos jornaes. E' bem de vêr que accedeu, vindo então a imprensa com uma declaração, feita perante testemunhas, na qual contava «que o dinheiro do caleche o recebera do *Frescata*, por que com este tinha contas anteriores».

O *Frescata* era a alcunha de João Maria de Figueiredo, pessoa com categoria e serviços á causa liberal que de sobejo justificavam a mercê da com-

menda de Christo. Ninguem como elle contribuiu para as despezas eleitoraes do partido cartista, e na imprensa tinha a situação de proprietario da *Lei*. O marquez de Fronteira e o conde de Tojal, que eram freguezes do segeiro, refutando as affirmações d'elle, publicaram cartas, em que diziam ter ouvido ao proprio Nunes ter lhe sido pessoalmente feita pelo conde de Thomar a encommenda da carruagem. O segeiro foi á *Revolução* e fez ali novas declarações, de molde a confirmar os seus anteriores dizeres, — e como os outros recorriam ao que elle dissera aos titulares que acima indicamos, recorreu ao testemunho, que lhe não foi recusado, do que dissera tambem a Manoel de Jesus Coelho, ao tempo editor do *Patriota*.

No *Diario do Governo*, os jornalistas ministeriaes oppunham artigos furibundos aos dos seus contrarios - e n'isto faziam o jogo dos adversarios ateando mais a fogueira, em que assim assopravam desesperadamente. Os folhetos suppriram então as exiguas dimensões dos jornaes, forçadamente pequenos... para tão grandiosa polemica. Os amigos do conde de Thomar foram logo tambem para esse campo. O mais habil historiou as occorrencias, e discutiu-as, n'um opusculo, a que deu este nome suggestivo: *A verdade zomba da calumnia*. Ouçamos a verdade a zombar da calumnia:

O cidadão João Maria de Figueiredo foi agraciado pela soberana com a commenda honoraria da Ordem de Christo, em premio de serviços que tem prestado á causa do throno e das instituições; e por certo que eguaes graças se teem concedido em outros ministerios a sugeitos menos dignos Aconteceu, porém, que n'esse mesmo tempo se concluisse um *caleche*, que o presidente do conselho de ministros, conde de Thomar, havia muito tempo encommendára ao fabricante de carruagens Antonio Nunes, o qual tinha contas antigas com aquelle Figueiredo. O conde de Thomar pagou por esse *caleche* — 480$000 réis, os

quaes mandou por um seu commissionado á officina daquelle artista em *rôlos de soberanos* (é o proprio Nunes que ainda nas ultimas cartas o confessa), e ahi passaram para as mãos do credor Figueiredo, em virtude de ajuste previo entre os dois, por saldo das suas transacções reciprocas, *a que o conde de Thomar era estranho* (e tambem o mesmo Nunes o confirma nas mesmas cartas).

Que haverá em tudo isto, que dê a este negocio o caracter de *peita*, ou ainda mesmo de *brinde* (o que aliás é mui differente cousa)? — Ainda quando Figueiredo tivesse tido alguma intenção, ou desejo de brindar o conde de Thomar com o *caleche*, o facto do immediato pagamento do valor prova por si mesmo que o brinde não fôra acceite. Mas que tal intenção não houve claramente se conhece: 1.º porque o fabricante confessa que duas vezes fôra a casa do conde pedir-lhe o brasão d'armas para o pintar no dito caleche, o que por certo não houvera feito, se aquella carruagem lhe não fôra encommendada pelo proprio conde de Thomar, ou em nome d'elle; pois que então era mais natural exigir esse desenho da pessoa que lh'o encommendára, até por não quebrar o sigillo da delicadeza do offerente; 2.º porque o mesmo fabricante não nega, que convidára varios cavalheiros para irem vêr á sua officina *o caleche novo do sr. conde de Thomar* como modelo para outros que quizessem mandar fazer; 3.º porque tambem não nega que os estofos do forro foram escolhidos pelo proprio conde de Thomar. Nunca se viram *brindes* feitos por tal modo, e o que ainda menos se tem visto, nem jámais se verá, é a existencia de *peitas*, pagando o peitado no acto da entrega.

A isto respondiam os outros:

O caso do caleche, que motiva tantas iras, não tem precedente. Ainda n'esta terra se não disse a um homem como se diz ao conde de Thomar: «—*sois um criminoso porque recebestes uma peita. A peita é um caleche pelo qual destes uma commenda. O agraciado chama-se Frescata, os seus serviços consistem em ser um afamado jogador.*»

Este — *dize-tu, direi eu* — quando se tratava da honestidade pessoal do chefe do governo; esta discussão aproposito da honradez de quem estava em

tão elevada situação e, no entamto, se via collocado no logar humilde de reu; este debate em que a respeitabilidade do ministro se punha em confronto com a respeitabilidade do ségeiro, era, como se está vendo, deprimente e ridicula para o conde de Thomar. O adversario que lhe tinham arranjado, o homem com quem o tinham posto frente a frente, até, tempos antes, passára por implicado n'uma tentativa d'assassinio contra D. Carlos de Mascarenhas, —mas nada disso obstava a que houvesse muitos centos de pessoas, dispostas a acceitarem como letra evangelica as declarações que elle fazia, ou que em seu nome se faziam. O escandalo, pois, subia todos os dias em intensidade— com os commentarios variados que provocava, com as caricaturas com que o *Burlesco* a accentuava, com os folhetins que inspirava, com os pamphletos que o exalçavam, com os epigrammas que determinava. Aquella pequena noticia, que a principio só fizera sorrir pela phantasia com que o auctor a ornamentára com cinco traducções, déra logar a tão multiplos episodios, chamára tanta gente á contenda, apaixonára por tal forma a opinião, tomára tal amplitude, dera ensejo a tantos artigos, determinára tão variadas publicações, que quem quizesse tudo colligir podia formar numerosa bibliotheca! D'um ao outro recanto do paiz, nenhum outro assumpto prendia as attenções. Toda a vida nacional dir-se-ia suspensa, não podendo recuperar o seu curso... emquanto se não apurasse, por forma irrecusavel, se o conde de Thomar fallava verdade ou o Nunes mentia, se a commenda dada ao *Frescata* representava uma peita vergonhosa ou se tudo não passava d'uma malevola invenção de espiritos odientos, que só soccorrendo-se a armas taes conseguiam medir-se com um adversario decidido e energico.

A campanha de diffamação assumiu taes proporções, ganhou tal impetuosidade — deixem-nos assim dizer — que o seu echo retumbante chegou aos nossos dias — tanto a repercussão do som vibrou longamente, tanto a acustica do escandalo tem mysterios que mais se sentem do que se explicam! Quantos e quantos da actual geração mal saberão dizer da vida d'esse homem extraordinario, que teve uma tão grande influencia na situação politica do paiz, outra cousa que não seja a da accusação do caleche? E comtudo como se apresenta hoje, nitidamente ridicula, nos seus fundamentos e nos seus commentarios, essa polemica apaixonada, que punha de parte, que deixava quasi no escuro, a primitiva accusação,—a de que o ministro atulhára os seus cofres com cerca de 800 contos, arrancados pela influencia da sua situação,—e passava a apreciar-lhe a venalidade do porte, reduzindo as traficancias á troca de uma commenda por um caleche, reputado, então, no valor maximo de 480:000 reis!

Encontrado o lado vulneravel para os ataques proficuos ao presidente do conselho, os jornaes septembristas alliados com os realistas — representados pela *Nação*,—alargaram as accusações. Propalaram, primeiro, que nas obras que o conde de Thomar andava fazendo no palacio da calçada da Estrella, as cantarias eram roubadas ao Paço da Ajuda. O conde continuou a não refrear a irritação. Veio com explicações... officiaes! O *Diario* publicou uma portaria, mandando que o inspector geral das obras publicas informasse se as madeiras, pedras ou quaesquer materiaes para as obras na sua casa tinham vindo da moradia real, encarregando, tambem, o mesmo funccionario de indagar o motivo por que os

jornaes publicavam tal noticia. Um d'esses personagens que os estudantes em Coimbra usam transtornar de cabeça com chufas repetidas, não procederia por forma a dar melhor pasto ás troças juvenis! O barão da Luz, inspector, recebendo a portaria, com a indicação de *urgentissima*, deu-se pressa em responder. Da sua larga informação reproduzimos um trecho:

Ninguem melhor do que V. Ex.ª sabe que não se tendo de forma alguma solicitado o material de que se trata, não era possivel ser elle mandado para casa de V. Ex.ª.

Quanto ao motivo da publicação dos jornaes sobre este objecto, só posso presumir que seja confusão com a entrada de taes artigos em uma casa que defronte da habitação de V. Ex.ª está construindo Joaquim Pereira Dultra.

Este proprietario comprou á Inspecção Geral das Obras Publicas uma porção de cantaria antiga existente na Ajuda, pagando por ella a quantia de 51$320 réis, que deu entrada no cofre d'esta repartição no dia 13 d'abril do corrente anno, venda esta auctorisada por portaria do ministerio do reino de 12 do mesmo mez, assignada pelo Ex.mo Duque de Saldanha, então ministro, havendo precedido requerimento do comprador, avaliação do valor da pedra pelo mestre canteiro, e informe da inspecção geral...

O *Diario do Governo*, publicando tudo isto, augmentava a alegria dos que tanto a seu contento viam o ministró afadigado em provar que se não locupletára com a pedra... real, avaliada por peritos em 51$320 réis. A *Nação*, mal viu, pois, a satisfação dada ao embuste, acudiu com outro:

Onde estão as 1:272 libras, que o sr. Joaquim Manuel Monteiro mandou ao conde de Thomar para as urgencias do Estado?

O *Diario do Governo* tornou logo a fallar, em resposta documentada. O thesoureiro geral do ministerio da fazenda, João Maria de Carvalho e Oliveira,

certificou que na Caixa Central de Papeis de Credito entrára a letra de £ 1:072.18.4, ou reis 4:757$505, endossada ao Ministro da Fazenda, e que representava uma doação de Joaquim Manuel Monteiro, negociante no Rio de Janeiro, que em carta particular ao presidente do conselho, a offerecera para ser applicada a qualquer urgencia do Estado ou obra de publica utilidade. O governo destinára o dinheiro ás despesas da agencia financial em Londres e para lá o remettera.

Foi preciso inventar outro maleficio do chefe da situação. A *Revolução de Setembro* não quiz demorar a expectativa dos que confiavam na sua fecunda imaginação. Fez historia antiga, e contou, com luxo de pormenores, que o conde do Tojal, ao ser feito conde, «pagára a graça com magnificos presentes ao conde de Thomar.»

Os typographos da folha official do governo foram, a correr, chamados aos caixotins para compor o desmentido de Tojal. O *Diario* publicou uma declaração d'elle, refutando a noticia das dadivas, e negando as expressões que a gazeta septembrista lhe pozera na bocca.

O *Patriota* entrou immediatamente em campo. Descrevendo a recepção da rainha no palacio do seu ministro em Thomar, em 1843, deu a deslumbrante narrativa da baixella d'ouro que por essa occasião ornamentava a meza maravilhosa d'aquella vivenda encantada. «A rainha, a propria rainha, contava o chronista, ficára maravilhada!» E' claro que contra esta historia da baixella não houve, porque não podia haver, desmentido official. A rainha era a testemunha invocada, e a rainha não podia acudir á polemica com o seu testemunho;—mas o convento de Thomar forneceu ainda outra invenção, e essa teve tambem as honras de desmentido, com

certificado na folha mais especialmente consagrada á prosa das portarias e notas burocraticas. Esta outra referia-se a uns quadros do convento de Christo, que se dizia estarem a restaurar, ou estarem já restaurados, para irem ornamentar, ou estavam já ornamentando, a sala nobre do primeiro ministro. Como se vê, neste ultimo invento tinha havido o cuidado d'umas reservas dubitativas, que pareciam garantir o escrupulo do informador consciencioso... Quem respondeu no *Diario do Governo*, foi o professor e secretario da Academia de Bellas Artes, Francisco Vasques Martins. Com a auctoridade do seu nome e da sua situação o professor Vasques explicou que a Academia estava incumbida de mandar restaurar quatro grandes paineis, pertencentes ao Convento de Christo, paineis a oleo, no estylo de Gram Vasco, pintados havia mais d'um seculo, e em estado de completa ruina. Tres dos paineis estavam promptos e o restante a concluir. «Quando estivessem acabados, seriam remettidos para o convento mencionado, para serem collocados onde estavam antes».

Confirmando esta informação acompanhavam-n'a documentos, mostrando terem os quadros sido remettidos á Academia em 1845, e existir ali ordem, desde a mesma data, para depois de promptos serem entregues ao Inspector Geral das Obras Publicas, que os restituiria ao Convento de Christo. Quem assignava estes documentos era o visconde de Telheiras.

O conde Thomar continuou a dar a *sorte* — para empregarmos a phrase escolar consagrada para estas situações. A seguir publicou as certidões das compras que fizera, em *hasta publica*, das propriedades que possuia. A casa da calçada da Estrella, segundo esse documento, fôra arrematada pelo seu procurador, conselheiro Diogo Antonio Corrêa de

Sequeira Pinto, pòr *quatro contos e dois mil réis.* A casa fôra á praça por execução movida contra Antonio Nicolau de Moura Stockler e sua mulher D. Anna Izabel Pusich. O *castello de Gualdim Paes*, como lhe chamavam, em Thomar, fôra arrematado por *um conto cento e um mil réis.* Era a parte do claustro chamado dos *Corvos*, que comprehendia, na frente, cinco cellas, com seu corredor de serventia e varandas, dominando o pateo, chamado dos *Carrascos*, e pelo sul a casa da livraria com janellas para a horta do Chouro. «O arrematante fizera o pagamento, em metal, trezentos e sessenta e sete mil réis, em papel-moeda, trezentos e sessenta e sete mil réis, em titulos de credores de bens nacionaes, trezentos e setenta mil réis, cedendo, n'esta especie, tres mil réis a favor da fazenda». A cerca do convento fôra comprada por *cinco contos quarenta e cinco mil réis*, «pertencendo-lhe um terço da agua que corria no aqueducto dos Pegões, e os outros dois terços á camara municipal de Thomar, á qual tinha sido concedida».

Estas explicacões, os nomes das propriedades, as clausulas das compras, os dizeres das proprias certidões, eram um *pratinho* para a exploração do escandalo! O caso do *caleche*, então, continuava a oppôr-se sempre, como se fôsse o mais valioso, a todos os testemunhos, a todos os desmentidos, a todos os documentos. Era o *ritornello* por assim dizer, no remate de todas as outras canções! Para dar alento ás gazetas que prolongavam infatigavelmente a campanha diffamadora, e para procurar levar o escandalo á camara, que ia funccionar, appareceu em meados de dezembro um requerimento á rainha pedindo-lhe a demissão do chefe do governo. O re-

querimento era assignado pelo conde das Antas, que fôra presidente da Junta revolucionaria do Porto, — marquez de Loulé, que fôra governador civil de Coimbra ás ordens da Junta, — conde de Mello, general da Junta, — Anselmo José Braamcamp, governador civil da Junta; — José Maria do Casal Ribeiro, chefe de guerrilhas da Junta, — conde de Villa Real, commandante de forças populares, — e Antonio Rodrigues Sampaio, redactor da *Revolução*.

Como se vê por estas indicações, o caracter da campanha feita e os motivos que inspiravam o requerimento, eram d'uma transparencia crystalina. O pedido á soberana abria assim:

«Senhora — O conde de Thomar, presidente do conselho de ministros de vossa magestade, é unanimemente accusado pela opinião publica de haver tirado do cofre das graças uma commenda, e tel-a dado em troca d'um caleche. A imprensa publicou as provas incontestadas d'esta accusação.»

Partindo d'esta introducção, os reclamantes desenvolviam «a necessidade impreterivel d'estabelecer o imperio da moralidade», e sustentavam o pedido com considerações como a que vai lêr-se:

«Se os ministros da corôa se deixam peitar, se as graças e as mercês se vendem, e os ministros que as vendem desfructam em paz os lucros d'esta torpeza, os forçados da grilheta, os facinorosos das enxovias, os degredados no seu desterro, não são exemplos salutares, são victimas de vingança. Os salteadores de estrada — esses são desculpaveis; os roubadores subalternos da fazenda publica chegam a ser até innocentes; os tributos — e ainda os mais suaves — são extorsões; e a nação, que os paga, não é um devedor que satisfaz os seus empenhos, é um infeliz assaltado por bandidos, que lhe saqueiam a propriedade.»

A amostra parece-nos sufficiente para se conhe-

cer o desbragamento nunca visto na linguagem do requerimento que se enderessava á rainha! E' facil perceber que um tal documento era redigido pelo mesmo que no jornal fazia a propaganda de descredito, —mas a violencia não impediu que os outros lhe acceitassem a responsabilidade, pondo os seus nomes a dar maior auctoridade até á affirmativa de que as provas da peita «tinham ficado incontestadas». Incontestadas! O *Diario do Governo* e a repetida documentalisação com que pejava as suas columnas, tudo era dado por não existente!

A *Lei* e a *União*, os dois jornaes cartistas que recebiam mais directa inspiração do conde de Thomar, acudiram em defeza do ministro, sublinhando os intentos que moviam os auctores do requerimento á soberana,—mas, como se comprehende facilmente, o debate produziu o maior engrandecimento do escandalo. O paiz era já campo estreito para a contenda. A imprensa estrangeira entrou na polemica, tomando partido pró e contra o ministerio portuguez. Em Madrid o *Clamor Publico* atacava violentamente o conde de Thomar, o *Heraldo* defendia-o com egual paixão.

Um episodio, dos muitos então occorridos, basta para dar a perfeita impressão de todos os meios empregados para quebrar a resistencia do homem que teimava na lucta sem precedentes que contra elle se travára. A condessa de Thomar veiu um dia ao Chiado fazer compras á loja da modista Lavaillant. Ao apear-se da carruagem foi assaltada por um bando de pedintes, —que se agglomeravam então n'aquella rua, a qual para elles substituira, desde que as tinham mandado fechar, as portarias dos conventos. A condessa não lhes deu a esmola solicitada, ou, se a deu, não chegou a dadiva para ser repartida por todos os que a solicitavam. Um espectador

da occorrencia informou os mendigos do nome da senhora a quem se tinham dirigido. Quando a condessa voltou á rua, o bando esquecera a miseria para dar desafogo á vingança. Formando alas silenciosas deixou passar a esposa do ministro, e quando esta, abrindo a portinhola da carruagem, mandou rodar para casa, uma assuada enorme irrompeu, destacando-se o grito injurioso:

— Larga o caleche do Frescata! Larga!

Tal era a disposição do espirito publico, preparada com insistencia pelos jornaes da opposição! Tal era a má vontade que a propaganda de descredito exercera ainda nas mais baixas camadas sociaes! Tal era a importancia que se fizera tomar á accusação do caleche!

Porque conhecia bem a grandeza da sua obra, e d'ella se orgulhava, é que ao chegar ao penultimo dia do anno, o Sampaio escrevia com desvanecimento:

> Acaba amanhã o anno do *caleche* que ficará memorando nos annaes da corrupção e da imbecilidade. E' o facto mais caracteristico do periodo que vai findar, porque resume em si toda uma situação e define um systema e um partido inteiro.

A justiça manda dizer que a classificação arranjada pelo jornalista só nos apparece hoje como... meio acerto. Nos annaes da corrupção não se manterá memoria d'esse anno celebre, mas nos annaes da imbecilidade deve elle ter perduravel glorificação. Nunca a imprensa deu melhor prova do seu extraordinario poderio, da facilidade que tem em engrandecer uma occorrencia, ampliando-a até proporções inconcebiveis, para assenhorear-se do espirito d'um

povo por fórma tão absorvente, que chega a perturbar-lhe por completo a serenidade e o discernimento! Esse anno que para Portugal se designava pelo *anno do caleche*, — querendo-se assim marcal-o com um stygma bem indelevel,—era o anno terrivel, o anno que os outros povos da Europa marcavam com os montões de cadaveres dos que morriam em lucta desesperada pelas conquistas da liberdade, pela reivindicação das suas antigas fronteiras, pelo ideal, muitas vezes secular, das suas raças tyrannisadas! O anno do caleche, aqui, era o anno dos martyrios nas Duas Sicilias; o anno sangrento do cerco de Roma; o anno dos morticinios na Hungria; o anno da derradeira lucta pela independencia da Polonia; o anno da desesperada revolta contra a Austria, em Milão, em Veneza e no Piemonte; o anno da miseria e da fome na Irlanda; o anno da insurreição jonica!

Aqui, com plena impunidade, pregoava se a *tyrannia*, exaggerando até ao limite maximo a injuria contra o governo cabralista. A victima d'essa campanha violenta era... o tyranno! A sua honra pessoal, a sua vida intima assim como a sua vida publica, tudo era discutido sem reservas e enxovalhado sem hesitações. Mas tudo isso foi soffrido, tudo isso passou, sem que a paz publica fosse alterada, sem que um só dos insultadores fosse punido, ou sequer privado dos meios com que escrevia essa violenta propaganda de diffamação. Para se encontrar uma morte, um passamento doloroso a carpir, chorava-se a perda... da dignidade do poder, levada em *caleche* pomposo para o cemiterio da historia! Lá fóra, porem, a rhetorica imperava menos, e o sangue corria mais! A estatistica obituaria, por motivos politicos, foi formada n'este anno com estes algarismos terriveis:

Nas Duas Sicilias: assassinios, execuções e violencias de todo o genero	22:000
Roma: sitiados e sitiantes, victimas posteriores á tomada da cidade	8:000
Hespanha: mortos na intervenção em Roma	73
Hungria: comprehendendo os dois campos oppostos	42:000
Polonia: combates da independencia	7:000
Milão, Veneza e Piemonte: combates da independencia	31:023
Irlanda: victimas da fome	713
Hungria: fuzilados depois da traição de Georgey	251
Insurreição jonica	435
	111:492

Tal tinha sido, para a Europa, o anno que em Portugal se chamava o anno do caleche! Alguns poetas, menos inspirados na politica caseira, apreciavam, pois, com justeza, esse terrivel 1849. A. Lima, por exemplo, soltava estas doloridas queixas contra esse fatalissimo anno:

Foge, foge, não mais nos annuncies
Cada momento um subito desastre,
Nova desgraça a cada instante novo;
Morre, morre depressa, que já deixas
Longo rasto de lagrimas e sangue
Que nada apagará...

Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, esse dirigia-se assim ao sinistro 49:

No teu manto ensanguentado
Sóme-te, ó anno sem par,
Que atraz de ti espantado
Cá fica o mundo a chorar.

Foge, deixa-nos, maldito;
Por negro epitafio escripto
Tens o sangue e nada mais,
Por côro de sepultura
Tens um canto d'amargura,
Tens mil queixas, tens mil ais.

CAPITULO II

A fornada — O debate do caleche na camara dos pares

A opposição preparára-se para a batalha parlamentar procurando com o requerimento á rainha, firmado pelos que se diziam commissionados do partido popular do districto de Lisboa, atear as paixões com violencia nos debates que se esperavam. O chefe do governo, que bem sabia ser a camara dos pares aquella onde a lucta ameaçava ser mais temerosa, preparou-se com um novo reforço que ali contrabalançasse as deserções, soffridas n'aquella casa nos ultimos tempos. Pediu e obteve da rainha uma *fornada* — como já então se dizia. Os novos legionarios eram em parte escolhidos para mostrar ao marechal Saldanha, que nem todos os generaes se bandeariam á sua voz. Para que a *fornada* tivesse esse caracter, entraram então na camara, — com o conde da Anadia, viscondes de Castellões e da Torre de Moncorvo e Luiz Coutinho d'Albergaria Freire, — o conde do Casal, os viscondes d'Ovar, Fonte Nova e Campanhã e o barão do Monte Pedral.

Era talvez dispensavel dizer como este recrutamento de novos proceres exasperou os adversarios

da situação, que no proprio dia em que aquelles recebiam a mercê régia, espalhavam, com orgulhosa vaidade, «ser cousa decidida o conde de Thomar fugir á investida contra elle preparada, cedendo a presidencia do conselho ao duque da Terceira, e retirando-se para Madrid, onde tinha o antigo logar de embaixador». A fornada desmentiu isso, e logo na abertura da camara, um outro desmentido a taes esperanças appareceu tambem: o conde declarou que devendo optar pelo ordenado de ministro ou pelo de embaixador, optava pelo de ministro... que era o mais diminuto. Os commentarios, logo feitos, resumem-se assim:

— Está tão rico, que já despresa, como miserias, o que para outros é importante!

Thomar, apparentando sangue frio e bom humor, replicava, como quem queria confirmar a fortuna de 800 contos que lhe attribuira o *Morning-Post:*

— «Colbert, apesar de ter saido da burguezia, teve palacios ornados sumptuosamente e deu em dote ás suas tres filhas mais de tres milhões de libras. Pombal monopolisou o commercio nas mãos de companhias para tirar d'ellas lucros illicitos. Interessou-se no fornecimento de trigo para o exercito e no contracto das carnes verdes; arrematou, por menos 300 mil cruzados do que era devido, o contracto dos tabacos e deu a polvora por metade do que lhe offereciam...»

Os exemplos eram accrescentados com referencias a adversarios e até a alguns alliados recentemente desavindos,—mas para nós, os da geração actual, a referencia mais apropositada é a do contracto dos tabacos. Como acontece com as pessoas, tambem ha contractos predestinados! O dos tabacos é d'esses.

Atravez das gerações marca-o um destino fatal! Fatal para os que não entram na partilha—é claro.

Emquanto se juntavam os deputados,—que appareciam morosamente; —emquanto se escolhia a meza presidencial,—que foi a reeleição da anterior;—emquanto se passavam as primeiras sessões a fabricar as commissões do estylo, — a imprensa continuava a assoprar a fogueira da paixão politica. O vapor *Mindello* em caminho para Lisboa tocára em Inglaterra. Espalhou-se logo que determinára aquella alteração no itinerario, antes marcado, uma ordem... para ir receber a riquissima mobilia que vinha para o conde de Thomar, sendo a do salão de baile uma maravilha nunca vista, offerecida pelo visconde de Moncorvo... poucos dias antes elevado ao pariato.

A *Revolução* bradava:

Na carga do *Mindello* é que vem um segredo importante, um precioso documento das economias do eximio estadista, um esclarecimento aproveitavel para apurar bem o seu deve e ha-de-haver... Os transportes da sua mobilia são a marinha nacional, os agentes da sua casa os embaixadores de Sua Magestade Fidelissima. O barão de Moncorvo compra, o vapor *Mindello* traz, e a Alfandega dará o seu passe... A que extrema relaxação não chegou o governo do estado? Que abysmo de torpeza não abriu aos pés das instituições e do paiz a cubiça desenfreada de um homem sem consciencia nem decoro!

Os menos verrinosos discutiam a fornada discreteando sobre o caso do conde d'Anadia, um dos novos pares, como já indicámos. O conde da Anadia fôra nomeado par, em carta regia, que lhe mandára D. Pedro, do Rio de Janeiro. Tomára assento e prestára juramento em 1826; não houvera depois sentença que o expulsasse do logar, ou o privasse

da graça recebida, e no entanto apparecia agora novamente nomeado. A este proposito descobriu-se logo haver um outro par que fôra aos tres estados de D. Miguel, e comtudo, em 1842, voltára ao seu logar sem nova nomeação e só por simples convite da camara. E outros casos appareceram.

O conde de Sampaio (Antonio) tornára a tomar posse da sua cadeira em 9 de setembro de 1834, sem prestar novo juramento, apesar de ter recebido nova carta regia em 1 de setembro do mesmo anno, — mas a camara, por proposta de Sousa Holstein, tomára a resolução de que «o facto não constituiria precedente em beneficio d'outros em identidade de circumstancias». Apesar d'esta votação, depois de 1842, o par que servira D. Miguel, entrára na camara, como se os seus direitos não tivessem soffrido interrupção.

O debate era curioso, como se vê, — e como, rebuscando na historia, sempre para tudo se encontra uma occorrencia semelhante, logo houve quem lembrasse que na camara dos pares, em França, tambem tinham saido, em 1830, os pares nomeados por Carlos X, entrando, pouco depois, com nomeação nova, um d'elles, o almirante Duperré. Aconselhavam, esses rebuscadores de precedentes, que o conde da Anadia recitasse na camara os versos attribuidos a um antigo par de França:

> Mais cette noble pairie
> Qu'on devait (suivant nos lois)
> Donner, au moins pour la vie,
> Moi, j'y fus nommé deux fois.

Os espirituosos citavam exemplos francezes; a verdade, porém, é que o governo, para defender-se, não podia citar... exemplos inglezes. N'aquelle paiz classico do parlamentarismo, só se podia encontrar

exemplo d'uma *fornada* de doze pares, no reinado da rainha Anna, e a ameaça d'uma outra maior, nos annos de 1831 e 1832. A primeira, a de 1711 foi proposta e obtida da rainha Anna por lord Oxford, — que quatro annnos depois estava preso na Torre de Londres, accusado, entre outros factos, de ter abusado da prerogativa da corôa n'esta creação de pares. A que se ameaçára fazer, em 1831, fôra por occasião do debate do Reform-Bill, — votado pelos communs e teimosamente recusado pelos pares. — Lord Brougham, que fôra ministro com lord Grey, na sua *Historia da constituição ingleza*, conta «que o governo estava auctorisado por Guilherme IV a crear os pares que fossem necessarios para assegurar a adopção do Reform-Bill». A opinião exigia a creação de novos pares, mas Grey e Brougham resistiam «*para não cavarmos assim*, — diz o historiador — *a ruina da constituição ingleza, visto que iamos abrir o exemplo de uma creação de pares para cada mudança de ministerio. Comtudo a situação era critica, a revolução ameaçava. Na creação que se projectava, estudavam-se todos os meios de accrescentar o menos possivel o numero dos lords. Escolhiamos de preferencia os filhos mais velhos dos pares, qua haviam um dia de ter assento na camara; e procuravamos homens solteiros, ou sem descendencia para que o pariato acabasse n'elles. Felizmente não foi preciso lançar mão de medida tão arriscada; o patriotismo dos lords livrou-nos d'esse perigo*».

Sublinhamos estes dizeres e a confissão do historiador da instituição ingleza para regalo e deleite dos fabricantes de *fornadas* nacionaes! Os escrupulos dos ministros inglezes, que, mesmo forçados pela necessidade, procuravam garantir a instituição causando-lhe o menor damno; o cuidado com que elles pro-

curavam homens solteiros, ou sem descendencia, para não prolongarem uma situação que reputavam ser a ruina da constituição, é bem de molde a fazer rir os que em Portugal persistentemente seguem, n'esta parte, o exemplo que lhes legou o conde de Thomar, que, — com a *fornada* da epocha sobre que escrevemos, — completava a sua terceira *fornada*. D'esta fabricação tinham saido 53 pares, — n'uma camara que tinha 103 membros. Eram já poucos menos que os deputados, por que a camara popular compunha-se de 116 representantes.

Tudo estava a postos, quando se deu o signal para romper o fogo na sessão da camara dos pares, em 12 de janeiro. As galerias apinhadas de espectadores hostis, corria que se manifestariam, provocando um grande tumulto. Na presidencia da camara estava o cardeal patriarcha. Os ministros todos occupavam a sua bancada. Costa Cabral, sereno, aguardava o debate que se annunciava tormentoso. Parecia que com tal tranquillidade queria dar desmentido, ou tinha acceitado o conselho, do principe polaco, Lichnowsky, que o vira tempos antes e o descrevia assim, comparando-o com Thiers :

A mesma rapida comprehensão, activa mobilidade e regosijo na lucta e no ardimento, surprehende tanto mais em ambos, quanto são raras estas propriedades nos actuaes estadistas dos paizes constitucionaes, assim como dos governos absolutos. Tambem os não dessemelha o aspecto exterior : em ambos uma estatura baixa e macilenta, olhos que vibram brilhantemente, vistas ardentes e a tez pallida do soffrimento, que dá testemunho de vigilias e de trabalhos, e que denuncia uma consumpção interior. Sómente nas camaras é o seu porte diverso, e seria para desejar que o ministro portuguez possuisse algum tanto aquella tran-

quillidade ironica, que nunca abandona o deputado de Aix, quando se vê exposto ao energico ataque d'um seu collega, ou á tempestuosa effervescencia de muitos d'elles.

O conde de Thomar, querendo seguir a recommendação do principe polaco, affectava, pois, a tranquillidade ironica do deputado de Aix, quando foi dada a palavra ao conde de Lavradio, o encarregado de abrir o debate. O conde era desde muitos annos quem encetava esta tradiccional discussão politica. Principiou, solemnemente, gravemente, declarando «não querer fazer verter sangue ás chagas mal cicatrisadas de que o paiz ficára padecendo em resultado da ultima guerra civil. Por outro lado assustava-o o estado geral da Europa. Tudo contribuia para impedil-o de soltar uma palavra que podesse ferir pessoalmente o presidente do conselho; mas era do seu dever e do seu direito expor factos e tirar d'elles corollarios que justificassem as emendas, que, como completação do seu discurso, havia de mandar para a mesa.

«O duque de Saldanha cahira, e não cahira parlamentarmente; devia a sua queda a intrigas obscuras, de que todos engeitavam a paternidade. Substituira-o o ministro que mais concorrera para a intervenção de uma força armada estrangeira, destinada a esmagar os portuguezes (a opposição apoiou ruidosamente); substituira-o o ministro que depois de conduzir o paiz até ás bordas do abismo, fugira para fóra, legando aos successores a desorganisação na administração, os cofres vasios, a anarchia, a desmoralisação, (novos e nutridos apoiados). Lembrava tudo isto para procurar evitar a repetição d'uma outra calamidade semelhante á de 1846, — mais desastrosa, por certo, porque d'esta vez faltava a fé que antes alentára muitos (apoiados).»

A seguir a esta introducção o conde de Lavradio fez a critica, a largos traços, dos processos politicos do presidente do gabinete, — criticando especialmente a ultima *fornada*. A occasião, segundo o seu parecer, não podia ser mais impropria «por isso que pesavam sobre o presidente do conselho accusações, que eram repetidas desde a choupana do pobre aldeão até ao mais opulento palacio». E voltando-se directamente para o conde de Thomar, apostrophou-o assim:

—«Se v. ex.ª ama o seu paiz, a soberana e a sua augusta dynastia, o maior serviço que lhe pode fazer é ir depôr a sua pasta aos pés da rainha, confessando-lhe tel-a acceitado quando persuadido de que lhe serviria para governar proveitosamente, mas que se retira, desenganado.» (*Apoiados*, e vozes: *muito bem, muito bem*).

Este discurso carecia de vigor para o debate apaixonado que se desejava; mas maior erro ainda do que a sua frouxa urdidura, foi a emenda que o acompanhou, pedindo, não a demissão o ministerio, mas, unicamente, a substituição do presidente do conselho.

A opposição extra-parlamentar ficou desesperada e furiosa, — com o que talvez pretendesse ser uma habilidade. Com acrimonia discutiu no dia seguinte um pedido que estava longe de satisfazer as suas reclamações, as quaes desenvolveu, sem mais refolhos, assim:

· Na resposta á falla do throno achamos improprio que se separem as pessoas dos ministros e se elogiem uns e se censurem outros. O que ali se avalia é a politica geral e n'essa são solidarios o presidente e os membros do gabinete...

A opposição extra-parlamentar viu um grande escandalo. Não examinou a politica do gabinete, examinou o acto des-

tacado, a acção individual, o crime d'um ministro .. A camara dos pares não está n'este caso. Incumbe-lhe avaliar a politica geral, e o golpe que ferir ali um ministro ha-de cortar pelas carnes de todos os outros. A opposição ali disputa o poder, que extra-parlamentarmente não disputava. O facto do caleche tem sido avaliado por todos : e quem tem brio e pundonor, ou se separa do ministro infamado, ou se sujeita á sorte d'elle...

Os jornaes, como se vê, não poupavam a censura aos proprios amigos, desde que estes cahiam em erro, ou desobedeciam aos seus mandatos imperiosos! Quem ousasse ter criterio diverso do que lhe era imposto pela gazeta da grey, podia ter a certeza d'incorrer em advertencia publica, nem sempre comedida!

O orador inscripto para o outro dia era Saldanha. O duque seguiu o caminho traçado por Lavradio. Separou a responsabilidade do presidente do conselho da dos outros que no governo o acompanhavam. Pediu o castigo do funccionario — mas não guerreou a sua politica. Os cinco, que com o conde de Thomar estavam no ministerio, mereciam-lhe confiança; do conde sentia não poder dizer o mesmo:

— «Em toda a parte a presença do conde de Thomar no ministerio é considerada uma calamidade para o paiz; emquanto s. ex.ª se não pozer ao nivel da alta situação a que se acha elevado, de certo que não póde continuar a exercer o seu emprego».

E rematou:

— «Sobre um membro d'esta camara pesa uma grave accusação. Um jornal da capital disse: *«ou s. ex.ª é um concussionario, ou nós somos uns ca-*

lumniadores. Aos tribunaes!» A camara dos pares, pois, sem quebra da sua dignidade não póde, não deve, prestar o seu apoio a s. ex.ª, em quanto se não justificar».

Era chegada a vez ao accusado. O conde de Thomar ao levantar-se tinha já esquecido a recommendação de Lichnowsky, o conselho que este lhe dava para imitar o ironico sangue-frio de Thiers. A irritação era visivel. A sua oratoria parlamentar não era brilhante—era contundente. Procurava mais a logica na sequencia das ideias, do que as imagens entrajadas em roupagens floridas. Ao plebeu de Fornos d'Algodres ficára sempre inculta a linguagem, que, quando o irritavam, era aspera até á descortezia. Dos primitivos tempos em que exercera a oratoria politica nos clubs do Arsenal, ficára-lhe sempre a rudeza, — apreciada n'aquellas discussões apaixonadas, que se orientavam no proposito de instigar até ao desespero as massas populares, que ali vinham leccionar se no evangelho revolucionario. A posição que depois tivera, o meio em que vivera, a necessidade de adaptar á sua situação processos diversos e linguagem differente, tinham modificado, mas não tinham eliminado, os defeitos primitivos. O natural, porém, voltava a galope, quando a irritação o esporeava. Com estas qualidades e com taes defeitos resultava haver um completo desacordo sobre o apreço que merecia a sua oratoria, muito pessoal. Havia uns que o reputavam orador formidando, outros que o apodavam de palrador desprovido d'eloquencia. O que nenhum podia, porem, dizer, é que era um orador insulso. Nunca se batia no parlamento que não correspondese á aggressão com a aggressão. Seguia a norma de que, sendo aquellas

luctas um combate, a valer, quem mais desse era quem melhor ficava . .

Tudo isto mais uma vez foi comprovado pelo discurso com que replicou ao conde de Lavradio e ao duque de Saldanha. Principiou por salientar como os que o tinham precedido, em vez de discutirem a resposta á falla do throno, tinham só discutido a pessoa do presidente do conselho. Cahiu immediatamente a fundo sobre a extranha theoria de manter confiança politica em cinco dos ministros recusando-a ao chefe que os presidia. E exclamou :

— «Tal é o odio mortal que algumas pessoas teem á minha pessoa insignificante !

— Apoiado ! berrou o conde da Taipa, descortezmente.

— E' porque sempre os tenho atormentado, todas as vezes que querem sair da ordem ! *(Riso ironico nas galerias).*

A intervenção das galerias accrescentou-lhe a irritação, e passando rapidamente a responder á critica da sua administração, — que procurou mostrar bem superior á dos adversarios, — e expondo, em curtas palavras, que com a *fornada* procurára, apenas, remediar a falta de numero, que se fizera muitas vezes sentir no funccionamento regular dos trabalhos parlamentares, entrou franca e energicamente na accusação pessoal que se lhe fazia. Foi uma tormenta ! Os accusadores que estavam na sala, e os accusadores que estavam na tribuna da imprensa, todos foram seguidamente tratados com a violencia, com a acrimonia correspondente áquella que com elle tinham usado. — «Quem lhe fizera a accusação, qne era uma completa calumnia ? Os redactores da *Revolução de Setembro.* Em quem procuravam teste-

munho? N'um miseravel operario, conhecido como um dos mais exaltados setembristas». Postas as referencias a um e outro, explicou á camara o que eram um e outro. Entre os redactores da *Revolução* havia um que o accusava a elle e encobria o irmão «que roubára tres contos de reis, em Aveiro.» O segeiro, em cuja palavra se fundavam, era mais do que um miseravel: era um assassino, e fôra na sua loja que se tramára tirar a vida a D. Carlos de Mascarenhas. Quem assistira ao trama que contra elle se urdira? O sr. Manuel de Jesus Coelho, — «o editor do mais abjecto periodico que se publica na capital».

Distribuidos estes golpes contra os que estavam fóra, o irritado ministro voltou-se para os que ali tinham trazido a accusação:

— «O sr. duque de Saldanha pergunta-me porque não chamei os meus diffamadores ao jury. E porque não chamou s. ex.ª a *Revolução* ao jury quando lhe chamou ladrão? *(Leu alguns artigos da Revolução a respeito da arrematação das sete casas, do retrato, etc.)*

Não o fez, e eu louvei-o por isso, porque não achei justo que s. ex.ª desse importancia a semelhantes accusadores. Penso ainda assim, apesar de s. ex.ª me retirar a sua confiança, — sem que eu tenha sabido porquê, visto que, ainda não ha muito me declarou ser eu indispensavel em Portugal.

Estou prompto a responder a todas as accusações, e espero que a opposição as apresente na camara dos deputados, como tinha promettido; — aliás ficarão como vis calumniadores. Aos senhores marquezes de Loulé, condes das Antas e de Mello, a esses, emprazo-os a dizer da tribuna os motivos que tiveram para juntar os seus nomes aos signatarios do representação que levaram á presença da rainha.

Se o não fizeram, ver-me-hei forçado a comparar a minha moralidade com a de s. ex.as»

Isto poderá não ser nem conveniente nem d'uma eloquencia demosthenica, mas é d'uma grande e nitida precisão. O repto não podia fazer-se mais directo, mais claro, mais positivo. Todos eram chamados á contenda, como quem da contenda se não temia. Os que se arvoravam em accusadores, eram francamente repellidos — por escassos de moralidade para juizes com auctoridade. Ou assassinos, ou ladrões, ou encobridores, — e todos calumniadores! Os outros, os que se associavam ás imputações injuriosas, eram chamados com a mesma arrogancia destemida... se não queriam vêr fazer o paralello na moralidade a que se soccorriam!

Comprehende-se bem a impressão profunda que esta sessão memoravel produziu nos que a ella assistiam; como todos os nervos vibravam; como todas as paixões deviam estar excitadas! O duello era de morte! Os golpes succediam-se com desespero! E só contra todos, não querendo que nenhum dos seus amigos interviesse, — porque contra todos se sentia bastante forte ou entendia não dever ninguem mais intrometter-se quando se tratava da sua honra, — o conde de Thomar, sentou-se, esperando a replica dos que chamára a terreiro!

Foi o marquez de Lonlé quem pediu a palavra. Mas a expectativa dos que assistiam, teve de ser prolongada até á sessão immediata. Eram 5 horas da tarde... e o jantar esperava accusadores e accusado.

O debate começára n'um sabbado. Marcou-se sessão para segunda feira. O interesse em ver o seguimento da discussão não affrouxára. Pelo contrario.

D'um e d'outro lado aproveitára-se o descanço dominical para redobrar nas diligencias em preparar uma solução conforme com os interesses do grupo em lucta. A opposição andava esperançada em alcançar maioria, apesar do reforço que o governo procurára com a nomeação dos novos pares. D'estes, um, o conde da Anadia, votára com a opposição na admissão da emenda apresentada por Lavradio. Fôra um engano, filho da inexperiencia parlamentar, — que o patriarcha, que presidia, embalde procurára corrigir com recadinhos explicativos. O barão de S. Pedro, com quem o governo contava, saira da sala para não votar. De tudo isto resultou que, tendo-se abstido os ministros, com voto n'aquella camara, a emenda foi admittida por uma maioria de cinco votos. As esperanças da opposição não eram, pois, tão phantasiosas como podia suppor-se.

O governo tambem o comprehendera assim. — Não deu a esse primeiro cheque importancia senão para defender-se, redobrando as solicitações com alguns ausentes, para comparecerem. Tornára-se, porém, de toda a evidencia que a votação teria o resultado que a rainha quizesse: os seus criados, indo ou não indo á camara, determinariam o triumpho ou a derrota parlamentar do ministerio.

Foi o conde da Taipa quem fallou em primeiro logar, — em vez do marquez de Loulé, como todos esperavam. Comprehendia-se. O conde da Taipa era um orador violento, atirando-se com furia ao adversario, procurando mais as injurias do que as rasões, dispensando se de attenções e delicadesas de phrase para revistir os apodos com uma aspe-resa insultuosa. O marquez de Loulé, nem então nem depois, foi nada d'isto. As suas palavras valiam mais... pelo peso do que pela extensão.

O conde da Taipa, seguindo a sua tactica habi-

tual, mal lhe deram a palavra, começou dirigindo uma provocação violenta ao adversario.

— «O sr. presidente do conselho admirou-se que o discutissem e não discutissem o discurso da corôa! Admira-se! Pois s. ex.ª não sabe que desde a choupana até ao palacio, desde a rabiça do arado até ao leme das embarcações, de dia e de noute se discute s. ex.ª!?

Já por aqui se póde fazer ideia da cultura das imagens d'este orador, — que começava por invocar a rabiça do arado e o leme das embarcações. A musa da verrina não o favoreceu n'este dia com similes mais felizes, e em vez de levantar a camara n'um movimento de enthusiasmo ou indignação, provocou, simplesmente, a hilaridade geral, quando, para explicar os sentimentos que tinham ligado Thomar e Saldanha, e a sua desavença actual, exclamou, como se se referisse a um anthropophago:

— «S. ex.ª andava a engordar o sr. duque de Saldanha para depois o comer!»

A' risota provocada por esta phrase entendeu o orador juntar novas injurias. Formulou a sua convicção sobre... a perda de juizo e a perda de vergonha do ministro, e concluiu opinando que a «revolução seria a resposta á teimosia da maioria conservando um tal homem no poder.»

O marquez de Loulé, que se seguiu, limitou-se a formular a defeza do irmão do redactor da *Revolução*, — que o conde de Thomar accusára de roubo de tres contos de réis, e de que dissera ter elle conhecimento pleno. O redactor alludido era José Estevão; o irmão a quem a referencia fortemente procurára ferir, era Antonio Augusto Coelho de Magalhães.

O governo de que Loulé fizera parte, — segundo elle contou — «o que indagára a esse respeito, fôra que a somma alludida fóra applicada a despesas de guerra, tal qnal como o conde de Thomar praticára na revolução de 1842.»

A respeito da provocação recebida para explicar os motivos da sua assignatura no requerimento dirigido á rainha, limitou-se a consignar «que esses se achavam referidos no proprio documento a que alludira.»

Outro dos provocados, o conde de Mello, foi menos brando — embora egualmente conciso. «Recusava-se a descer a um confronto de moralidade para não baixar da sua propria dignidade. Só fazendo o podia estabelecer comparações.»

Como se está vendo, as injurias tinham substituido toda a dignidade do debate. O visconde de Laborim pediu que se entrasse na ordem, mas o proprio presidente do conselho interveio, sendo de parecer que desde que as cousas tinha entrado n'um tal campo, só havia como recurso deixal-as seguir até liquidação final. E assim se fez! Até ao dia 18 — a camara dos pares teve ainda mais cinco sessões, de 4 horas cada uma, em que os oradores puzeram todos os seus cuidados em golpear impiedosamente a dignidade das suas posições e a honra dos seus caractéres, denegrindo se com violencias, rebuscando com afinco as palavras mais crueis para exprimirem os actos mais vis! A assembléa, socialmente mais elevada do paiz, baixou ao nivel d'uma tasca onde se ajuntam rufiões desavindos, — mas sem terem, como estes, o lampejo de dignidade, que por fim os leva a liquidar com sangue as torpezas que se arremeçaram, entre as baforadas, enojosas, do vinho antes emborcado! As galerias apinhadas, intervieram por vezes, dando bem o testemunho de que n uma camara, em que a gravidade desappare-

cera, o direito de quem ouvia não era manter-se em silencio respeitoso. Nnnca se vira, com effeito, descer mais fundo na descompostura desbragada! Ao conde da Taipa, que o accusára de peculato, o conde de Thomar respondeu denunciando o — como espião da policia, com paga de 3:200 réis por dia, e de ladrão da caixa militar do regimento 7 de cavalleria, quando commandára este regimento. Ao conde de Mello, que lhe dissera «não poder comparar se com elle sem descer da sua dignidade», atirou-lhe ás faces — com as deserções politicas e com allusões deprimentes, que eram um enxovalho cruel... ao caloteiro. Ao marquez de Loulé fallou-lhe «em certa fuga d'uma senhora em Paris» e chamando-lhe mentiroso e conspirador, explicou o trama que elle urdira para conseguir a abdicação da rainha e a proclamação do seu primogenito, com o titulo de D. Pedro v. E por aqui fóra — na mesma impetuosa verrina, tal como os contrarios a tinham estabelecido!

As replicas, tinham de sêr — e foram — acomodadas á mesma educada diatribe! Assim o conde da Taipa, explicando-se, redobrou nas injurias ao ministro, estranhando só «que elle lhe não tivesse chamado bebedo, porque já pela imprensa lhe tinham feito essa accusação, o que provocára esta replica do duque da Terceira: «bebedo, tu que não bebes vinho!» O conde de Mello, esse, que fôra alcunhado de caloteiro, confessou as suas dividas, — mas explicou, «que era pobre, por isso que tendo seu pae servido altos logares, sempre com honra (*muitos apoiados*), empenhou-se, porque isso sempre acontece áquelles que servem com honra e probidade (*apoiados*); deixam dividas, dividas que elle (orador) não trocava pelos palacios opulentos do sr. conde de Thomar. Não tinha, pois, vergonha em confessar que pedia dinheiro emprestado, porque antes queria

isso de que obtel-o por meios indecentes.» (*Muitos apoiados.*)

E a esta pugna de soalheiro, presidia, do alto da sua cadeira magestosa, o eminentissimo cardeal patriarcha! Para acrescentamento d'estas scenas vilipendiosas, o destino, ou a politica, fazia com que tivessem de correr sob a direcção superior d'um principe da egreja, da maior dignidade ecclesiastica que tinha o paiz! Tudo se congregára para dar a esse debate, sem precedente, o contraste mais deprimente com o logar e com as pessoas!

Rodrigo da Fonseca, ao chegar-lhe a palavra, atacou o seu adversario tradicional, mas sem recurso ás violencias cruas, que não eram do seu feitio parlamentar. O ferro do punhal procurou atravessar as carnes do companheiro de outros tempos, do rival que o levára até então de vencida na chefia do partido cartista, mas, como sempre, a lamina penetrante era disfarçada entre a folhagem de periodos compostos com arte e recitados com malicia, — como n'este trecho caracteristico:

— «Se eu estivesse no logar de v. ex.ª teria chamado os jornaes ao jury quando tão directamente me accusassem; e se v.ª ex.ª tinha, como disse e eu creio, as provas na mão para convencer a calumnia, ainda com mais razão o devia fazer.»

Tal era a tactica d'esta *raposa* emerita no meio da contenda, — que, principalmente chegou a ser duello de morte entre Lavradio e Thomar. Os dois, como se estivessem no campo, um em frente do outro, espada contra espada, por trez vezes repetiram o assalto, com desespero, com furia, com raiva! Nem n'outra forma estava posta cá fóra a questão, por quem a iniciára:

O dilemma está posto : ou a camara dos pares fulmina o ministro concussionario e corrupto, e fica vingada a honra nacional, rehabilitada a camara dos pares, definido o systema dos Cabraes, na pessoa de seu chefe; ou a corrupção vence e a camara morre moralmente para sempre.

Finalmente chegou-se a votação. Ninguem pedira que o debate concluisse. Os combatentes é que deram por exgotada a veia, que parecia inexgotavel, das recriminações injuriosas! O desejo do presidente do conselho, de lhe deixarem a elle só, n'uma questão que lhe era toda pessoal, o encargo de responder a quantos o atacassem, foi inteiramente respeitado. Ninguem do seu lado, nenhum dos seus parciaes, se intrometteu no debate: affirmaram a sua opinião, pronunciaram a sua sentença, com o voto final. Escolheu-se para pronunciar o *veredictum* não o discurso da corôa, mas um additamento que propozera Rodrigo da Fonseca Magalhães, «manifestando a necessidade d'uma melhor lei eleitoral.» Trinta votos contra 21 regeitaram a emenda. Como se viu, tinha-se dicto que a votação politica traduziria a opinião da camara sobre a moralidade pessoal do conde de Thomar. Não era um ministro que se apreciava na sua gerencia administrativa, — era um réu que se absolvia ou não, de accusações que envolviam o reconhecimento da existencia de varios crimes. O jury absolveu. A consequencia a tirar — é que o accusado fôra vilmente calumniado. Assim tinham estabelecido as premissas, — assim tinham que sugeitar-se ás consequencias, — diziam os defensores do presidente de conselho, alcunhando de calumniadores convencidos os aggressores implacaveis!

Quando na camara se guardava tão pouco comedimento na phrase; quando uns aos outros, nua e

cruamente, se alcunhavam de mentirosos, de vis calumniadores, de corruptos, de ladrões, de devassos, de assoldadados á policia, de caloteiros desvergonhados, — que havia a esperar da linguagem da imprensa? Sem fallar no *Burlesco*, em que Bernardo Martins da Silva exgotava o vocabulario dos improperios; sem cuidar do *Patriota*, onde os companheiros de Manuel de Jesus Coelho tiravam o desforço da injuria que o conde de Thomar lhes lançára, — era muito para se vêr o desbragamento com que a *Revolução* ia acompanhando e annotando os debates. Primeiro publicou, em conta detalhada, verbada, as receitas e as despezas do chefe do governo. Segundo estas contas phantasistas, os ordenados recebidos pelo conde, desde 1840 a 1849, sommavam 17:100$000 réis; os gastos e haveres adquiridos montavam, no mesmo periodo, a réis 127:052$800. E não entrava n'esta conta — dizia o calculista — «nem o caleche e o cavallo, dados por uma commenda, nem os riquissimos tapetes, empalmados á sombra do theatro de D. Maria II, nem as pedras do palacio da Ajuda.»

Dando, dias depois, a nota de seriedade com que todas estas cousas escrevia, dizia, dirigindo-se aos pares do reino empenhados no debate:

Por Deus vos juramos que fallamos a verdade. Antes de escrever prestamos sempre o juramento de calumnia. Sr. conde, as vossas prevaricações são mais claras que a luz do sol. Deus vos ataque esse coração a fim de que não envèrgonheis mais esta terra, á qual tendes sido tão mal agradecido.

Proseguindo na camara o debate, proseguiam os commentarios, sempre n'este tom:

Não é uma questão simplesmente politica, é uma questão de honra; é uma questão social. Trata-se de saber se uma

nação inteira deve obedecer a um concussionario torpe, ou se deve lançar-se no perigoso caminho das revoluções. Trata-se de saber se deve estar nos conselhos da soberana despresando as leis do paiz, desvirtuando o parlamento, insultando os tribunaes, o ministro torpe, cuja dignidade ninguem reconhece, cuja *auctoridade*, como hoje disse o conde de Lavradio, *acabou de facto, embora a exerça de direito.*

Aos discursos de Thomar o jornalista oppunha a sua replica, accrescentando a violencia:

Cahistes hoje na camara, grande ministro; cahistes, affamado prevaricador. Fallastes, e as vossas palavras levaram ao coração de todos a convicção das vossas torpezas. Sois mais immundo que Verres, porque á infamia da prevaricação ajuntais a de vil e infame calumniador...

Queixastes-vos da violencia com que vos trataram, sendo alem de ministro da corôa um membro d'aquella casa. Entendeis que a um funccionario publico se deve consideração. Tendes razão, *nobre* conde; mas não foi atacado o par; foi o prevaricador, o concussionario, o ladrão.

Quando a *Revolução* viu que a sua campanha naufragára na votação, recorreu... para Cicero. Invocou o tribuno romano, para lembrar o que este dissera de Verres, condemnado na opinião de todos pela sua propria vida e pelas suas acções, mas que era absolvido pela grande somma de dinheiro — *omnium jam opinione damnatus; pecuniæ magnitudine... absolutus.* O simile peccava por inapplicavel, porque Verres foi afinal comdemnado e o conde de Thomar era absolvido, mas o jornalista torcia a lição historica e escapulia-se á difficuldade com esta tirada de desabafo:

Cidadãos, o conde de Thomar teve maioria na camara dos pares. Cicero dizia de Verres que este nunca esperaria sahir triumphante do tribunal se não fizesse dos juizes má opinião. Nós accrescentaremos que o conde de Thomar nunca teria sido prevaricador se não estivesse certo que podia falsificar e corromper o juizo.

Os que de boa fé imaginam serem d'uma violencia nunca vista as campanhas hodiernas de imprensa, terão visto n'estes trechos, que propositadamente lhes offerecemos, como os jornalistas que a corregedoria hoje trás permanentemente sob o seu olhar vigilante, estão longe dos avoengos illustres, que por esse tempo tinham a missão de officiar, como sacerdotes, no templo augusto da imprensa.

No outro templo, tambem augusto, no chamado, reverentemente, *sanctuario das leis*, o mesmo leitor de boa fé, por egual terá notado, que eram bastante mais desprendidas... de solemnidades rituaes, as orações liturgicas dos padres conscriptos, — que para estarem em harmonia com a linguagem, só lhes faltava despirem os arminhos symbolicos, para officiarem em mangas de camisa, como magarefes!

Não está hoje tudo tão mau como se diz, graças a Deus!

CAPITULO III

O «affidavit» na camara dos pares—Sessão escandalosa

Nunca a fabula de Antheu teve mais humana exemplificação do que a deixada pelos que combatiam o conde de Thomar. Quando elle, derrubando-os, se julgava vencedor, elles, parecendo recobrar novo alento na queda, erguiam-se rapidamente, e com uma prestesa infatigavel, tornavam ao combate, esperançados em prostrar de vez esse inimigo temeroso! Falhava a accusação ao concussionario? A maioria da camara dos pares mantinha-se unida, contra as esperanças do primeiro momento? O favor da rainha proseguira inalteravel, por isso que—como dizia o Sampaio—«ficára n'esse dia sem creados por os mandar todos para as cortes, votar?» Pois recomeçava-se! Poucos dias eram passados e já os debates na camara traziam de novo impressionada a opinião. A historia do caleche, que fizera fallencia parlamentar, era substituida pela historia do *affidavit*, no processo mandado intentar em Londres contra o *Morning-Post*. Não quizera a soberana demittir o ministro accusado de ladrão? Ver-se-hia se

o sustentava, depois de se lhe mostrar, que esse prevaricador mantido nos conselhos da coroa, faltava ao respeito, á soberana e desconsiderava a mulher. Nem subdito leal, nem cavalleiro! Réu de lesa-magestade, e réu de lesa-ga'anteria!

Como de costume, a accusação antes de ser levada á camara foi explicada na imprensa. Foi ali que o novo maleficio appareceu, ensombrado com grande copia d'indignados protestos; foi ali que primeiro se fez relato do caso ultrajante, lamentando «que o homem que especulára com a fazenda e a liberdade dos povos, especulasse, depois, em paizes estrangeiros, com a honra das mulheres e dos maridos!» E aqui, interrogavam os leitores assim:

E sabeis de que mulher fallamos? E' nada menos que da rainha de Portugal, cuja honra vai ser discutida a requerimento do conde de Thomar, nos tribunaes inglezes!...

Ha em Londres um mercado onde os maridos vendem as esposas infieis. O conde de Thomar não levou a elle a rainha de Portugal porque não poude; mas lá foi traficar com a sua honra n'um processo d'onde espera tirar mais proveito do que se a fizesse vender na praça.

Amigos da filha de D. Pedro, vesti-vos de lucto; que o presidente do conselho não só aniquilou, mas infamou a realeza. *Diario do Governo*, cerca as tuas columnas de tarjas pretas, se o sentimento da morte da honra, que é mais do que a morte do corpo. se pode exprimir pela negrura das côres.

O caso, que havia de provocar novo e ruidoso escandalo na camara dos pares, e ter, mais tarde, uma importancia decisiva na vida politica do conde de Thomar, foi, a largos traços, como vai lêr-se.

O *Morning Post*, onde os miguelistas encontravam acolhida para a sua propaganda de descredito ao systema liberal que os supplantára aqui, n'uma correspondencia de Lisboa, dizia «que a rasão im-

«politica da escolha de Thomar custava a explicar, «não sendo pelo leviano proceder d'um alto perso- «nagem com este rasteiro valido (*about the light «conduct of a high personage towards this favorite*), «circumstancia de que elle sabia aproveitar-se bem «para firmar a sua importancia no poder.» A injuria e a insinuação á rainha não podia ser mais transparente. Era a continuação das antigas referencias, muitas vezes feitas nos jornaes e publicações clandestinas, attribuindo a relações adulteras a protecção ao ministro. Da honestissima mulher, que foi modelo de virtudes domesticas, os politicos contrariados, procuravam fazer, como elles diziam, «a impudica se- «nhora do Egypto em intimidade criminosa com o «triumviro Antonio.» O presidente do conselho «era «um novo Concini junto a Maria de Medicis, um «principe da Paz fazendo escandalosa ostentação dos «seus amores com Luiza de Bourbon.» A publicação de semelhante calumniosa insidia na folha ingleza, exasperou a côrte, indignou o governo, e, ao que constava, custou lagrimas á rainha. Foi resolvido, por isso, que o auctor da correspondencia e o editor do jornal, fossem chamados, em Londres, á responsabilidade da crudelissima injuria. Ali não haveria, como em Portugal, o perigo de affrontar o accrescentamento do escandalo. Um processo, aqui, daria ensejo a uma activa intervenção dos politicos, a allegações juridicas visando unicamente á diffamação, a debates propositadamente encaminhados a ruidosos queixumes contra a tyrannia que procurasse limitar os sagrados direitos da defeza do réu, e, por fim, a uma solução que podia bem ser o triumpho da calumnia, visto que a honra pessoal da senhora offendida ficava dependente do jury,— que tinha de pronunciar-se, afinal, e que mais se podia aconselhar com sentimentos rancorosos do que com as in-

dicações da consciencia e da imparcialidade. Por tudo isto, ponderado em varias conferencias, — discutido com afinco até com a pessoa pessoalmente interessada, — foi mandado instaurar o desforço criminal contra o *Morning-Post.*

Logo que constou a resolução tomada, o clamor de todas as opposições colligadas excedeu, em injurias ao conde de Thomar, tudo quanto até ali se tinha escripto. N'um folheto anonymo, de diffamação implacavel — *Costa Cabral, passado, presente e futuro* — o auctor inspirava se na traducção franceza do discurso contra Demosthenes, e punha por epigraphe: *il faut vous indigner et punir, si vous voulez sauver les derniers débris de la republique,* — e para indignar os athenienses d'esta parte da Peninsula, o pamphletario escrevia:

O conde de Thomar tinha até agora vilipendiado o povo' desmoralisado a lei, ensanguentado o solo portuguez, aviltado o caracter do governo, e aparado com o escudo da Carta os tiros dirigidos á sua pessoa; agora pretendeu tornar o throno solidario das suas vilanias. Até aqui traficára com a honra propria para augmentar o seu poderio. Agora especula com a deshonra da realeza, e leva a ousadia a tomar o sceptro, como maromba dos seus equilibrios na corda bamba do poder.

O Sampaio, na *Revolução,* o Sampaio que já descrevera a rainha como uma bachante impudica, correndo em camisa ás janellas do paço para se recrear com o fusilamento do povo, — esse, reclamava o papel de paladino da honra da soberana, apesar dos seus aggravos, e publicava trechos, como os que seguem:

Nós não devemos politicamente senão aggravos ao chefe do estado. Se temos a cabeça sobre os hombros é por não nos ter sido disputada. As administrações populares são despedidas do paço aos empurrões. Mas a honra da soberana,

na parte que é mais sensivel, não nos póde ser indifferente porque interessa á dignidade da nação. N'um paiz onde ha liberdade, o rei não tem a de ser vicioso, ainda quando o queira ser, porque sacrificou a liberdade pessoal á instituição. Nós teremos disputado á rainha o seu poder, já lhe pedimos a sua coroa, mas nunca a offendemos na sua honra.

A mesma nota d'indignação, o mesmo protesto... em defeza da honra da rainha, vibrava, unisono, em todos os jornaes e em todos os pamphletos. Dir-se-ia que os associados do correspondente do *Morning Post*, reputavam a torpesa que este publicára como um elogio, digno d'agradecimento, e não como uma culpa, merecedora de punição! A honra da mulher, a reputação da esposa, o prestigio da soberana, nada tinham perdido com a publicação insultante; o que maculára a dignidade de D. Maria II, o que a arrastava na lama do escandalo, o que a deixava n'uma posição affrontosa perante os contemporaneos e para sempre deprimente nos commentos da historia, éra... fazer punir o diffamador, sugeitando-o ás severas penalidades que as leis impunham para delictos revoltantes! Como se a historia podesse ser illudida pela dialectica enviezada dos especuladores politicos; como se os que desprendidos dos interesses e paixões, que inspiravam uns e enredavam outros, podessem encaminhar a sua critica, e tornar a propagar propositos de refalsada dedicação e de falso culto ás virtudes, só pregoadas depois do enxovalho, só exaltadas depois de deprimidas!

Foi nos ultimos dias de janeiro que a Lisboa chegou a noticia das primeiras e preparatorias diligencias no processo de Londres. Soube-se então aqui, que n'aquella ordem de processos, a legislação ingleza estabelecia, primariamente, a obrigação do juramento, *affidavit*, feito pelo auctor. O conde de Thomar, segundo se referiu, prestára o chamado

juramento d'alma ou de calumnia, que se dizia fôra, textualmente, como segue:

The count de Thomar... distinctly and emphatically denied that he was chosen a Minister by reason or on account of any immoral conduct upon the part of the queen of Portugal or of himself, or that there hade ver been anything in the conduct of Her Majesty, or upon the part of himself, of an immoral and improper nature.

O texto era publicado assim em inglez, para revestir de toda authenticidade a fidelidade com que a jura fôra transmittida e copiada; — mas dada essa satisfação aos que puzessem em duvida os escrupulos meticulosos dos polemistas empenhados na contenda, seguia a traducção portugueza, que era feita assim:

O conde de Thomar sente excessivamente ter de nomear a rainha de Portugal; mas julga do seu estricto dever negar do modo mais solemne e efficaz aquellas escandalosas imputações. Distincta e positivamente nega que fôra nomeado ministro por causa de quaesquer immoraes sentimentos da parte da rainha de Portugal ou d'elle proprios; e que jámais da parte de S. M. ou d'elle houve relações immoraes e improprias.

Este texto do *affidavit* — «do immundo *affidavit*» — foi propagado por toda a parte, servindo todos os meios de publicação para o levar, lardeado de commentarios, a todos os recantos do paiz. O escripto do jornal inglez era declarado «vago e innocente», e vociferava-se contra o arrojo, nunca visto, de fazer apparecer o nome d'um rei portuguez nos autos d'um processo crime.

«Quando esteve a honra da casa de Bragança á «mercê da condescendencia de um editor responsa-«vel? Em que tempo vivemos que não coram de pejo, «e julgam apagada a macula da infamia, porque

«dois homens, lá tão longe, no Tamisa, não ousam as-
«severar a veracidade de uma anedocta d'escanda-
«lo? Os annaes das côrtes da Europa são ferteis de
«impudicicia e de prostituição. Só o paço portuguez
«foi sempre zeloso da honra das mulheres. Nunca
«houve em Portugal Fabianis, nem Concinis. Mais
«d'um drama sanguinolento propiciou a honra ultra-
«jada da familia de Bragança. Só agora é que um
«devasso se lembrou de representar, á nossa vista,
«o impudico papel de D. Manuel Godoy, o principe
«da Paz... Hoje inventou-se a rasão de estado para
«substituir o pundonor, e a corrupção para supprir
«a moralidade!»

Preparada a opinião cá fóra, com estes e ainda outros mais desenvoltos commentarios, a questão foi levada para a camara dos pares. As tribunas, poucos dias antes cheias a transbordar para o espectaculo da accusação ao ministro concussionario, tornaram a povoar-se pelos que farejavam ainda maior e mais ruidosa peleja, com a accusação, pelo que se chamava «delicto de lesa-magestade.» Partidarios do governo e adversarios do conde de Thomar aglomeravam-se ás portas de S. Bento, disputando as entradas e trocando ameaças e injurias, bastas vezes corrigidas á pancada. Os caceteiros d'um e d'outro, — que ambos traziam assoldadados para essas occasiões, bandos de adeptos facinorosos — floreteavam os bengalões nodosos, de castão de ferro pulido, constituindo uma arma terrivel para um assassinio, tão rapido como silencioso. Uma pancada d'aquellas, se acertava nas costellas ou n'um braço, ás vezes tinha compostura com longos dias de curativo no hospital; se apanhava, porém, a cabeça, poucas vezes deixava de levar ao cemiterio a victima da selvagem aggressão. O caceteiro, que

raras vezes corria o risco de ser preso, ainda mais raras correu o precalço de expiar, em Africa, o estupido desforço politico, — que lhe pagavam com dinheiro e protecção escandalosa nos tribunaes.

N'esse dia, nas galerias da camara dos pares, toda essa escoria, toda essa escumalha dos partidos, conquistára logar. Encaravam se uns aos outros, com esgares de desafio, relanceando o olhar para os que em baixo, na sala, se preparavam para o debate; procuravam fazer-se notados, assegurando-lhes a presença, como indicação de que estavam a postos, decididos e promptos á intervenção combinada no momento proprio. Antes de aberta a sessão, fizeram-se circular os boatos já de vespera espalhados em S. Carlos, por alviçareiros de mais superior categoria, que tinham ali campo d'acção e contacto com as classes mais elevadas. Essas novas, eram, como facilmente se comprehenderá, destinadas a aquecer e animar os mais tibios. No Porto — o Porto então, ainda mais do que hoje, era destinado para os inventos de revolta, — no Porto, explicava-se, tinha havido uma demonstração militar. O governo aterrado ia propor a suspensão de garantias. O Avila pedira já a demissão. — Outros, menos complacentes com a ideia d'uma pequena crise, affirmavam que a demissão fôra pedida por todo o ministerio, não só para se esquivar ás consequencias da manifestação militar da guarnição da invicta cidade, mas para evitar a representação que se ia dirigir á rainha, para se desaggravar, a si e ao paiz, do juramento de Londres.

Os cabralistas, pelo seu lado, negavam resolutamente todas estas affirmações. Como se todos privas-em intimamente com o conde de Thomar, como se elle lhes communicasse todos os seus segredos e os pozesse ao facto de todos os seus projectos,

afirmavam sêr absoluta a homogeneidade dos ministros, sêr incondicional a confiança da corôa e estar inteiramente assegurada a dedicação do exercito. Estava em divergencia Saldanha? Que importava isso! O marechal estava inteiramente desprestigiado; era uma gloria extincta, um astro que se apagára, um *comedor* despeitado, porque o não arreçoavam consoante as suas exigencias intoleraveis. O duque da Terceira, esse sim! A sua espada intemerata, o seu nome heroico, a sua fidelidade comprovada, eram fiadores seriissimos do exercito, que o adorava, que n'elle tinha o espelho das virtudes d'um campeão denodado e honrado sempre. Ora esse estava *unha com carne* com o conde de Thomar. Ainda na vespera sorrira da pretensão dos que imaginavam possivel uma sublevação; ainda na vespera elle patenteára o seu desagrado aos que depois de procurarem macular a honra da filha do *seu* imperador, tentavam, com um novo escandalo, impedir o castigo, que elle ambicionava dar lhes com a ponta do seu chicote. — E apontavam-n'o na sala, rodeado e festejado por um grupo de pares do reino, dos que menos podiam suspeitar-se de infidelidade á politica que dominava. Era, não havia que duvidar, falsissima, tambem, a noticia, que se fizera correr, do seu resentimento, pela nomeação do conde de Campanhã, Balthazar d'Almeida Pimentel, para chefe d'estado-maior do exercito. Bastava reparar na affabilidade do cavaco, em que os dous se demoravam, como pretendendo assignalar a affabilidade das suas relações.

Foi n'esta altura dos commentarios ás occorrencias, — cochichadas entre alguns moderados, com a fortuna de lograrem informações nos dous campos

adversos e intransigentes, — que o cardeal patriarcha, como sempre pontualissimo na presidencia da sessão, deu a palavra ao conde de Lavradio, — mais uma vez encarregado de abrir a nova campanha, encetando o debate e orientando-o consoante a sua provada experiencia e auctoridade indiscutivel. O silencio na sala foi profundo. Todos sentiam que ia propor-se alguma cousa de grave, que estava chegado o momento em que se ia entrar no assumpto que prendia todas as attenções e tão fortemente espicaçava a curiosidade doentia dos maledicentes. Quando no parlamento se faz o silencio subito, quando, sem intervencão da presidencia e sem o *psiu!* impaciente d'algum collega insoffrido, todas as conversas se interrompem e todos os olhos fitam quem vai fallar, — é signal evidentissimo de que se vai produzir um acontecimento já esperado e que não se quer perder ainda nas mais insignificantes minucias. As assembléas parlamentares, por mais d'uma vez e com sobeja rasão, teem sido comparadas a circos equestres, destinados á exhibição de trabalhos de equitação variada, em que as provas de destresa se alliam com demonstrações d'arrojo impressionante. Tambem nos circos, em occasiões em que o perigo é manifesto, ou o trabalho assume importancia de maior, o silencio é de rigor. A propria orchestra, calando-se de subito, deixando de perturbar com o compasso das suas notas estridulas a *sorte* do executante, procura engrandecer a occorrencia, suggestionando bem a gravidade do momento.

Foi, pois, no meio d'um silencio absoluto que o conde de Lavradio se ergueu. Relanceou a bancada dos ministros, como a procurar confirmar-se da ausencia de quem lá procurava; depois esquadrinhou, n'um movimento rapido, todas as outras bancadas,

sempre no intuito d'accentuar a pesquiza cuidadosa. Não vendo o conde de Thomar, — que era quem evidentemente buscava, — fez notar não poder usar da palavra sem a presença d'aquelle a quem tinha de dirigir-se. O assumpto, sobre que tinha de fazer uma interpellação, era por tal maneira grave, primava tanto sobre qualquer outro, que pedia á presidencia e á camara se dignassem interromper qualquer outro debate, logo que o chefe do governo entrasse na sala. «Se é que s. ex.ª se encontrava dentro do edificio, na outra camara, requeria se lhe fizesse immediatamente saber o desejo que por esta forma acabava de manifestar.»

Um rumor approvativo, dos parciaes da mesma politica, deu ao presidente indicação de sèr o pedido reforçado por outros pares do reino. Um continuo foi expedido á sala dos deputados, com o aviso para a comparencia urgente do presidente do conselho. O silencio momentaneo, quebrou-se logo; as conversas interrompidas reataram se com mais vivacidade; indifferentes á insistencia com que o marquez de Loulé que se seguiu a fallar, renovava o queixume sobre a ausencia dos primeiros secretarios da mesa, sendo substituidos no cargo, que era da exclusiva confiança da camara, por outros escolhidos ao acaso, sob o pretexto de serem os de menos edade. Quem se importava com os secretarios n'este momento? Que mais dava que lá continuasse o conde das Alcaçovas, provisoriamente, do que o marquez de Ponte de Lima, que só appareceu mais tarde? O patriarcha, — no desejo de evitar o assumpto escabroso n'essa sessão, — procurando ganhar um addiamento, antes mesmo de receber resposta ao recado mandado á outra sala, ponderou o inconveniente de prorogar a sessão sem que houvesse a certeza de poder continuar; de se esperar pelo conde de Tho-

mar sem se saber se elle podia vir. — «Porque não annuncia hoje o digno par qual é a interpellação — insinuou — que tenciona apresentar na sessão immediata?»

Laborim intervem. Diz que ha dois meios regimentaes d'annunciar a interpellação a um ministro: ou verbal, quando elle está presente, ou por escripto, quando elle não está. Por isso, e por que deseja conservar intacta a dignidade e a decencia da camara, quando n'ella estiver presente, pede para que a nota d'interpellação seja apresentada immediatamente, pondo-se termo a uma espera que semelha um desafio, e por isso não reputa decente.

Lavradio retruca que elle e mais ninguem é juiz unico para decidir do modo de usar d'um direito que o regimento lhe concede, — e elle resolvera só dizer, o que tencionava dizer, quando vissse na bancada o ministro a quem pertendia dirigir se.

O debate prolonga-se: a camara principia a agitar-se; manifestam-se com parecer energico os viscondes d'Algés e de Laborim, quando, de repente, á porta da sala, apparece o conde de Thomar, seguido dos ministros da guerra, marinha e estrangeiros. A expectação provoca de novo o silencio solemne; o presidente do conselho explica a sua ausencia pela necessidade de ter de usar da palavra na outra camara, d'onde viera logo que lhe fôra possivel. Vem preparado para responder a uma interpellação sobre o assassinato de Estanislau Pinto d'Abranches, em Lourosa; se, porém, o chamam para outra interpellação não póde desde já dizer se estará, ou não, habilitado a responder immediatamente.

Lavradio ergue-se e diz:

—«Eu tinha annunciado uma interpellação ao sr. ministro da justiça sobre o assassinato da Lourosa,

mas vejo-me na necessidade d'annunciar agora outra. V. ex.ª dirá se lhe convem responder agora ou depois.

A' Camara dos Pares cumpre não só defender as liberdades da nação, quando ellas são atacadas, mas tambem as prerogativas da Corôa, a dignidade e a magestade do throno, quando são offendidas *(apoiados geraes e sensação prolongada)*. Tenho presente um jornal inglez, o *Morning Post* de 12 de janeiro ultimo, onde vem impresso um documento em que li expressões altamente offensivas á Augusta, Sagrada e Virtuosissima Pessoa do Chefe do Estado *(appoiados geraes e significativamente do sr. presidente do conselho. Sensação)*. Estou certo que todos os dignos pares me acompanham nos sentimentos de profundo respeito e veneração que tenho por tão virtuosa Senhora *(apoiados geraes e repetidos)*.

— *O sr. presidente do conselho:* Que todos teem.

— *O orador* (continuando). Senhora que, ainda mesmo que não fosse Rainha, seria digna de todo o respeito, quer de portuguezes quer d'estrangeiros *(vivissimos e prolongados apoiados)*. O documento a que me refiro, onde se lêem aquellas expressões, é o *affidavit*, ou juramento mandado prestar pelo sr. conde de Thomar perante um tribunal inglez. Julgo que seria injusto, se agora me demorasse ou fizesse qualquer reflexão sobre tal documento; isso mesmo me não seria licito, em quanto o sr. conde de Thomar não declare, se as expressões do mesmo são as mandadas fazer por s. ex.ª. Restrinjo-me, portanto, a annunciar a interpellação, que trago por escripto, para maior clareza, e para que s. ex.ª possa responder, já ou em outra occasião, se melhor isso lhe convier. Vou ler:

«Requeiro que o sr. conde de Thomar seja con-
«vidado a declarar, se são ou não exactas as ex-

«pressões relativas á Augusta Pessoa do Chefe do «Estado, que se acham exaradas em uma declara-«ção, que se diz ter sido feita por s. ex.ª perante «um tribunal inglez, e que em 12 de janeiro ultimo «foi publicada no jornal *Morning Post.* — Conde de «Lavradio».

Thomar violentou-se para se mostrar impassivel— mas os que o olhavam, como a interrogar-lhe as intimas impressões, uns aos outros apontavam o gesto, caracteristico, que traduzia, na occasião d'estas luctas, a colera que dentro lhe refervia impetuosa. Costa Cabral expressava nitidamente a furia que o tomava, dando á cabeça um tergeito, seguido d'uma contracção nervosa no pescoço. Os musculos da face franziam, e da garganta escapava se-lhe uma especie de silvo abafado, um gemido estrangulado, — que os inimigos comparavam ao silvo d'uma serpente.

Em curtas palavras notou a importancia do assumpto e pediu ao conde de Lavradio que juntasse ao seu requerimento o jornal inglez. «Depois de vêr e examinar tudo, apresentaria a resposta que tivesse por conveniente». Foi tudo.—E marcou-se a continuação do incidente para d'ahi a quatro dias, 5 de fevereiro.

Os espectadores das galerias, se esperavam mais, não se deram por pouco satisfeitos com o que occorrera. O prologo estava representado. O compromisso publica ficára tomado. O drama agora tinha de se seguir, — e na previsão das scenas emocionantes que iam desenrolar-se, não haveria nenhum que, se lhe fosse possivel, não deixasse marcado o logar para vêr a sessão borrascosa do dia 5 de fevereiro.

Alea jacta est, diziam, no dia seguinte, os jornalistas da opposição. O dardo estava lançado. «Quando

todo o mundo fallava, quando o escandalo era objecto da curiosidade dos indifferentes, do receio dos monarchistas, do sentimento das familias poderosas ligadas á casa de Bragança, os poderes publicos não podiam ficar silenciosos». E formulavam esta interrogação, para justificarem ter-se apresentado a interpellação da vespera:

Se a honra e o pundonor não reagissem, estimulados pelo sentimento da vergonha, qual havia de ser o movel para os fazer agitar?

Procurando antecipar-se ao debate annunciado para breve; dando já por confirmada a confissão de que o conde de Thomar jurára por duas vezes, aqui, em Lisboa, o texto depois transmittido para Londres; affirmando que da sua bocca tinha sahido aquella jura, — uma no consulado e outra perante um magistrado judicial, por o consulado não ter auctoridade competente para tomar um tal juramento; — lembravam que uma côrte mais briosa não esperaria por averiguações para fechar as portas ao ousado insultador da rainha. «N'outros tempos a demissão seria acompanhada da ordem d'expatriação perpetua». E appelava-se para a historia romana, invocando Sexto Tarquinio — que ao atacar a honra de Lucrecia acabára com a realeza, fazendo a republica.

A este pregão do escandalo que se preparava, o governo, na *União*, avisava os pares do reino de que, deviam ter bem presente, lhes cabia a obrigação d'evitar todo o pretexto a que se faltasse ao decoro a quem, segundo as melhores praticas, nem sequer devia ser nomeado nos debates parlamentares, «afim, — sublinhava a folha ministerial — de que nomeados não cessem de ser havidos, directa ou indirectamente, na mais profunda consideração.»

Foi assim, estando ainda mais vivamente despertada á curiosidade, mais accesa pelas polemicas a

intensidade das paixões, que á uma e meia da tarde do dia 5 de fevereiro, o excellentissimo cardeal patriarcha, subindo lenta e gravemente até ao estrado presidencial, se ageitou na ampla cadeira d'espaldar, estofada de seda azul-pallido, compoz as vestes prelaticias, agitou a campainha de prata e mandou fazer a chamada.

Na meza os secretarios eram dois marquezes: um o de Ponte de Lima, — que declarou estarem presentes 50 dignos pares, outro o de Loulé, — que leu a acta da sessão anterior. Como na sessão precedente, as galerias regorgitavam. Onde cabiam regularmente 4 pessoas... estavam 8. Por momentos toda a attenção dos que estavam na sala esteve presa pelo tumultuar, pelo rumor, produzido por essa avalanche humana, entrando, mal lhe franquearam as portas, com a avidez da conquista do logar na primeira fila, levando adeante de si bancadas e continuos, esmagando com indifferença os que iam na frente, se eram mais fracos, e disputando a murro com os que estavam atraz, se eram igualmente fortes, e se mostravam teimosos em não ceder do direito que lhe conferira o ter chegado primeiro. A ordem, o silencio, pedido pela presidencia a toques... do argenteo auxiliar das suas recommendações solemnes, poude menos do que esta curta phrase, pronunciada com a pausa de rigor:

— Tem a palavra o sr. presidente do conselho.

Ninguem pensára, pois, em demorar a entrada no assumpto que ali trazia todos os que viviam essa politica intensa e febril! Todos tinham comprehendido ser preferivel liquidar o incidente, sem o embaraçar em mais delongas irritantes!

O conde de Thomar ergueu-se e disse:

— «Li com a mais seria attenção o requerimento

do digno par o sr. conde de Lavradio assim como o periodico a que s. ex.ª alludiu e me foi entregue. Devolvo tudo á meza afim de se seguirem os termos do regimento.»

E sentou-se.

Não era isto o que esperavam os anciosos por ouvir telintar os cascaveis do escandalo. Os outros, os que tinham papel a representar e pratica nos *trucs* parlamentares, perceberam, porém, que n'aquelles curtos dizeres, n'aquella formula restricta, se escondia um plano preparado d'antemão. Era em volta d'um incidente, forjado habilidosamente, que se ia travar a discussão. Procurára-se, sem duvida, um desvio; levantára-se uma ante-muralha protectora para o debate que se aguardava.

Foi o que effectivamente succedeu. O visconde de Laborim desmascarou as baterias. Ponderou, primeiro, que a interpellação era d'aquellas «que, segundo o regimento, importavam uma proposta, não podendo ser admittida á discussão sem que a camara, n'uma votação previa, o permittisse.» E completando esta these com um requerimento, pediu a execução do regimento. A opposição levantou logo um grande sussurro de protesto. Emquanto o paladino do governo fallava, em volta de Lavradio tinha-se formado um grupo, gesticulando com energia, dando todas as demonstrações da irritação progressiva. Mas o conde, impondo-lhe silencio, levantou-se para replicar. Era visivel a agitação d'esse parlamentar experimentado, sempre o primeiro, sempre o mais decidido nas luctas da epoca. Poucas vezes o tinham visto tão afogueado pela ira, tão nervoso pela contrariedade. Logo as primeiras palavras foram uma apostrophe vehemente:

— «O que se quer estabelecer é a tyrannia parlamentar — porque a tyrannia do pensamento já foi presente na outra camara!»

Os partidarios do governo, como movidos por uma mola, pozeram-se todos em pé, berrando: ordem! ordem! Os que estavam na politica adversa, com não menos unanimidade acclamaram o orador da sua *grey*, apoiando-o. Lavradio, dominando os a todos, procurando avolumar a voz por sobre o barulho que estalára com a sua primeira phrase, exprimia o seu espanto por lhe pedirem ordem, — a elle que era a victima «d'uma estrategia a que não queria chamar *porca e suja!*» Foi outra tempestade, a que esta nova provocação desprendeu! Os mesmos que tinham chamado o orador á ordem, tornavam a admoestal-o com redobrada sanha. A agitação da sala propagára-se já ás galerias. Aquella massa de gente, apertada até á privação de todo o movimento, roncava surdas ameaças. Na presidencia a campainha telintava apressada. A voz unctuosa do prelado que presidia, pedia moderação, pedia silencio, — e era um contraste extranho o que offerecia o clamor dos pares, oppondo uns aos outros palavras asperas, palavras frementes, indignadas, de reconvenção e desafio, e a solicitação branda, quasi apagada, dulcerosa sempre e sempre inalteravel, com que o patriarcha, lá do alto, procurava sofrear a ensurdecedora desavença!

Quando, afinal, os gritos esmoreceram, o conde de Lavradio procurou orientar em rasões menos espectaculosas o seu protesto primitivo. — «Já não havia direito para submetter a sua interpellação ao voto da camara. Tinha-a ja annunciado na sessão pas-

sada. Tinham-n'a recebido. O ministro não a recusára. Estava consentida. Zela-se a camara mais a sua dignidade do que as conveniencias d'um homem...» Não o deixaram concluir. Era outra provocação, teve por consequencia outra desordem, — que só acalmou quando Rodrigo da Fonseca, com a sua manhosa habilidade caracteristica, intervindo observou:

—«Que toda a camara e toda a gente que ouviu, entendera, e nem podia deixar de entender, que a proposta do digno par conde de Lavradio havia de ser hoje discutida — e se ella havia de ser discutida, é porque tinha sido admittida. Como é, pois, que se quer agora pôr em duvida a sua admissão? *(Apoiados)*. O proprio sr. presidente do conselho conveio em que a proposta fosse dada para ordem do dia de hoje, e sua Eminencia assim a marcou. Se depois de tudo isto se póde pôr em duvida a admissão da proposta de interpellação, declaro que nem na terra nem fóra da terra ha verdade indiscutivel. *(Apoiados calorosos)*.»

O voto das assembleias politicas orienta-se em interesses que não cedem o passo ás rasões com que as illucidem. Debalde a logica do *raposa* estabeleceu a verdade da situação; em vão Lavradio, depois de appelar para a dignidade da camara, recorreu para a situação do prelado que a presidia, — principe da egreja universal, — lembrando-lhe que o que se fizesse contrariando a verdade, era um peccado que bradaria ao ceo; debalde, entre nova agitação e novo tumulto, o interpellante estabeleceu estas duas proposições: «ou se havia de provar que o ministro faltára ao respeito devido ao chefe do estado *(Vozes: ordem, ordem)* ou se havia de provar que tinha jurado falso *(Vozes: ordem, ordem; isto não é discus-*

são), e portanto havia de passar por criminoso de lesa-magestade, e perjuro, e ficar sujeito á justiça dos tribunaes inglezes.»

A maioria mostrou a sua dedicação e a sua firmeza logo que o presidente do conselho se ergueu para fallar. Antes mesmo de elle pronunciar a primeira palavra, já o applaudia; antes de lhe ouvir rasões, já o victoriava! Thomar, seguindo a sua tactica habitual, lançou-se com decisão aos adversarios; antes de se defender atacou-os; antes de lhe atirar com as primeiras rasões atirou-lhe com as primeiras injurias.

—Sr. presidente, ha um costume bem celebre n'esta Camara, da parte dos dignos pares que me combatem. Sempre que eu mostro alguma viveza para destruir os fortes e ás vezes desleaes argumentos que elles aproveitam, querem attribuir-me a excitação que se produz e de que elles são causa. (*Sussurro na esquerda*). A maneira porque n'esta sessão se começou o debate, as increpações que pela opposição foram dirigidas á Mesa, são ainda uma prova do que acabo de dizer. (*Apoiados*). Parece que lhe falta o tempo para entrar na discussão do objecto de que se trata!... Tanto isto é verdade que contra o Regulamento aproveitam esta questão *d'ordem* para entrar na discussão da *materia!* N'isto mostram os dignos pares uma grande avidez e insoffrida ambição, com o unico fim de desacreditarem o presidente do conselho, de o accusarem do crime de lesa-magestade, e de o fazerem passar por perjuro. (*Apoiados*). Os dignos pares estão perfeitamente enganados: não o conseguem ainda d'esta vez (*Apoiados*); esta occasião ainda lhes foge das mãos, e tenho a satisfação de dizer que d'esta, como das outras vezes, hão-de ver o passaro escapar-lhe das mãos e voar, são e salvo, por esses ares!»

Esta imagem, que correspondia muito bem á oratoria plebea, lançada contra os aristocratas que o combatiam, foi acolhida por estes com protestos e reprovações. Os que n'ella, porem, viam traduzida a certeza de continuar... com o passaro do poder na mão, festejaram com gargalhadas ruidosas e approvativas, significando o seu comprazimento e satisfação, — que ainda redobrou, até no calor do applauso, quando o orador, proseguindo, insistiu, «não ser uma questão como aquella que podia determinar a retirada d'um governo e a aniquilação d'um partido politico. Taes questões nunca deviam vir ao parlamento, mas ali o que se tratava era d'inverter deslealmente tudo que elle fazia, tudo quanto elle dizia».

— «Ouçam, ouçam! gritou o conde da Taipa.
— «Ouçam, repetiu o conde de Thomar, ouçam, ouçam, para reconhecer a verdade do que acabo de dizer!»

E como, motejando, um dos pares, a meia voz, recommendasse «cuidado com o passaro,» o conde exaltando-se, explicou — que se a expressão que empregára não era muito parlamentar, não era de melhor lei, ou de mais aprimorada cortezia, a outra, que um seu adversario fizera ouvir, capitulando de *porca e suja* a estrategia adversa. O conde de Lavradio, assim visado, quiz interromper, mas Thomar dominando-o com decisão, proseguiu:

— «Tenho conhecido por experiencia que a opposição não toma em conta a moderação com que é tratada. Toma como fraqueza a conducta moderada. E' portanto preciso *dar-lhe, e dar-lhe de véras*...»

Uma bomba lançada a meio da sala não produziria um tumulto mais completo! A opposição levantou-se n'um grito unisono. Muitos, de punhos cerrados, em attitude de aggressão, avançaram para a bancada ministerial, mas encontraram já de frente, defendendo-a, quasi toda a maioria, — tendo á frente D. Carlos de Mascarenhas, par do reino e commandante da municipal, — que noutes antes, em S. Carlos, tinha chicoteado o Bernardo Martins, do *Burlesco*, com promessa de repitação do correctivo, se este continuasse a desacreditar o corpo do seu commando. As galerias accrescentaram o tumulto, intervindo, como uma pateada estrondosissima.

Parecia que a sala ia afundar-se, que o edificio oscillava até aos alicerces, derrubado ás patadas por aquella multidão exasperada, comprimida e compacta, que pouco antes se diria não poder mover-se, e, comtudo, encontrára meio para pronunciar-se assim, por uma fórma ainda então sem precedente! A's injurias, atiradas de cima, com toda a desenvoltura plebeia dos espectadores; aos gritos lançados potentemente, por alguns centos de manifestantes inesperados, juntavam-se os gritos, os protestos, as provocações insultuosas dos pares, — envolvidos quasi em conflicto pessoal. O conde da Ribeira Grande, — que votava na opposição, — parecia possesso, voltado para os logares do governo, pedindo ordem. O conde de Lavradio dirigia-se á presidencia, — sempre dulcerosa, sempre na compostura irreprehensivel da sua qualidade patriarchal, — requerendo que chamasse á ordem o conde de Thomar. Mello Breyner, muito pallido, com a voz rouca e cava, pelo exaspero provocado pelo insulto, tartamudeava, como se se sentisse estrangulado pela injuria: — «Dar nos dignos pares! Dar nos dignos pares!» — E tal impressão produziu este grito afflictivo, relembrando a phrase que

determinára o tumulto, que este se reproduziu com nova furia, na sala, e com outra pateada, na galeria.

O barulho dos pés dominou tanto o barulho das vozes, que a reacção e o silencio fizeram-se primeiro em baixo do que em cima. Mello Breyner, já serenado, foi o primeiro a pedir que se mandasse evacuar as galerias.

Ouçamos o *Diario*, na sua moderada exposição das occorrencias:

— «*O sr. visconde de Laborim* — Sr. presidente, o Regimento manda... (*Tumulto*).

— *O sr. Mello Breyner* — Peço a V. Em.ª que mande sahir a gente das galerias... Não podem tomar parte .. (*Continua o tumulto. Muitas vozes: ordem, ordem*).

— *O sr. presidente do conselho* — Peço a V. Em.ª que mande impor silencio immediatamente ás galerias. E' preciso que entendam que não ha aqui senão ordem e lei. A presidencia tem os meios para manter a ordem, mas se julgar que lhe faltam para proceder com energia, o governo está prompto a prestar-lhe o necessario auxilio.

O sr. Mello Breyner — Tem razão...

O sr. Fonseca Magalhães — A V. Em.ª é que compete fallar ás galerias... (*Continua o tumulto. Ouvem-se vozes na galeria*).

— *O sr. conde de Linhares.* — Sr. presidente, toque a campainha.

— *O sr. visconde de Fonte Arcada.* — Galerias! Nem uma palavra.

— *O sr. Presidente.* — Peço ordem ás galerias. (*Continua a confusão*).

— *Muitos dignos pares de um e outro lado da camara.* — (Para as galerias): Ordem, ordem!

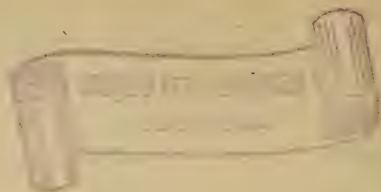
(*Restabelece-se a ordem a pouco e pouco*).

— *O sr. presidente:* Continua a discussão, mas peço aos dignos pares que conservem a ordem.

— *O sr. presidente do conselho.* — Continuo o meu discurso».

O desacato fôra bastante imponente, fôra bastante exaggerado para a todos recommendar prudencia na continuação do incidente. O conde de Thomar, então, explicou a sua phrase, — que fôra mal traduzida, por um significado que nunca podia estar na sua intenção. «O que quizera dizer, era sêr necessario responder aos dignos pares com energia; tratal-os com o rigor de argumentação com que costumavam tratar a maioria e especialmente o governo.» — «Bom, bom» — responderam os offendidos, — e o debate sobre o incidente proseguiu, com mais ordem, sempre com paixão, mas chegando-se, afinal ao resultado, que o governo desde antes da sessão planeára: não admittir a interpellação, não discutir o *affidavit.* Vinte e sete votos contra vinte e dois consagraram esta resolução.

O primeiro dos que exigiam o seguimento da interpellação, o primeiro a votar o proseguimento da escabrosa questão foi — o duque de Saldanha. A impressão produzida no Paço por este voto do mordomo-mór, foi de exaspero. A rainha considerou como um desacato e uma injuria pessoal, a attitude do mais elevado dos seus creados, — e como se elle fosse um serventuario... pol-o na rua. Demittiu-o, apesar do cargo ser considerado vitalicio. Estava declarada a guerra. Saldanha, desde esse dia, entregou-se, com uma persistencia e com um rancor que não estavam no seu feitio, nem eram da sua tradicção, ao desforço, julgando preciso que este correspondesse ao enxovalho.

A revolução de abril do anno seguinte teve a sua filiação n'esta occorrencia. A *Regeneração* nasceu d'este voto, castigado com rigor. O conde de Thomar, o triumphador d'essa batalha, n'essa victoria tinha mais tarde de ir procurar a determinante da sua derrota definitiva, de seu eterno afastamento da governação do Estado.

CAPITULO IV

Reviravoltas de politicos. — Os irmãos congraçados. — A questão do caleche na camara dos deputados. — Novo incidente e tumulto na camara dos pares.

A camara dos pares, com esta sequencia de episodios sensacionaes, absorvia por completo a attenção dos politicos. Na dos deputados as sessões decorriam com menos interesse, — mas merecem narrativa, occorrencias e mutações de relações com alguns personagens, que conhecemos no volume anterior.

Lopes de Lima, que ali vimos ser um dos mais decididos redactores do *Estandarte*, e energico auxiliar de José Cabral, desertára do jornal e do grupo, com armas e... bagagens opulentas. Com elle tinham sahido, como se viu já, os outros que na gazeta activavam a guerra entre os dois irmãos. Official da armada, o Lopes de Lima, como marinheiro sabido nas variantes do tempo, lobrigára de longe os signaes da bonança; percebera que não tardariam a remansar as ondas revoltas, e... aproou direito á reconciliação com o conde de Thomar, recolhendo os proventos da manobra feita a tempo. Depois

d'uma commissão rendosa ao ultramar,—para preencher os ocios do intervallo parlamentar, — quando se avisinhou a abertura da camara, offereceu... a sua palavra fiel, e recebeu o commando do brigue *Mondego*, com auctorisação para accumular com o logar de deputado; depois iria para o governo da India. José Cabral e Souto Mayor, — o resto da phalange, — exasperados contra o antigo companheiro d'armas, moveram-lhe crua guerra. Revolviam-lhe o passado e descobriam-lhe maleficios varios. Um dos mais salientes era... o roubo das joias da rainha de Sunda. Esta magestade, como a Selica da *Africana*, presa d'amores pelo novo Guido d'Arezzo da armada portugueza, depois de lhe dar franca passagem... pelo cabo das suas tormentas, tivera o duplo desgosto da fuga do real favorito, sopesando, n'uma maleta de viagem, o thesouro hereditario, as riquezas amontoadas por seus exoticos maiores, as joias preciosissimas da sua corôa! A felonia com a rainha de Sunda equiparava-se á havida com o senhor do palacio do Poço Novo. O Lopes de Lima n'essa outra fuga, levára, como joias da corôa... os companheiros de redacção.

Este rapto jornalistico exasperára, ainda mais, contra o irmão, o antigo ministro da justiça de 1846. Foi n'esse periodo que o *Estandarte* lançou os seus artigos mais empapados em fel, as suas verrinas mais candentes, — como se quizesse mostrar que não lhe escaceavam os recursos para proseguir n'uma campanha implacavel. O marechal Saldanha, aquelle que fôra a origem da desavença fraterna, passou quasi a ser desculpado, para assim enegrecer com mais rancor as qualidades traiçoeiras do irmão. «A duplicidade e o egoismo dos tramas d'este — segundo então escrevia no jornal — eram dignos da historia dos serralhos barbarescos.» Foi, n'essa occassião, que

elle lançou contra o ministerio o epitheto picaresco, que fez fortuna, de *governo dos cinco dormentes.* Foi então, que elle renegou, por completo, os laços de familia, despedaçando-os em publico, como quem sacode em plena praça as vestes maculadas de lama:

Somos severos, porque a atrocidade do facto o exige. Carregámos muito tempo com a responsabilidade de actos: trabalhámos sem gloria, deixando-lhe a elle a honra e acceitando tacitamente o desfavor de muitos erros, que não se teriam praticado se fossemos ouvidos. Hoje não queremos nem devemos soffrer mais tempo as consequencias d'uma estratagia hypocrita e egoista que não reconhece nenhuma obrigação. Cada qual segundo as suas obras...

Recrute infatigavel em todas as apostasias, corrompa e infame os talentos e as influencias, castigue as consciencias e as opiniões independentes, não deixe a virtude sem martyrio, nem a firmeza sem supplicio; seja o sacrificador dos seus antigos amigos, o perseguidor rancoroso dos que mais o ajudarem; e depois de pizar até metade d'esta honrosa estrada, onde tantos passos adeantou já, olhe-se em um espelho fiel ou desça incoguito ao seio de todos os partidos e saberá o que resta da confiança e dedicação, que n'outro tempo inspirava *Antonio Bernardo da Costa Cabral*, que perdeu o nome, os amigos e a memoria, chamando-se conde de Thomar.

Era quasi um fratricidio, esta verrina sangrenta! Por isso os amigos do irmão, apunhalado n'esta prosa rancorosa, lançavam contra o terrivel José Cabral a phrase biblica, a phrase do Eterno ao primeiro que manchára as mãos no sangue da propria familia: *Cain, que fizeste de teu irmão?*

Os adversarios d'um e d'outro aproveitavam a desavença para os compararem, nas suas qualidades moraes, nas suas tendencias oppressoras, na illustração do seu espirito, na lealdade das suas relações, — e concluiam... que tão bom era um como outro! A desavença, a separação, nem sequer, pois,

déra, a qualquer d'elles, a vantagem de attrahir para junto de si os que mais pregoavam queixumes d'um ou diziam estar offendidos por aggravo d'outro. Eram os Cabraes, antes, continuaram a ser os Cabraes, depois. Involvia os o mesmo odio. Perseguia-os a mesma maldição dos setembristas: um era o do *caleche*, mas o outro era o dos *conegos*.

De repente, em todos os sitios de reunião, nas conversas, circulou uma noticia insistente: os dois Cabraes tinham-se congraçado! Foi um espanto geral—e um motivo novo para cahirem sobre os dois os mais impiedosos epigrammas, as mais despresiveis referencias. Como a confirmar a noticia, viu-se que o *Estandarte*, logo que principiaram as aggressões e scenas tumultuosas na camara dos pares, supprimira os seus boletins d'aquella camara. A *Revolução* deu logo rebate da resolução, com estes commentarios trocistas:

O *Estandarte* houve se com summa delicadeza n'esta conjunctura. E' jornal d'opposição, jornal ministerial, e jornal do irmão do ministro. Era cousa bem difficil os deveres de tão encontradas situações. O *Estandarte* safou-se maravilhosamente d'estes apuros. Cobriu o logar destinado para a sessão dos pares com uma baeta preta. Tomou lucto na nona columna, deitou gala na primeira, e nas outras foi combinando as côres com o seu costumado bom gosto. Viva a carta. Viva a rainha. Viva a independencia nacional. Viva a opposição cartista. E viva o *Estandarte* que ainda nos pode mandar prender.

A reviravolta politica de José Cabral teve seguimento natural na camara. Depois dos pares os deputados escolheram a resposta ao discurso da coroa, para explorar as mesmas censuras, e propôr ao presidente do conselho «que se justificasse, se podia,

chamando os seus accusadores aos tribunaes.» Foi Carlos Bento o encarregado de formular o pedido, pondo bem em evidencia o aggravo. A perfidia das intenções nunca foi mais cuidadosamente embrulhada em suaves reflexões e em conselhos amistosos! As palavras meticulosamente evitaram todo o exaggero, mas o veneno empapava toda aquella dialectica bi-fronte, traduzindo respeito e traduzindo suspeições affrontosas! A escola florentina foi sempre a predilecta d'este politico perfido, que punha toda a sua arte em occultar nos festões de flôres os perfumes que matavam.

Para responder a este discurso, que iniciára o debate, é que José Bernardo se ergueu. Calcula-se a curiosidade que excitava ouvir a defeza do irmão — feita pelo mesmo irmão que, sob a presidencia d'um outro irmão, o anno que passára, ali, n'aquella mesma sala, accusára a familia, sem exclusão do pae — tambem deputado e presente, — por o abandonar ás punhaladas calumniosas de adversarios ferinos! Que iria elle dizer? Se ia jurar sobre a innocencia do accusado, como é que contribuira para fazer nascer a accusação, atirando com o primeiro montão de pedras, que tinham servido para alicerce do alteroso edificio que se aprestava a derrubar?

José Cabral não se prendeu com explicações sobre o passado. A's insidias com que Carlos Bento acautelára uma accusação formal, oppoz uma proposta precisa e nitida:

«Proponho se convide o sr. deputado que acabou «de fallar para mandar para a mesa a proposta «d'accusação contra o sr. presidente do conselho «conde de Thomar, devidamente formulada, para «seguir com a maior segurança os termos marcados «no Regimento.—*Silva Cabral.*»

O convite era habilidosamente arranjado. Havia cor-

rupção? Accusasse. Quem accusava tinha obrigação de fazer a prova. Não a tinha? Então estava em evidencia a calumnia. A questão era bem posta, mas a forma do discurso em que foi apresentada, padecia do usual feitio de sermão indigesto, em que o orador desde muito petreficára! Alguns trechos são a melhor justificação do que era esta oratoria pantafaçuda, — com muito exito explorada em comedias que procuram traduzir ridiculas fallas parlamentares:

— «Thales Milesio, o primeiro philosopho da Grecia, e pela sua sabedoria contado entre os sete sabios d'aquella terra, dizia que todos os dias elevava graças aos Deuses pelos tres seguintes beneficios: *Primo quia erat homo, non bellua; deinde quia erat homo, non mulier; tertio, quia erat graecus, non barbarus.*

Se aquelle sabio vivesse no nosso seculo e com especialidade presenceasse o que se passa n'este pequeno canto da Europa, é de crêr que ao catalogo dos beneficios, que todos os dias agradecia aos Deuses, ajuntasse mais um outro capitulo; o de que Deus o livrasse de certa classe d'intrigantes, que sob o manto da mais requintada hypocrisia, dando-se como defensores da justiça e sacerdotes da moralidade, são talvez o typo da desmoralisação...

...Cicero foi chamado o salvador da republica romana porque em pleno senado accusou Catilina e seus cumplices: que melhor occasião para que o sr. deputado se torne émulo de Cicero, merecendo o titulo de defensor da moralidade d'este paiz?!

Se a accusação fôr apresentada e comprovada devidamente, esteja certo o sr. deputado, ha-de encontrar em cada um de nós um Catullo, um M. J. Brutus,

e um Catão; mas eu temo que em vez d'isso tenhamos uma nova feição para o quadro de Apelles. (*Hilaridade*)».

O Carlos Bento, convidado para Cicero, não acceitou. Declinou nas gazetas, apresentando uma proposta... de transmissão das accusações:

«Proponho que esta camara convide o sr. presi-
«dente do conselho de ministros a chamar aos tri-
«bunaes os periodicos que lhe dirigiram uma grave
«accusação, compromettendo-se a apresentar as pro-
«vas em juizo. — *Carlos Bento da Silva*».

Esta... escapatoria, examinada hoje a sangue frio, deixa em deploravel situação quem a ella se soccorria. A camara era o tribunal competente para conhecer do crime praticado pelo ministro, — se elle o praticára. Era ali que a accusação tinha de ser apresentada. Ali se tinha de formar o processo até á prenuncia, — se para ella apparecesse motivo. Depois, para o julgamento, é que intervinha a camara dos pares. A insistencia em pedir os tribunaes ordinarios, em querer que o proprio accusado intentasse lá fóra o processo, não dava ao parlamento a melhor das situações. Comprehendia-se a tactica dos jornaes; era pouco desculpavel, e carecia da lealdade, a situação do deputado. Aggravava um homem na sua honra, punha-se ao serviço dos que lhe atiravam com o lodo da diffamação, servia uma campanha rancorosa de descredito, — sem provas e até sem a decisão, aberta e franca! Era a politica? Pois a politica, assim, é baixa, — como o acto mais ruim d'um bilhostre villão. E' uma abjecção moral, uma repugnante especulação, que deve ter correctivo, quando venha a ser lembrada, como agora. Aos que a exploram, com os proveitos occasionaes, deve deixar-se o aviso de que no futuro serão tratados con-

soante os meritos que assim puzeram em evidencia. Pode objectar-se que este correctivo, por tardio, é indifferente a quem foi applicado, - mas a isso pode tambem replicar-se, que, em geral, ha muito... quem appeteça um bom necrologio! Não! Por nossa parte não será feito um bom necrologio a esse Carlos Bento!

Costa Cabral respondeu que as duas propostas que se tinham apresentado eram simples convites: um dirigido por um deputado a um seu collega, o outro dirigido ao presidente do conselho por um deputado da opposição, que fôra seu accusador. «O que era preciso saber, era se esses convites eram ou não acceitos. Se o sr. deputado Carlos Bento, accedendo á solicitação que lhe era feita, mandava para a mesa a proposta d'accusação criminal contra o presidente do conselho, toda a discussão estava finda, tudo entrava na ordem regular, tudo tinha a seguir conforme a Constituição preceituava. Se se esquivava a fazer isto, restava então, tirar as consequencias da recusa.—Ao convite que a elle fôra dirigido, para chamar aos tribunaes os jornaes que o insultavam, tinha a dizer, muito positivamente, que não faria intentar nenhum processo. E a seu tempo havia de dizer porque.»

A situação do accusador não era invejavel. No seu grupo Fontes Pereira de Mello tinha já uma preponderancia accentuada; acudiu-lhe com mais dedicação do que felicidade. Prevalecia sobre todas as habilidades esta observação rigorosa de José Bernardo, — que, por vir desacompanhada da auctoridade dos varios sabios da Grecia, que elle costumava invocar com emphase, nem por isso era menos irrespondivel:

— «Querem accusar, e quando chamados a um campo positivo, respondem: — «*Não temos as provas!* Como é isso, senhores! Pois ignoraes que toda a accusação requer *parte que accuse, tribunal competente que decida, e processo regular que verifique a criminalidade do acto?* Ignoraes por ventura que a Carta, no art. 145 § 10, determina que—ninguem será sentenceado senão por auctoridade competente, e em virtude da lei anterior? (*apoiados geraes*). Como pretendeis que o presidente do conselho esteja até fóra da lei commum, querendo-o inculcar culpado sem o juizo que a Carta designa?»

Mesmo nas assembléas politicas estar na doutrina legal é uma grande força! O primeiro accusador sentia a posição falsa de uma situação que o levava a esquivar-se a acceitar as consequencias legitimas das suas referencias, — e a melhor prova d'isso é como procurou abrigar-se na propriedade dos dizeres para disfarçar o desastre! Esta passagem, d'um rediculo tão superior, n'aquelle momento e n'um tal debate, personalisa bem o homem:

— «Sr. presidente, não nos contentamos já de chamar *calumniadores*, é necessario accrescentar, *vis* calumniadores, *vilissimos* calumniadores, infamissimos cobardes, etc. Será isto de quem sabe a lingua portuguesa? Oh! sr. presidente, em que paiz, em que parlamento, em que epoca litteraria estamos nós?!... Não basta já dizer calumniadores, é preciso dizer — vis calumniadores, infames calumniadores, cobardes calumniadores!... Se o illustre deputado, e o sr. presidente do conselho, julgam que assim teem mais força as suas expressões, que quem diz calumniador diz menos do que quem diz — vil calumniador

— enganam-se; quem diz calumniador diz quanto basta para exprimir o que quer: dizendo calumniador não precisa juntar-lhe o adjectivo *vil*, porque a palavra calumniador encontra em si, diz mais, do que todos esses adjectivos—de vis, infames e cobardes; é não saber a lingua portuguesa»...

Desde que o debate derivava para lição de pedagogo, a réplica tinha de entrar na justificação dos adjectivos. Silva Cabral acceitou tambem a variante que se lhe offerecia. E contestou:

— «Devo dizer ao illustre deputado que não reputo mau portuguez, como S. S.ª julga, juntar o adjectivo *vil* ao substantivo *calumniador*. O nosso poeta Camões chamou aos matadores de D. Ignez de Castro—*feros matadores*—e o adjectivo *feros* é muito menos ignominioso de que o substantivo *matadores*. E o illustre deputado tambem não foi nada *classico* quando introduziu no seu discurso as palavras *governamental*, *trecho*, *conducta*. Quem se arvora em pedagogo deve ser mais puro na phrase...»

A discussão que principiára por motivos que exigiam a applicação do Codigo Penal, terminava em razões.. que se decidiam com um diccionario! Carlos Bento, porem, não fôra só movido pelo prurido de defender a boa prosa: fôra espicaçado pelo desejo de desforçar os jornalistas da opposição, que da tribuna assistiam ao debate, — porque era para elles que o conde de Thomar olhava, com pronunciada insistencia, quando carregava... nos adjectivos!

Dada a lição grammatical e recebido o troco, — apoiado no episodio da linda Ignez,— só restava enterrar a discussão com os votos finaes. O partido cartista, — minado pelas desavenças fraternas e as outras

de que fizemos menção, — appareceu de novo unido. A violencia da aggressão empregada pelos adversarios communs, fez com que todos se juntassem. Só 7 votos ficaram a representar a opposição — que fóra das camaras luctava com tão embravecida coragem. Entre os sete que se enfileiravam ao lado de Carlos Bento para a sustentação da sua proposta, contava-se o nosso exaltado Antonio da Cunha Souto Maior. Chegára tambem a vez de este abandonar a redação do *Estandarte* e a companhia de José Bernardo da Silva Cabral.

A sessão e o debate encerraram se com a votação d'este requerimento apresentado pelo deputado José Maria Engenio d'Almeida:

«A camara tendo ouvido a resposta do illustre «deputado, que declarou não acceitar o convite que «lhe fez a mesma camara, entende que o presidente «do conselho é digno de merecer a confiança d'ella «— e que se passe á ordem do dia. *Eugenio d'Al-«meida*».

A este voto de confiança objectava a *Revolução*, no outro dia:

Trinta votações da camara não podem fazer com que uma peita não seja um crime, e com que um concussionario não seja um ladrão. A camara póde puxar ao caleche, mas o paiz que vale mais que as camaras, o paiz que não concede essa confiança ao ministro concussionario e prevaricador, vae tomando nota para julgar tambem a seu tempo os que prestam apoio ao crime e á corrupção.

As campanhas do caleche e do *affidavit* estavam afinal liquidadas nas duas camaras? Qual! O conde de Lavradio ainda ia procurar avival-as de novo, provocando mais outra scena tumultuosa.

Voltou o conde de Lavradio a levantar novo incidente, procurando com insistencia renovar a questão finda, provocando não uma resolução da maioria da camara, que essa bem sabia não poder ser tomada, mas accirrar as paixões com a exhibição de mais um escandalo. Patenteou, pois, uma segunda proposta, que era, por assim dizer, o desdobramento da primeira, já liquidada, — e fundando-se em que tinha direito a desenvolvel-a principiou a usar da palavra. O patriarcha — sempre mellifluo, sempre accommodando quanto possivel a brandura das palavras á sua situação especial, — em balde procurou interrompel-o. O conde, teimando sempre «que usava d'um direito de que não podia ser espoliado», proseguia teimosamente. Dentro de pouco, como era de prever, a desordem estava armada. Já não era só o presidente que pedia ordem: eram os pares da maioria que a reclamavam, — emquanto os da minoria, sustentavam, com applausos, a insistencia com que o Lavradio proseguia, impavidamente. O conde de Thomar não era homem para se manter impassivel n'estas pugnas, — já o dissera o principe polaco. Com isso mesmo contavam os adversarios, — e quando elle, por sua vez, reforçando as indicações pediu ordem, o conde de Lavradio, dirigindo-se-lhe dirctamente, repetiu-lhe o *ritornello* da *cantata* d'esse dia:

— Estou no meu direito; hei-de usar d'elle: não me querem deixar fallar!

Thomar não precisou mais. Posto em pé berrou:

— «Isto é uma cousa bastante extraordinaria!. . V. Ex.ª é que não deixa a presidencia usar do seu direito. . .

O sr. presidente — Peço ordem. (*Sussurro*).

O sr. presidente do conselho — Ordem, ordem.

O sr. conde de Lavradio — Eu não recebo ordens de V. Ex.ª; nem me impõe respeito em cousa nenhuma...

O sr. presidente do conselho — Nem V. Ex.ª a mim, e se o digno par pensa que me aterra com isso está muito enganado...

O sr. conde de Lavradio — V. Ex.ª não me póde impôr silencio, porque eu não respeito a sua intellectualidade...

(Tumulto. Vozes: ordem, ordem).

O orador — Eu estou na ordem *(Vozes: não está, não está).* Estou na ordem, estou na ordem *(Sussurro).*

O sr. presidente — A' ordem; peço ordem *(apoiados numerosos).*

O orador — Isto é inaudito! Que se corte a palavra a um par que não sahiu da ordem!... *(Sussurro).*»

A exclamação é admiravel! Era inaudito cortar a palavra a quem assim mostrava... não ter saido da ordem! Comtudo, se já estava conseguido o tumulto e estavam dictas as injurias ao chefe do governo, ainda não estava conseguida a referencia á rainha e ao juramento de Londres. O conde de Lavradio, pois, para se desempenhar cabalmente do encargo recebido, entrou em explicações... sobre os intentos que o moviam. Abandonou o tumulto para lograr maior attenção, e quando alcançou o proposito, quando explicou «que ninguem mais do que elle amava a liberdade e reconhecia que esta sem ordem era impossivel», — accrescentou, de repente:

— «Ninguem mais do que eu tributa, tambem, o mais profundo respeito á Augusta Personagem a quem ia fazer allusão; ninguem me excede n'esses

sentimentos. Não queria trazer essa Personagem á camara; queria desaggraval a ..

O sr. presidente do conselho – Ahi está!

O orador — Quem ignora que o Nome de Sua Magestade foi levado a um tribunal inglez...

(*Grande tumulto. Agitação na camara. Vozes: ordem, ordem*).

O orador — Que o *Morning Post* e os principaes jornaes que se publicam em Londres, e depois quasi todos os jornaes, tanto nacionaes como estrangeiros, narraram o escandaloso e inaudito procedimento ..

O sr. presidente do conselho—A' ordem, á ordem!

O orador — V. Ex.ª é que é accusado de ter feito essa declaração n'um tribunal estrangeiro, ousando levar ali o Nome da nossa adorada e virtuosa rainha.

(*Grande tumulto.—Quasi todos os dignos pares se levantaram, dizendo uns: ordem, ordem, e outros: está na ordem, está na ordem*).

O orador (erguendo a voz) — Jure aqui V. Ex.ª se fez ou não aquella declaração.

(*Grande confusão na camara*).

O sr. visconde de Laborim (*dirigindo se ao sr. presidente*) – Toque a campainha e levante a sessão!

(*Continua o tumulto, que não deixa ouvir o orador. A agitação é extraordinaria. O sr. presidente toca a campainha, cobre-se e diz que a sessão que se segue terá logar na sexta feira da semana que vem*).

Como se vê o novo escandalo, se teve a menos a pateada estrondosississima das galerias, ganhou na sala em importancia e violencia! E ganhou na furia do tumulto, porque os deputados que estavam na sala entraram no *charivari*,—para usarmos a propria phrase de que se serviam os jornaes do dia seguinte.

A opposição cantava este hymno triumphal:

Enganam-se! Enganam-se! Quando um partido chega a representar as scenas que se passaram na sessão de hoje, — quando a força pulmonar d'algumas larynges assalariadas consegue abafar a voz d'um homem respeitavel e intelligente, quando se appella para os meios materiaes, que se usam nas praças de touros para apupar uma sorte infeliz, não ha meio que o salve, nem abuso que o conserve.

———

A exaltação dos espiritos, traduzida na irritação que tomavam os debates; a agitação que se manifestava em varios pontos do paiz, d'onde principiavam a chegar noticias de tentativas de manifestações tumultuosas; as campanhas de diffamação, todos os dias reproduzidas, tudo isso, conjugava-se para instigar o governo a adoptar, na repressão da imprensa, uma nova lei,—que não podia sêr d'effeitos praticos, sem abolir nos julgamentos a intervenção do jury. A *União* principiou a fazer a ameaça. «A paciencia tinha limites» – dizia o jornal ministerial—«e o governo tinha como principal obrigação precaver-se, para conservação da tranquillidade e da segurança publica». Nas *soirées*, que então se celebravam no palacio da calçada da Estrella, para onde não era convidada a arraia miuda do parlamento, — que costumava comparecer em massa nas reuniões da *Terra Santa*, no governo civil,—desde muito que se pedia, como medida indispensavel de salvação, uma lei rigorosa, que disciplinasse um jornalismo cada vez mais desbragado. O pedido, como se comprehende, foi facilmente attendido por quem d'elle esperava tirar mais real proveito, — e a lei foi elaborada com certo segredo. A maior parte dos deputados da maioria só souberam d'ella quando a ouviram lêr em S. Bento.

Casal Ribeiro foi o primeiro a lançar-se impetuosamente no combate a que o governo reptava os seus adversarios. Appareceu então o seu opusculo—

A imprensa e o conde de Thomar. O *Estandarte*, referindo-se ao escripto do fogoso pamphletario, pôz em relevo ser o paladino liberal filho d'um homem que pertencera á alçada, de execrada memoria, organisada em tempos de D. Miguel. Os jornaes liberaes desdenharam da observação: «E' como se nós «negassemos que o conde de Thomar é presidente «do conselho e o sr. José Bernardo conselheiro d'es«tado, por seu pae ter andado atraz d'um jumento «velho a vender sardinhas». Casal Ribeiro, porém, não quiz que a sua defeza corresse por conta alheia. Veiu com uma carta, em que dizia desprezar a theoria dos *instinctos transmissiveis por herança.* E rematava: «Se tal axioma não passasse de um contrasenso ridiculo, «os filhos do sr. José Bernardo da Silva Cabral de«viam ter um pronunciadissimo *instincto* de roubo: «e devo declarar em honra d'aquelles cavalheiros «que nunca conheci n'elles semelhante tendencia». A esta injuria o outro replicou, «que em tempo devido daria a competente resposta». Casal nem com esta moderada replica, com esta escapatoria evidente se satisfez, — veiu com outra carta, accentuando o desafio pessoal feito na primeira investida. «Se é ameaça, despreso-a: se é addiamento, regeito-o». O *Estandarte*, que não quizera, porém, levar a polemica para outro campo, continuou a abrigar-se com as responsabilidades collectivas dos seus redactores. O violento adversario rematou, pois, a questão, com esta despresadora despedida: «E' esta a segun«da provocação. Se ainda assim continuar a figurar «no campo a redacção do *Estandarte* em vez do «auctor do artigo, não sustentarei a polemica. Nem a «decencia o permitte; nem a dignidade o tolera; nem «devo voltar a discutir com homens que desconhe«cem todos os instinctos do brio e todos os pre«ceitos da honra».

Este inicio de discussão demonstrava bem como as opposições estavam em disposição de reagir contra a lei de imprensa, que desde logo foi alcunhada de *lei das rolhas*. Effectivamente, com a sua infatigavel actividade os adversarios da situação mobilisaram para o combate todas as suas forças e puzeram em acção todos os seus recursos. Mal appareceu no *Diario* o projecto; mal se viu, que o relatorio muito expressamente confessava, que, *para tornar a lei d'imprensa perfeita*, se tratava n'ella não só dos crimes praticados pela imprensa mas tambem dos que podiam perpetrar-se pelo abuso da palavra; mal se viram as habilitações e depositos que se exigiam aos responsaveis pelas publicações periodicas, — organisaram-se protestos que foram assignados por todo o paiz. A importancia que adquiriram essas reclamações não resultou unicamente do numero das pessoas que as assignaram, — mas da qualidade dos individuos que vieram com o seu nome condemnar o projecto, indiscutivelmente violento. Os homens de letras foram dos primeiros a reclamar. O primeiro a assignar foi Alexandre Herculano, o segundo Almeida Garrett. Foram 60 os escriptores de nomeada que condemnaram aquellas disposições «não só porque revogavam alguns dos principios mais triviaes e incontroversos de direito constitucional, mas até de direito commum.» D'essa longa lista de protestantes, — que fechava com a assignatura de Francisco Palha,—só trez são ainda hoje vivos. Trez apenas! O acaso fez com que esses trez nomes sejam os que na representação immediatamente se seguem. Dir-se-ia uma phalange de bravos, que se uniram, costas com costas, para resistirem impavidamente á morte! Os outros foram abatidos pela ceifadora implacavel,—mas aquelles trez, unidos ali, accidentalmente,

a meio da lista, como n'um ponto estrategico, sabiamente elegido, ahi estão ainda! Aqui os saudamos,—publicando-lhe os nomes pela mesma ordem em que vêem assignados— e tal como elles, *então*, os assignavam:

Luiz de Almeida e Albuquerque.
R. A. de Bulhão Pato.
José Vicente Barbosa de Bocage.

Outra lista de protestantes, não menos significativa, foi a dos professores das escolas superiores de Lisboa e a dos lentes da Universidade. Todos elles reclamaram, designando, adeante da assignatura, a sua qualidade na Academia ou na escola em que leccionavam. Para assignalarem melhor ainda a sua reprovação ao projecto de lei repressiva, os de Coimbra publicaram um folheto notavel, attribuido a Ferrer.

Os estudantes da Universidade, como era natural, segundaram o protesto. Destacamos alguns nomes dos que eram rapazes n'esse tempo e ainda hoje andam na politica: Manuel Affonso Espregueira, José Affonso Espergueira, Luiz Frederico Gomes de Bivar, José Maria Rodrigues de Carvalho, Mathias de Carvalho Coutinho e Vasconcellos.

Ao contrario do que o governo cuidára, o movimento de reacção contra o seu projecto foi successivamente engrossando. Dentro do proprio partido cartista a reprovação ganhou adeptos numerosos, — embora, por outro lado, José Cabral e o seu grupo defendessem com enthusiasmo uma obra a que muitos attribuiam já a sua inspiração, sempre auctoritaria.

O dado, porém, estava lançado. O governo insistiu no projecto — e a discussão começou na camara dos deputados. Logo desde a primeira sessão, se accentuou que a lucta se ia estabelecer, accesa, entre os que fallavam na camara e os que escreviam nos jornaes. E assim foi. O Pereira de Mello, para começar, affirmou «que a imprensa fazia beneficios negativos, e males muito positivos». Esta provocação destinada a exasperar os jornalistas—ganhou-lhe esta resposta, que allude a uma occorrencia que o leitor já conhece.

Berrou o sr. Pereira de Mello, aquelle provocador insolente que já levou dois ponta-pés do sr. Pereira dos Reis por via das suas delicadezas parlamentares, aquelle rabula, que se diz bacharel formado sem o ser, e que pensa ter fechada toda a sciencia n'aquella escalavrada cabeça, quando não tem n'ella senão ninharias e disparates que sahem aos chorrilhos como que opprimidos pelo aperto em que se acham. Este liberalão não quer imprensa e diz: *os bens que ella faz são negativos*; *e positivos os males que produz*.

Pereira dos Reis — o sagaz e espirituoso orador que o leitor tambem conhece—ao intervir a primeira vez no debate accentuou que o que dava auctoridade ás leis, era o assentimento da maioria das camaras. As representações a favor ou os protestos contra, não lhe tiravam nem lhe punham a auctoridade. Tanto bastou para que a *Revolução* lhe lançasse em rosto a origem da familia, que era humilde, e os sentimentos, que segundo ella dizia, «eram pequeninos.» Não era o Pereira dos Reis homem para ficar calado. No seguinte discurso, na camara, explicou primeiro, assim, o que era a imprensa portugueza do seu tempo:

— «Sr. presidente, digo que esta excitação é artificial, e digo-o porque me considero habilitado

para descrever os mysterios da imprensa periodica de Portugal: não ha a este respeito uma circumstancia, por minima que seja, de que eu não tenha conhecimento; sei as cordas que movem este jogo, sei, sr. presidente, que as imprensas periodicas em Portugal não são imprensas que se empreguem em tratar de negocios geraes; sei que ella represente só interesses politicos; tiradas algumas excepções, são especulações mercantis, são uma armadilha lançada aos homens menos corajosos ou mais timidos, que sustentam essas imprensas, que não vivem unicamente do producto das suas assignaturas. Sr. presidente, nem todos são dotados de coragem, e eu sei que alguns periodicos vivem d'esta timidez de muitos. Diz-se lhes:—Quereis ser poupados no meu periodico? Dai cá 30:000 réis. *(Apoiados.)* Quereis que não diga de vós muitas calumnias? Dai cá 50:000 reis. *(Apoiados.)* A tal estabelecimento diz-se: — Quereis ser poupados nas columnas do meu jornal? Dai cá 500:000 réis, — e assim por deante. *(Muitos apoiados).*»

N'este dialogo o orador ia fazendo allusões a occorrencias e a quantias que corriam no publico, terem sido realmente exigidas, — d'ahi os apoiados com que a maioria procurava sublinhar as indicações. Mas o Pereira dos Reis tambem não era homem para deixar sem referencia, muito directa, quem lhe apoucára a pobreza da familia para o aggravar, — e levantando a allusão, tornou:

— «Sr. presidente, eu honro-me muito da humildade dos principios *(Apoiados)*, da pequenez do meu berço *(Apoiados)*; não tenho sequer um só avô fidalgo; porem meus avós foram honrados e isso me basta *(Apoiados)*; em vez de córar de pejo,

quando me recordam a humildade dos meus principios, tiro d'ahi uma gloria verdadeira e completa *(Apoiados)*; o que sou devo-o a mim, pelos meus esforços *(Apoiados)*; offendo-me só que observações taes venham de homens democratas... que são tão fidalgos como eu *(Apoiados)*; offendo-me só que estas reconvenções venham d'aquelles que se dizem liberaes *(Apoiados)*; dirijam as suas censuras ao deputado que se excedeu, ou se desmediu, ou não sabe o que diz: mas fazerem o que eu referi, é tão baixo, como systema, e tão ausente de boa fé, de pudor e de vergonha, que eu não lhe respondo *(Apoiados)*, e comtudo podia usar de represalias».

O dialogo entre deputados e jornalistas, entre os que fallavam e escreviam, marcou, principalmente na camara dos deputados, esta discussão da lei d'imprensa, discussão a que o conde de Thomar não assistia, por estar doente. O ministro da justiça, que representava o governo, procurava encaminhar o debate para a serenidade, para a pacatez,—com toda a indulgencia humoristica. Com a melhor bonhomia dizia elle:

—«Sr. presidente, eu desculpo os jornaes, e gosto sempre d'achar desculpa para todos os homens, porque não desejo criminar ninguem. Um jornal é uma mercadoria como outra qualquer; o officio de redactor é um modo de vida como outro qualquer. (*Hilaridade*). Que faz o tendeiro, o capitalista, ou o homem com loja aberta? Enfeita as suas mercadorias o melhor que póde, para agradar ao maior numero. (*Hilaridade*). Na ordem moral uma das cousas que agrada muito é dizer mal: já Santo Agostinho dizia que dizer mal «era como a palha deitada em agua,

que nada á tona sem ir ao fundo, para todos a verem e fallarem da palha que nada; e dizer bem é como o chumbo lançado na agua, que vai logo para o fundo, e não se vê mais, nem mais se falla d'elle». Ha uma corrida de touros; se o touro salta á trincheira e quebrou uma costella a um homem ou uma perna, diz-se: — «que bello gado! que rico divertimento!» Se não fez nada d'isto, «não prestou para nada»! (*Hilaridade geral*). Ha um fogo; se a casa ardeu toda,—foi um fogo que teve que vêr; se se apagou logo, não prestou para nada. (*Riso*). Os jornaes da opposição fazem muito bem em enfeitar a sua mercadoria dizendo mal de tudo e de todos — e especialmente do governo, para terem extracção; mas as victimas do jornalismo é que não ficam muito bem, porque são calumniados e diffamados, (*Appoiados*)».

A lei da imprensa, a lei das *rolhas*, combatida com enthusiasmo rhetorico por Souto Maior, e com muitas citações d'opiniões varias pelo restante grupo que fazia opposição ao governo na camara dos deputados, foi ali approvada, afinal, pela compacta maioria que sustentava a situação. Para a camara dos pares se reservou a mais forte renovação da lucta.

O governo não teve pressa, não mostrou impaciencia, e, por fim, foi d'uma grande transigencia, demonstrando bem claramente procurar acalmar a irritação que o novo regimen da imprensa despertára, não só nos que queriam derrubal-o, mas nos correligionarios, que lhe não occultavam o seu desgosto. Deixou passar tres mezes sobre a discussão da camara popular, e quando afinal, em julho, fez dar para ordem do dia, nos pares, o antipathico pro-

jecto, apressou-se a declarar ser seu proposito acceitar as emendas que tendessem a melhoral-o. As representações contrarias tinham proseguido sempre. A opposição mobilisára todas as suas forças. Da provincia tinham vindo todos os que só deixavam o seu retiro pacato, quando as circumstancias eram d'excepcional gravidade. Entre os que tinham acorrido a esse chamamento, destacavam-se o conde de Rezende, do Porto, e Macario de Castro, de Lamego. Por seu lado o governo não só pedira a comparencia dos que lhe davam voto favoravel, mas encommendára ás camaras municipaes e aos seus amigos, representações, com muitas assignaturas, que contrabalançassem o effeito das que os jornaes da opposição todos os dias publicavam, em linhas compactas, desdobrando-se desde a primeira columna. Entre os protestos a favor apresentados pelos municipios destacava-se... o da Pampilhosa. A camara d'esta terra, que ainda não lográra a estação de entroncamento com a linha do caminho de ferro da Beira para ser conhecida no paiz, reclamava uma lei de imprensa severa — para se não reproduzir o escandalo—dado por um jornal de Coimbra, que publicára... cantigas do fado. Para dár força á observação, juntou as cantigas. O visconde de Laborim, que as recebeu, não quiz lel-as na camara, para não offender a moral, mas convidou aos collegas a que o procurassem em casa... para se regalarem e indignarem á porta fechada.

O parecer da commissão, d'accordo com o governo, principiou, porem, por desarmar as irritações mais azedas. Em vez d'um *codigo* ficava uma *lei*. Separava-se, lançava-se no abandono, a parte referente aos abusos da palavra; ficava só a que se referia aos delictos jornalisticos. O deposito preciso para a publicação do jornal mantinha-se, mas ahi mesmo a

lucta na commissão fôra tão rude, que a disposição só passára pela maioria d'um voto. Os julgamentos ficaram ao jury, mas elevava-se a quota de capacidade para os jurados.

Removidas as causas principaes da irritação, os debates ficaram restrictos á exposição das doutrinas de cada um. Sobre a liberdade d'imprensa, os seus maleficios ou vantagens, tudo se tinha dito já... desde o seculo anterior. Mas por isso mesmo que tudo se tinha dito, é que se julgou necessario... repetir tudo o que se dissera. A lei tinha 100 artigos e todos elles foram longamente debatidos! Gastou-se mais d'um mez n'essa tarefa longa e afanosa. Em 2 de julho a lei estava finalmente votada... mas em sessão prorogada. As emendas tornavam, porém, necessaria a devolução do projecto á camara dos deputados,—o que ainda creava uma nova demora,

Decididamente o governo não podia, por fórma mais evidente, mostrar o seu proposito de não levar de corrida a transformação que se proposera estabelecer a bem dos costumes jornalisticos. Tinha a arma que desejava, mas alcançava-a sem as difficuldades que primeiro lhe tinham feito annunciar. Fôra habil, porque fôra prudente; — é verdade que, na camara dos pares, para discussões em que a manha tivesse de supprir a energia, o reverendo cardeal patriarcha, na presidencia, era um auxiliar inimitavel. Dizia-se, com verdade, que para servir o conde de Thomar «lhe nasciam talentos e qualidades até incongruentes com o seu temperamento e caracter». Conforme os apuros da discussão assim elle se transformava: «era vigilante, era descuidado, era esquecido, era lembradiço, era prompto, era tardo, era mudo, era loquaz; fazia que não ouvia, e ouvia como um phtisico; fingia-se desentendido e entendia ás avessas». Era um presidente maravilhoso! Quando via a camara com poucos pa-

res da opposição, é que a consultava. Preferia as cadeiras ás cabeças. Tinha mais gosto pelos conclaves do que pelos concilios. — Dizia a opposição, com malicia, que «aquelle patriarcha, se lh'o consentissem, era capaz d'eleger o papa elle só, ou, quando muito, com o auxilio do marquez de Fronteira».

Simultaneamente com a discussão na camara, uma occorrencia veiu dar rasão aos que pediam a modificação do regimen existente. Um processo por abuso de liberdade d'imprensa movido contra o *Nacional*, do Porto, forneceu novo e frizante exemplo de que o jury... tinha, como norma inalteravel, absolver todos os que eram chamados perante elle, por abuso de escripta. O *Nacional*, com o seu triumpho, retirou a rasão aos que achavam excellente tudo proseguir como estava. O escandalo ainda foi mais impressionante pela solemnidade da manifestação com que o revestiram: o tribunal foi invadido por uma multidão d'enthusiastas da liberdade... de diffamação; 55 advogados tomaram logar dentro da teia; o patrono da gazeta, — que enthusiasmou o auditorio e logrou isental-a de punição, — foi Rodrigo Nogueira Soares. Ganhou, então, o seu primeiro processo; — o ultimo, ganhou-o pouco antes de morrer, em Berne, logrando vêr reduzidas pelo juizo d'arbitragem as reclamações sobre o caminho de ferro de Lourenço Marques, — libertando assim o thesouro publico d'exigencias que se diziam incomportaveis. Com tudo a injustiça e ingratidão presistirão sempre como qualidades predominantes na humanidade! O primeiro triumpho, — de tão duvidosa vantagem para o paiz, — mereceu-lhe bem maiores acclamações e recompensas, do que o ultimo, — que tem para o futuro da patria portugueza uma importancia primacial!

CAPITULO V

Saldanha e Costa Cabral — Duello de morte

A' lucta desesperada entre os partidos ia succeder, agora, o *corps-à-corps* entre dois homens, de qualidades excepcionaes e provadas, associados ainda havia pouco, unidos nos lances de resistencia mais persistente, completando se pela situação que occupavam, aureolados ambos por um passado de poderio e de fortuna, que lhes creára clientela dedicada e numerosa, nas duas classes predominantes. Uma era o idolo do exercito,—que o tinha como o seu paladino intemerato e invencivel. A sua espada gloriosa guiára-o sempre á victoria. O seu coração generoso era recurso, sempre seguro, para todos os pedidos afflictivos. Contavam-se por milhares os que lhe deviam os distinctivos do mando,—e depois tinham visto accrescentar a dadiva com as generosas prodigalidades da sua bolsa sempre aberta. Os que o accusavam de insaciavel nas reclamações de dinheiro, com a propria accusação engrandeciam o absoluto prestigio d'um nome que se tornára symbolo de inevitavel triumpho na guerra e de infativaveis bene-

ficios na paz. Era um chefe e era um protector. Obedeciam-lhe como subordinados, e amavam n'o como filhos. Davam-lhe toda a sua dedicação, e offereciam-lhe todo o seu sangue. Era um politico voluvel? Que importava isso a soldados que só conheciam os politicos pelos maleficios que lhe attribuiam as gazetas. Ficava caro ao thesouro publico? Desde quando os povos pospunham a sovinice á recompensa dos seus grandes generaes? Não tinha Napoleão enriquecido como principes aquelles a quem depois ainda déra os thesouros dos reinos conquistados e até os proprios reinos? Era com os 100 contos, — com os miseros 100 contos do presente feito pelas côrtes aos duques, — que a nação resgatára a divida de gratidão a quem tão principalissimamente devia os triumphos da liberdade?

Era assim que pensavam os que tinham Saldanha como um semi-deus, e por isso o queriam liberto das criticas por onde se abitolava o resto da humanidade. Tudo n'elle os seduzia. Não era só o seu trato affavel que os encantava: a sua physionomia aberta, traduzindo bem a franqueza; os seus cabellos alvejantes, ligando-se, n'uma linha harmonica e quasi seguida, com as suissas nevadas; a ternura do seu olhar, espelhando bem a alma bondosissima; o sorriso, que era um convite amavel ao desprendimento do receio e humildade com que muitos o abordavam; a notavel elegancia do seu porte, que tanto realçava na farda toda agaloada a ouro e toda constellada de condecorações variadissimas; tudo, tudo, dava um conjuncto destinado a crear as adhesões dos que com elle serviam, e a provocar a admiração e as dedicações dos que lhe estavam subordinados. Ninguem mais se parecia com elle; ninguem mais tinha a extranha magia de ficar indelevelmente na memoria dos que uma vez o viam; ninguem mais

possuia o segredo de alliar a linha finissima da aristocracia herdada, nunca perdida n'elle, com a natural isenção de todo o orgulho, com a modesta despretenção de toda a vaidade do que era.

O outro, — o adversario que se punha em frente de Saldanha, disposto a luctar até que o combate impossibilitasse um dos dois, — era Antonio Bernardo da Costa Cabral. O conde de Thomar não tivera a facilitar-lhe a situação a que chegára, nem o prestigio dos antepassados, nem a fortuna do inicio da carreira. A si proprio se fizera, com toda a força da sua vontade, com toda a persistencia da sua energia infatigavel, com toda a excepcional intelligencia, d'um espirito largamente aberto ás concepções de um grande homem d'estado. Viera do nada e chegára a tudo; principiára por amanuense e tinha agora o primeiro logar no governo da nação. Começára sem um auxiliar; tinha um partido, que dominava todos os outros. O seu nome nunca ninguem o ouvira pronunciar; agora era como um labaro de guerra, posto á frente da hoste dedicada até ao fanatismo, que o seguia com a confiança cega no seu destino e nã sua final victoria. Luctára com todos — e até comsigo proprio! Ao começar lançára-se com a despreocupação da inexperiencia, nos principios avançados, que a propaganda dos enthusiastas apresentava com o colorido brilhante da redempção dos povos; depois, substituira a utopia do sonho pelos beneficios positivos, procurando adaptar o real progresso da nação com a ordem e com a evolução pautada, para tornar fecunda e estavel a conquista da liberdade, — a conquista das campanhas sangrentas terminadas na convenção d'Evora Monte.

A fé viva que elle tinha em si proprio e na sua obra de governo, fazia-o o mais decidido estadista que essa epocha agitada tinha produzido. Era um

convicto, marchando direito ao fim almejado, animado e impellido por sentimentos que o fôro intimo lhe indicava serem a verdade e a justiça. As difficuldades espicaçavam n'o, como se fossem um acicate instigador. As contrariedades empurravam-n'o para a frente, como se tivessem a attracção magnetica do iman. E coroando estas qualidades de caracter, e animando-as, como a luz anima toda a existencia humana, era de maravilhar a sua intelligencia viva, tão prompta em dar a visão das cousas como em as illuminar na sua praticavel execução.

Os que o viam no parlamento, inflammando-se facilmente na polemica, enchendo a sala com a sua voz potente, atirando com as mais asperas provocações aos contrarios, desafiando os jornalistas que das galerias muitas vezes o instigavam com manifestações mal contidas, não se prendendo com preoccupações de rhetorica florida, fallando facilmente mas rudemente, soccorrendo-se a imagens d'um plebeismo chocante, — mas encaminhando sempre tudo, insultos e phrases mal soantes aos meticulosos da oratoria, á persecução do fim a que se propunha, á sustentação da sua doutrina, ou do seu projecto de lei — esses, mal podiam desconfiar como tal homem, no tracto intimo, era affavel, cordeal e bom. O segredo de muitas das dedicações que fez, e de que ficou tradicção, estava mais n'esse convivio benevolente do que nos favores distribuidos, — assim como o segredo de muitas das suas victorias parlamentares foi mais devido ao aproposito d'um aparte, rapido e penetrante, como uma estocada a fundo, do que aos discursos, — que elle, quando lhe convinha, bem sabia tornar longos, e, se era preciso, fastidiosos. Tendo estas varias mutações, que accentuavam a sua habilidade, ainda dispunha d'um recurso que muitas vezes serviu a sua tactica: o riso. Era d'elle,

só d'elle, aquelle modo ironico de sublinhar uma passagem que queria anniquilar pelo ridiculo!

Taes eram os dois adversarios que iam bater-se, — tendo por espectadores interessados todos os homens do paiz. Um era apadrinhado pelos militares, o outro pelos paisanos. As duas classes, de rivalidades tradicionaes, encaravam-se frente a frente, e iam medir-se em forças.

E' claro que nem todos os militares estavam ao lado do Marechal, — porque, para varios, a inveja fazia-lhes vêr n'elle um rival mais feliz em considerações, beneficios e cargos. Escusado é dizer, tambem, que muitos e muitos eram os paisanos, movidos de sentimentos eguaes a respeito do conde de Thomar. Mas esses todos eram excepção, eram minoria. A queda do ministro, — via-se bem, — só seria decisiva pela sublevação nos quarteis. Saldanha só podia triumphar com a espada. A victoria de mais uma revolta militar, a imposição, pela força do crime contra a auctoridade da lei, — que era o que significava o militarismo enthronisado — repugnava aos civis, — á *paisanada*, — mesmo á que era mais contraria ao dominio cabralista. O conde de Thomar, era, pois, pela força das circumstancias, o paladino até de muitos que politicamente o detestavam.

E foi assim, n'este momento historico, que aquelles dois homens, de qualidades dessemilhantes., mas ambos de qualidades tão raras; de valor tão diverso, mas demonstrado com tão larga copia de feitos notaveis; em situações tão proeminentes, como outras mais não havia, — se lançaram, um contra o outro, n'uma lucta como a dos circos romanos, procurando ganhar os applausos da plebe, excitando-a com a troca das injurias mais violentas, desacreditando-se com a propositada deturpação do passado, enxovando-lhe-se com injurias rebuscadas com afincado odio!

A historia d'essa lucta, as suas phases e os seus episodios, tem de ser, pois, o assumpto d'este capitulo.

A attitude que o marechal, mordomo-mór, o primeiro dos creados do Paço, tomára na camara dos pares; o voto que elle ali dera para que proseguisse o debate e se realisasse a interpellação a proposito do *affidavit*, — sem attender ao escandalo, sem reparar que d'uma tal discussão só podia resultar desprestigio para a rainha e pabulo para a maledicencia; o modo como elle encarára o projecto de lei d'imprensa, destinado, principalmente, a cohibir a repetição d'injurias, que tomando por alvo apparente o favoritismo do ministro se destinavam, especialmente, a ferir a mulher na sua fidelidade d'esposa e na sua dignidade de mãe, — tudo isso, tinha provocado a mais justificada irritação á Senhora D. Maria II. Não era o seu animo para disfarçar desgostos, nem a sua coragem para se amedrontar com conflictos. Foi da sua iniciativa, pois, sem suggestão estranha, a resolução de demittir Saldanha de seu mordomo-mór. O presidente do conselho e ministro do reino, desejoso de evitar as consequencias do acto, embalde procurou evital-o ou addial-o. A rainha oppôz a sua vontade, expressada energicamente na affirmação do direito que tinha á escolha dos seus creados e ao aprazimento pelos seus serviços. Como de costume, as phonographicas paredes do Paço recolheram a conversação havida e reproduziram-n'a fielmente. O *Estandarte* foi o primeiro a ser informado do que occorria — e publicou, assim, a noticia sensacional:

Constou hoje que fôra demittido do logar de mordomo-mór do paço o duque de Saldanha. Se isto é verdade, como acreditamos, é digna de todo o louvor esta regia resolução.

A maneira porque o duque se tem ultimamente comportado, unindo-se aos atrabiliarios da minoria da camara dos pares, que despresando os objectos de interesse nacional, tem alevantado o escandalo em systema, exigia este signal de reprovação augusta.

Não nos parece porém bastante... Ao governo compete fazer o resto, e quando o throno foi o primeiro a dar o exemplo, não o seguir, será uma grande falta e até um crime.

Emquanto este assim se mostrava satisfeito e applaudia a attitude da rainha, a *Revolução* procurava irritar ainda mais a animosidade dos correligionarios contra a soberana, — a quem attribuia, com verdade, o apparecimento na camara dos outros pares do reino que eram serviçaes do Paço, e que, ao contrario de Saldanha, não foram despedidos porque votaram com o governo. A noticia da gazeta era um modelo do que se pode chamar — uma accusação insidiosa... e respeitosissima:

Ouvimos dizer que sua magestade a rainha, sempre incansavel em zelar o systema representativo, e conservar o decoro das duas casas do parlamento, procurava hoje apresurada pelo palacio os seus camaristas que são pares, e ordenava-lhes que se despachassem em ir para a camara.— *Marche, marche, D. Manoel, que são horas.* Parece que estas foram as formaes palavras da soberana, que transmittimos respeitosamente ao publico para confusão dos seus inimigos, se ella os tem. E D. Manoel que não marchára na terça feira, suppômos que marchou na quinta. Se fosse preciso que marchassem mais D. D. Manoeis, marchariam. E com uma rainha a enxotar os legisladores para votarem, não ha presidente do conselho infeliz, nem ministerio sem maioria, nem povo sem liberdade.

As duas noticias completavam o proposito de chamar a rainha ás responsabilidades do que se passava no parlamento: uma encarecia a sua attitude porque castigava um dos pares que votára contra o governo, a outra atirava-lhe remoques trocistas, por

enxotar para a camara aquelles que iam dar voto favoravel ao ministerio.

A carta regia demittindo Saldanha veiu confirmar a excellencia da informação do orgão jornalistico de José Cabral. O marechal não se resignou. Acudiu com um requerimento pedindo para ser julgado no fôro militar. No diploma que o aggravava dizia se qne a exoneração lhe era dada «por considerações que foram presentes a S. M.» O requerente objectava que tal considerando «importava a accusação tacita d'um crime.» Como criminoso queria qne os seus pares, no exercito, o julgassem. Respondeu o ministro da guerra, Adriano Mauricio Guilherme Ferreri, que na sua secretaria nada contrava — e com grande satisfação sua não via motivo a um julgamento em conselho de guerra A sua satisfação, porém, ainda era mais completa, porque dirigindo-se ao seu collega do reino, este lhe confirmára não ser o decreto regio originado por qualquer delicto, nem havia allusão offensiva nos seus dizeres. Este officio, de que lhe enviava copia, rematava assim:

«E' sabido que sendo o cargo de mordomo-mór, «um logar de inteira confiança da soberana, amo-«vivel ao seu real arbitrio, não póde alguem julgar-se «offendido em seu direito, quando sua magestade «ha por bem dispensal-o do serviço do mesmo «logar.»

Saldanha appellou d'esta resposta para o conselho de ministros,—que, tomando conhecimento da reclamação, respondeu:

«Primeiro: Que deve subsistir a mencionada reso-«lução, de que se recorrera, por ser fundada «nas rasões, de se não ter feito a menor allusão «a crime algum no diploma pelo qual fôra dada «ao duque de Saldanha á exoneração de mor-«domo-mór, e de ser este cargo de confiança, amo-

«vivel ao real arbitrio, de cuja privação não podia «resultar offensa contra os direitos de alguem. Se«gundo: Que todavia, se o duque de Saldanha en«tende, contra o parecer do conselho de ministros, «que no acto da sua exoneração de mordomo mór «houve violação de lei, tem elle na mesma lei o «meio de promover a sua justiça pela accusação «parlamentar ao ministro que referendou o diploma, «em que aquelle acto se acha consignado.»

Do conselho de ministros que lhe dava esta replica, o duque appellou... para os pamphletos. Logo veremos o que elles diziam. Emquanto porém, se imprimia essa prosa mordente, — em que Rebello da Silva, ao que constava, collaborou com e seu estylo fremente e apaixonado — procurou antecipar, com a lingua, a publicação das injurias em elaboração: avistou-se com o official maior da secretaria do reino e disse-lhe que não tornava a sessão do conselho de estado a que pertencia por não querer tratar com os seus collegas, nem communicar de modo algum com o presidente do conselho. Como fundamento d'esta resolução allegou: «que os conselheiros de estado da sua secção lhe tinham dicto sêr o conde de Thomar um ladrão, e depois tinham ido votar com elle na camara dos pares.» Costa Cabral informado do que se passára com o official maior, não se demorou em demonstrar não ter medo em irritar o seu novo adversario. Mandou-lhe um officio ponderando a falta de conselheiros d'estado na secção do contencioso e perguntando, por isso, se o impedimento de Saldanha era *permanente ou temporario*. O duque percebeu e antecipou-se ao que lhe iam fazer: apresentou um requerimento pedindo a demissão de conselheiro d'estado. O requerimento foi immediatamente deferido.

A irritação do marechal redobrou. Deu a publico

a correspondencia com o ministro da guerra, em seguida á replica conciliadora d'este. Era uma verrina insultuosa! O governo proseguiu: respondeu-lhe... com novas demissões. O primeiro decreto dimittia-o do tribunal supremo de justiça militar:

Attendendo a que o marechal dirigiu ao governo um officio, com data de seis do corrente mez, concebido em termos inconvenientes e offensivos do decoro do mesmo governo, cujo officio fez imprimir e circular: e não podendo ser tolerado, sem manifestação de plena desaprovação, que um official general de tão elevada graduação, que deve servir de modelo aos officiaes do exercito no respeito devido ao mesmo governo, seja o primeiro a dar um tão perigoso exemplo contra a disciplina: hei por bem exoneral-o do logar que exercia de vogal do tribunal supremo de justiça militar. Etc.

O segundo decreto demittia-o de primeiro ajudante de campo de el-rei:

Tendo el-rei D. Fernando, meu muito amado e presado esposo, marechal general, commandante em chefe do exercito, proposto para ser exonerado do logar de seu primeiro ajudante de campo o marechal do exercito duque de Saldanha, em consequencia do conhecimento que o governo lhe deu, do officio que o mesmo marechal do exercito, em data de seis d'este mez, havia dirigido pelo ministerio da guerra, e bem assim da deliberação que o governo adoptou para stigmatisar n'esta circumstancia o procedimento do sobredito marechal do exercito: hei por bem confirmar aquella proposta, ficando sem effeito o decreto do primeiro de maio de mil oitocentos e trinta e seis, que o nomeou primeiro ajudante de campo d'el-rei. O ministro e secretario d'estado, etc.

O duello proseguia, como se vê, com uma raiva d'exterminio! Um não retirava uma pollegada; o outro não recuava uma linha. Um, confiado no seu prestigio, desafiava a punição; o outro, usava do poder, castigando sem receio. O espectaculo era

emocionante! Muitos chegavam a não acreditar o que viam! Pois era lá possivel! O marechal Saldanha estava demittido de todos os seus cargos? A rainha julgára indigno de se sentar na suprema curia militar, um marechal do exercito, encanecido na carreira das armas, e carergado de serviços relevantes? Pois expulsavam-n'o do paço, dos tribunaes, do quartel militar? O espanto era de todos, — mas o pavor pelas consequencias, para o partido cabralista, d'uma tal lucta, entrára com muitos. O *Braz Tizana*, por exemplo, já pregoava aos leitores «que os governos assim, d'irritação permanente, eram insustentaveis.» E lembrava-lhe, em verso, esta maxima que elle traduzia d'um auctor italiano.

Com arte e com engano
Se vive meio anno;
Com engano e com arte
Se vive a outra parte

De todas as exonerações com que o castigavam a que mais molestou o marechal, a que o feriu mais intimamente, aquella que lhe provocou mais solemne e desenvolvido protesto — foi a de mordomo-mór! Os grandes homens teem d'estas pequenas meticulosidades! Accusavam-n'o perante o exercito, a elle o militar de suprema graduação, de ser um exemplo punivel d'indisciplina; tiravam-n'o do tribunal, como indigno de ser julgador da honra militar porque faltára aos deveres de soldado, — e, comtudo, a queixa maxima... era por que o privavam das funcções no Paço, era porque lhe tiravam a honraria de ser o primeiro dos creados da rainha! No seu requerimento, nos seus officios, nos seus protestos, nos seus folhetos, é esse o aggravo a todos supe-

rior, o que lhe mereceu largas escavações historicas, para mostrar que a exoneração... violava praxes seguidas desde D. Affonso Henriques,—e ainda antes, nos reinos de Leão e Castella! A *negrinha*, o distinctivo do cargo nas solemnidades palatinas, parecia ter para elle valor superior aos cordões d'ouro de primeiro ajudante d'el-rei! E era com grande copia d'erudição que fazia, através das edades, a historia d'essa *negrinha* tão apreciada, da *negrinha* que lhe arrancavam das mãos, violando direitos vitalicios! Ouçamos, d'elle, esta lição palaciana:

«O cargo de mordomo-mór desde o reinado de D. Affonso II, o Casto, em toda a Hespanha, até ao de D. Diniz, em Portugal, entendia sobre o governo da casa do monarcha, e depois mandava sobre todos os negocios publicos. D'ahi por deante essas funcções restringiram-se ao palacio, mas não perdeu nada das honrarias porque ficou sendo sempre considerado como o immediato a seu amo. O soberano escolhia entre os mais distinctos ricos-homens, os condes-palatinos do seu sequito, o seu mordomo-mór; nunca nenhum foi privado do officio palatino, senão por crime provado, e sentença do conselho real. Erecta a monarchia portugueza, D. Affonso Henriques estabeleceu um novo cargo a respeito das cousas de sua casa, em um rico homem, debaixo das ordens do mordomo-mór, para que este podesse mais livremente entregar-se aos negocios do Estado.

«E' desde essa epocha que apparece o cargo de védor, com differentes denominações, servindo pelo mordomo-mór, em seus impedimentos. Desde o reinado de D. Sancho I começa a perpetuidade do officio. Morto D. Vasco Fernandes, succedeu-lhe o conde D. Mendo Gonçalves, que, ao morrer, foi substituido por seu filho D. Gonçalo Mendes. Este

deixou a côrte quando succedeu a morte d'aquelle principe, mas tornou ao exercicio do cargo no reinado de D. Sancho II. Nos reinados que se seguiram até D. Affonso IV, foram mordomos móres, em quanto viveram, D. Pedro Ennes de Portel, seu filho D. João Peres d'Aboim, D. João Affonso, Senhor d'Albuquerque, D. Affonso Sanches, D. João Affonso e Gonçalo Pires Ribeiro. A este succedeu o conde de Barcellos, D. João Affonso. Subindo ao throno D. João I foi provido no cargo o Condestavel, exercendo-o até que morreu em 1432. Do mesmo modo aconteceu com os successores até ao segundo Diogo Lopes de Souza, que sendo privado do cargo, por sentença, foi depois reintegrado por D. João II. Morrendo em 1489, succedeu-lhe o conde de Tarouca, em tempo de D. Manuel.

«Em 1853 D. João III fez seu mordomo-mór D. João da Silva, e o cargo desde então até ao duque d'Aveiro, D. João de Mascarenhas, passou a ser não só vitalicio mas hereditario, na descendencia do conde de Portalegre. Nas cartas de provimento expressava-se a hereditariedade, nomeando se substituto em quanto durava a menoridade do successor, como algumas vezes aconteceu; outras vezes, em quanto existia tal impedimento, servia o secretario d'estado dos negocios do reino. Apenas se notava uma excepção. Fôra com D. João de Mascarenhas que servira com o cardeal-rei, por morte do conde de Portalegre, D. Alvaro da Silva; mas nem D. João IV excluira o conde de Portalegre, D. Manrique da Silva, que servira Filippe III e d'elle recebera o titulo de marquez de Gouveia, nem pela fuga d'este se proveu o logar n'outro, até que em 1734, por julgamento, recebeu o irmão, D. José, a casa e a mordomia-mór. O fugitivo, apanhado, preso e accusado de haver tentado contra a vida de seu

amo, só foi exautorado, depois que por sentença foi condemnado á morte.

«Depois d'este continuou o cargo a ser propriedade dos nomeados *durante a vida dos reis*, que o escolhiam. Só pela morte do monarcha o mordomo-mór entregava a *negrinha*.

«O duque de Lafões, apesar das intrigas do ministro d'estado Luiz Pinto de Sousa Balsemão, apesar de declarar que emquanto Luiz Pinto fosse ministro elle não exerceria as funcções de mordomo-mór só deixou de ser mordomo-mór quando morreu. O duque de Cadaval serviu sem interrupção até á morte. O marquez de Torres Novas entregou a *negrinha* na morte de D. João VI, mas recebeu-a, logo depois, da infante regente, e depois de D. Miguel. Finalmente, o marquez de Sampaio, só deixou a *negrinha* ao morrer, passando então a famosa *negrinha* a Saldanha a quem o conde de Thomar a arrancava.»

Não se podia contestar, em boa verdade, que a historia era favoravel á reclamação do marechal. Desde a fundação da monarchia — e mesmo antes d'isso — até ao reinado da senhora D. Maria II, a *negrinha*, symbolo do primacial cargo palatino, era tambem o symbolo d'uma união que só a morte dissolvia. Era mais do que o casamento: porque este laço só póde ser dado pela egreja ao nubil, emquanto que o laço com a *negrinha* ficava estabelecido... logo que a creança respirasse, immediatamente a ser cortado o cordão umbilical. Honraria hereditaria e honraria vitalicia. Vinha com as secundinas e ia-se com o estertor!

Se esta demonstração era destinada a impressionar os legalistas, outras se seguiram destinadas a interessar os gulosos de escandalos. Principiou, en-

tão, a guerra dos folhetos. A verrina teve a palavra. A diffamação subiu para a sua tripeça, ao soalheiro, e começou a despejar na praça publica as cestas do lixo, onde tinha acumulado as accusações mais variadas. Foi uma porcaria, ajuntando-se n'uma montureira tão colossal, que apesar de serem volvidos tantos annos ainda ha restos a fermentarem na valeta! Não é outra a origem da reproducção, que ainda hoje se faz, sem exame e sem espirito de justiça, dos actos da vida d'esses dois homens, enegrecidos por elles proprios, n'um momento de paixão cega e odienta. É' vulgar ainda hoje, mesmo nas camadas que se dizem mais lidas, mesmo entre aquelles que se suppõem com mais levantado criterio, resumir em curtas palavras de despreso, em rapidas e sangrentas injurias, as opiniões deprimentes a respeito d'esses dois homens!

E' fraca desculpa para o conde de Thomar o não ter sido o primeiro, no duello com Saldanha, a servir-se da arma pouco digna com que o combate proseguiu, — mas a verdade manda se consigne ter sido o marechal quem rompeu, n'essa outra phase da lucta, com o folheto escandaloso que denominou: *O Duque de Saldanha e o Conde de Thomar*. A primeira cousa que n'esse pamphleto tratava d'affirmar, era a sua intransigencia absoluta com qualquer proposito de conciliação. A's boccas mercenarias que divulgavam ser o seu intuito grangear nomeação rendosa na diplomacia, oppunha um desmentido formal. Presava-se elle de ser cavalheiro; o ministro, esse, é que podia ignorar as obrigações impostas pelo brio e pelo decoro, «porque os sentimentos delicados não se aprendiam na aldêa». Um cavalheiro não se vendia... porque não tinha preço.

— E para firmar bem a distancia que separava o *aldeão ennobrecido* do *filho da cidade e filho d'algo*, atirava-lhe com este periodo despresador:

O marechal e o conde de Thomar não podem servir juntos, porque o Duque forma tão desvantajoso conceito do Conde, que, até plena justificação, recusaria admitti-lo á sua sociedade.

Posta esta injuria, proseguia affirmando, que se Deus o desamparasse até ao ponto d'abater a espada aos pés do ministerio, n'esse dia devia morrer, porque tinha renegado o juramento de honra de soldado. Era indigno de si e do exercito. Agradecia a perseguição com que o honrava o odio do ministro do reino, porque n'ella recebia o elogio da sua probidade, — visto nunca se ter levado tão longe, em tempo nenhum, a irrisão dos principios e a aberração da intelligencia e da dignidade nacional. O circulo que riscava o general romano em volta do rei barbaro, era mais amplo e menos fatal, do que era esse, traçado em Portugal pela mão temeraria d'uma fracção endoudecida pela raiva e pelo temor. Queriam apresental-o como inimigo da ordem, do throno e da Carta? O conde era muito pequena cousa para resumir na sua pessoa o destino d'uma familia de principes e a salvação d'uma grande idea politica. Nem elle era homem para mudar, como o conde de Thomar, Protheu fecundo em transformações lucrativas. Como soldado tinha dormido no campo e provado todas as privações; encontrava prazer em se vêr privado do necessario. Achava-se, por isso, preparado para o infortunio, e na escola da adversidade aprendera a preferir a pobresa honrada a deixar como patrimonio a seus filhos «palacios, quintas e castellos, adquiridos sem explicação

plausivel, no meio da execreção publica e do despreso geral».

Depois d'esta introducção, gotejante de fel, — e que estamos resumindo a largos traços o pamphleto do duque occupava-se em repellir a accusação que lhe fazia o conde, por defecção ás idéas cartistas:

Como soldado o Marechal jura, com a mão sobre a consciencia, que desde a gigantesca lucta peninsular até ás temerarias campanhas da restauração, em todos os campos de batalha onde se pelejou a independencia ou a liberdade da nação, prestou a estes sagrados principios o testemunho da sua espada e do seu sangue. Pode sem receio invocar a memoria dos seus companheiros d'armas: elles que digam se João Carlos de Saldanha soube nunca hesitar entre o perigo e o dever, entre o seu convencimento e o sacrificio. Nas amarguras do exilio ou nos combates da guerra do Porto, elles que attestem se o Duque violou jamais o seu juramento de amor e lealdade ao throno e á carta constitucional.

Justificando esse passado, o folheto fazia o parallelo entre a carreira do duque e a do adversario. Cada facto historico era desenvolvido por forma a resultar a exaltação e nobresa de porte d'um e a baixeza e vileza do outro, — e como não podia contestar a união que os ligára, e o apoio com que mutuamente se tinham amparado, accusava-se de excesso de credulidade e penitenciava-se da ingenuidade, explorada pela hypocrisia do companheiro. Confessando assim ter errado como politico, para se vangloriar de ter procedido sempre com nobresa tornava á repisar a aggressão:

Os declamadores, que de ordem da policia divulgam que o Duque só vinga ambições e offensas pessoaes, não tem culpa do que repetem, não sabem o que dizem. São echos, nada mais. O Duque não carece de ser ministro para se ver rodeado de numerosos amigos e viver satisfeito. Como nunca negociou com os despachos, nem soube o segredo

d'improvisar fortunas, as pastas para nada mais lhe prestam do que para lhe attribular o espirito. Servia quando entendeu que devia servir, e não pelo gosto de ser ministro, ou para grangear vantagens, subrepticiamente. Para refutar qualquer diffamador da sua honra, não precisa abrir a boca, basta-lhe abrir as portas de casa, e mostrar que se é mais feliz tendo menos do que a mediocridade, do que com o luxo e a opulencia amaldiçoadas por uma nação, e flagelladas com o ferrete d'accusações infamantes.

Perante o parallelo assim feito, entre a lealdade e a perfidia, o pamphleto decidia que o conde de Thomar não podia levantar a vista para o duque de Saldanha — que não se arrependia senão d'uma cousa, e era — ter julgado possivel a rehabilitação moral do homem que estava na presidencia do conselho; de ter julgado domesticavel uma natureza agreste, trazendo esse caracter doble á sinceridade e á pratica da abnegação.

Era claro, estava na logica d'uma diatribe violentissima, — recolher todas as accusações feitas pelo irmão do conde de Thomar contra este. O folheto não faltou a uma regra naturalmente indicada, para salientar bem o conceito entre os proprios irmãos, e mostrar até que ponto o sangue, na familia, provava as excellencias da fraternidade. Depois de dar a palavra ao irmão, para enxovalhar o adversario, dava a palavra a todos os que se tinham seguido nas mais descomedidas injurias: fallava a *Revolução*, fallava o *Patriota*, fallava o *Supplemento Burlesco*, fallava o *Morning Post*, fallava o segeiro que fizera o *caleche*, fallavam os visinhos da casa da calçada da Estrella que viam vir a cantaria pertencente ao paço da Ajuda, fallavam, em summa, todos quantos tinham proferido um insulto, escripto uma injuria, propalado um boato offensivo da honra do ministro e da probidade do homem. Depois do desfile dos que tinham diffamado, seguia-se a revista

dos actos que tinham fornecido assumpto ás polemicas mais envenenadas. Quando chegava a questão do *affidavit*, o pamphleto rompia com esta:

Se estivesse em paiz estrangeiro, e um homem, qualquer que fosse a sua jerarchia, se atrevesse a dizer da Rainha de Portugal que nunca tivera relações immoraes com Ella, o Marechal como soldado, ter-lhe-ia feito abjurar a blasphemia em publico á ponta da espada. Descendente d'uma das mais illustres familias do reino, o Duque recebeu esta educação, que o obriga na qualidade de cavalheiro a respeitar como sagrada a virtude d'uma Senhora, que o obriga como subdito a castigar a menor injuria feita á magestade do Rei. Espera em Deus que nunca em tempo algum violará os deveres de cavalheiro e os sentimentos de lealdade.

Para que nada escapasse n'esta meditada aggressão, trabalhada com cuidado e destinada a insuflar varias suspeitas e multiplas intrigas, o pamphleto dirigia-se, depois, ao duque da Terceira. O duque era primo e amigo de infancia de Saldanha e fôra o seu successor no cargo de Mordomo-mór, dando n'isso uma approvação tacita á exoneração palaciana, — que fôra e continuava a ser a magua, maior de todas as maguas que pungiam o marechal! O folheto dirigia-se, pois, ao duque da Terceira, e procurava indispol-o com o conde de Thomar, suggestionando-lhe suspeitas, invocando recordações de passadas occorencias, fazendo deslisar, ao de leve, ameaças de desforço: «Veja bem! Conta sempre com o presente, não teme nada do futuro?»

Com o duque da Terceira o queixume era, assim, relativamente moderado, mas para o ministro da guerra, Adriano Mauricio Guilherme Ferreri, as referencias tomavam o caracter de injurias violentissimas. Accusava-o de faltar á verdade quando o apresentara como exemplo de indisciplina para o exercito.

O sr. Adriano Ferreri, nem como soldado pode dar lições de valor a ninguem, nem como official ensinar a disciplina e o dever a quem, como o duque de Saldanha, serviu na escola do marechal Beresford, e commandou em tantas campanhas.

Accentuando os motivos porque recusava ao ministro da guerra a auctoridade ganha por actos de valor militar, perguntava-lhe se este fundamentava a accusação que lhe fizera na parte do requerimento em que lhe dizia «nunca o ter encontrado entre a officialidade que servira sob as suas ordens.» Se era isto, onde estava a irreverencia ou a insubordinação? Era uma verdade attestada pelos factos. «Por mais que o desejou, o Duque não encontrou o nome do sr. Ferreri, unido ao dos bravos officiaes que se distinguiram nas campanhas que tem havido.» E concluia com este, assim:

Não acha um só feito illustre que citar do sr. Ferreri. Não existe em favor d'elle uma cicatriz ou um serviço relevante. E' na verdade uma desgraça para s. ex.ª, mas não está na mão de ninguem remedial-a. A sua ausencia em occasiões de perigo e de combate foi quem teve a culpa! Apenas ha noticia obscura de um official d'aquelle nome na bateria pouco exposta de *Guellas de Pau*, durante o cerco do Porto; e as informações impressas em 1843 de um official d'esse tempo, ajudante do general de artilheria, o sr. Francisco de Paula Lobo d'Avila, acrescentam mesmo algumas cousas, que entre militares só admittem uma especie de rectificação. Infelizmente o sr. Ferreri não teve occasião de a exigir, porque sendo director da secretaria da guerra, de certo muito contra sua vontade foi o sr. Avila preso na Torre de S. Julião e deportado para uma das ilhas.

A estocada era destinada a atravessar o ministro de lado a lado! Não podiam ser mais sangrentas as allusões.

O Marechal terminava accentuando quaes eram

os seus sentimentos a respeito de um tal governo. De Ferreri, chancella automatica, nem sequer tinha dó, — e protestava que, em campanha, não o julgava em condições de lhe servir para ajudante de campo. Do Avila, crédor da sua amisade generosa, tinha compaixão, assim como de Castellões, que antes se lhe dizia tão devotado. «A Costa Cabral nem sequer tinha odio, porque só se odiava o que era digno de resistencia e temor, e elle, Marechal, pelo seu nome e pela sua situação, tinha o direito de despresar, e não odiar o primeiro ministro.»

Tal era, essa verrina sangrenta, atirada ao meio d'uma sociedade agitada, n'um periodo em que tantas difficuldades enredavam a acção e prendiam o movimento do governo do conde de Thomar.

Assim como sangue pede sangue, o pamphleto pede pamphleto. Ao *Duque de Saldanha e o conde de Thomar* respondeu o *Conde de Thomar e o duque de Saldanha*. Mais moderada na fórma, a replica tinha os mesmos intuitos de amesquinhar o homem, diminuindo-lhe os meritos e contestando-lhe a grandesa dos feitos, exaggerando em muito os defeitos para que elles de todo supplantassem os sentimentos que podiam conservar ao adversario a estima publica. Ao começar, para ganhar credito de sisudez, dizia:

> Aos libellistas abandonamos a violencia de Verrina, a malignidade de Voltaire, ou a satyra interesseira de Aretino. A paixão revela a parcialidade; a invectiva denuncia o odio; a abundancia das injurias accusa a indigencia das rasões. A virulencia desauctorisa as defezas e infirma as accusações, ferindo as primeiras de suspeita e as segundas d'iniquidade...
>
> Os libellos passam e a historia fica, porque o libello é para o escandalo e a historia é para a posteridade. Os qua-

dros de Tacito são um assumpto de estudo, e os retratos de Petronio um objecto de curiosidade.

Invocando Tacito para despresar os retratos de Petronio, principiava o folheto por fazer, para a posteridade, o retrato do chefe do governo, lembrando que o papel por elle representado, nos ultimos oito annos, o vinculára a todos os successos do Portugal seu contemporaneo. Nada lhe faltava: nem a fé que glorificava os principios, nem o martyrio que abona a constancia, nem o sacrificio que dá novo esplendor á pratica das ideas. O conde de Thomar não era sómente o chefe energico d'um *partido*, era, acima de tudo, o symbolo d'uma politica activa, definida e fecunda, — fecunda em desenvolver os recursos internos do paiz, activa em promover as reformas necessarias para completar reorganisação social, decidida em comprimir o espirito faccioso que tudo embaraçava, em debellar as frequentes tentativas anarchicas, que, desde 1837, ou distrahiam o governo na propria capital ou em outro qualquer ponto aonde podiam excitar a insurreição. Esta politica firme, logica, inflexivel, unica proveitosa n'um paiz despedaçado pelas guerras civis e retalhado pelas facções; esta politica, que subordinava as parcialidades ao interesse commum, em vez de lhe servir de agente egoista, devia excitar, primeiro o espanto, depois o ciume e por fim o rancor. D'ahi a guerra que lhe moviam.

Posto assim na tela o retrato do conde, o pintor levantava n'um outro cavalete, em frente, o retrato do duque — por muito tempo ausente de Portugal, aonde voltára depois d'absolvido pelo tempo e pela ausencia. Saldanha adoptára, segundo o retratista, um systema contrario ao que fazia a gloria do presidente do governo. Preferira as contemporisações,

— entretivera uns com promessas, lisongeára outros, adulára as influencias, illudira as rivalidades, adormecera a vigilancia, apagára o zelo, entibiára a fé. Dissolvera tudo, por meio d'este plano de permanente dubitação e simulada benevolencia; apagára as côres vivas das opiniões adversas, tornára as n'uma especie de meia-tinta, que se fosse acceitavel, mataria, na inanição, as crenças liberaes, em proveito do ultramontanismo triumphante. O resultado fôra uma politica contradictoria, que não correspondera ao desejo de quem a praticára, porque as facções, em logar de se tornarem agentes d'ella, converteram-n'a em agente do seu proveito.

Como se vê, n'este pamphleto as injurias eram menores, mas a critica era mais funda — porque passando, seguidamente á exemplificação demorada do que era o estado do paiz em 1846, governo Thomar, e em 1847, governo Saldanha, mostrava como no primeiro periodo tudo ia em escala ascendente, e no segundo a negligencia consumava a obra da revolta e os estragos da guerra.

A parte, porém, verdadeiramente extravagante d'esta guerra de pamphletos, era o encarniçameuto com que uns e outros se occupavam de denegrir e combater no adversario, a sua qualidade incontestavel, a sua qualidade caracteristica. Assim o que fazia a apologia de Saldanha tratava, com empenho, de mostrar que o conde de Thomar — como estadista não valia nada, e o que fazia a apologia de Thomar, empenhava-se em provar que Saldanha, — como militar valia pouca cousa. O soldado brilhante, queria acima de tudo ser reputado um estadista consummado; o estadista excepcional queria que o tivessem em muita conta pelos seus conhecimentos na arte da guerra! E um e outro, n'esta comica inversão dos papeis que lhe tinham cabido na his-

toria patria, gastavam paginas e paginas! Saldanha pois, no parecer do folheto — de que só damos rapida nota — não praticára mais do que erros reprehensiveis na sua carreira de soldado. Tratára secretamente com o inimigo, com exclusão dos seus chefes, falseando a confiança do imperador, em 1828, quando commandára a linha de defeza, no Porto, desde Lordello até á Foz; — e na campanha de 1846 a 1847 o seu comportamento fôra.. obscuro e indecifravel. E aqui, n'uma critica ampla, mostrava qual devia ser o seu objectivo militar, — como devia ter flanqueado o inimigo pela direita, dar a mão ao general Schwalbach, abrir as communicações e o movimento com o Alemtejo, reduzindo a rebellião ao recinto do Porto. Mas não! Aquelle general não sabia as maximas de Napoleão: «supprir a superioridade extensiva com a superioridade intensiva.» E por aqui fóra, n'uma critica encarniçada ao militar inhabil e ignorante das leis fundamentaes do seu officio!

Se o marechal tivesse aproveitado as suas primeiras vantagens, não seria somente um vencedor illustre, poderia ter obtido um titulo muito mais valioso para um coração verdadeiramente patriotico—poderia ser chamado o agente do nosso legitimo progresso, e o protector dos nossos desenvolvimentos: não derrotaria sómente a insurreição, venceria a miseria e a usura, sua abominavel e inseparavel companheira. Ser-lhe-hia então licito repetir o que o general d'Austerlitz promettia a mr. de Marbois: «em quinze dias hei de bater os russos, os austriacos... e os agiotas.»

Aqui está o que o marechal podia ter feito. Mas que fez elle em vez d'isto? Deixou-se ficar longamente pela estrada, para acceitar e agradecer felicitações prematuras. Foi estacionar-se em Oliveira d'Azemeis, para fazer ali de legislador em miniatura. Desbaratou a victoria, e, por consequencia, o sangue precioso dos que lh'a ganharam.

Como contraste ao proceder que assim se criti-

cava, o libello invocava o que tinham feito os grandes capitães: Montecuculi na campanha de 1674; Gustavo Adolpho, na travessia do Baltico; Cesar ao bater Sexto Pompeu em Munda. «Que poderia dizer, porém, a sciencia militar d'um general, esperdiçando os primeiros e fecundos dias da campanha, e depois mezes sobre mezes?» A esta interrogação respondia o proprio que a formulára, com esta *boutade:*

A sciencia dirá unicamente que nos reductos de Torres Vedras ficou estampado um nobre feito de arrojo e de coragem; e como simples mas eloquente commentario, mostrará o feliz vencedor d'esse combate, gravemente entretido na importante occupação d'analysar uma engenhosa architectura de canella n'um prato d'arroz doce.

Estas notas bastam para dar o espirito que inspirava a replica — *Conde de Thomar e o duque de Saldanha*, — onde, depois de se amesquinhar, até ao ridiculo, a carreira do soldado, se lhe attribuia toda a responsabilidade do chamamento e da intervenção das potencias, e toda a duplicidade no trato com os partidos e os homens que n'elles militavam, passando, n'uma especie de mutação theatral, «como se tocasse o condão d'alguma improvisada Armida», das affeições ao odio. «Era como a cadella da fabula, que pedira tugurio á visinha emquanto não vira os cachorros crescidos, sentindo-se depois com forças para expulsar a bemfeitora.» Ao conde de Thomar doia-lhe aquelle ingrato e profundo egoismo que, sob apparencias affaveis e ridentes, julgando abrir um precipicio a um rival generoso e franco, rasgava uma voragem aos seus, ao throno e á patria. Doia-lhe que amesquinhasse a consideração em que o tivera, aquelle (e publicava as cartas) que se lhe dirigia a pedir conselhos e ideias. Doia-lhe ver

transformado em demagogo verboso, quem devia attender aos seus direitos e deveres sociaes.— E quando, ao cabo de 169 paginas, compactas de composição, rematava as queixas doloridas e as comparações asperas, dizia:

— Ahi estão os documentos e as acções. Julguem!

Quem se lembrou nunca de julgar? D'esse duello terrivel, d'essa obra de paixão e rancor, o que ficou foi a diffamação reciproca. O que um do outro disseram e fizeram publicar, n'um momento em que os dominava o desejo cego de se demolirem a golpes d'injurias, foi o que ficou, foi o que se transmittiu á geração que veiu, — ensinando-se-lhe o despreso pelo Marechal, *um devorista insaciavel, sem crenças e sem presistencia de ideias*, e o despreso pelo conde, *um tyranno na governação e um corrupto traficando impudicamente com a administração do estado!* Em outro qualquer povo, onde o culto do proprio paiz obriga á sagração dos seus grandes homens, onde para se manter viva a religião da patria se beatificam aquelles que contribuiram a demonstrar a superioridade altiva da raça nacional, o duque de Saldanha e o conde de Thomar não seriam já nada d'isso: teriam já dado entrada no kalendario, com esquecimento de defeitos, que são tanto da condição humana, sendo só lembrados pelos actos, que tanto exaltam essas figuras de excepcional grandeza!

CAPITULO VI

O governador Ferreira do Amaral assassinado — Os acontecimentos de Macau — Assassinos chinezes e assassinos inglezes —Reclamações — Commentarios parlamentares — A questão com os Estados Unidos.

Emquanto a politica do escandalo absorvia todas as attenções, trazia vivos e animados os debates na camara dos pares, inspirava verrinas descomedidas nos jornaes e determinava a apparição de pamphletos d'uma violencia extrema, — que eram distribuidos com larga profusão, — assumptos que deviam inspirar um justificado interesse, a quem cuidasse com seriedade em collaborar proficuamente nos negocios da nação, passavam quasi sem uma referencia, tinham uma vida ephemera e pallida, duravam só na memoria d'essa sociedade apaixonada, o tempo que era absolutamente preciso para intervallar a leitura d'um folheto contra o conde, redigido vigorosamente pela penna enredadora de Rebello da Silva, ou um folheto contra o duque, redigido com toda a manha e veneno clerical, pelo Deão D. José de Lacerda, o *rev. Batota*, o *P.e Adulterio*, — como os adversarios o appellidavam.

E, comtudo, algumas das occorrencias que então succederam nas nossas possessões d'além-mar, eram de natureza e gravidade para preoccuparem outro parlamento e outra imprensa, soffrendo menos da paixão doentia da exploração de casos que importavam mais á vida dos partidos do que á existencia ou ao futuro da nação! Uma d'essas occorrencias gravissimas, fôra, por exemplo, o assassinio do governador Amaral, em Macau, — succedido em agosto, mas de que só chegára noticia a Lisboa, nos primeiros dias de novembro, portanto antes de se abrir a sessão parlamentar. O facto, tal como o narravam os jornaes de Hong Kong passára-se assim:

O governador Amaral, acompanhado d'um ajudante de campo, saíra a passeio, a cavallo. Era ao sol-posto. Os dois acabavam de voltar os cavallos, para recolherem pelo caminho por onde tinham seguido, e principiavam a trotar, quando um china, que estava ao lado direito da estrada, estendendo um ramo d'arvore, preso a comprido bambu, bateu propositadamente com elle na cara do governador. Amaral, voltou-se, encolerisado, e brandindo o chicote berrou-lhe: « — Tu, ó Cão!» Seis chinas, que estavam perto, e que formavam parte do mesmo bando, atiraram se resolutamente aos cavalleiros. Os cavallos, assustados, deslisaram para a esquerda, onde o terreno quebrava em declive, e os dois, cuspidos das sellas, rolaram por ali abaixo.

Os assassinos não hesitaram um instante: atiraram-se ao governador, atordoaram-no mais com rapidos golpes, e, vendo-o immobilisado, cortaram-lhe a cabeça e uma das mãos.

A noticia de tão sensacional assassinio commoveu e alarmou toda a população de Macau. Os membros do governo reuniram. Apavorados, hesitantes, sem acertarem com o que fazer — requisita-

ram a presença dos consules. Appareceram os de França, Hespanha e Estados Unidos — que aconselharam um protesto ao vice-rei da China e o pedido d'auxilio ao governador inglez de Hong-Kong. O commodoro inglez, Gelsinger, porém, sem audiencia nem pedido de ninguem, mandou desembarcar do *Dolphin* a gente que pôde dispensar, e expediu um escaler a Wampoo com ordem para que o *Plymouth* viesse a Macau. Poucos dias depois, acudiam tambem alguns vasos de guerra francezes e americanos. As forças inglezas, desembarcando sob o commando d'um official, foram logo á cadeia... tirar um preso que protegiam. Para mostrarem a confiança que na sua intervenção se podia depositar, assassinaram os soldados da guarda! A felonia era mais repugnante que a dos chinas fanaticos! D'esta outra occorrencia foi dada communicação ao governo da metropole, para proceder como convinha.

A população da cidade suppoz ser o assassinato do governador Amaral o inicio d'uma sublevação geral contra ella e contra a continuação do dominio portuguez n'aquella remota região. Preparou-se para resistir, vendendo cara a existencia, — e por intermedio do conselho do governo foi energicamente reclamada satisfação e indemnisação. A resposta que veiu de Cantão, porem, não foi julgada satisfactoria.

Os nossos soldados, impacientes com as delongas, embravecidos com o tempo que passava sem que fosse vingada a morte e a mutilação offensiva do seu chefe supremo, reclamavam, n'um começo de insubordinação, que era um nobre arranco de patriotismo, que o capitão Ricardo, que lhes merecia inteira confiança pela sua decisão e valor, tomasse o commando geral e iniciasse o castigo contra os assassinos. A *Porta do Cêrco*, que fôra desamparada,

foi de novo occupada pelo capitão Costa, com 24 homens. Dizia-se que os assassinos, depois de praticado o feito, tinham ido ao pagode proximo, offerecendo ali os despojos sanguinolentos da victima, como mercê pelo exito da tentativa. Os soldados portuguezes foram lá, por sua propria iniciativa, e arrasaram o pagode. Foi o primeiro arranque, — seguido logo do ataque e tomada do forte do Passaleão' pelo tenente Vicente Nicolau de Mesquita, á frente de 120 homens. Foi uma jornada heroica! Os chinas destroçados passavam de 2:000. Setenta e quatro ficaram mortos, 40 peças foram encravadas, as casas visinhas do forte foram arrasadas, — a cabeça d'um dos chinas, — que parecia ser de maior graduação, — foi cortada, assim como a mão esquerda, e espetadas em piques, ostentaram-se, como testemunho de vingança, no proprio sitio onde o assassinio do governador fôra perpetrado.

Era assim, no seu conjuncto e nos seus pormenores, a narrativa da occorrencia, — tal como se recebera, aqui. Mas em fins de dezembro, quando as côrtes iam abrir, novas noticias permittiam constatar que a situação em Macau continuava a ser intranquilla. Para occorrer ás necessidades, que determinavam um acrescimo nas despesas correntes, fizera-se ali um emprestimo. A quantia era pequena, mas apesar d'isso só com difficuldade fôra coberta. A acrescentar o alarme veiu juntar-se a suspeita, de que atraz da bem conhecida duplicidade chinesa, da má vontade com que alguns mandarins açulavam contra nós os bandos de fanaticos, estavam as intrigas inglezas. A occorrencia com a guarda da cadeia fôra caracteristica, mas além d'essa aproveitavam a occasião para acrescentar n'aquella região o seu prestigio, diminuindo e até aniquilando o nosso credito.

O governo do conde de Thomar comprehendera, tambem, que a sua acção não tinha só de manifestar se na China;—tinha, egualmente de acudir com um protesto perante o governo de Londres. Tomou, pois, providencias contra os chinas e contra os inglezes. No discurso da coroa, a rainha noticiava assim o que se passára e o que se estava fazendo:

Sinto ter d'annunciar-vos que o Estabelecimento de Macau foi o theatro de dois attentados contra a soberania da minha corôa e contra o direito das gentes. O meu governo tem já tomado as providencias necessarias para assegurar a integridade do Estabelecimento, a soberania da corôa e a dignidade e decoro nacional: e tem igualmente feito as competentes reclamações, as quaes Eu confio serão attendidas para se conseguir a devida reparação.

O leitor dispensa bem que se lhe saliente toda a importancia, toda a gravidade d'uma questão d'esta ordem. Ao seu espirito estão naturalmente occorrendo as considerações que podiamos n'este momento desenvolver sobre a complexidade d'um tal assumpto, — que merecia bem a primasia sobre tantas das futilidades que então prendiam a attenção dos nossos politicos. Vai ver-se, porem, o criterio com que se encarava o assumpto! E como se trata de patriotismo, nada mais expressivo do que registar o modo de vêr do *Patriota:*

Tudo faz pressagiar successos muito tristes n'aquella possessão de Macau, muito mais quando o governo de Lisboa nega em Londres, em uma nota energica, o direito de proteger em Macau os subditos britannicos.

O dia em que a esquadra ingleza, nos mares da China, negue a sua protecção ás auctoridades portuguezas, estas teem de embarcar para a Europa, se não preferirem morrer ás mãos dos seus inimigos.

O *Patriota* achava que o que havia de melhor para o patriotismo, era entregar-nos... á protecção

ingleza! Protestar contra o desembarque de tropas britannicas, em nossa casa, quando nos não tinhamos mostrado impotentes nem descuravamos a guarda dos subditos de sua graciosa magestade e dos seus haveres; protestar contra o assassinio aleivoso dos nossos soldados, que não tinham desconfiança de que seriam atacados pelos inglezes, — fazer isso, e fazel o com energia, era mais um erro da terrivel administração do conde do *caleche!* Comtudo, se este ainda tinha taes dizeres, para mostrar pela occorrencia de Macau uma importancia... bastante restricta, outros jornaes havia, aos quaes não sobejára tempo nem espaço para mais do que uma pequena noticia, desacompanhada de reflexões ou commentarios, por talvez os não julgarem merecidos!...

Na camara o criterio dos deputados não se mediu por bitola mais elevada do que a dos jornalistas. Carlos Bento, o inevitavel Carlos Bento, foi quem ali, na resposta ao discurso da corôa, levantou o incidente no commentario ao periodo em que a rainha alludia á «*perpetração destes dois attentados contra a soberania da minha coroa e contra o direito das gentes.*» O orador, tomando os seus melhores ares, para dar uma lição d'alta diplomacia, observou:

— «Pois, sr. presidente, não haveria logar para fazer uma distincção? Não haveria logar, quando se quizesse ommittir a distincção, a mencionar algumas das circumstancias? O governo, tão confiado nas suas forças, tão certo dos seus immensos recursos, compraz-se em atacar ao mesmo tempo duas nações poderosas, duas nações grandes? O governo, senhor dos seus recursos, entende que n'um ponto dado deve desafiar ao mesmo tempo dous inimigos poderosos?»

E por aqui fóra, nas mesmas interrogações e censuras, porque de tudo concluia que... nos queriamos afastar da alliança ingleza, para nos ligarmos com a Hespanha, que nos daria toda a força emquanto aqui mantivessemos no poder o conde de Thomar! Deve dizer-se, para esclarecimento completo do estado dos espiritos, que emquanto o orador discorria sobre estas cousas... a camara manifestou uma completa indifferença. Foi depois d'isto, que elle tocou na tecla das accusações feitas na imprensa ao caleche, á pedra da Ajuda e á commenda. A tachygraphia immediatamente registrou a mudança nos que escutavam: *silencio profundo* — diz ella. Que melhor, que mais expressivo signal, sobre a mentalidade dos que entravam assim... em *silencio profundo*?

Entretanto as consequencias do assassinio do governador Amaral proseguiam a accentuar-se em Macau. Reconheciam alguns, mesmo ali, que o assassinado estabelecera a independencia d'aquella nossa colonia com maior arrojo do que prudencia. Os seus actos tinham offendido o amor nacional dos chinas—diziam. D'aqui proviera a sua morte ter sido decidida nos conselhos patrioticos de Cantão. Os receios multiplicavam-se—lá e cá. Seria possivel ou não sustentar a obra do governador Amaral? Se retrogradavamos, a nossa desauctoração manifesta perdia-nos; se nos mantinhamos, conservavamo-nos na situação deprimente, para o nosso brio, no quasi protectorado em que ali as circumstancias nos tinham collocado, e que nos era dado pelos ministros e forças navaes e estrangeiras.

O conselho de governo tinha feito, na conjunctura, grandes serviços ao paiz; organisára a defeza

da cidade, fortificára os pontos militares na fronteira chineza, custeára as despezas, sustentára a controversia com as auctoridades chinezas n'uma correspondencia energica. Mas o conselho do governo poderia resolver a questão de honra entre a China e Portugal? Poderia resolver a questão diplomatica e internacional das relações entre a nossa colonia e o imperio celeste? Seguramente não. D'aqui o desalento, ainda dos mais animosos.

O mandarim Quotang Vang, vice-rei de Cantão, participou, afinal, terem sido descobertas a cabeça e a mão do desventurado governador, — que, por sua ordem iam ser entregues ás auctoridades portuguezas. Chegou a marcar-se o dia para a entrega e a estabelecerem-se para ella as formalidades necessarias. Mas o mandarim esquivou-se, á ultima hora, com o fundamento de que o conselho do governo lhe denegava a entrega de trez chinezes, presos em Macau, apanhados á *Porta do Cerco*, e que não tinham cumplicidade no assassinio. A polemica em officios reabriu, desempenhando n'ella os seus melhores exforços os dois litigantes: o conselho do governo insistia em querer mostrar a cumplicidade do governo chinez no assassinio, o vice-rei, com a fina manha dos da sua casta, protestava as suas boas intenções e repetia muitas vezes a innocencia do seu paiz — que não podia ser accusado pelo delicto perpetrado por um dos seus nacionaes. Mas evitava sempre condemnar o assassinato — e reproduzia as queixas e aggravos contra o assassinado. No que o mandarim era mais prompto, era em offerecer reparação, com a entrega das cabeças dos trez assassinos — mas a mystificação era conhecida: as cabeças que serviam para estes casos, eram as dos primeiros reus já condemnados á morte por outros delictos.

Era este o estado da questão quando, em fins de janeiro, o conde de Thomar replicou á critica com que Carlos Bento julgou dever arrematar a parte do discurso da corôa que alludia aos acontecimentos, abrangendo no mesmo protesto o que tinham feito os chinezes e o que tinham praticado os inglezes. Toda essa parte da réplica deve ter aqui reproducção, porque serve bem a pôr em evidencia o modo como elle abordava publicamente as questões, encarando-as de frente e patenteando bem a energia do seu caracter:

— «Sr. presidente, dois acontecimentos notaveis tiveram logar em Macau: o primeiro consiste no assassinato, barbaro e atroz, commettido por uns poucos de chinas, na pessoa do Commandante Geral d'aquelle Estabelecimento—official muito digno *(apoiados geraes)* cuja perda todos deploramos, e cujo valor foi admirado mesmo por estrangeiros *(apoiados)*. O segundo consiste na violação do territorio, na violação e na illegalidade praticada contra as leis do paiz, e no assassinato de soldados portuguezes, inermes, por subditos inglezes, ás ordens d'um official da marinha britannica *(sensação)*.

«Declaro novamente, quando explico esta questão, não faço a menor referencia a governos e a nações estrangeiras: trato unicamente d'explicar e moralisar os procedimentos violentos e illegaes de subditos d'esses governos *(muitos applausos)*.

«Se é digno da maior censura e dá fundamento a justas reclamações, o acto barbaro, violento e atroz praticado pelos chinas, não está em melhores circumstancias o acto praticado pelo official da marinha britannica, que abusando da sua posição e da bandeira que o cobria, apoiado pela força do seu commando, e aproveitando-se da ausencia do com-

mandante portuguez, desembarcou arteiramente em Macau, e arrancou, com violencia, da prisão, um preso entregue ao poder judicial, e assassinou soldados portuguezes, que não podiam jámais esperar, nos soldados inglezes, inimigos, mas sim amigos (*repetidos apoiados*).

«Pergunto:—Estes dois factos, egualmente atrozes, deviam ser classificados por differente fórma? Se houvesse motivo para differença, seria para designar o procedimento do official britannico com uma expressão mais forte do que a de attentado, que tanto no discurso, como no projecto de resposta, se applica aos dois referidos acontecimentos (*muitos apoiados.* Vozes: *é verdade, é verdade*).

«Eu espero, porque assim o reclama a justiça, que esta questão ha-de ser devidamente avaliada pelo governo e pela nação ingleza. Uma questão de fórma, quando mesmo fosse procedente, nunca poderia dar logar a uma denegação de justiça.

«D'este facto deduziu o sr. Carlos Bento a impossibilidade da minha continuação no poder. S. S.ª acredita que este mesmo facto augmentou as antipathias do ministro inglez contra mim. Na opinião de S. S.ª não podem subsistir ministros em Portugal com a antipathia dos ministros inglezes.

— *O sr. Carlos Bento* — V. Ex.ª dá licença?

— *O orador* — Pois não.

— *O sr. Carlos Bento* — Eu disse que a alliança ingleza era uma tradição da nossa historia, e uma tradição do partido moderado. Se tivesse dito que os ministerios portuguezes não podem subsistir com a antipathia dos ministros inglezes — teria dito um absurdo; e eu não os digo d'esta ordem.

— *O orador* — Folguei d'ouvir a explicação do nobre deputado. Das suas proprias palavras, e de varios factos que mencionou, hei-de tirar, com fun-

damento, a conclusão contra a qual reclamou o nobre deputado. Será ou não verdade que S. S.ª fez referencia a uma carta, que n'outra epocha dirigi a lord Palmerston, deduzindo d'ahi a prova de que eu estava em desharmonia com este grande estadista, e que merecia por isso a sua antipathia? Será ou não verdade, que, dada como certa essa antipathia, o nobre deputado julgou que não era por isso compativel a minha conservação no poder?

«Mais ainda: o nobre deputado, depois de nos referir a grande desintelligencia que existiu entre o governo inglez e o ministerio Saborosa, disse — que em virtude d'essa desintelligencia se tinha tornado incompativel a conservação d'esse ministerio, e que para satisfação ao governo inglez fôra o mesmo demittido, organisando-se para o substituir o ministerio de 26 de novembro!

«Protesto contra semelhante asserção. Nem o ministerio Saborosa foi demittido pelos motivos referidos por S. S.ª, nem o ministerio de 26 de novembro deveu a sua organisação aos motivos que S. S.ª egualmente expendeu. Presente vejo um cavalheiro, cujo testemunho não pode ser suspeito ao nobre deputado. Recorra S. S.ª a elle e ha de conhecer a verdade do que affirmo.»

N'estes dizeres se descortina o motivo verdadeiro porque os terriveis acontecimentos de Macau mereciam tão poucos commentarios aos jornaes da opposição — e inspiravam ao *Patriota* os periodos que reproduzimos. Não era por sympathia pelos chinas, nem pelo receio de melindrar os mandarins, que a prosa incendida dos redactores das gazetas se restringia a noticias muito resumidas dos successos. Era porque os mesmos e violentos adversarios da situação esperavam que a má vontade de lord Pal-

merston désse em terra com o governo do conde de Thomar! Queriam pôr-se a bem com elle; procuravam abrigar-se á sombra do seu poderio — e em vez de lhe apontarem para o assassinato dos nossos soldados em Macau, apontavam-lhe para a desconsideração do ministro portuguez, ajuntando no mesmo periodo a condemnação dos assassinos, com a indifferença de quem não separa castas perante a vilesa do crime!

Decididamente: a politica dos partidos afunda se por vezes em sentimentos muito baixos!

Outra questão veiu ainda a levantar uma das referencias, feitas na chamada falla do throno. Mais uma vez n'ella se reproduzira este periodo consagrado: «continuam cada vez mais estreitas as minhas relações d'amisade com as potencias estrangeiras». Quasi um mez depois, veiu noticia de que o presidente Taylor, dos Estados Unidos, na sua mensagem ao Congresso, escrevera alguns periodos, — referentes a muitos dias anteriores ao do discurso da rainha,—em que se narrava o estado das relações com o nosso paiz por forma que accusava um rompimento de relações e fazia prever consequencias forçadamente graves. A mensagem dizia assim:

«Continuámos, no decurso de todo o anno, as nossas reclamações contra Portugal com um novo vigor; e fiz quanto pude para obter reparação dos aggravos por meio dos exforços d'uma honrosa diplomacia. O nosso precedente encarregado de negocios em Lisboa, o sr. Jorge Hopkins, empregou sem resultado toda a sua energia para se poderem regular todas as difficuldades desagradaveis, e alcançar justa indemnisação dos prejuizos de que nos queixamos.

«O nosso actual encarregado de negocios continuará n'este assumpto com o mesmo zelo e habilidade do seu antecessor. A situação complicada e revolucionaria de Portugal era até aqui apresentada pelo gabinete de Lisboa como uma das causas principaes da retardação das indemnisações que esperam os nossos concidadãos lesados. Agora que a situação mudou, sinto dizer que ainda se não fez justiça a nenhuma das nossas reclamações.

«A má vontade do governo de Portugal até chegou a tomar um caracter tão grave e serio que tenciono apresentar, quanto antes, uma mensagem ao Congresso convidando-o a tomar aquellas medidas extremas e decisivas que lhe inspirarem a sua sabedoria e patriotismo.»

A linguagem, como se vê, era das menos conciliadoras — tal como as nações fortes a empregam só com os pequenos povos, quando estes ousam resistir ás suas exigencias. A situação do governo, pondo na bocca do chefe de estado palavras que brigavam tão evidentemente com a verdade dos factos, prestava-se a uma campanha energica de accusação pela burla, nas informações dadas á camara e ao paiz. Mas n'esse momento, o que estava mais em harmonia com a excitação publica não era qualquer conflicto internacional: era o conflicto do Nunes, ségeiro, com o conde de Thomar, por causa do caleche do Frescata! As gazetas da opposição continuaram, pois, impavidas, a publicar largas informações sobre a impressão produzida pela peita da commenda, e a reduzir ao minimo a noticia da contenda americana. Se alludiam a esta, de tempos a tempos, era menos por se receiarem das ameaças de Mr. Taylor, do que por verem que o conde de Thomar não gostára de ser apanhado em flagrante mentira a respeito das boas relações com os povos estranhos.

As gazetas do governo tanto percebiam assim a situação, que se dispensavam d'esclarecimentos sobre o assumpto!

No que ellas, porém, continuavam a pôr todo o cuidado, era em reproduzir os documentos... em que o conde de Thomar provava não serem para elle os carros de pedra que da Ajuda tinham vindo para uma casa em obras na calçada da Estrella! Não podia ser mais completo o desnorteamento d'uns e outros—e não se póde lêr sem um grande sentimento de repulsão profunda toda essa pugna mesquinha, que absorvia todos os espiritos, inteiramente avassalados á ideia de derrubar ou de sustentar, ao transe, a situação d'um homem! Tanto isto era assim que a *Revolução*, por exemplo, quando reparou depois d'algum tempo, que as folhas ministeriaes, não diziam nada sobre a mensagem apresentada ao Congresso da União, limitava a sua exigencia, modestamente escondida na segunda pagina, a esta nota caracteristica:

«As folhas ministeriaes guardam silencio profundo sobre a questão dos Estados Unidos. Será caso que queiram arranjar alguma declaração do Frescata pela qual mostrem que a mensagem do presidente Taylor é uma calumnia forjada por nós de combinação com o sr. Antonio Nunes? Será caso que se mande ouvir o barão da Luz sobre os motivos que deram logar a fallar-se n'aquelle rompimento?»

Na camara de deputados, Carlos Bento apresentou uma nota d'interpellação a este respeito — mas desacompanhou a sua apresentação da mais minima referencia. Registou a mesa a respectiva communicação ao ministro, —que nunca se deu por habilitado para a resposta, nem mais para isso foi instado. E a camara, como se nada tivesse occorrido, como se a parte em que a falla da soberana registava

as relações excellentes com todos os povos, não estivesse desmentida, approvou, sem hesitação, esta parte da resposta que lhe mandou:

«Ouviu com muito prazer a camara, que as relações de amizade que subsistem entre o governo de vossa magestade e os das potencias estrangeiras, se vão estreitando cada vez mais; e confia em que, em virtude de tão boas disposições, o governo de vossa magestade nos ajustes que celebrou com o governo da Dinamarca e Russia, a bem da industria, commercio e navegação portugueza, havia de considerar as regras da mais completa reciprocidade e as conveniencias publicas.»

Foi isto o que a camara votou! Parecia que nada tinha occorrido, — porque não houve ninguem, sequer, para oppôr uma objecção. Era respeito e alta comprehensão pela reserva com as negociações pendentes? Isso sim! Por muita que seja a reserva a guardar com todas as conveniencias e cuidados em questões d'esta ordem — nunca em nenhum outro paiz deixaram de se encontrar palavras e formulas, para expressar, correctamente, no parlamento, a informação que se pede e a resposta que se póde dar.

Muitos mezes depois, em julho, constou que na sequencia das negociações com a America o governo separára a questão em duas partes: a uma opposera a sua formal recusa, porque representava uma questão de brio nacional; á outra, que representava apenas uma questão de dinheiro, declaráva-se prompto a ceder, — não por estar convencido da rasão, mas por obedecer á força. O governo americano — constou tambem, — objectára «que os Estados Unidos não buscavam dinheiro mas justiça». E passou seguidamente um *ultimatum*, peremptorio e muito aggressivo.

O que havia de verdade em tudo isto?

CAPITULO VII

O que o conde de Thomar apresentou ás camaras — Os que discutiam — O que se votou

A lucta era tremenda, os odios implacaveis, a actividade de todos os que combatiam o conde de Thomar, multiplicava-se em expedientes, as difficuldades surgiam-lhe de todos os lados com uma desesperante multiplicidade, — mas a sua acção governativa nem por isso affrouxava, nem a sua coragem se entibiava um instante! Era um homem — no significado mais levantado da coragem viril, na expressão da natureza energica e perfeita para a lucta obstinada e intemerata!

Nas camaras os projectos de largo alcance, em que se expressava vigor intellectual e previsão das necessidades correspondentes a um futuro de progresso e administração util, seguiam-se, e marcavam um grande plano, concebido com a ampla visão que só um grande estadista tem. N'uma só sessão, o governo apresentava a nova lei para rasgar com multiplas estradas um paiz inteiramente privado de viação, a reforma administrativa que tantas circumstancias reclamavam, a divisão territorial correspondente

a um melhor systema de regular as relações dos povos, uma lei de recrutamento libertadora dos vexames escusados e dos defeitos velhissimos para a melhor cobrança do tributo de sangue, a lei de minas, para com utilidade pratica se evitarem questões multiplas e se explorarem com methodo as riquezas do subsolo. Era de maravilhar — e era o mais seguro golpe a dar nos adversarios, que bem viam não ceder ás suas intimações para deixar o poder, quem se propunha usar d'elle com tão prodigiosa iniciativa.

O seu relatorio, apresentado ao parlamento, era tambem um documento notabilissimo. Abria por uma exposição sobre a segurança publica, registando com orgulho o socego mantido em todo o reino, e especialmente em Lisboa, aonde já se tornava possivel, de dia ou de noute, percorrer com segurança as ruas mais afastadas. Noticiava a compilação d'um codigo penal e do processo criminal com elementos essenciaes para a prompta punição; e, a par dos melhoramentos na policia judicial, indicava os trabalhos já feitos para tornar efficaz a policia preventiva, de fórma a robustecer o respeito aos poderes publicos, a fortuna dos cidadãos e a moralisação das classes indigentes.

Na parte respeitante á administração, o relatorio consignava os exforços feitos para applicar as leis e fecundar todas as fontes da riqueza publica, regulamentando todas as suas dependencias e estabelecendo providencias geraes.

Com grande cuidado promovera a organisação do Conselho d'Estado, para que os conflictos de jurisdicção e competencia entre as auctoridades administrativas e judiciaes, e os excessos do poder, encontrassem decisão imparcial. O regulamento de 9 de janeiro fôra feito n'essa orientação, usando da

auctorisação parlamentar que anteriormente reclamára.

Da administração local cuidára com egual attenção. O projecto de administração publica visára a essa reforma. A estatistica, quasi desconhecida, fôra impulsionada por elle n'esse periodo. A geodesia e e a topographia tinham então tido ordem para o levantamento da carta geral do reino, e foram dotadas com os instrumentos necessarios, mandados vir de Paris. Os officiaes de marinha tambem n'essa mesma occasião receberam ordem para o levantamento da carta hydrographica da barra e porto de Lisboa. Tratava com cuidado da organisação do cadastro, e mencionava o que já estava feito n'esse sentido. Para a organisação da geologia e da mineralogia contratára no estrangeiro o engenheiro Carlos Bonnet.

A beneficencia publica tambem não fôra descurada. Cuidou-se em remediar uma situação que se apresentava assim: só em cinco districtos, — Braga, Lisboa, Leiria, Porto e Vianna—existiam 64 casas de Misericordias e 3:715 irmandades e confrarias, com rendimentos que, exceptuando a misericordia de Lisboa, montavam a 430:274$075 réis, emquanto qae as despezas subiam a 147:643$389 réis. O activo das dividas, porém, montava a 3:517:425$437 réis, e o passivo a 164:969$469 réis. A maior parte das dividas activas, provenientes de legados não cumpridos, de capitaes mutuados e de juros vencidos e não pagos, eram incobraveis, ou andavam distraídas e mal applicadas.

A saude publica merecera-lhe cuidados especiaes, reorganisando os serviços de administração e policia medica, tanto no interior do reino como nos portos de mar, e usando para isso de providencias extraordinarias.

A instrucção publica constituia a 3.ª parte do relatorio. Creára um Conselho superior, como centro d'acção para a inspecção superior de todo o ensino e educação publica — e apresentava um projecto de lei para o desenvolvimento da escola normal e da escola junto da Casa Pia, em Belem, creadas por elle em 1845. Occupára se dos livros elementares, e publicava uma lista dos escolhidos. Tratava de collocar as outras escolas do reino em edificios proprios, do estado, a que fosse possivel dar essa applicação. A sua aspiração era collocar uma escola elementar ao lado de cada egreja parochial. A' instrucção complementar dispensára uma protecção decidida: com excepção de Aveiro, Beja, Castello Branco, Guarda e Villa Real, todos os outros lyceus tinham sido alojados em edificios nacionaes. Creára novas cadeiras em Faro e no Funchal para equiparar aquelles lyceus aos de Lisboa, Coimbra, Porto, Braga e Evora.

Nas Bellas Artes tratava de desenvolver as academias de Lisboa e Porto e apresentava uma proposta de lei para a compra de modelos, em gesso, de estatuas e bustos antigos. No Conservatorio tratava de reorganisar a escola de declamação.

Na Universidade de Coimbra eram multiplas as providencias tomadas para melhorar o ensino,—apresentando uma proposta de lei para a compra de instrumentos para o observatorio astronomico, e outra para a creação d'uma nova faculdade de Estudos-Economicos-Administrativos. Na Academia Polytechnica e nas Escola Medicas, tomára providencias e regulamentára a admissão do professorado.

A quarta parte do relatorio era consagrada aos interesses industriaes: trabalhos publicos, estradas, reconstrucção de monumentos, canalisação do Tejo, obras nas levadas e nos rios, vallas do Mondego.

Com as propostas de lei que apresentava tinha fé em que isto tudo, já iniciado, se desenvolveria amplamente.

A' industria agricola dispensava uma protecção toda tendente a libertar a terra e a promover o arroteamento e cultura dos terrenos incultos. Uma proposta da lei levada á camara justificava essa affirmação. Outra tomava providencias para combater a molestia nas larangeiras, que então ameaçava destruir os ricos pomares no continente e em Ponta Delgada.

Finalmente, na quinta parte, resumia os gastos feitos, com a exposição da contabilidade respectiva.

Tal era a obra colossal d'esse homem,—só pela pasta que geria, durante esse restricto periodo, em que o combatiam desesperadamente, infatigavelmente, com a accusação estulta de que recebera um caleche do *Frescata* em troca d'uma commenda! Tal era a administração e a iniciativa do famoso concussionario, do corrupto que reedificava um palacio, á Estrella, tirando as cantarias do palacio da Ajuda!

Se hoje, que tudo isso está distanciado por forma a poder-se abranger... bem a proporção das cousas, se não fizesse a justiça que merece a quem d'ella em vida tanto careceu, motivo seria para tornar de todo despresivel o trabalho, por mais insignificante, que visasse a uma rememoração historica.

Não! Fique para outros o repetirem, sem estudo e sem exame, as mesmissimas accusações apaixonadas e odientas, com que a politica comesinha das facções denegriu e deturpou a reputação do homem e os meritos extraordinarios do estadista!

Como resulta da recopilação parlamentar d'este anno, os debates na camara dos deputados corriam com larguesa, mas com muito menos interesse e muito menos episodios pittorescos, do que no anno anterior. A opposição, mais decidida e numerosa na camara dos pares, tomára a si o papel preponderante na lucta e na critica aos actos do governo. Os episodios que reproduzimos, os escandalos de tribuna, de que demos a nota fiel, a violencia de palavra, liberta de todas as normas das conveniencias parlamentares,— tornavam de insipidez fastiosa as discussões da camara popular, onde só, de tempos a tempos, Souto Maior dava um repelão á curiosidade doentia dos amadores d'escandalos Examinemos, pois, qual era, por esse tempo, a situação d'alguns dos deputados nossos conhecidos.

. · . Pereira dos Reis, o nosso tão espirituoso Pereira dos Reis, o orador de mais *verve* que essa camara tinha, tão cheio de imprevisto, de originalidade e de saber, vibrando com arte a corda do ridiculo e narrando a anedocta apropositada e picaresca, — morrera, a meio d'essa sessão. Viram-n'o, quasi de repente, d'um dia para o outro, esquivar-se aos debates, tornar-se como que indifferente ás discussões,—elle que tinha n'essas pugnas o mais accentuado regalo do seu espirito. Era a doença, era a morte! Pediu licença á camara, para se ausentar por alguns dias. Sentiu-se peor. Foi, por conselho dos medicos, para a villa de Ourem, a sua terra natal. Não melhorou. Regressou a Lisboa. . . e morreu, dias depois. E ainda bem que a morte o levou, porque entrou na escuridão da morte depois de conhecer na vida a noute eterna: cegara, repentinamente!

. . . José Cabral, esse, entrára n'um periodo, pouco duradouro, d'acalmação de relações com o irmão. Se contava com uma recomposição para entrar, os calculos falharam-lhe. Logo se verá a sua attitude perante essa desillusão. A approximação com o irmão Antonio, fizera-lhe perder a ligação com Antonio da Cunha,—e os dous, agora, na camara, pegavam-se em polemicas, que o director do *Estandarte* encaminhava sempre asperamente, accusando um grande desdem pelo seu antigo collaborador. Esse mythico Souto Maior, — que tantos nos descreveram por forma tão diversa d'aquella com que realmente se apresentou n'essa camara,— não fazia, nas contendas com José Cabral, melhor figura da representada no anno anterior, ali, n'aquella sala, quando Saldanha o accusou de cobardia e deserção. D'uma vez fallou nos *laços do sangue*, para explicar com essa phrase a benevolencia possivel do irmão do conde de Thomar com o presidente do conselho. Não foi preciso mais. Silva Cabral erguendo-se disse-lhe:

— «Nunca me dirigi na minha carreira publica pelos laços do sangue. Tenho dado exuberantes provas d'independencia dentro e fóra da camara (*repetidos e geraes apoiados*), e jámais tomei por norma do meu proceder outra cousa que não fosse a justiça e a conveniencia publica *(novos apoiados)*.

«A que vem, pois, essas allusões? Não era o illustre deputado o menos proprio para fazel-as? O illustre deputado, que por desgraça admitti por algum tempo á minha convivencia familiar; que teve occasião de observar a severidade dos meus principios em crises as mais arriscadas; que eu não admitti senão sobre a garantia d'um cavalheiro que nos escuta, e que por fim me correspondeu com a mais

negra ingratidão e não sei se com mais alguma cousa .. *(apoiados geraes e prolongados)*.

«A minha posição está muito definida, como já disse. Não combato homens, combato medidas.»

Esta violenta reprimenda e esta accusação, publica e solemne; o arrependimento por ter admittido, *sob garantia*, a convivencia de um tal homem, – parecia que devia levar Souto Maior, o janota, — d'aspectos tão brilhantes, segundo as descripções amigas, — a repellir e castigar, ali mesmo, quem o aggravava com tão desamoravel discurso. Pois vai ver-se o que foi essa replica:

— «Peço licença á camara para não responder a algumas observações, que fez o illustre deputado o sr. Silva Cabral: eu não sei que venha para o caso as obrigações particulares; e admira-me que se tratasse aqui de desempenhos de gratidão.

— *O sr. Silva Cabral* – Tambem se não trata aqui de laços de sangue.

— *O orador* — Pois isso é uma accusação que merecesse ser redarguida de semelhante maneira? Pois o que eu disse pode tomar-se como censura? Pois merecia isto semelhante desforço da parte do nobre deputado?... Mas merecesse ou não merecesse, não vem nada para o caso; e eu limito-me ao meu objecto e vou mandar para a mesa a minha proposta.»

Não! Este pobre Souto Maior não deixou nos registros parlamentares notas que correspondam á distincção da sua vida mundana!...

... Outro que desertára do grupo do Poço Novo, o Lopes de Lima, o accusado de fazer mão baixa ás

joias da coroa de Sunda, abstinha-se de conflictos com o seu antigo e iracundo chefe. Desforçava-se, perém, da *Nação*, — que fôra o jornal que mais atacára as suas aventuras no ultramar, — tomando as dores... pelo senhor D. Pedro IV, ha muitos annos já na terra da verdade! Essa sessão, em que o convertido, tão opportunamente para elle, á politica do conde de Thomar, denunciou o jornal miguelista, merece relatada.

Lopes de Lima entrou na sala da camara, e pediu a palavra para um negocio urgente. Estava em discussão o contracto do sabão... e polvora. Resolveu-se interromper a ordem do dia, e ouvir, sem detença, o deputado que, ao apparecer, subira, de foguete, as escadas da presidencia, agitando um jornal e dando signaes de visivel commoção. O Lopes de Lima, com voz cava, dando ás palavras toda a solemnidade, para fazer abranger bem a gravidade do caso, começou:

— «Depois que cheguei á camara, veiu-me á mão o jornal intitulado a *Nação*, publicado hontem n'esta capital: ao ler o seu artigo de fundo, horrorisei-me!... Esse artigo, sr. presidente, a si mesmo se define n'uma das suas partes; elle mesmo se encarrega de dizer — «Que arrombou a campa, e que foi «revolver os ossos de um morto para nos dar com «elles nas faces.» — e este morto, sr. presidente. era o Senhor Dom Pedro, Duque de Bragança, o Libertador dos portuguezes!!... *(sensação)*.

«Este artigo apresenta-se como antithese á commemoração do dia 8 de julho, feita pelos jornaes cartistas, e a maneira como se estabeleceu essa antithese vae ser ouvida pela camara *(Leu)*. — «*Parece-vos mal que arrombemos uma campa para vos*

açoitar nas faces com os ossos d'um morto? — *(Sensação profunda)*.

«Sr. presidente, aqui é preciso fazer uma pausa, porque esses que nos açoitam as faces com os ossos d'um morto, são aquelles por quem ainda aqui se mostram sympathias!...

— *Uma voz:* — Não é por esses!...

— *O orador (continuando a leitura)* — «*A expedição do Mindello era composta de ladrões e desertores (Sensação; o orador prosegue a leitura do artigo, até ao ponto em que se dizia: — tomaram a terra na praia dos Ladrões, junto ao Porto.)*»

«Sr. presidente, somos nós os do Mindello, somos nós os ladrões *(continúa a ler)*... — «*tendo-se, em parte, reunido antes, e crescendo depois com os auxilios preparados na ilha dos Cães*». — E' gracioso este epigramma: nenhum dos nossos jornaes fallou ainda das ilhas dos Burros. *(Continúa a ler)* — «*Trazia á sua frente um principe, que havia sido perjuro á lei, desobediente a seu pae, rebelde á sua patria*». — Veja a camara, sr. presidente, veja o governo, veja todo o paiz, como se alcunha de *proscripto e perjuro*, pela bocca dos perjuros, e de *renegado da terra que o viu nascer*, o principe que sacrificou a sua existencia pela liberdade da nossa querida patria! *(sensação)*. Veja a camara como são tratados de ladrões, cães, assassinos, impios, immoraes e toda a casta de injurias que se podem excogitar, os soldados do senhor D. Pedro, os heroes do Mindello! São tratados de tal modo, sr. presidente, que ao ler esta tirada, parecia que aquella expedição era composta dos assassinos de Extremoz, dos algozes do Caes do Sodré, da Praça Nova, do Porto e dos carcereiros da Torre de S. Julião *(muitos apoiados)*.

«Sr. presidente, eu estou cançado de ler, talvez

com demasiada enfase, este artigo horrorisador: eu já disse á camara que elle não carece de commentarios *(apoiados)*. No emtanto, julguei que não devia passar-se o dia de hoje, sem se levantar uma voz n'esta camara (*apoiados*) para chamar a attenção do governo sobre o papel incendiario, que vae correr este paiz — e que vae ser lido talvez de proposito a homens incautos e credulos, ás massas ignorantes, que por muito que ouçam não sabem no que ouvem descriminar a verdade da mentira, e são sempre induzidos a prestar ouvidos á maledicencia (*apoiados*). Veja a camara o que se poderá fazer para um caso d'estes... Eu entendo que não devia passar de hoje que esta camara erguesse a sua voz, como representante da opinião do paiz, para lançar um stigma severo sobre taes injurias e sobre taes blasfemias. *(Muitos apoiados)*. Eu entendo, sr. presidente, que não devia passar de hoje, sem que esta camara se pronunciasse contra semelhante artigo, e espero que o faça a respeito do insulto atroz, infame e torpe, feito, — como elle diz, — aos ossos do nosso chorado Libertador *(muitos apoiados)* e aos seus companheiros d'armas.

«Julgo ter cumprido o meu dever; o governo e a camara farão agora o que lhe cumpre.»

A este appello tão directo, a esta denuncia tão formal, o conde de Thomar respondeu «que ao governo cumpria entregar o artigo aos tribunaes». O Lopes Lima aproveitára bem, para a sua vingança particular, a descomedida e estulta rhetorica da folha miguelista.

... Agostinho Albano — o Albano, como se dizia *tout court*, o Albano muito fallado — não denunciava a *Nação* ás iras do governo... mas denun-

ciava o *Nacional*, que era da terra d'elle — e, por isso, ou por outra cousa, não o considerava legitimo propheta. Muito aprumado, muito composto no vestuario, preoccupando-se muito com o janotismo, tinha a sua pessoa n'uma grande estimação e tinha toda a meticulosidade nas exigencias do tratamento que lhe davam. D'uma vez, no bairro em que elle morava, morreu um homem na rua. O administrador informado de que havia um medico e morava perto, officiou-lhe para assistir ao exame de corpo de delicto. Mas no officio, a auctoridade deu *senhoria* ao doutor. O Albano, furioso, devolveu o officio pondo-lhe esta nota de reprimenda: «melhore o tratamento no de *excellencia*, e feito isto verei o que resolvo.»

Todas as suas fallas, todos os seus discursos, accusavam o egotismo — como hoje se diz. Era sempre: — «Eu que tenho consumido longas vigilias no estudo; eu que me préso de ter aprofundado a materia; eu que cotejei todas as verbas do orçamento; eu que analysei fundamente o projecto.» Era o *eu* sempre a sobrepujar e affrontar todo o trabalho e estudo alheio! Talvez porque este absoluto amor por si proprio se traduzia n'outras manifestações, é que um critico dissera d'elle: «O Albano personalisa a immoralidade do seculo actual, como certo conde ancião a do seculo passado.»

Nos corredores da camara o Albano era opposição ferrenha; na sala era ministerial enthusiasta. Não havia ninguem mais affeiçoado ao José Bernardo... quando fallava com elle; ninguem era mais dedicado ao irmão, conde de Thomar, quando... estava na presença d'este. Era um typo! Havia d'elle anedoctas curiosissimas. O mais extraordinario, porém, fôra um antigo episodio com Silva Carvalho. Tinha-se chegado ao fim da legislatura, e foram con-

vocados os pares e deputados para a reunião das maiorias. Silva Carvalho, em opposição ao ministerio, era um dos que na camara dos pares o combatia com mais vigor. Estando doente e não podendo comparecer, pediu ao seu medico, o Albano, para ali communicar, a quem competisse, «que recebera o convite que tinham julgado dever dirigir-lhe, e que désse parte do estado da sua saude.» O Albano não se limitou a esta singela communicação: participou a ausencia do seu doente e fez, em nome d'elle, as mais calorosas adhesões de confiança no governo! Na sala houve applausos e bravos. Podera! O diacho, foi que esta mudança inesperada de Silva Carvalho veiu para os jornaes da opposição e — só á custa de grandes humilhações é que o mandatario infiel conseguiu evitar o formal desmentido do interessado!

.·. Correa Caldeira, quo nós vimos debutar no outro volume, continuava a ser um auxiliar valioso do governo, que o escolhia para relator em questões em que punha interesse especial, — como na da lei de imprensa. Fallando facilmente, muito palavroso, como o descrevemos já no trecho caracteristico do seu primeiro discurso, não se corrigira de provocar sempre os adversarios. Quando fallava, a physionomia tomava um aspecto de carranca ferina! Parecia que não dizia uma phrase, que não visasse a um insulto sangrento. Tinha... pellos na palavra, como se diz que ha pessoas que os teem no coração.

.·. Rebello da Silva, que é outro dos nossos conhecidos do primeiro volume d'este livro, não conseguira fazer subir a sua reputação de parlamentar até á altura em que andava já a sua fama de escriptor. Continuava ainda a roubar-lhe os effeitos do

colorido das phrases, o modo precipitado com que as pronunciava. Parecia que trazia de casa um saco cheio de cousas, que tinha pressa em despejar, para se alliviar d'um peso importuno. Ouviam-n'o com pouco interesse... e desconfiavam d'elle com mais do que justificada rasão. É que, a pouco e pouco, tinha-se averiguado que em todas as intrigas da epocha, e em todas as polemicas asperrimas, a sua penna tinha collaborado e a sua imaginação viva tinha sido inspiradora principal. Os artigos mais ferinos do *Estandarte* contra o conde de Thomar, os que andavam citados como a mais repulsiva manifestação de odio de irmão contra irmão, os que todos os polemistas archivavam para impor as responsabilidades correspondentes ao José Bernardo da Silva Cabral, eram escriptos... pelo collaborador da gazeta, Rebello da Silva, sem que ninguem de tal suspeitasse.

Com os pamphletos, na polemica demolidora entre Saldanha e o conde de Thomar, veiu a saber-se, tambem, que succedera a mesma cousa. Era da penna de Rebello da Silva a grande catilinaria que se inculcava como sendo escripta pelo proprio Marechal. Aonde houvesse intriga a urdir, descompostura a dar, desavença a cavar mais fundo uma separação, Rebello era parceiro seguro e discreto .. em deixar aos outros responsabilidades, ou glorias, que se dispensava de reivindicar. O seu talento litterario era uma arma terrivel de que se serviam os que assim andavam desavindos.

Ninguem sabia melhor achar a phrase que offendia, enroupando-a mais brilhantemente para que o effeito como que ganhasse em relevo. Mas os cumplices, á maneira que passavam a sêr victimas, denunciavam as passadas e secretas relações. E eram já tantos os que tinham passado por essas duas phases contradictorias... que a desconfiança come-

çava a crear-lhe difficuldades nas relações d'intimidade politica.

.·. Quem, no meio d'estes todos, se salientava dia a dia, pelo brilho da palavra, pela seriedade do estudo, a que ainda então se entregava, pela correcção nas maneiras e até pela compostura no trajo, elegante e cuidado, mas sem os exaggeros do seu collega Souto Maior, — era Fontes Pereira de Mello. Principiava a ser considerado o primeiro orador da camara, e attribuiam-lhe, enfeixando-as, todas as qualidades dos melhores parlamentares que até esse periodo se conheciam. Diziam que á phantasia e colorido da palavra de José Estevão, juntava o positivismo escholastico do Avila, e ao sarcasmo mordente de Antonio da Cunha, acrescentava, quando era preciso, a nebulosidade, a metaphysica, o quer que era de vago e cabalistico, que marcavam alguns dos discursos de Carlos Bento.

Fazia admiração a rapidez com que elle assimilava a lição rapida que lhe resultava da propria discussão, tirando dos argumentos, que outros tinham esboçado, materia larguissima para discursar, com vantagem, sobre o proprio que tinha feito o estudo e se via supplantado com espanto.

.·. O Assiz de Carvalho, tambem um dos melhores oradores da camara, parecia andar mais preocupado n'esse periodo com o corpo de baile de S. Carlos, do que com os negocios politicos. Para conservar a posição adquirida, para não perder o terreno conquistado, pedia a palavra só quando, como vulgarmente se diz, era preciso defender a honra do convento. As gazetas da opposição, comprehendendo que aquelle adversario só apparecia na camara... para fazer horas para o theatro, poupa-

vam-no nas criticas politicas — e talvez o favorecessem nas referencias amaveis á bailarina, que tão absorvido o trazia com as piruetas estonteantes. Indignava-se muito, contava-se, — não com a marcha dos negocios publicos, não com as tendencias reformadoras do ministerio, mas com os processos novos de choreographia, que a nova empresa tratava de introduzir, trazendo para o palco do theatro lyrico bailarinas hespanholas, e pondo n'aquella scena, destinada á grande arte, os *boleros* e *fandangos* revolucionarios. Que escandalo! Que profanação! E os que o aplaudiam n'estes discursos, d'um genero bem differente do que elle seguira na camara, coadjuvavam-n'o nas pateadas á empresa, — que foram estrondosas e provocaram successivos conflictos e prisões varias. Como todas as innovações essa já fizera quatro martyres: essas victimas que de S. Carlos tinham ido parar ao Limoeiro, foram D. Alvaro Roma, D. Joaquim de Mello, Luiz Aranha e Luiz Forjaz.

. . . Estes eram a phalange illustre da camara popular, os que gosavam de mais nomeada e tinham creditos mais subidos: as primeiras partes. Os outros, os do segundo turno, por assim dizer, eram, na maioria, tonsurados. Commandava essa phalange o P.^e^ Marcos, que já não era P.^e^ Marcos, — mas Dom Prior de Guimarães. Atraz do Dom Prior, iam: o bispo eleito de Castello Branco, o Deão, D. José de Lacerda, — que as chronicas escandalosas respeitavam menos do que se fosse um misero sachristão, — o bispo eleito de Malaca, o conego Pilar, o reverendo Deus Antunes, — e muitos outros, que apresentavam coroa aberta, mas que não vale a pena ennumerar. De resto os mais que havia, os seculares, já aqui tiveram menção, pelo que diziam e

até... pelos ponta-pés que apanharam, — como succedeu com o Pereira de Mello.

E depois d'esta annotação aos homens e depois de enumerados os projectos que o conde de Thomar tinha submettido, n'esta sessão parlamentar, á sua apreciação e nota, só nos resta ver o trabalho que elles todos tinham levado a cabo, quando, em 20 de julho, depois de sete mezes seguidos, a camara foi encerrada com a leitura do respectivo decreto real.

É larga e variada a lista das propostas de lei, que essa camara votou. Ennumeral-as todas aqui, seria demonstração de demasiada confiança na paciencia de quem lê. — Bastará, pois, notar, que esse trabalho larguissimo, estendido por cento e quarenta e duas sessões, que demoravam em geral perto de cinco horas, abrange mais de noventa projectos e pareceres, ao que se deve ainda accrescentar a approvação de mais onze, que tinham ficado pendentes da sessão de 1849. N'esses projectos havia bastantes de uma importancia que resalta da simples indicação do assumpto sobre que legislavam. Eram d'este numero: a lei da liberdade de imprensa, — a interpretação da lei de 1 de maio de 1849, — a que auctorisava a edificação da alfandega do Porto, — o imposto addicional para a amortisação das notas, — a que considerava como acto de commercio tudo a que tinha relação com letras da terras, livranças e bilhetes á ordem, — a concessão de afforamento de bens nacionaes que não se arrematassem, — a reforma da administração publica, — a dos pastos communs, — a reforma do collegio militar, — a divisão ecclesiastica do continente do reino, — a lei de minas, — a das congruas parochias, — o orçamento, — a lei

das estradas, — a que auctorisava os trabalhos de geologia e minerologia,—o accordo com os caixas do tabaco, — a creação do conselho ultramarino,— a reforma das repartições do ministerio da marinha, — o contracto com a companhia dos descontos,—a organisação do Banco de Portugal,—a lei de instrucção publica,—a da fundação das escolas praticas de agricultura e de veterinaria.

Uma camara que assim trabalhou, merecia conceder-se-lhe alguma benevolencia. É verdade que o Carlos Bento, explicando a facilidade que em Portugal havia em fazer leis, disse ali:

— «Ha muitas leis em Portugal, mas legalidade é que ha pouca. Em parte nenhuma se fazem leis mais depressa do que entre nós, porque quasi sempre sabemos d'onde havemos traduzil-as: traduzem-se leis tão depressa como romances,—o que falta é distribuirem-se em cadernetas como acontece com os romances.»

A phrase é boa,—e tão verdadeira que continúa ainda hoje a ter applicação justissima. Em todo o caso, entre todas essas leis que a camara votára, uma havia que já principiava a produzir effeitos apreciaveis: era a da lei de imprensa, a lei das *rolhas*. Para preencher as columnas, que até ali eram exclusivamente consagradas á verrina, principiou então a apparecer o noticiario. A *reportagem*, que no nosso tempo quasi por completo havia de absorver todas as outras secções do jornal, appareceu entre nós, como o recurso salvador contra os processos promovidos pelo abuso na injuria. Sirva-lhe isso para desculpa de muitos dos graves peccados que é de corrente critica attribuiram-se-lhe! A *Revolução*, que tinha protestado ser insubmissa, moderou a arrogancia da

declaração primitiva... e foi das que creou o noticiario. O *Braz Tizana*, que se tinha salientado na campanha contra a lei, esse desabafou, em verso, a magua que o opprimia pela necessidade de ser mais cauteloso na linguagem:

> Caiu-me todo o cabello!
> E perdi os suspensorios!
> São tantos os fallatorios,
> Tantos os sustos, que tenho
> Atrapalhado o redenho!
>
> A culpa de tudo isto
> A causal desta doença,
> —Com a devida licença
> E o maior acatamento—
> Foi o nosso parlamento.
>
> A senhora lei das rolhas
> Decretou—bico calado—
> Somos um povo soldado!
> Obedecer e marchar
> Cara alegre e não piar.

Os versos eram significativos. É o proprio *Braz Tizana* que n'elles confessa, ter perdido os suspensorios — quando lhe impediram os desabafos com a rolha repressiva. — O melhor da passagem, porém, é que quando a terrivel lei, a lei espantalho, entrou em execução, viu-se que era inoffensiva — como os figurões de palha postos n'uma horta para afugentar os pardaes. A *Nação*, que foi a primeira submettida ao supposto flagicio, foi absolvida por esse jury depurado; e como a *Nação* as outras gazetas levadas successivamente a essa guilhotina com cutello de papelão!

CAPITULO VIII

Os casos alegres do tempo

Para repousar o espirito do leitor amigo—se é que ha leitor bastante amigo que se abalance a seguir um livro de velhas occorrencias — deixemos as bravias polemicas, as aggressões violentissimas, os debates inflammados em coleras espumantes d'odios,—e passemos uma revista, desenfastiada, aos episodios alegres e aos personagens divertidos, que deram a feição hilariante e comica d'este periodo de paixões exaltadas. A vida d'um povo e os costumes d'uma sociedade não se espelham só nas luctas ferinas; é preciso procurar a comedia entre os lances da tragedia; fazer resoar a nota que deu a gargalhada alegre, para salientar o gemido melancolico. O riso tambem necessita chronica, porque a existencia não é só feita para as tristezas das almas afflictas em desillusões...

Ora entre os deputados escolhidos n'essa sessão para a commissão de fazenda — e por essa eleito, depois, secretario, — figurava um José de Deus. O Deus era padre e queria ser ministro, o que traria

em reviravoltas a sua situação: o Deus ministro, era sempre o ministro de Deus.

A fazenda publica estava bem na situação de precisar... que Deus lhe acudisse, mas os collegas, sem impetrarem a intervenção do Omnipotente, sublinhavam com mofas o caso da commissão o encarregar de estudar e dar parecer sobre os projectos financeiros do Avila: — *a fazenda está nas mãos de Deus!* Era assim que o Assiz de Carvalho, no meio da hilaridade dos collegas, chorava, com compungida reverencia, a sorte mofina dos contribuintes ameaçados com a provação de novos tributos. — *Deus a salvará!* — tornava elle, manifestando a confiança de um crente, acceitando o dogma intangivel!

O José de Deus teve para o trocista um gesto semelhante áquelle com que Marianno de Carvalho, mais tarde, figurou — tambem na camara — a necessidade.. de coçar, com a mão esquerda, a bertoeja que o affligia no sangradouro do braço direito. E' claro que nem o Assiz de Carvalho, nem ninguem, levou a mal que o Deus, do parlamento, tivesse gesticulações até desculpaveis em santo de tanta virtude como o piedoso S. Francisco. Se tinham rido com a troça, riram com o desforço. Deus era homem, mas não era o Homem Deus, — e porque assim o reconheceram, ninguem mais lhe chamou senão Antunes Pinto, — que era o seu appellido profano.

Ter necessidade de arranhar o sangradouro do braço direito, em certas occasiões, accusa um prurido... de mau genio, que bem póde levar... a uma *coça* mais decisiva. O padre Antunes nunca mais teve necessidade... de se coçar.

A um d'estes rasgos nunca se abalançou o velho Corrêa Leal,—o bravo salvador de Coimbra, o destemido voluntario da divisão do general Trant, que

pozera em fuga 10.000 francezes, — como elle contou e nós reproduzimos no anterior volume. E porque o pobre *Recta Pronuncia*, não se decidia a tomar pelo caminho de Deus, isto é, pelos gestos que o seu collega Deus tomára com tão manifesto proveito, não lhe poupavam remoques, não o largavam com inventos, nem na camara nem na imprensa. Fez uma peça para o theatro de D. Maria, e apezar de já entrado em annos, procurou na jocosidade do assumpto rememorar as verduras apagadas da mocidade distante. A farça denominava-se: *Os annos da Menina*. Um politico velho mettido com meninas, era de prever que amanhecesse como o adagio prophetiza a quem se esquece de que tem creanças no leito. O Corrêa Leal não conseguiu d'este ensaio no palco senão o carregarem-lhe com mais desamor nas chronicas parlamentares,—que tinham para se espraiarem na troça as situações que elle engendrára para regalo das plateias! Que de coisas teve de soffrer, na velhice, elle que na mocidade dera lições da astucia e de coragem aos soldados de Napoleão! Veja-se n'esta amostra o impio derespeito com que era tratado o salvador da Lusa Athenas:

«O sr. Corrêa Leal é o campeão eloquente das causas ganhas. A sua facundia é uma especie de cavallaria ligeira destinada a completar a victoria pela perseguição tenaz dos fugitivos. Com os oculos dispostos em abobada sobre a vasta fronte de que a natureza o abasteceu, erguido de pé como um athleta de banalidades, o seu discurso é incisivo, a sua narração fluente, a sua pronuncia sonora como um sino chôco, o seu accento nasal e retumbante. As flores mais graves da rhetorica andam atadas, nos seu discurso, á carqueja de periodos burlescos, adu-

badas d'um sal admiravel. A interrogação, a apostrophe, a ironia, à metaphora delicada, remexem se, volvem-se, abalroam-se, casam-se e dançam uma macabra caprichosa, ao som d'uma resonancia gallega, que sae monotonamente do fundo da sua larynge melodiosa, como d'um tubo de gaita de folle. Os effeitos no orador enthusiasmam-no, accendem-lhe gradualmente as candeias do fervor rhetorico, e encaixam lhe nos miolos, ainda ferventes em tão provecta idade, a Pythonissa endemoninhada, que lhe saltêa nos amplexos do cerebro, sem deixar recanto que não varra. Se elle ri, a camara ri se; se elle se indigna, indigna se; se chora, desfaz-se em prantos. Os convencidos convencem-se mais, os rebeldes acirram-se, os indifferentes vacillam, emquanto a palavra augusta do antigo professor vagueia em magestosas ondulações a encontrar-se com os risos desafinados e com os ápartes maliciosos que lhe cruzam sobre a calva ancian, formando-lhe um docel de ridiculo.»

Hein?! D'onde vinha esta sanha contra o auctor da farça de D. Maria? Era algum auctor de comedias despeitado com a apparição d'um collega inesperado? Tanta má vontade, adubada com tanto relevo litterario, por força trazia magua especial, espinha encravada a excitar desforço exaggerado. Que fizera recentemente o pobre Corrêa Leal, antigo professor de recta pronuncia, para assim procurarem azedar-lhe os seus ultimos dias parlamentares?

O que elle fizera fôra... intervir na questão dos tabacos. Espirravam... por causa do rapé!

O caso fôra assim:

Estava em discussão uma proposta do governo confirmando o accordo celebrado com os Caixas do

contracto do tabaco, sabão e polvora. O debate, que fôra largo, ainda ameaçava prolongar-se, graças, ás estiradas considerações com que o Souto Maior procurava enredal-o. Corrêa Leal que lhe conhecera o intento, acudiu com uma proposta para se prorogar a sessão até se votar. O effeito, n'estas occasiões, é sempre o mesmo. Quem acceita a apresentação d'um requerimento d'estes, sabe que tem de incorrer na má vontade dos que combatem em campo adverso. Foi o que succedeu. Antonio da Cunha, com a sua ironia petulante, provocou-o a que viesse «illustrar o assumpto com a sua palavra auctorisada», — e ameaçou-o de o *fazer espirrar*, visto a questão ser de *tabaco*. O *recta-pronuncia* accedeu logo — e depois d'explicar que, sendo larga a sua idade, lhe tinha corrido com periodos varios a fortuna, tendo sido já «empregado do contracto dos tabacos», fundamentou n'essa situação accidental da sua vida, a auctoridade para entrar na discussão. A confissão da humildade do serviço em que se empregára foi a primeira estocada que elle vibrou á fidalga embofia que Souto Maior se comprasia em alardear, — mas não se quedou n'isto, o Correa Leal. Desfechou lhe mais estes remoques, que a camara celebrou com franca hilaridade:

— «Tambem o nobre deputado disse, que a questão era de tabaco, e que podia ser que ainda fizesse espirrar alguem. *(Riso).* S. ex.ª permitta-me que lhe diga, tomo rapé ha uns poucos d'annos; já não é com esses estimulos que espirro, e será difficil espirrar d'outra qualquer maneira. *(Hilaridade)*. A respeito d'espirrar, devo dizer que primeiro espirrou o nobre deputado hontem e hoje, com a minha proposta para a prorogação de mais algumas horas de sessão.»

Aqui está todo o maleficio do Correa Leal, o que lhe valeu o perfil parlamentar que reproduzimos! Tivera graça — e tivera rasão. Confessou a modestia da situação que já tivera: fôra guarda dos tabacos. Pois quem tão valentemente o ridicularisou, por isso, foi Rodrigues Sampaio, que fôra .. guarda da alfandega.

O *Recta-Pronuncia* sabia ser generoso no perdão aos que o ridicularisavam por má vontade politica. Nem perdia o somno nem o bom humor. Com tamanha edade não o havia mais folião. Ainda se batia nos abbadessados, regalando-se com guloseimas e pagando com decimas alambicadas os assucarados presentes das freiras. Pouco tempo depois d'esta descompostura da *Revolução*, foi elle ao Porto, com o seu amigo Agostinho Albano, — e succedeu no convento de Santa Clara haver a festa tradiccional para celebrar a entrada em funcções de nova abadessa. O velho Correa Leal não faltou. Uma freira magana, que sabia que elle era politico e poeta, atirou-lhe este mote:

Porque gemes, coração?

O poeta pitadeou-se ruidosamente, e ou porque estivesse constipado, ou porque o uso do rapé lhe não deixasse a venta indifferente, como elle affirmára ao janota Antonio da Cunha, certo é que atirou tres espirros atordoadores á dama que da grade do mosteiro o favorecera com o mote tão suggestivamente enternecido. Riram-se alguns dos presentes, segredando, com malicia, que *não era o coração que gemia*, — era *a venta que roncava*. Mas o poeta indifferente ao *motejo* para só attender ao *mote*, glosou assim, com muito aprasimento da enclausurada dama, o verso que esta docemente ace-

pilhara, nas horas de solidão, na sua cella de benedictina:

Quando o teu rosto mimoso
Inda eu não tinha avistado,
P'ra as urgencias do estado
Dei o coração saudoso
Se não fôra escandaloso
Revogar a doação,
Quizera, n'esta funcção,
Pegal-o de novo ao peito,
E dizer-lhe com respeito:
— Porque gemes, coração?

Mote e glosa vieram para as gazetas — e tiveram um exito muito superior ao da farça que se representára em D. Maria. Houve quem attribuisse os versos a um espirituoso, que vira no abadessado o deputado encanecido e á custa d'esta graça quizera dar rebate do seu apparecimento na festa das freiras bentas. Mas o interessado não reclamou contra a versão que lhe attribuia a decima, e os seus precedentes auctorisavam a suppor ser ainda cavalleiro bastante destemido para montar o Pegaso, quando a besta parnasianna lhe passasse á altura de salto favoravel. Era um bravo, o Corrêa Leal!

Outro dos homens politicos que n'esse anno andou muito nas conversas, á tarde, á porta do Marrarre, e nos cavacos, á noute, no salão de S. Carlos, foi Antonio José d'Avila, ministro da fazenda. Não eram os seus projectos financeiros os que despertavam as attenções e a curiosidade n'esses dous *mentideros* classicos: — eram os seus projectos matrimoniaes. O Avila apparecera apaixonado. Tanto se prendera dos encantos da Librandi, a meio-soprano que o Corradini, no anno anterior, trouxera para S. Carlos, que todos o diziam disposto a dar o nó fatal, o nó indissoluvel.

Uma manhã a *Nação*, o orgão miguelista, confirmou esses rumores com esta textual noticia:

Diz-se que o sr. Avila casára hontem com a senhora Librandi. Deus os faça bem felizes.

N'uma sociedade como a nossa, o casamento d'um ministro com uma cantora pareceu uma enormidade; tanto basta para explicar como, apesar da noticia da *Nação*, ainda muitos hesitaram em dar credito ao que suppunham má vontade dos realistas e desamor dos clericaes. De resto essa noticia começava por um *diz-se*. A *Revolução*, apesar da *reportagem* jornalistica estar ainda então na primeira meninice, mandou um dos seus redactores á cata d'informações positivas — e no dia seguinte vend a se como canella, não por causa do artigo de Sampaio, mas por motivo da noticia, que foi assim, textualmente, tambem, reprodusida, até aos tres pontos admirativos do fecho. O outro principiára por um *diz-se*; este, tratava de confirmar com um *parece*:

Parece fóra de duvida que o Neker do nosso seculo tomou novo estado e que sabbado recebera os laços matrimoniaes na capella do arcebispo de Mytelene ao Campo de Sant'Anna. A consorte foi a Librandi. Os conjuges foram habitar uma casa que acharam ricamente mobilada na rua da Trindade!!!

Nada poupavam, na sua sanha de ferocidade politica, estes adversarios intransigentes!

Desde que lhes pareceu que o queriam amesquinhar, desrespeitado o direito sagrado que todos teem á união que melhor quadra ao seu coração, o Avila, já de genio pouco macio, tornou-se ainda mais rabioso. E essa furia deu-lhe para duas manifestações simultaneas: acrescentar os logares e as honrarias.

Apesar de ter sido muito protegido pelo marechal Saldanha, requisitou e obteve a vaga que este deixára no conselho d'estado; e apesar de sêr de humilde procedencia, requereu, e obteve, da mordomia-mór, o *foro grande* — allegando, na requisitoria, «não pedir uma graça mas uma restituição, porque aquelle *filhamento andava na sua familia ha mais de tresentos annos.*» Toma, que te dou eu!

Assim ennobrecido, mas assim irritado, em curtos dias teve dous conflictos na camara. Um foi com o Lopes Branco, o outro com o Xavier da Silva. Ao primeiro, disse-lhe com azedume:

— «E' necessario uma paciencia d'anjo para occupar estas cadeiras, porque levanta se um deputado da opposição, e diz: tal ministro administrou melhor do que vós a fazenda publica e praticou actos de comprovar a vossa incapacidade: esse cavalheiro, que é amigo dos ministros, guarda silencio, apezar de reconhecer a inexactidão do que se diz; mas dá se por gravemente offendido, se o ministro inculpado tem a palavra, e prova a injustiça da accusação que lhe foi feita.»

O Lopes Branco procurou acomodar a bulha — tanto mais que com ella nada tinha a lucrar, como o Avila bem deixára transparecer. Protestou a sua amisade, confessou a sua magoa — mas nem com toda essa humildade logrou esquivar-se a que o ministro, á saida, lhe voltasse as costas.

Com o Xavier da Silva a desavença foi mais fallada. porque os dous não primavam por qualidades d'urbanidade.

— «*O sr. Xavier da Silva* — S. ex.ª quer dizer e não quer ouvir *(apoiados)*. O que se passou foi

assim: o procurador da fazenda disse que lhe parecia que s. ex.ª tinha rasão; mas como eu estava presente, pedi a devida venia para tambem lhe expor alguma cousa do que o sr. ministro *chama historia*. O procurador geral da fazenda que tinha dicto, ao principio, que s. ex.ª tinha rasão, disse, depois, que lhe parecia que eu tinha rasão, e que era preciso examinar o assumpto com mais vagar...

— *O sr. ministro da fazenda* — Não é exacto.

— *O orador:* Isso não se diz. S. ex.ª deve estar certo d'isto, como eu; e devo-lhe dizer mais, que depois que s. ex.ª se retirou, continuei a tratar a questão com os illustres empregados com quem s. ex.ª estava, os quaes concordaram com o que eu dizia.

— *O sr. ministro da fazenda* — Ora! Elles não estavam para o aturar.

— *O orador* O nobre ministro, se não sabe educação, aprenda-a. Seja mais delicado; quer dizer, seja menos malcreado. Sr. presidente, por muito sangue frio que se queira ter, custa a ouvir no parlamento expressões d'esta natureza...»

Parece impossivel como um homem que trazia o coração tão preso — trazia a lingua tão solta! De resto, como é da praxe, ainda mesmo os que menos gostavam do Xavier da Silva — e eram muitos — tomavam o partido do provocado contra o ministro provocador. Ennumeravam-se, por isso, as antigas scenas a que a sua petulancia dera origem, e contavam se, nas gazetas, algumas das anedoctas picarescas da sua conversa embofiosa. O Avila, segundo essas anedoctas referiam, nunca perdia ensejo de salientar as suas parecenças com os grandes homens. D'uma vez contou que achando-se em Paris, parado, na praça dos Invalidos, um antigo soldado de

Napoleão se quedára pasmado em frente d'elle, olhando o com singular insistencia, traduzindo o respeito e a admiração:

— Muito se parece com o grande Napoleão! dissera o tal mutilado d'Austerlitz, sem poder arredar os olhos d'aquella physionomia... imperial.

E na Italia? Na Italia era uma maçada, era um aborrecimento! Os *lazzaroni* todos lhe chamavam duque! E não havia convencel-os que não fosse, pelo menos duque, pessoa d'apresentação tão notavel!

Acima, porém, de todos estes casos, o que elle contava mais longamente, com mais minucia na exposição e mais emproada altivez nos ademanes, era a conversa em que uma vez se demorára com o rei Jeronymo! Isso é que fôra cavaco, transcendente, de exame retrospectivo á epopêa napoleonica, com pontos de vista rasgados sobre a conveniencia de certa orientação diplomatica, — que elle, Avila, expunha, com convicção e fluencia, e que o rei Jeronymo ouvia maravilhado e persuadido de que o que verdadeiramente faltára ao irmão, ao Cesar modermo, fôra um Antonio José d'Avila! Se o apanha, em vez de ir parar a Santa Helena, outro seria o seu fim, outros seriam os destinos do mundo!

E claro que o vaidoso ilheu não dizia estas coisas todas assim, cruamente; mas deixava as subentender: dava-lhes todo o relevo para que se ficassem percebendo sem possivel confusão, sem lhes pôr resguardos de modestia, que era virtude por elle desconhecida.

Typo singular o d'este homem, de tão real merecimento e de ridiculos tão evidentes! Eram n'elle multiplos os contrastes! Até sendo de ambições nobiliarchicas e muito soffrego em amontoar haveres, — despresava enlaces fidalgos e casamentos ri-

cos, e orientava-se, pelo coração, para casar pobre e casar com uma cantora!

O nosso grande Souto Maior, o janota illustre, o parlamentar petulantemente provocador, o folhetinista mordente do *Estandarte*, estava por esse tempo cada vez mais enthusiasmado no papel de Petronic, o supremo arbitro das elegancias. Tinha acabado de lançar a mais moderna, a mais arrojada das suas phantasias de *toilette:* o capote á Garibaldi. Quando elle appareceu, uma tarde, descendo o Chiado, e precavendo-se contra as primeiras lufadas do vento de Novembro, ostentando o novissimo capote — em que se embrulhava, com a magestade e a graça d'um romano, caminhando para o *Forum* todo envolvido no famoso *mantelenne*, — foi um pasmo geral, um grande coro de exclamações, uma completa manifestação! Todos paravam, todos miravam, todos davam signaes de estarem vendo uma cousa de que seria incapaz outro qualquer elegante! Foi um triumpho — e foi um escandalo. Havia quem dissesse que o capote era uma maravilha; havia tambem quem dissesse que um tal capote era uma provocação. Afinal o que era o capote á Garibaldi? Em que é que se distinguia esse capote de janota, do capote classico, do capote de corte conhecido, e de panno inatacavel á traça, — e, que, por isso, através das gerações, abrigava das invernias e das chuvas familias respeitaveis? O capote, o novo capote de Souto Maior, distinguia-se... pela côr e pelas bambinellas. Vêr um homem com capote de côr e de mais a mais com bambinellas, era, para essa geração, um caso de singular arrojo. Porque representava tamanho destemor, tendia a revolucionar os habitos consagrados, aspirava á libertação da costumeira escravisadora, é que

Souto Maior, provavelmente, baptisára o seu invento com o nome do caudilho italiano, do aventureiro audás, que se propunha á libertação da Italia, com a formação do *irredentismo* peninsular.

O Souto Maior, indifferente ao seu triumpho como um homem a quem a victoria já não emocionava, parou á portada do *Marrare do polimento*, onde o grupo dos fieis, dos discipulos, para não dizermos dos imitadores, lhe fez roda, o festejou e iniciou o cavaco sobre o ultimo escandalo. Esse ultimo escandalo, — era a fuga da Persali, a linda Persali, que estava no theatro de D. Fernando, e era, como hoje se diz, a *estrella*, a *great-attraction* d'aquella, então, recente casa de espectaculos, hoje transformada n'um modesto hotel. Representava-se a *Batalha de Montereaux* e a Persali, com quem todos se offereciam para representar... a batalha dos Atoleiros, quando ia começar o combate, desertou do camarim. O pae, — um pobre velho, que tinha n'aquella filha um duplo e legitimo orgulho, porque era formosissima e cantora de recursos superiores ao theatro em que estava, — foi o primeiro a dar pela fuga e a levantar o escarceu correspondente ao seu desgosto. A *Batalha de Montereaux* suspendeu immediatamente. Actores e publico comprehenderam a necessidade... d'um armisticio. Os que andavam arregimentados no batalhão da linda actriz, obedecendo ao mais rapido e fugitivo dos seus olhares com uma disciplina modelar, mal se viram abandonados, romperam na mais descomposta furia — e juraram amolgar as costellas ao triumphador de tanta virtude e de tamanha bellesa. Como começo de execução para a vingança, correram ao governo civil e pediram auxilio e pesquizas efficazes ao marquez de Fronteira. Mas no dia seguinte o mysterio, o mais pavido mysterio, continuou a assombrar o caso triste d'esta

fuga, — e a batalha, a grande batalha de Montereaux, não poude travar-se... *faute de combattants.*

Era isto o que o grupo dos peraltas, no Chiado, explicava ao Souto Maior, pedindo-lhe para que elle, que era deputado e que era influente, se servisse das suas relações politicas e valesse á situação complicada dos do theatro de D. Fernando, — sem poderem batalhar, apesar do ardor belico que os animava, e ao desespero do pae Persali, — sem filha, apesar de ser um pae vigilantissimo. O Antonio da Cunha, fazendo oscillar as bambinellas da sua nova capa á Garibaldi, prometteu que instigaria as deligencias na busca necessaria. E cumpriu. Graças á sua influencia a actriz fugitiva, como se fosse desertor d'uma batalha a valer, foi procurada, perseguida até á fronteira, arrancada ali ao amante, presa, levada para Elvas — praça de guerra, — onde pernoutou uma noite com a casa rodeada por treze sentinellas! Sempre debaixo d'escolta, sempre acompanhada por soldados, veiu parar a Lisboa! Em toda essa triste viagem atravez do Alemtejo, a pobre Persali, só encontrou uma alma compadecida: foi a do governador civil d'Evora. Esta amoravel auctoridade comprehendeu e desculpou a fatal escorregadella na ingreme ladeira da virtude... e pediu-lhe para cantar alguns trechos do seu reportorio n'uma *soirée* com que obsequiava, essa noute, os seus administrados. Que havia de fazer a triste? Cantou! Cantou .. apesar de até ali só ter chorado, — porque, segundo depois se apurou, o companheiro do amoroso lance, um hespanhol, recentemente removido da legação aqui, em Lisboa, — com mais amor do que dinheiro, ao vêr-se, — pela força das armas! — obrigado a deixal-a, deu lhe... uma libra e fez o solemne juramento de que a faria reclamar — pelas vias diplomaticas.

No theatro de D. Fernando o cartaz annunciou, triumphalmente, a reapparição da fugitiva. Lisboa inteira, commovida com o caso vulgar, interessada n'essa aventura de amor, preparou-se para entrar na batalha de Montereaux .. a murro secco! Cheirava a polvora n'essa noute, por todo o largo de Santa Justa! Tinham-se mobilisado dois verdadeiros exercitos: um queria castigar a deserção da diva; o outro, compadecido do seu infortunio e lembrado da misera libra recebida na hora do desamparo, defendia-a energicamente. As gazetas pediram moderação, recommendavam prudencia, aconselhavam benevolencia generosa. Ouçamos a *Revolução* a procurar evitar... a revolução:

Na sahida de Lisboa, a sr.ª Persali demorou-se dois dias em Aldêa Gallega, o que, de certo, foi causa a que as auctoridades tivessem tempo para cumprir as ordens do governo... São visiveis no seu rosto os signaes d'uma dôr profunda, e d'uma grande absorção d'espirito.

A sr.ª Persali vai apparecer na scena. E' facil de prever quantas apprehensões e receios se terão apoderado d'ella, e como tremerá de se apresentar novamente aos olhos do publico. Seria extremamente honroso para os frequentadores do theatro de D. Fernando que os *complots* da pl têa respeitassem a desgraça, defendida pelo sentimento, e que se não tomasse este caso para ensejo de folguedos estrepitosos e especulações amorosas. A sr.ª Persali só precisa e só pode acceitar a generosa benevolencia do publico, e o esquecimento das suas aventuras.

Este appêlo logrou ser comprehendido e correspondido pelo publico. A linda Persali foi cumprimentada, foi aplaudida, com delirio. Com os olhos no chão, com uma vergonha que lhe ficava muitissimo bem, a pobresinha quedou-se longamente, á bocca da scena... com a bocca calada. Este silencio e aquella compostura como que davam ainda maior realce á sua formosura de rosa pallida... tocada

pelo beijo amoroso d'um pica-flor. E o caso da libra, da modica libra, ligada á demora exaggerada em Aldêa Gallega, mais apiedava os corações generosos. Mas até para isso mesmo houve reparação n'essa noute memoravel. Ouçamos o mesmo chronista, que metteu o requerimento para a benevolencia do publico, contar esse episodio final:

Quando a actriz recebia as estrepitosas ovações da platea, entrou esbaforida uma pomba pelo proscenio e poz-lhe aos pés uma carta com sinete heraldico Ella tomou a do chão e leu-a. Era um desabafo d'amor e generosidade do seu companheiro na jornada transtagana. A carta continha uma letra de cambio, sacada sobre a praça de Lisboa pela importancia de cinco libras esterlinas. A principio julgou se que a pomba mensageira vinha de mais perto e trazia outra commissão, mas alguns especta lores, versados na linguagem dos passaros, que tiveram a precaução de lhe fallar, certificaram se do logar d'onde viera, e reconheceram-lhe os distinctivos do correio hespanhol.

O caso da Persali é muito caracteristico d esta epocha — que em Hespanha foi a da Lola Montes e que na Dinamarca foi a da Rasmussen, que casou com o rei e depois se divorciou. Estes episodios, pois, são, n uma sociedade, o que uma *detective* é na photographia: dão o instantaneo, apanham em flagrante, fixam n'um relance, expressam todo o movimento e toda a vida, — e, por isso mesmo, devem ser recolhidos por quem se proponha á composição d'um grande quadro. E' para esses que aqui o archivamos.

Passemos agora de theatro de D. Fernando para o de S. Carlos, que como sempre, — occupava na politica do paiz um logar de excepção: era ali que politicos e jornalistas, deputados e ministros, nos in-

tervallos da opera, ou accordavam artigos e planos de combate ou compravam adhesões com promettimentos de favor. De resto S. Carlos nunca como n'esse anno traduzira, na sua administração interna e nos episodios que ella provocava, um paralello mais frizante com o da administração do estado e com os incidentes que a salientavam. Havia dous partidos, apoiando dous chefes: um o Corradini, — que liquidára, vendendo todo o espolio ao governo — ; o outro o Cambiaggio, que obtivera a exploração e gosava de previlegiado favor. O favoritismo com esse empresario chegou ao extremo desaforo! Sem resguardo no patronato o governo emprestou-lhe um navio de guerra, o *D. Luiz*, para conduzir para Lisboa o recrutamento artistico que fizera na Italia! O favor seria inexplicavel, se não se dissesse aqui que o Cambiaggio era... um *testa de ferro*. Atraz d'elle estavam o Lucotte e... o *Frescata*.

Os dous empresarios, o que fôra e o que era, desavieram-se, — e como succedia com o conde de Thomar e Saldanha, guerreavam-se e injuriavam-se. O Cambiaggio, porém, não seguiu a theoria do chefe do governo a respeito de processos por injuria: chamou aos tribunaes o Corradini, e teve o regalo de o vêr condemnado em custas e n'alguns dias de prisão. O triumpho no tribunal instigou os contrarios a redobrarem no desforço contra o triumphador: foram ruidosissimas as pateadas com que lhe reprovaram a companhia.

— Elle é *Cambiaggio*, mas havemos de leval-o ao *recambiaggio*, a elle e aos que vieram com elle! — ameaçavam os desavindos, formando calembourg para o desforço com o proprio nome do homem.

Houve dias que se deixou de fallar em Lisboa no Costa Cabral para todos se occuparem das occorrencias de S. Carlos. Um chronista, nas *Scenas Comtem-*

poraneas, fazia assim o boletim d'esta guerra temerosa:

A tenda do generalissimo foi levantada no *Marrare*. E' alli que se acha a cabeça, ou antes o pé d'este exercito, que a dizer a verdade, não tem pés nem cabeça. E' alli que foi decretado o assobio para servir de foguete-á-congreve n'esta guerra tão *assoalhada*, e o patacão falso para desempenhar as funcções mortiferas dos projecteis de artilheria.

Um outro chronista, Lopes de Mendonça, na *Revista de Lisboa*, fazia a comparação entre os cantores de S. Carlos e os de S. Bento, e lançava o grito de que... a patria estava na platea, sendo o inimigo os maus cantores. Se fosse dado vencel-os... a patria estava salva! Ouçamos este:

Pois que! Ha uns poucos d'annos que soffremos um primo-tenor governativo chamado Costa Cabral, que sentimos a canceira de uma *prima dona*, esfalfada, chamada Felix Pereira de Magalhães, que possuimos um dançarino financeiro *assoluto* denominado Avila, e toda a nossa energia, e todo o nosso esforço ha-de dirigir-se contra uns poucos d'artistas, que bem ou mal procuram fazer o seu dever? Pois o *basso-bufo* conde de Tojal, o 2.º tenor visconde de Castellões, especie de *Bruni* politico, e esses côros de empregados administrativos, que desafinam, que atropelam, que irritam os nervos do paiz, perderam de repente todos os direitos á opposição, e ficam no seu limbo theatral, sem ao menos um assobio do respeitavel publico?

Pomos estas citações abonatorias da fidelidade da nossa narrativa, porque, se ellas escaceassem, muitas vezes pareceria serem as observações invento proprio, para illudir quem lê. A verdade, a absoluta verdade, é que, depois d'essa temerosa lucta contra o cabralismo triumphante, o desanimo tinha tomado muitos dos luctadores, — e no fim d'esse anno de 1850, os mais aferrados na contenda, viam com desgosto e registavam com magua, que em Lisboa as conten-

das de S. Carlos dominavam todas as outras preoccupações! Saldanha, e as conspirações que se lhe attribuiam, valiam menos, para a sociedade da capital, do que as cabalas que tramava o Corradini. Houve, na politica, um momento de lassidão. Sentiu-se como que a fadiga da excitação que provocavam os odios partidarios. Já não provocavam interesse os *menus*, que o *Charivari* dava, dos jantares exoticos do conde de Thomar, — em que se serviam estas cousas raras: costelletas de codornizes com *purée* d'ananaz! Uma nova polemica, levantada entre José Cabral e D. José de Lacerda, em que os dous se ameaçavam com as cartas que um do outro tinham, ficou desacompanhada de todo o interesse. A commissão que veiu do Porto, mandada pela *Associação Commercial* entregar uma espada de honra ao Marechal, como homenagem á attitude que este tomára, foi assumpto apenas notado, — assim como a exclusão que do antigo mordomo-mór tinham feito para o jantar dado no Paço ao duque de Leuchtenberg. S. Carlos e as contendas e prisões effectuadas no theatro, d'alguns dos mais turbulentos, é que dominavam. O que se pedia já, não era que Costa Cabral deixasse de governar: era que o *Hernani*, que fôra um grande fiasco, não se tornasse a representar!

Lisboa soffria, n'esse momento, como doença aguda, da monomania do lyrismo. Cantava-se nos seis theatros! Não havia peça, nem mesmo o melodrama, que chamasse publico, não tendo musica! Cantava-se em S. Carlos, em D. Maria, no Gymnasio, no Salitre, no D. Fernando e em S. Amaro! O minimo da exigencia do publico, o limite da sua requisição em qualquer peça que lhe offerecessem, era... o *couplet*. D'ahi para cima tudo era bem recebido. Para satisfazer esse... estado d'alma da

cidade, o Palha, o Francisco Palha, lançou, então, as suas parodias ás operas. *O Andador das Almas*, com a musica da *Lucia*, foi um triumpho para o auctor, para o grande, para o inimitavel Taborda... e para o Conde de Thomar! Deixou-se de fallar em concussões para se celebrar a graça em junção com o canto!

Outro episodio:

Em Lisboa publicava-se então a *Revista del Mediodia*, da qual era redactor Luiz Rivera. O hespanhol accusou o Palha de têr feito, no *Andador das Almas*, uma simples traducção do *Sacristão de S. Lourenzo*. Houve polemica. O Rivera, na sequencia das suas criticas, louvou muito o Taborda e amesquinhou os que com elle representaram no Gymnasio. O Taborda, que primou sempre pelas raras qualidades de camaradagem e dedicação aos companheiros, veiu á imprensa com uma carta, em que dizia:

> A injustiça com que o sr. Rivera trata aquelles que, como eu, trabalham por merecer as sympathias do publico portuguez, fará talvez acreditar a muitas pessoas que a excepção feita para comigo, e tambem injusta, é filha de rogos meus, ou de relações d'amisade que existam entre mim e o dito senhor: para que ninguem diga tal, declaro que se n'outro tempo houve alguma relação entre mim e o sr. Rivera, essa relação acabou, e não pode existir mais.
>
> Alem de tudo isto, a injustiça do sr. Rivera para com os meus companheiros obriga-me a duvidar da sinceridade das suas palavras a meu respeito. Agradeço-as, mas peço a S. S.ª que me poupe o mais que lhe fôr possivel. A minha modestia resente-se com os favores do sr. Rivera.

Esta carta, que tão bem desenha a inalteravel nobresa de caracter do maior a mais perfeito artista que o theatro portuguez tem tido em todos os tem-

pos, deixou o hespanhol com uma malagueta de Valencia! Respondeu em castelhano, *por supuesto:*

«Está escrito que yó he de andar á vueltas com el teatro del Gimnasio, y vive Dios que ya me cansa la *virginea* susceptibilidade, no de alguna pretensión ofendida, sinó, lo que és más lamentable, hasta de las modestias impertinentes, nécias.

Si dice el sr. Taborda que no merece los elogios que le tributo en la *Revista del Mediodia*, dice una *cosa* capaz de creerse; pero decir que traté a sus compañeros de un modo injusto, no cuela... mi *modestia* no me permite confesario.

Perdono al primer actor del Gimnasio los demás puntos de su carta, porque, aunque tengo poca experiencia, creo que las modestias importunas conducen á veces á los mismos errores que el orgullo exagerado. — Es una opinión.

No obstante, la carta en cuestión, si bien es tonta, tiene, para mí, el mérito de la novedad, lo qual es siempre un mérito La guardo como un escrito curioso, por más que sirva de risa á más de cuatro burlones.»

O auctor da epistola castelhana não teve o bom criterio de comprehender, a tempo, que, n'um paiz estranho e com accusações aos seus litteratos mais queridos e aos seus artistas de maior talento creava uma situação insustentavel. Pagou a má orientação com o despreso geral e com alguns conflictos, a que teve de pôr ponto... passando a fronteira. Como faziam, porém, os generaes do seu paiz, que por esse tempo, por motivo do mallogro de successivos *pronunciamentos* se viam na necessidade de emigrar, — lançou a publico uma especie de manifesto, — que era carta de despedida... *a la Revista del Mediodia.*

A questão Rivera-Taborda tinha de ficar registrada n'este capitulo, destinado a archivo das polemicas e incidentes varios que se emaranharam com a politica da epocha. Quem sabe lá se o libretista que celebrou a alegria permanente do portuguez ri-

sonho, era lido e aprofundado nos casos variados, de contrastes extravagantes, que constituiram a vida da sociedade n'esse anno que devidiu o seculo XIX em duas partes eguaes? Quem sabe lá se esse libretista era filho d'uma franceza, que então por cá appareceu, para fugir a uma aventura ruidosa, e que produsiu aqui, tambem, varios e ruidosos escandalos... por encontrar os olhos dos portuguezes d'um encanto que não tinham os olhos nos outros paizes que percorrera?

Era d'essa enamorada dos olhos lusitanos, que se contavam no Marrare duas anedoctas curiosas. Sabiam alguns que ella fora em passeio a Cintra com um dos *anabaptistas* d'olhos ramalhudos e muito em evidencia no Chiado. — Os janotas eram então chamados *anabaptistas*, em homenagem ao *Propheta* que, no anno que passára, tivera em S. Carlos um grande triumpho. — Quando a franceza regressou, perguntaram-lhe se ainda tinha a mesma admiração pelos olhos do companheiro de Cintra e pelos dos portuguezes em geral. Ella, diziam, explicára assim a descoberta que fizera n'esse passeio a dous:

— Mais oui! J'entre dans l'hotel, je vois un chat sur le balcon, je l'appelle, il me regarde: il avait des yeux superbes. C'est du climat!

Esta admiradora dos olhos lusitanos, segundo a outra anedocta referia, reconhecera depois d'algum tempo a necessidade de mudar de paiz. Aos que lhe estranhavam a resolução lembrando lhe os passados enthusiasmos, a franceza objectou, com sinceridade:

— Que quer? Não posso continuar a viver n'uma terra onde os olhos dos homens são realmente lindos, mas onde o agradecimento se manifesta só com esta phrase: — *muito obrigado!*

A franceza romantica — evolucionara para positivista.

CAPITULO IX

Os episodios do fim do anno

Fechada a camara, tendo desapparecido o labo ratorio destinado a produzir as grandes tempestades politicas, o desanimo tomára os que mais rijamente tinham procurado derrubar o ministerio do conde de Thomar. Ao cabo de tantos mezes d'uma lucta d'imprensa e de tribuna, como outra nunca se tinha pelejado; dispondo a opposição na camara dos pares de elementos formidandos e tendo procurado, cá fora, alentar as paixões com o recurso a successivas e desabridas campanhas; apparecendo, como reforço inesperado, inimisades e desavenças valiosas, como era a de Saldanha e dos elementos militares que o tinham em adoração, — o ministerio mantinha-se, a confiança da rainha não soffrera o menor abalo, a marcha administrativa proseguia imperturbavel. Não se sabia o que se fazer mais, dentro da legalidade, por que tudo se tentára e tudo se mallográra. Era preciso, pois, recorrer á revolução para demolir esse governo, para derrubar esse homem, que a todos levára de vencida e contra

todos saíra triumphante. Mas a revolução só podia fazer-se com o exercito; no exercito só Saldanha podia influir, e entregarem-se á mercê da mesma espada que annos antes cortára as suas aspirações partidarias, não era só deprimente para a sua honra e para o lealismo das suas ideias: — era entrar n'uma aventura em que os lucros, duvidosos, se viessem a tornar-se n'uma realidade tangivel, bem podiam ser arrecadados, exclusivamente, por quem da volubilidade das opiniões dera mais do que uma manifestação. Tudo isto contribuia para o desalento que experimentavam os que, tão animosos no começo do anno, tinham rompido em ataque vivissimo. Os mezes que se seguiram até ao fim do anno, tão serenos decorriam, que davam bem a impressão da calmaria profunda que a natureza toma, no periodo que segue a uma grande convulsão geologica.

Saldanha, porém, é que não desanimava, nem se conformava a esperar. Sentia, como se diz no Evangelho, fome e sêde de justiça. O seu amor proprio offendido, a sua situação diminuida, o seu prestigio abalado... e os seus vencimentos reduzidos, eram persistentes instigações á ancia nervosa com que procurava uma desforra rapida e retumbante. O governo sabia estas disposições. Vigiava-o — e habilidosamente ia desenredando a meada das conspirações que o marechal urdia. Todas as suas andadas eram conhecidas, todas as suas conferencias logo denunciadas, todas as suas visitas immediatamente participadas. Como respeitosa attenção com a sua alta patente, mandaram-lhe para a porta dous cabos da guarnição. Os pretensos cabos eram dous espiões da policia. O marechal escreveu ao seu collega Terceira... dispensando a vigilancia. Tiraram-lh'os da porta — mas mette-

ram-lh'os dentro de casa, disfarçados em criados. Conhecendo-lhe, por este meio, todos os auxiliares, iam-lhe comprando os mais temidos, ou mudando de situação os que estavam em commando que offerecia perigo. Ao Lapa, barão d'Ourem, que era um dos que merecia a confiança mais absoluta de Saldanha, deram-lhe o governo da India. O despacho foi sensacional, porque era esse que constava estar escolhido para levantar o primeiro grito da revolta. O barão, que nos cavacos tinha uma linguagem pinturesca e imaginosa, como a d'outro general e parlamentar do nosso tempo, que é escusado nomear porque decerto ja acudiu ao espirito de quem nos lêr, — designava sempre o conde de Thomar pelo epitheto burlesco de *chinello*. O presidente do conselho, que sabia d'isto, quando um outro pretendente ao governo da India, que se vira inesperadamente preferido pelo Lapa, lhe fez reprehensivamente os seus queixumes, objectou-lhe, fazendo o gesto de quem praticára um grande e valoroso esforço:

— Tenha paciencia, meu amigo, mas foi preciso... metter esse barão n'um chinello!

O barão, antes d'embarcar, tentou, por sua vez, metter tambem Saldanha no *chinello*. Fez todos os esforços para que este acceitasse uma embaixada e abandonasse os propositos de desforço em que lidava; — mas Saldanha, que no pamphleto encommendado a Rebello da Silva, cortára a possibilidade de se accommodar com tal despacho, — respondeu á carta que o barão lhe escrevera com o folheto, e a passagem respectiva sublinhada. Na primeira pagina, semelhando uma dedicatoria, escreveu: «*Para que leia na India, em chinellos, á sombra d'um coqueiro.*»

Nos commandos das divisões e nos commandos

dos corpos o ministerio procedia á depuração, arredando todos os suspeitos. Alguns corpos, como caçadores 9 e infanteria 13, eram mudados de quartel. O primeiro foi fraccionado, indo parte para Guimarães e parte para a Figueira, o segundo ia de Guimarães para Bragança e d'ali para Chaves. O tenente-coronel Barros, do 16, era tambem subitamente transferido, — o que levou o coronel Taborda, melindrado com tal mudança, a requerer a exoneração do corpo que commandava,

Para procurarem captar as sympathias do exercito, comprando-lhe o favor com os accessos, — os amigos do gabinete pediam promoções, mais promoções nos quadros. O ministro apressava-se a mostrar o cuidado que lhe merecia esse ramo importante, para assegurar as boas vontades, — e explicava que desde que elle, Gervis d'Athouguia, sobraçava a pasta da guerra, havia pouco mais d'um anno, já referendára 106 promoções, emquanto que os quatro ministros que o tinham antecedido — o barão d'Almofalla, duque de Saldanha, barão de Franco e barão de Villa Nova d'Ourem — em dous annos, só tinham feito 130. A proporção era, pois, toda favoravel á sua cuidadosa diligencia em trazer bem arraçoada a clientela exigente.

Com tudo isto, porém, os boatos de proxima sublevação não cessavam. Até já constára que o Galamba, o famoso guerrilheiro, major honorario, planeára um audacioso golpe de mão em Evora. Aproveitando a ida para a missa do regimento de cavallaria 5 e do destacamento de infanteria 11, dizia-se que tinha tentado introduzir-se nos quarteis, com os seus homens, e depois de lançar mão aos cavallos e armas, sair a campo, como nas luctas anteriores. A noticia talvez fôsse exaggerada, — mas o governo, pelo sim e pelo não, fez-lhe immediatamente um

processo... por desvio de pagamentos de pret, no tempo em que com a sua guerrilha perseguia o Remexido. Como esse desvio de fundos publicos subia a mais de 11 contos de réis, era manifesto o intento de prender o incriminado sob esse pretexto, — se o era.

Mas o homem perigoso, o adversario verdadeiramente para temer, — não o escondiam os ministros — era Saldanha. Alguns dos collegas do conde de Thomar tentaram novamente uma approximação. Agora a isca tentadora não era já o offerecimento d'uma embaixada, era uma satisfação ao que se lhe fizera antes: restituiam-no ao conselho d'estado, aproveitando para isso a vaga ali aberta pelo fallecimento do duque de Palmella. O marechal recusou, apesar de lhe dizerem que os outros membros do conselho d'estado se promptificavam a irem todos, encorporados, reforçarem com os seus rogos a solicitação já feita. O conde de Thomar, parece que não soubera nada d'estas diligencias dos amigos e collegas, e teve um grande ataque de furia, talvez menos pela tentativa... do que pelo mallogro d'ella.

Em todo o caso este era o estado dos espiritos no fim do anno de 1850. A sublevação militar não apparecia, mas fallava-se a todo instante em que ella seria inevitavel. Foi n'esta altura que, como se quizesse dar aviso aos que se lembrassem aqui de recorrer á revolução, Narvaez, o presidente do governo hespanhol, fez no Congresso um discurso em que defendia, sem refolhos, o direito á intervenção armada n'um paiz visinho, quando se tratasse.. de lhe garantir a liberdade! E exemplificava, assim, o que já fizera, como que a affirmar o direito que tinha á repetição, para respeito e consolidação da sua obra:

— «A nossa intervenção no reino visinho não foi para destruir a liberdade, — foi para consolidal-a. D. Maria da Gloria é hoje rainha constitucional de Portugal, porque as nossas armas lhe garantiram a corôa.»

Narvaez, além de fallar assim no Congresso, não se julgára dispensado d'outra demonstração clara: algumas das praças da fronteira receberam reforço nas guarnições, com aviso de prevenção para marcha á primeira ordem. Até Saldanha pareceu comprehender que seria inutil qualquer aventura emquanto Narvaez estivesse no poder. O governo, forte com o que se passára, apressou-se a pôr termo á continuação de boatos, que lhe diminuiam o prestigio, — e no *Diario do Governo* foi publicado um artigo em que se instigavam os conservadores a não dar curso a mais inventos sobre revoltas. Para tirar toda a razão de queixa aos contrarios, o artigo da folha official não se queixava dos excessos d'imaginação d'estes: lamentava o espirito inventivo dos seus proprios amigos!

— «Graças a Deus! é a primeira vez que nos fazem justiça!» — exclamou a *Revolução.*

A morte parecia ter-se filiado tambem, n'este fim do anno, no partido cabralista. Muitos dos adversarios do governo desappareciam, — como se o destino se manifestasse a favor d'uma situação que tantos desejavam vêr extincta. Morreu o duque de Palmella, — que apesar de retirado da lucta activa, de ter cahido n'um d'aquelles collapsos que tantas vezes marcaram a sua vida politica, ainda, pouco antes, por occasião das grandes luctas na camara dos pares, ali apparecera a animar com a sua pre-

sença, com o seu voto e até com a sua palavra, a opposição, mais activamente representada pelo Lavradio e pelo Tripa — o *gago ladrão*, como lhe chamara o *Raio* e os cabralistas repetiam.

José Alexandre de Campos, outro antigo ministro e outro adversario, morria em Villar Torpim, para onde se retirára doente, com a saude estragada pelas perseguições que soffrera, quando transferido, com um rigorismo barbaro, de cadeia em cadeia, depois de longamente demorado n'um infecto e humido pontão de navio, no Tejo.

João da Cunha Souto Maior, que fôra membro do congresso constituinte em 1839, que gosava de grande auctoridade como magistrado recto e sabedor, expirava, logo a seguir, no Porto.

Mas maior impressão do que a morte de todos estes, — apesar da elevada situação em que estavam, apesar de terem desempenhado os mais subidos cargos e de tantas vezès influirem nos destinos da nação,— foi a que produziu o desapparecimento d'um moço em quem se punham as maiores esperanças, porque alliava, a um talento d'eleição, a um estudo profundo das sciencias positivas, ao brilhantismo de qualidades de palavra que o destinavam a um larguissimo futuro, a uma actividade que contrastava com a indole meridional, as mais raras virtudes de caracter e d'austeridade. Esse homem que, na sociedade do seu tempo, tinha, em curtos annos, alcançado uma enorme reputação e constituia a melhor esperança do partido popular; que leccionava, com uma proficiencia indiscutivel, nas cadeiras da Polytechnica e da Escola Naval; que fazia auctoridade com as suas opiniões e criava verdadeiras devoções com o seu porte de cidadão impeccavel; que aos vinte annos entrava, n'uma acclamação de triumpho, como cathedratico na escola que o

educára; que indo depois fazer o curso de engenheiro naval, em Brest, ali recebera a maxima distincção, supplantando todos os do seu curso, — quem ha ahi, da geração actual, que lhe tenha ouvido o nome? Chamava-se Gregorio Nazianzeno do Rego. Levou-o rapidamente a tisica, n'uma casa humilima... no becco dos Apostolos. O seu funeral foi uma grande manifestação de lucto e de saudade. Muito pobre, — tão pobre, que não deixou com que pagar o enterro.. feito sem acompanhamento do ecclesiastico da parochia, que não dispensou a propina!

Todos quantos tinham uma penna na imprensa, consagraram-lhe artigos, celebrando o seu saber e virtudes. Os poetas prantearam-n'o em strophes doloridas. No cemiterio, substituindo a cleresia, pronunciaram orações de despedida José Estevão, Antonio de Serpa e Daniel da Silva. Não havia olhos enxutos, nem coração que se não sentisse convulsamente apertado pela dôr! Andrade Corvo foi um dos poetas que para elle escreveu, então, uns sentidissimos versos, destinados a supprirem as preces da egreja:

Ao sepulchro desceu. Hymnos funereos,
Ou fervorosas preces triste a igreja
Alli não levantou.
— Porque razão a igreja ao pé da cova
As cinzas d'um christão desamparou?
— Fôra pobre o finado... — Homens da nova,
Singela geração, chorai saudosos,
Que um dos vossos morreu mais virtuosos.

Ao sepulchro desceu. De Rego o nome
Na memoria ficou, dos que a virtude
Acatamos no mundo.
— Pulsando as tristes cordas do alaude
Celebramos, gemendo, o nome puro,
O talento fecundo

Do que entre nós viveu, pensando obscuro
Da patria na grandeza;
Nobre sem pompa, illustre sem vaidade.
— N'um canto de tristeza
Mostremos o amargor d'esta saudade.

Pobre morreu, sem honras e sem premios:
Que honras, premios aqui dão-se ao covarde
Que os brios vende n'esse vil mercado,
Onde homens sem nobreza,
Sem virtude e sem pejo, essa que lhe arde
Negra ambição no espirito, buscam nescios
Nutrir c'o a sombra de fallaz grandeza;
Honras, premios aqui dão-se ao malvado
Que se compraz na usura.
Da patria ao servidor, cujo talento
Na amplidão do saber ha penetrado,
Dá-se na vida amargo esquecimento,
Dá-se na morte humilde sepultura.

D'esse morto, tão illustre — mas tão pobre, que tão bellos artigos provocou, que tão sentidos versos inspirou, ficou um filhinho, na mais pavida miseria! Quem se lembrou de dar-lhe mais do que phrases doloridas e rimas lamentosas? Provavelmente ninguem! Que destino foi o d'essa creança? Quem póde dizel-o? A vida é feita de hypocrisias singulares: os que se indignam, os que verberam o egoismo alheio, raras vezes procuram converter os endurecidos com exemplos redemptores!

Esse padre que se recusára a dar as preces da egreja a quem não deixára com que pagar-lhe os responsorios, não foi só desapiedado, — fez um grande desserviço aos da sua classe, que andavam por essa occasião em lucta com Alexandre Herculano. O P.e Francisco Recreio, da Academia, levantára o seu irado protesto contra o criterio do historiador, que, despresando a lenda d'Ourique, vasára nos moldes

bronzeos da philosophia positiva, os feitos preverti-dos pelos chronistas fradescos. Como é de velha usança em polemicas de tonsurados, o P.^e Recreio não se limitára a exposição das razões, boas ou más, com que entendia poder desfazer-se a nova versão, profana, do episodio da famosa batalha. Pôz a aggressão e a injuria, onde melhor cabia a critica encaminhada á persuasão. Herculano, segundo o reverendo socio da Academia, não era só um incompetente que se mettera a manusear estudos historicos, era, dizia elle, textualmente, *o maior ignorante d'este reino e seus dominios*. E, desfiando o seu rosario, não para marcar os padre-nossos, mas para levar contados os improperios, desfechou-lhe quantos aggravos póde suggerir a sanha inflammada d'um clerigo, que quer, á força de flagicios, arrancar o demo do corpo a um possesso. A provocação e os insultos não offenderam só o erudito na sinceridade d'uma opinião, desenvolvida com o direito legitimo á critica, — que já não precisava, para correr, dos *vistos* e *licenças* do santo tribunal da Inquisição e do desembargo do Paço. Aggravava todos os que, na cultura intellectual, tinham aprendido a reclamar, para o espirito, a liberdade de pensamento sem entraves profanos ou divinos. Foi, pois, uma batalha formidanda a que veiu provocar o P.^e Recreio! Ao seu lado os clerigos formaram, reforçados pelos partidarios de D. Miguel, — que o queriam no throno, tambem por direito divino, para repressão dos impios. Os folhetos e a *Nação* espumejavam ameaças; no pulpito, os que não escreviam, lançavam anathemas; nos confessionarios ensinavam-se ás mulheres os esconrujos com que era necessario acudir na casa onde penetrassem as doutrinas de maldição, levadas pelos livros endemoninhados ou pelas gazetas onde Belzebuth, com a sua

cauda de fogo, lavrava improperios de desforço contra o bom Deus que o condemnára. Parecia que se ia volver aos tempos medievaes; que se iam pelejar novas batalhas, para impôr, a ferro e fogo, as crenças restrictas d'uma egreja, — que já não aspirava a ser universal pelo perdão aos que peccavam, pelo amor aos proprios inimigos, pela commiseração com os que estavam no erro! Nos tempos aureos da boa doutrina, da que fazia as conversões, da que fazia abjurar do erro de crenças herdadas, da que fazia do pagão o christianissimo martyr, — insensivel ao fogo, insensivel ás feras, insensivel aos açoutes dos lictores, — quando o descrente no milagre alardeava duvidas, era com um novo milagre, mais evidente, mais irrecusavel, que a fé se fazia irromper, banhando de luz o espirito rebelde. Agora, porem, n'este periodo a que nos estamos referindo, n'esta polemica que estamos historiando, muito outra era a orientação do P.e Recreio e dos seus acolytos. Duvidar do milagre d'Ourique, era crime tamanho que só á fogueira cabia purifical-o. E como já não havia fieis que piedosamente acarretassem lenha para o auto-de-fé, faziam da penna, faziam da lingua, faziam dos conselhos, — escoados ao ouvido, no recanto escuso dos templos, onde vinham pedir-lhe palavras de conforto — o activo elemento de instigação para o flagicio contra a impiedade, encarnada e symbolisada n'esse homem, sem crenças e sem sciencia, que negára que o rei dos reis descera, uma manhã, do seu throno rutilante no palacio celestial, e viera á planicie d'Ourique conferenciar com D. Affonso Henriques, fundador da monarchia!

Do outro lado, em opposição aos clericaes furibundos, estavam os kantistas exasperados — porque todos se davam então como discipulos de Kant, o

philosopho que, partindo da *duvida*, reconstituira a *certeza*, fundando-a na razão pratica, e d'ella tirára, como finalidade, a lei do dever, a existencia de Deus e a immortalidade da alma. Como se concebe facilmente, o maior de todos esses adversarios, o mais poderoso de todos os luctadores, o que dispunha de mais sciencia, — e se encontrava até apoiado na maior razão, — era o aggredido, o provocado, o injuriado: era Alexandre Herculano. Ferido no seu direito, amesquinhado no seu criterio, desrespeitado na consideração com que o rodeavam os que iam, em piedosa romagem, ouvir as suas opiniões d'oraculo, manifestadas sempre em palavras graves, — eternamente, inalteravelmente, monotonamente graves, — o historiador acordou dos sonhos, da concentração a que o seu espirito propendia, e, n'um impeto, e como forjado em aço, n'uma só peça e todo facetado em arestas penetrantes, lançou o seu primeiro opusculo: *Eu e o clero*. Depois veio o *Solemnia verba*, em que a malleabilidade do estylo, nunca antes mostrada, se alliava ao vigor da forma, nunca mais rijamente patenteada. Ao orthodoxo contradictor, lamentoso pelo heretismo do novo Luthero, Herculano oppunha a auctoridade de Fleury, a dos benedictinos eruditos da congregação de S. Mauro, a de Melchior Cano, o mais conceituado dos theologos castelhanos. Entrincheirava-se na theologia e, dentro d'essa fortaleza, tomada ao inimigo, combatia o theologo!

Ao polemista chamado a terreiro e batendo-se com tão superior pujança, vieram juntar-se os que até então mais se occupavam nas questões politicas das facções em lucta. Os opusculos multiplicaram-se; na imprensa, os jornalistas pegaram-se na mesma bulha animada e violenta; o publico, interessado como poucas vezes n'uma contenda de escriptores,

esgotava as edições, successivas, dos opusculos de Herculano; devorava as *Cartas ao sr. ministro da Justiça*, em que Luiz Augusto Rebello da Silva chamava a attenção do governo sobre o uso que fazia do pulpito e da imprensa uma fracção do clero; dava vasão ás producções com que o exploravam auctores anonymos, que lançavam nas livrarias folhetos com titulos mirabolantes, como este *Judas de Sotaina ou as Victimas d'um Padre*; lia, com interesse vivissimo, os artigos da *Revolução* contra a *Nação*, — e até comprava os *Conselhos amigaveis, tentativa de conciliação e paz*, com que o padre Rodrigo Antonio d'Almeida, bacharel em theologia e lente, que fôra, de philosophia e grego na congregação da 3.ª ordem de penitencia de S. Francisco, pedia a suspensão das hostilidades e a regressão á harmonia na christandade!

Appello bondoso, mas appello baldado! Os que se tinham pronunciado contra o clero, depois que este tivera a imprudencia de irritar as paixões amortecidas, clamavam pela necessidade dos poderes publicos acudirem com providencias d'excepção. «Pelo pulpito, — diziam esses, — querem levar o povo á superstição; pela imprensa a diffamação; pelo accordo das ideias, á saudade de formas decahidas e ao odio de innovações que maltratam como impias e incredulas.» E para salientar bem o perigo que resultaria de não acudir a uma propaganda tão perigosa para a sociedade civil, lembravam como dezesete annos antes, do pulpito abaixo se profanára o nome de Maria Santissima — dando-o a Carlota Joaquina; como D. Miguel fôra comparado ao Archanjo do seu nome; como na frente dos retratos d'esses dous se accendiam cirios bentos, e das suas perfeições angelicas dimanavam virtudes que obscureciam as que no *Flos-Sanctorum* veem

narradas e attribuidas aos varões mais justos. Tudo isso fôra soffrido, tudo isso fôra tolerado: deixaram-se açular as iras; denunciaram-se victimas pedindo sangue; editaram-se livros odiosos, como o *Cacete* e as *Tripas Viradas*. E depois? Depois fôra precisa uma grande lucta fratricida, tornou-se necessario pelejar com metralha e enterrar cem mil cadaveres, para trazer de novo a paz aos espiritos, a tranquillidade ás consciencias e a liberdade a um povo escravisado!

Como acalmar esta contenda? Como fazer esquecer a arremettida imprudente do P.^e^ Recreio, determinada pela nota, pela singela nota, da *Historia de Portugal?* Como fazer desarmar os que andavam na irritada controversia, de que só podiam provir inconvenientes á paz da Egreja e á tranquillidade das consciencias? Foi a diplomacia papalina que encontrou uma derivação pacificadora, mostrando com ella, por uma forma ostensiva, que o ressentimento pela negação do milagre d'Ourique não esfriára o carinho de Pio IX pela nação fidelissima. Com singular opportunidade, Portugal foi escolhido para uma nova demonstração do favor do herdeiro de S. Pedro. O arcebispo primaz de Braga, um velho octogenario, especialmente sympathico ao partido popular, foi escolhido para as honras cardinalicias, — e com esse pretexto, e obedecendo certamente ás instrucções recebidas, o nuncio, monsenhor Di Pietro, organisou uma grande festa, espalhando para ella profusissimos convites. Nas salas do prelado, muito astuto e muito mundano, ajuntaram se, lisongeados e rendidos, quasi todos os que andavam na propaganda anti-clerical. Herculano perdeu com a festa o grupo, a legião que o seguia. Os opusculos, depois d'isso, acabaram; as cartas de Rebello da Silva ao ministro da justiça

interromperam-se; a polemica entre os jornaes liberaes e os ultramontanos cessou, e os folhetinistas, os proprios folhetinistas, que tempos antes crivavam de epigrammas e de ridiculo o P.e Francisco, da Academia, convidados para a ceia do Nuncio, declaram-se regalados como... *camareiros secretos*, e tinham para as damas, que embellezavam a festa, phrases acepilhadas e lisonjas unctuosas, que pareciam copiadas das conversas de monsenhores femieiros!

Ouçamos, para comparação, um trecho do mais acreditado de todos esses chronistas, de Lopes de Mendonça, — que tinha sido tambem quem, anteriormente, mais flagellára o reverendo Recreio, e se alarmára com as consequencias da politica clerical em terras de Portugal:

Não digo que estivessem todas, mas estavam decerto em grande parte as illustrações femininas de Lisboa: bellas, frescas sempre, que não ha calor que as creste, nem tempestade que as desfolhe. Havia ministros em activo serviço e na terceira secção: havia todos os partidos representados: partido absolutista, absolutista-constitucional, absolutista-conservador, absolutista-reaccionario, absolutista-moderado; havia moderação progressista e cartista, moderação pasteleira e moderação jesuitica; e, finalmente, republicanos e socialistas. No seio da igreja — louvado seja Deus! — ha remissão para todos os peccados.

A *soirée* esteve animada e bem servida. Foi agradavel para o espirito e não menos agradavel para o estomago. O ponche *á la romaine* foi decerto inventado por um patriarcha.

Pobre Herculano! Como é que elle não se havia de tornar em solitario de Val de Lobos? Como é que elle não havia de se consagrar todo aos seus azeites, quando, n'esta lagariça social, os homens, embora apertados na prensa dos principios, já não davam oleo para alimentar a lampada das crenças

inabalaveis? Como era preferivel viver entre os laponios da Azoia, a conviver com os frivolos epicuristas, que não resistiam ás tentações capitosas do ponche *á la romaine!*

A nota alegre, n'este epilogo triste d'uma polemica levantada, resultou do janotismo requintado do ab-legado, — que o papa parecia ter propositadamente escolhido para mostrar que a sua côrte não se compunha apenas de prelados labutando só na conquista das almas, como podiam suppôr os que aqui seguiam as predicas exaggeradas. Este parecia mais preoccupado com o corpo do que com o espirito; comprazia-se mais em conversas com as mulheres do que em discussões com diplomatas; era até mais conhecido pelas aventuras galantes do que pelas devoções e resas. Chamava-se Antomoro. Não se podia conceber um enviado especial de Sua Santidade com menos santidade e mais galanteria. E tanto procurava desfraldar-se dos habitos sacerdotaes, que apparecia nos theatros, nos passeios e em visitas d'intimidade, vestindo quinzena e chamando muito a attenção com o oculo petulante, então usado pelos janotas. O Silva Tullio não quiz que o monsenhor Antomoro partisse d'aqui sem receber d'elle um especial signal de reprovação, tanto pelo uso da quinzena como pelo abuso do oculo — e escreveu um folhetim, na *Revista*, em que mostrava «*o anojo* que lhe causavam estes exemplos vindos da propria Roma.»

Servius Tullio — o *Caturra!*

O milagre d'Ourique tivera para o conde de Thomar a vantagem apreciavel de desviar para o P.^e^ Francisco Recreio as violencias jornalisticas, que eram então indispensaveis para a manutenção do

credito dos polemistas e da prosperidade das gazetas. Esse socio da Academia, fôra um socio precioso e providencial na partilha dos ataques e injurias. E não ficára só n'isto a gratidão que o presidente do conselho devia á contenda sobre a apparição celeste ao filho de D. Tareja. A ligação entre legitimistas e septembristas, acasalados na Junta do Porto — e já antes d'isso na Maria da Fonte, — rompeu-se com estrondo. A *Nação* e a *Revolução de Setembro*, que se davam as mãos e passavam a palavra nas campanhas de diffamação contra o conde de Thomar, agatanhavam-se agora furiosamente. Desenvolviam uma funda erudição de textos biblicos, de notas theologicas, de doutrinas dos santos padres, para sustentarem principios que contradiziam as doutrinas que cada um queria implantadas. Para melhor se convencerem — espancavam-se. O conde passára, pois, da arena para o palanque. Via bater, em logar d'apanhar. Em vez da dôr — o regalo!

Tudo, tudo parecia annunciar na sua existencia um momento de repouso e de recrudescimento de fortuna. Os adversarios estavam em evidente desmoralisação. Abatia-os o desalento pela improficuidade dos esforços. O partido popular não acertava com o chefe a escolher. A intriga minava-o. Os novos eram recusados para o commando supremo, com fundamento na inexperiencia; os velhos eram desviados com a allegação das provas, já dadas, de inhabilidade. Ninguem se entendia. Principiaram até a ser motivo de mofa, porque pretendendo celebrar uma reunião partidaria, tinham escolhido uma casa, á Guia, onde havia uma sociedade de bailaricos, chamada o *Baile Nacional*. O dono do predio, o sr. Figueira, que primeiro accordára em ceder o salão para essa dança politica, recusou-se a manter a palavra, desculpando-se com a auctoridade. O go-

vernador civil fez logo desmentir o homem. Podiam reunir, bailar ou palrar, conforme melhor fôsse do seu agrado. Reuniram, então, livremente em outra sala, menos afamada, e accordaram nomear duas commissões centraes, — uma para Lisboa, outra para o reino. A de Lisboa era composta de 16 membros, sendo o primeiro o duque de Loulé; a do reino tinha apenas dous nomes: duque de Loulé e conde das Antas. Se antes da reunião as divergencias eram grandes, depois d'esta escolha realisada os despeitos tiveram mais em que fundamentar-se.

No partido cartista as dissensões tinham tambem fraccionado a união, sem criar um nucleo de juncção importante. Havia cartistas do duque de Saldanha, cartistas de Rodrigo da Fonseca, cartistas de José Bernardo. Os cartistas de Costa Cabral, esses tinham abandonado o nome proprio pelo appellido: designavam-se, e eram designados, por cabralistas.

A contrariar todos os signaes de fortuna que appareciam a auspiciar as boas festas do Natal, o conde de Thomar teve de subito um repellão de azar: perdeu o malhete. Grão-mestre da maçonaria, eleito contra Rodrigo, e tendo sido esta uma das suas forças activas para supplantar o seu principalissimo rival, via-se, de repente, substituido, corrido, desthronado ou desmalhetado — como melhor para o caso haja de dizer-se. Quem lhe tirou a insignia, quem se apossou do symbolo do commando supremo? O irmão, o José Bernardo, já outra vez em conflicto aberto, já outra vez em divergencia pregoada aos quatro ventos, no *Estandarte!* O episodio tomou proporções tão pouco merecedoras de applauso, que os mais ferozes adversarios do conde de Thomar condemnaram a occorrencia e sublinharam-n'a com ridiculo para o mação triumphador. Tendo de escolher entre os dous, os inimigos pre-

feriam o que estava de dentro ao que estava de fóra, o que estava em cima ao que estava em baixo, o que retinha o poder ao que aspirava a conseguil-o! Não podia ser mais significativa a repulsão demonstrada por quem só estava a dirigir um jornal, mas não dirigia o paiz!

O irmão José, sentindo a necessidade de justificar-se, — tão completa era a vergonha do seu triumpho, — allegou as suas magoas, desenvolveu os seus queixumes. Pois os que lhe replicavam com ironias cortantes, eram os adversarios tradicionaes do irmão Antonio! Vamos ouvil-as:

«O sr. José Bernardo esgotou a sua longanimidade. No calix do seu soffrimento mantinha-lhe a resignação o nexo da familia, e a santidade do lar domestico. Doíam-lhe no fundo d'alma as injurias de seu irmão, e seu pupillo. Rasgavam-lhe o seio os farpões vibrados pela mão sacrilega do conde de Thomar. Elle, o popular, elle, o cartista estreme, elle, o representante do povo, pesava-lhe no gorjal o pé com que o esmagava o conde, arfando sob o peso dos arminhos, e vergando sob a mole immensa das honrarias nobiliarias. E tudo soffria, senão resignado, ao menos heroicamente. N'aquella alma candida e singela, a injuria pessoal, tomára-a como martyrio, e o ultrage, como uma palma da sua fé militante e pura. Mas o que elle não poude tolerar, foi a violação do seu *Estandarte*, a profanação das crenças de que é indigno mas necessario sacerdote. Como irmão perdoava; como pontifice excommunga; como cavalleiro podia deslembrar uma offensa; mas como soldado da armada cartista, condemnava-o a sua consciencia deixando na bainha a sua espada de exterminio. Novo Fenelon, sabe preferir a si á sua familia, mas não se esquece

de preferir a patria ao seu proprio sangue. Chefe d'uma religião inexoravel, será, se o rito o pedir, o proprio sacrificador da sua carne. Os deuses irados do Olympo cartista pedem uma victima, e o Agamemnon arremessa, chorando, ao cepo do holocausto, a cabeça do conde, hostia grata ás divindades ciumentas da carta.»

Para a ironia ser perfeita, nem lhe faltava o relevo litterario! E' que o Rebello da Silva, que fizéra as anteriores criticas do irmão José contra o irmão Antonio, era agora quem escrevia as criticas do irmão Antonio contra o irmão José. Eram publicadas na *Revolução*, para o incognito ser mais perfeito, embora a mudança fôsse mais sensivel. E' verdade que o Sampaio, por essa occasião em risco de morte, com uma doença aguda, não podia intervir na redacção da gazeta. Talvez por isso é que elle, que classificára o anno de 1849 como o anno do *caleche*, não poude classificar o anno que agora findava como o anno das *desillusões*.

LIVRO QUINTO

(1851)

CAPITULO I

Banqueiros deputados, na camara. — Sessão escandalosa. — Os dos Tabacos e os do Banco de Portugal. — A questão do Alfeite e a historia de David Negro.

A nova sessão que ia começár, que era a ultima da legislatura e que é a ultima que nos falta descrever — inaugurou-se sem as pompas palacianas, que são d'uso. A rainha estava, mais uma vez, n'aquelle estado que se convencionou denominar — interessante. Um decreto real encarregou o chefe do governo de inaugurar os trabalhos parlamentares, e com a leitura d'essa procuração se reduziram ao minimo as cerimonias da festa constitucional.

Faltando a rainha, faltára o discurso da corôa. A camara ficou privada de inaugurar os debates com a questão politica a que a resposta dava logar. Fontes foi o encarregado pela opposição de reclamar uma discussão, que se julgava necessaria para, d'um e d'outro lado da camara, minoria e

maioria, opposição e governo, expôrem principios e ideias, critica e defesa, no exame dos actos politicos e administrativos. Os precedentes parlamentares em Hespanha e em França auctorisavam a reclamação do deputado que acceitára a missão dos que se assentavam nas bancadas da esquerda. Em França, em 1837, a camara tinha resolvido não tomar conhecimento de qualquer projecto que o governo apresentasse, sem primeiro discutir e votar o exame e a politica do governo. Em Hespanha, n'uma das ultimas sessões, Olozaga reclamára o debate politico, apesar da abertura da camara tambem se ter realisado, por motivos extraordinarios, sem discurso da corôa, — e o governo, promptamente, accedera a esta justa exigencia.

Fontes, para harmonisar os seus desejos e os dos seus amigos com as circumstancias, propunha que fôsse nomeada uma commissão de sete membros, á qual seriam aggregados os relatores das outras commissões, e todos examinariam e dariam um parecer sobre os relatorios apresentados pelos ministros. A apresentação d'esse parecer daria o pretexto para o debate, não se occupando a camara até então de qualquer projecto de lei apresentado pelo governo.

A camara recusou a acceitação d'esta proposta — e o ministro da fazenda, em acto seguido, como se quizesse bem demonstrar que, em vez de discussões estereis, o governo se propunha fornecer para o exame e voto da camara assumptos importantes d'administração, apresentou o orçamento e o seu relatorio de fazenda. No dia 7 de janeiro, note-se bem! Aprendam n'este exemplo os ministros do nosso tempo.

Mallograda a tentativa dos politicos, que queriam o debate para explanação das suas paixões, surgiu

o grupo dos financeiros, que pediram a discussão para liquidarem as suas contas interesseiras. Foi um espectaculo unico, repugnante de sordidez, traduzindo, sem pudor, o egoismo e a ambição, o que se representou, então, n'essa sala, destinada pelo povo aos seus representantes, e transformada pelo mercantilismo em tenda de agiotas mal avindos, provocando se e desafiando-se na linguagem baixa de bolsistas exasperados! Nunca se vira, como n'esse momento, os banqueiros mais celebres pela usura com que exploravam os negocios do estado, servirem-se da sua situação de deputados para fazerem pressão sobre o ministro, que tratava de libertar-se das garras aduncas de tão colossaes aves de rapinagem! Nunca se tinham visto representantes de interesses particulares subirem á tribuna parlamentar, para expôrem os seus negocios e pedirem a benemerencia publica, exigirem o proveito e a honra, quererem o lucro e a gloria, reclamarem a camisa do pobre paiz e os louros dos salvadores da patria! Dir-se-ia um drama empolgante, destinado a agitar e commover uma plateia impressionavel, e pondo-lhe, para isso, em toda a nudez d'um realismo crú, os caracteres dos homens desnorteados pela ambição, aristocratisados pela riqueza, e erguendo se, com a altivez d'imperantes, sobre as demais situações sociaes, a proclamarem que o poder do ouro estava acima de todos os poderes do estado! Foi um espectaculo caracteristico do rebaixamento dos ideaes a que aspiravam os que tinham introduzido um systema politico, baseado na discussão nobre, e encaminhado á elaboração de leis justas e sabias. Se o *templo das leis* estava sendo aquillo, se os *sacerdotes* se tinham tornado assim, bemdito o látego redemptor, que expulssasse os vendilhões; abençoada seria a agua

lustral, que purificasse a ara destinada aos puros sacrificios!

Expliquemos, porém, n'um prologo indispensavel, o que deu origem a essas sessões desoladoras.

A situação do thesouro era representada por um *deficit* de 2:500 contos, n'uma receita de 12:200 contos, numeros redondos. Esta differença, *real*, entre a despesa e a receita, era, como hoje, disfarçada com varias habilidades d'escripturação, tendentes a mostrar ser o *deficit, verdadeiro*, apenas de 1:199 contos. Um estado financeiro por tal modo desequilibrado obrigava o encarregado da gerencia dos dinheiros da nação a expedientes e relações com bancos e banqueiros, que, na phrase celebre, sustentam o estado como a corda sustenta o enforcado. Durante muito tempo o *Banco de Portugal* mostrára-se o auxiliar dedicado, prompto a acudir a embaraços e urgencias — mas, como tambem é d'uso, á maneira que ia esganando o paciente, impunha-lhe sacrificios progressivos. Shylock foi, por fim, tão excessivo nas condições da usura, que o Avila, como o doente que cuida melhorar mudando de cabeceira, largou um agiota para se metter nas garras d'outro: deixou os do *Banco de Portugal* e entregou-se aos *Caixas do Tabaco*, — trocou o José Lourenço da Luz pelo Carlos Eugenio d'Almeida. Os que perdiam cliente de tão proveitoso rendimento, embraveceram-se com a tentativa de libertação. Entenderam-se com os adversarios do governo. Communicaram-lhe segredos d'operações celebradas e d'outras em projecto, e creando todas as difficuldades instigaram campanhas violentas de descredito, que, depois de abertas na imprensa, esperavam ver reproduzidas no parlamento. O Avila, furioso, despedaçou violentamente todos os laços que o prendiam ao Banco. Como accionista vendeu as

suas acções, e como ministro tirou-lhe a direcção de operações que anteriormente lhe tinham sido commettidas, e andavam retribuidas com uma verba especificada no orçamento. O conhecimento dos dous factos produziu alarme, que se produziu n'uma baixa na cotação das acções. Se o ministro vendia, o perigo era immediato, — dizia-se.

A campanha, assim iniciada, redobrou o desespero dos luctadores. O *Banco*, seguindo processos que parece serem de tradição n'estes casos, proclamou alto o seu amor pela nação. Banqueiros-patriotas, como todos os patriotas banqueiros, quizeram mostrar só terem servido a fazenda com a mira no bem publico — e para aniquillarem o ministro com a prova dos seus sentimentos d'entranhado amor pelo paiz, exhibiram communicações em que se tinham permittido dar reprimendas severas pela marcha da politica e da administração. Quem, ao pedir maior juro, logo dissera não irem bem os negocios publicos, tinha, segundo elles allegavam, demonstrado por forma bem nitida, que se devia *mudar de vida* — para segurança do futuro... e dos credores.

O Avila, mais exasperado pela publicação das humilhações que tolerára por algum tempo e soffrera por necessidade, desforçou se no relatorio apresentado á camara. Logo n'um dos primeiros periodos contava que, tendo pretendido uma operação de 400 contos, embolsavel pelas alfandegas, esta tivera de deixar de ser effectuada por intermedio do *Banco de Portugal*, «porque este exigira uma commissão de 2 por cento e a entrada nos seus cofres dos rendimentos applicados para o embolso da operação, por meio *de uma prestação diaria*, a começar do dia em que fosse levada a effeito a mesma operação.» O *patriotismo* dos agiotas ficava assim n'uma bem

triste evidencia! Depois de publicar esta exigencia, e a recusa que lhe oppuzera, o ministro explicava ter commettido o encargo á Junta do Credito Publico, — que o acceitára sem remuneração e com a melhor vontade. A Junta, como se vê, tambem é de tradição só servir, mas servir bem, quando o patriotismo dos banqueiros soffre... eclipse parcial!

Com esta exposição preliminar, o leitor condescendente pode seguir agora o espectaculo parlamentar.

Foi na sessão de 15 de janeiro que o banqueiro-deputado José Lourenço da Luz, entrando na sala com demonstrações evidentes d'irritação, pediu apressadamente a palavra. Na mão trazia um papel, dobrado em forma d'officio, que elle brandia como se fôra um montante, na gesticulação larga para acompanhar a conversa, animada, com dous ou tres, que se tinham acercado da sua bancada. Era facil perceber, por isso, que ia tratar-se da apresentação d'aquelle papel, que se não sabia bem se era relacionado com a sua qualidade de banqueiro ou com as suas funcções de deputado, mas em que elle punha, era evidente, um proposito d'ameaça e escandalo. Quando pouco depois lhe foi dada a palavra, a sua voz traduziu desde logo a irritação, e as primeiras phrases deram immediato rebate da provocação:

« — Vou fazer uma proposta ou moção, que devo fundamentar sobre o requerimento, ou representação, que a direcção do Banco de Portugal apresenta hoje á camara, ácerca dos objectos que se passaram no intervallo da sessão. Eis aqui a representação, que vou lêr. *(Profundo silencio na camara)*.

O sr. presidente — A representação não se póde lêr, sem permissão da camara. Hei de consultar a camara se permitte que o sr. deputado a leia, no caso de assim se requerer; de contrario não se pode lêr. *(Apoiados)*.»

A nota tachygraphica, registando o silencio profundo, quando se annunciou a leitura, é bastante expressiva, porque denuncia como já não era segredo o desafio ao governo. A circumstancia excepcional de ser um dos directores do Banco quem vinha para a camara prevalecer-se da sua qualidade de deputado para tratar dos seus e dos negocios dos collegas, accrescentava a audacia, mas espicaçava mais a curiosidade. O presidente, pelo seu lado, intervindo para evitar a realisação da leitura, significára, bem claramente, ter farejado o escandalo, ou ter d'elle denuncia prévia.

O ministro da fazenda, especialmente visado na contenda, mostrára, pelo seu lado, uma agitação e nervosismo que lhe eram habituaes nas mais accesas polemicas. Emquanto o presidente procurava consultar a camara, n'uma indicação manifesta para a recusa que solicitava, elle avisava os seus parciaes para deixarem proseguir e liquidar o incidente. O mau genio do Avila era conhecido. Ninguem contava vêl-o soffrer um desaire sem se desforrar com violencia.

O Lourenço da Luz pôde, afinal, lêr a representação. Era uma critica aspera, era um desforço de banqueiros despeitados, classificando como um *attentado* a communicação feita pelo ministro, no seu relatorio de fazenda. Effectuada a leitura, propôz que a representação fôsse communicada ás commissões de fazenda, legislação e infracções, e convidou estas para darem parecer urgente. O Avila levantou-se.

Estava rubro, como se o ameaçasse uma congestão.

— «Eu tomo como do nobre deputado as expressões que veem do Banco de Portugal, e em resposta a V. S.ª direi que é uma injuria feita ao governo. Peço que se comparem todas as expressões que o nobre deputado imputa ao governo e *todas as mais expressões amaveis* que a direcção do Banco de Portugal está no habito de dirigir ao ministro, com as que o governo, sobre este objecto, apresentou no seu relatorio. Prometto trazer á camara todos esses documentos, e por elles se pronunciará um juizo seguro a este respeito, avaliando-se devidamente as causas que deram origem ao procedimento do governo, e então se conhecerá, se não foi a direcção do Banco de Portugal quem nos levou a romper todas as relações que com ella podiamos ter. Era impossivel que a um estabelecimento d'esta ordem se consentisse o estar constantemente a dirigir-se n'uma linguagem inconveniente a um poder constituido. Peço licença para ler esta parte do relatorio, na qual eu descrevi esse facto unico n'este paiz...

O sr. Silva Cabral: Se está em discussão a materia principal, peço a v. ex.ª a palavra.»

A partir d'esta intervenção o tumulto irrompe e vai sempre em augmento. O presidente, — um dos Cabraes, João Rebello, — objecta ao outro Cabral interruptor, — o José Bernardo, — que está fóra da ordem, — e o Cabral, presidente do conselho, — o Antonio, conde de Thomar, — voltando-se para o irmão José, invectiva-o com energia. Toda a familia está em conflicto! O berreiro é atordoador. A campainha da presidencia tilinta com violencia, — mas

de repente, quando é cada vez mais necessaria essa voz aguda, d'aço temperado, o badalo desprende se e vem até ao meio da sala, como um projectil lançado contra os batalhadores! Entretanto, os dous da contenda principal, o ministro e o banqueiro, dirigem-se, de punho fechado, provocações e ameaças. O presidente do conselho, tomando a defesa do seu ministro da fazenda, berrava «que o queixume era determinado pelo governo ter *levantado a manjedoura* ao Banco, — por lhes ter retirado a *cevadeira.*» O deputado-banqueiro, o amigo de pouco tempo, retorquiu-lhe no mesmo tom, e no mesmo metal de voz:

— Se o Banco é manjedoura, v. ex.ª nunca ha de comer n'ella!...

— «Tenha a certeza que me não mette medo... tornava-lhe o conde, sem attentar na replica. — Sei resistir a inimigos muito superiores a intriguistas e agiotas!»

A presidencia impotente, sem badalo e sem meio de dominar o tumulto, teve de recorrer ao chapeu: cobriu-se e interrompeu a sessão.

Tal foi o primeiro acto d'este espectaculo deprimente — destinado a comprovar a errada orientação de trazer ao parlamento os que tenham sido, e queiram continuar a ser, agiotas do governo.

Quando se reataram os trabalhos, o presidente da camara, já com campainha nova, e tomando os seus ares mais solemnes, disse:

— «Srs. deputados: lembremo-nos do que devemos ao paiz *(apoiados)* e de que aqui não devem vir paixões *(Apoiados numerosos)*. Eu estou a sustentar os direitos da tribuna *(apoiados, apoiados)*: tenho direito a fazel-o *(Muito bem)*. O presidente é n'este logar inflexivel, não accede a paixão nenhu-

ma, ha de fazer respeitar a lei para bem do paiz. Para quem quer que seja ha de ser sempre o mesmo — inexoravel — ; hei de ser sempre, e cumpre que seja respeitado. *(Vivos apoiados)*. Quando é que se viu que um poder do Estado fosse n'este recinto tão violentomente atacado?!... *(Silencio profundo)*. Continúa a discussão e tem a palavra o sr. ministro da fazenda.»

O ministro continuou então a fallar, mas o director do Banco não cedeu ás admoestações nem deixou de interromper com phrases rudes de desmentido. Qnando o ministro fazia uma affirmativa, elle oppunha-lhe logo um categorico — *não é verdade!* O Avila, exasperado, invocava o testemunho dos outros que deviam ter conhecimento dos factos, taes como tinham occorrido, e protestava, entre clamorosos applausos da maioria, — «*que era preciso esmagar a usura, e que, n'este paiz, ou elle daria cabo d'ella ou havia de deixar de ser ministro.*» O Lourenço da Luz, que viera com commissão dos collegas para dar o *dó do peito* e desforrar-se das commissões perdidas, dos negocios de fazenda que tinham passado a outras mãos, não era perante taes ameaças que desistia de replicar. Com a mesma falta de comprehensão de que aquelle não era o logar proprio para desenvolver as contas de caixa relativas aos lucros e a incidentes das operações, entrava em detalhes escusados e em notas impertinentes. Então mudaram-se as interrupções: o Avila é quem gritava: — *Não é verdade, não é verdade!* — e o banqueiro era quem berrava: — «*E' necessario que acabe este systema de immoralidade; é necessario que acabe este systema continuado de decepção!*»

E' impossivel, pela extensão, reproduzir toda essa pugna vergonhosa, estirada por largas horas em duas

sessões demoradas... e que, apesar d'isso, foram prorogadas! O Lourenço da Luz explicou, audaciosamente, que elle e os collegas do Banco não aspiravam a ser ministros: «— *O que queremos é que o governo se não desacredite pelos seus actos, porque com esse descredito vai tambem o da causa publica, com a qual o Banco está intimamente ligado.*» O ministro disse-lhe que as sympathias que o seu estabelecimento gosava, as podia vêr claramente na attitude da maioria dos representantes da nação. «— *Pois pague o governo o que deve ao Banco, e liquide*» — tornou lhe o Luz, no tom de crédor impertinente dirigindo-se a um misero e humilhado devedor. Não se póde imaginar scena mais deprimente, mais fóra de todos os usos, já não dizemos do parlamento, mas ainda de uma assembléa com modelos menos polidos! Longe de affrouxar na insolencia altaneira, o banqueiro foi sempre subindo na arrogancia. Por fim, já berrava que a sua situação ali, como deputado, era superior á do ministro, e a uma nova tentativa de interrupção que este ia a fazer-lhe, impoz-lhe silencio com esta phrase, que por ser sincera é caracteristica:

— «Não quero continuar a ser interrompido; *não me faz conta*...»

Talvez por que via bem *não fazerem conta as interrupções* ao adversario, é que o ministro da fazenda insistia. O Luz, com a mais solemne impertinencia, ameaçou então:

— «Ou o sr. ministro se cala ou eu saio da sala!»

Foi n'esse momento que o presidente do conselho, irritadissimo, pondo-se em pé, gritou para a presidencia:

— «Peço a palavra! O sr. deputado parece que está a fallar com um regedor de parochia!»

Facilmente se comprehende como estas sessões e

os seus episodios forneceram assumpto para deputados e jornalistas, em harmonia com as tendencias de cada um e com a vária feição do seu espirito, pronunciarem discursos ou escreverem artigos, ferindo a nota grave e indignada, ou a ridicularisadora e hilariante, para achincalhação dos personagens! O nosso Souto Maior, no meio da mais geral hilaridade, commentou:

— «Foi tanto o calor da discussão que v. ex.ª, sr. presidente, querendo chamar os srs. deputados á ordem, tal força empregou, que até lhe cahiu o badalo da campainha! *(Risos)*. E hontem parece que a fatalidade quiz que houvesse umas poucas de quedas: caiu o badalo da campainha, caiu a *Novello* em S. Carlos, caiu o *Narvaez* em Hespanha, caiu o *Changarnier* na França.» *(Hilaridade geral)*

O Carlos Bento dava a outra face do incidente:

— «Esta questão é maior do que se quer fazer, porque esta questão é a questão financeira do paiz. Nem tudo vem nos relatorios, nem nas contas que se publicam; a verdade apparece muitas vezes n'estes conflictos que se suscitam; é n'estas occasiões que se ouve o que se não sabe; é então que se abjuram systemas que se seguiram.»

Se estes e outros politicos examinavam o incidente escandaloso pelo lado dos seus interesses partidarios, os varios homens da finança que estavam na camara, — e que começavam a fazer negocios com o estado com intuitos tão patrioticos como os que tinham antecedido, — acudiram ao exemplo, aproveitando o ensejo para prégarem o seu amor pela nação... e o seu desapego pelos juros e commissões.

Eram, n'aquella camara, deputados e homens de negocios, os caixas do tabaco José Maria Eugenio d'Almeida e José Isidoro Guedes. O primeiro, fallando tambem pelo socio, veiu pôr a alva toalha no altar aonde a sua companhia sacrificava ao Bem Publico:

— «Vi surgir, durante a discussão, proposições taes que eu nunca esperei se apresentassem n'esta casa, e menos por quem as avançou: vi fazer recriminações as mais pungentes, fallar em actos publicos e particulares, vi devassado o sigillo; observei, sr. presidente, que não se guardaram nenhumas d'aquellas conveniencias que cumpre guardar, que é rigoroso dever guardar em objectos tão sérios e tão graves; fui testemunha de allusões inauditas, e que podem trazer comsigo funestos resultados! Entre essas allusões ha algumas que me parecem graves; e eu entendo que uma d'ellas póde ser dirigida a uma corporação de que faço parte e um meu collega que tambem se encontra n'esta casa: entendo, por consequencia, que me compete agora invocar em meu beneficio a desordem da discussão que aqui existe, a fim de dirigir uma pergunta, que julgo do meu dever dirigir, ao illustre deputado o sr. José Lourenço da Luz...

«Peço ao illustre deputado se digne declarar se a allusão que fez, se dirige ou não ao Contrato do Tabaco.»

Agora a polemica desviava-se. Era o *Banco* com os *Tabacos*. Cada um em seu balcão, encarecia a fazenda propria e desafiava o official do mesmo officio! Mão direita na ilharga e mão esquerda na algibeira, fazendo chocalhar as grossas peças d'ouro com a effigie veneravel de D. João V, os argenta-

ries, ali, em pleno parlamento, tendo como interessados espectadores os representantes da nação, suspendendo a missão constitucional que incumbia aos legisladores, disputavam sobre negocios, propunham-se a demonstrar qual d'elles fôra mais moderado no juro, menos exigente nos lucros! Era o rebaixamento, até a inverosimilhança, da instituição que os recebera ali e lhes dera o direito, mal comprehendido, para poderem usar da palavra!

Quando viu o dos *Tabacos* a dar-lhe lições, o do *Banco* não hesitou em acceitar o ensejo para acudir pela gloria propria e pela excellencia da mercadoria:

— «Sr. presidente, não sou d'aquelles que me tomo mais vulgarmente de paixões de momento, tenho sangue-frio bastante para ouvir, não só contrariar as minhas opiniões, não só para ouvir chamar-me falto de verdade, mas até de taxar-me de falto d'intelligencia. Não pude entrar na Universidade, sr. presidente, não porque as portas me fossem cerradas, mas sim porque a minha situação originaria me não deixou lá ir: mas, sr. presidente, não troco a minha intelligencia pela do illustre deputado. E se na faculdade em que s. s.ª se acha bacharel formado, quizer trazer as questões ao senso commum, hei de resolver-lh'as tão bem como a sciencia lh'as ensinou a resolver...

... O que eu digo novamente, é que é verdade ter alludido ao *Contracto do Tabaco*; tenho provas graves relativamente ao modo porque o Contracto **deseja desfructar o que pertence ao Banco.** (*Vozes:* ouçam, ouçam).

O orador — Ouçam, ouçam, porque desejo dizel o de modo que em toda a parte se saiba...

... Eis aqui a razão porque não recuo diante do que disse...»

Para fecho d'uma tal discussão, para epilogo d'um tal debate, — que mesmo por estas resumidas indicações póde bem ser comprehendido e apreciado — só resta dar um trecho das explicações com que o proprio ministro da fazenda julgou preciso não só narrar o que se passára, mas até como possuia as acções do Banco de Portugal, — que vendera ao pôr-se em conflicto com a direcção do estabelecimento. Este precioso retalho da historia da desavença, tambem não devia ficar sem ser aqui reproduzido:

— «Ha dez annos procurou-se deprimir a minha reputação como homem, porque tinha dezeseis acções do Banco. Foi preciso recorrer áquelle estabelecimento para, em vista do competente assentamento no respectivo livro, provar que eu tinha essas acções já antes de ser ministro; este anno lança-se mão de um outro meio para igualmente manchar a reputação de um homem que se présa de ser honrado, — e a respeito de honra peço meças a todos os que de ser honrados se presam tambem.

«Digo, pois, que não vendi as minhas acções a nenhum grande estabelecimento, como se quiz inculcar. Já citei a pessoa com quem teve logar essa transacção. Vendi-as, não por maior valor do que no mercado, mas sim por menor, porque, como disse, vendi-as a 396 ou 397$000 rêis, emquanto que ellas estavam computadas no mercado a 400$000 réis.»

Peço meças a todos os que de ser honrados se presam tambem. A phrase é plebeia, mas o desafio

é digno. Fechemos com ella, pois, a historia d'uma sessão que fôra plebeia... e não fôra digna.

A camara dos pares, como se tivesse ciumes da camara popular, como se desejasse reivindicar para si o direito ás sessões escandalosas, para desenvolvimento de todos os debates irritantes, deu-se pressa em reatar a tradição do anno que passára. Uma nova questão de moralidade foi ali levantada pelo conde do Lavradio. Mais uma vez n'aquella sala, — onde dominavam os que tinham entrada na côrte, os que usavam titulos de nobreza e mais pareciam dever estar consubstanciados com o prestigio da rainha, — se viu adoptar as polemicas irritantes dos jornaes, dando ensejo propicio a avolumarem-se diffamações rancorosas contra a honestitidade impeccavel d'uma mulher, teimosissima em manter o seu direito, mesmo contra as conveniencias da sua popularidade.

Essa nova questão transportada das columnas dos jornaes para a tribuna da camara, era o arrendamento da quinta real do Alfeite, que se dizia estar effectuado com o conde de Thomar. Este novo assumpto era de molde para a reproducção de todas as injurias contra o arrendatario e de todas as insinuações contra a que mandára fazer o arrendamento.

Com o meticuloso cuidado que a rainha punha na administração economica da sua casa, resolvera desembaraçar-se d'encargos que sobrecarregassem o seu orçamento. Alguns dos dominios que tinham sido attribuidos para esplendor da régia situação, serviam, principalmente, para encargo permanente, cerceando a dotação votada para as despesas reaes. D. Maria II quiz pôr cobro no desequilibrio finan-

ceiro que um tal estado determinára á administração da sua casa, e seguindo exemplos anteriores, que nunca tinham levantado contestação, determinou dar de arrendamento a quinta do Alfeite, que não só absorvia nas despesas d'exploração o rendimento das terras, mas ainda uma verba todos os annos superior a um conto de réis. O arrendamento foi feito ao conde de Thomar, por 99 annos e pela quantia de 2:500$000 réis annoaes, — como o das terras da Ajuda se tinha celebrado já com o duque de Saldanha, e como com um outro dominio, mais modesto, se tinha feito, tambem, a Alexandre Herculano. Era uma despesa que se eliminava, uma receita que se adquiria, sem alienação do dominio directo; — mas era um acto que se prestava a criticas varias, tanto pelas pessoas, como pela situação juridica dos proprios dominios. A batalha estava armada. A contenda ia ser porfiosa — porque logo se estudou a historia do Alfeite, desde os tempos mais remotos, e se contaram todas as suas lendas, desde... a do David Negro. Esta ultima era assim, — conforme as averiguações da *Semana*, que a escavára nos archivos pulvurolentos, onde o esquecimento a tinha sepultado:

«A rainha D. Leonor Telles de Menezes fizera mercê do Alfeite a um celebre David Negro, almoxarife das alfandegas do reino. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira appetecêra estes bens, porque logo que tomou Almada aos castelhanos, sabendo que David Negro tinha fugido com a rainha para Alemquer, fez com que o mestre d'Aviz, pelo procurador da corôa, mandasse passar um libello contra o almoxarife por traidor á patria. Julgou-se o libello provado, e todos os bens do réo foram confiscados, fazendo D. João I doação d'elles ao Con

destavel. Quando este foi para tomar pósse, D. Cimfa, mulher de David Negro, por si e por seus filhos, Gadelha Negro e Judas Negro, oppôz embargos, allegando não ser culpada, nem seus filhos, da traição imputada ao marido e pae.»

A historia era de molde para applicações insultuosas. O conde de Thomar passou logo a ser o David Negro, a rainha foi D. Leonor Telles, a condessa de Thomar era D. Cimfa e os filhos o Judas e a Gadelha. A politica do dia era servida á maravilha pelos episodios do tempo de D. João I!

N'esta distribuição de papeis dos personagens da côrte do mestre d'Aviz, o conde de Lavradio tomou para si o de procurador da corôa, — que formára o libello contra David Negro. Para instruir o documento accusatorio, requereu que pelo almoxarifado se lhe passasse copia do arrendamento que do Alfeite se fizéra ao conde de Thomar. A secretaria da camara dos pares transmittiu o pedido ao ministerio do reino, que o communicou á vedoria. A rainha não era de genio a transigir com o que reputava ser o seu direito. A vedoria replicou, por sua ordem, com este officio, que dá bem o perfil corajoso de quem o mandou escrever para se tornar publico:

Vedoria da Casa Real—Ill.mo e Ex.mo Sr.: Tendo elevado á augusta presença de S. M. a rainha o officio que V. Ex.a me fez a honra de dirigir em 13 do corrente mez, enviando-me a copia do requerimento que o digno par conde de Lavradio fizera na sessão de 10 do mesmo mez, pedindo o traslado da escriptura de arrendamento da propriedade denominada do Alfeite — recebi ordem da mesma Senhora para declarar a V. Ex.a que, sendo o negocio de que trata o dito requerimento, resolução e acto particular da real casa, não pode ser satisfeita a petição do alludido digno

par.—*Deus Guarde a V. Ex.ª—Paço, em 15 de janeiro de 1851.—(a) D. Manuel de Portugal e Castro.*

Um officio d'estes, em que a rainha reclamava tão nitidamente para si o direito de administrar como lhe aprouvesse o que ***era particular da sua casa***, significa uma grande coragem por parte de quem mandava fazer a publica declaração, — mas pareceu ao conde de Thomar que daria motivo a suppôr-se que se denegava a informação para evitar os esclarecimentos precisos ao debate parlamentar. Tomou então sobre si fornecer o documento pedido. Desde que elle era uma das partes contratantes, e que por isso possuia a copia que se desejava, entregou-a espontaneamente. A rainha mantinha um direito, recusando-a ; elle, no uso tambem d'um direito, livremente podia dispôr da copia que lhe pertencia : apresentou-a.

Então o conde de Lavradio fez uma proposta. Parecia-lhe que o contrato era contrario ao artigo 84.º da carta constitucional e ao decreto com força de lei de 18 de março de 1834, Os palacios e quintas destinados para a decencia e regalo do rei não tinham natureza de vinculo ; porque se o tivessem, o rei podia hypothecar o rendimento durante a sua vida e d'ahi resultar o vir a ser constrangido, judicialmente, a largar os palacios e quintas exclusivamente destinados para seu esplendor e recreio, que em caso nenhum podiam ser desviados d'esse fim, — a não ser por meio d'uma lei. D'estas razões tirava o conde a conclusão de que o contrato estava nullo, — mas que achando-se revestido d'algumas circumstancias legaes, pedia á camara que, em execução do § 13.º do artigo 15.º da carta constitucional, indicasse ao governo a necessidade de dar conhecimento da escriptura e de todo o processo

ao procurador geral da corôa, para este promover, perante os tribunaes, a exacta observancia das leis.

Esta nova proposta já tendia a encontrar uma saída airosa para a questão, — por isso que o conde de Thomar, além de ter fornecido, elle proprio, as informações que a outra parte, a rainha, negára, fizera juntar a copia do arrendamento feito ao duque de Saldanha, e de que o seu era copia exactissima. A camara deu voto favoravel á proposta. Nomeou-se a commissão, que só muito depois, em 25 de fevereiro. apresentou o seu parecer, assim:

A commissão, considerando que o § 13.º do artigo 15.º da carta constitucional confere ás côrtes a attribuição de regular por actos legislativos a administração dos bens do estado; que no exercicio d'essa attribuição concorrem as duas camaras com a sancção do rei; que a execução do referido § depende dos termos que a carta constitucional marca para a formação das leis, e que d'ellas se não deduz que a camara dos pares tenha direito de prevenir o governo, ou qualquer auctoridade, com a resolução que se propõe, sobre um contrato d'arrendamento celebrado entre partes, que podem competentemente litigar sobre seus direitos; é de parecer que e proposta não deve ser approvada.

Sala da commissão, em 25 de Fevereiro de 1851.—*José da Silva Carvalho* (relator) — *Barão de Porto de Moz* — *Visconde de Laboreiro* — *Francisco Tavares d'Almeida Proença* — *Manuel Duarte Leitão* — *Visconde da Granja* — *Visconde d'Algés* (com declaração).

O parecer queria enterrar a questão. Entretanto, o duque do Saldanha fazia mais um sacrificio ao seu odio persistente: annunciava que ia renunciar ao seu arrendamento das terras da Ajuda. Estava aberto o caminho ao conde de Thomar para poder fazer o mesmo, — agora que o acto parlamentar, em harmonia com o voto de muitos jurisconsultos,

já tornado publico, affirmava ser o arrendamento juridicamente bom e valioso? Mais adiante veremos os episodios que esta questão ainda havia de produzir e que a revolução fez com que fôsse a ultima que se debateu na camara dos pares.

CAPITULO II

Novas campanhas d'imprensa — A nova lei eleitoral — As incompatibilidades — Desordem entre irmãos — O terror das libras — Assassinios tragicos.

A tyrannia, para não ser improficua, tem de ser consequente. A lei d'imprensa apresentára-se como correctivo indispensavel contra um jornanismo licencioso, que prevertia a opinião, fazendo da exploração do escandalo o recurso hodierno na sua propaganda demolidora. Os poderes constituidos declararam-se desarmados para uma repressão util; mostraram a ingovernabilidade d'um povo abandonado a excitações revolucionarias progressivamente insolentes; fizeram a comprovação, irrefutavel, de que nem a honra da rainha, nem a honestidade dos ministros, nem a probidade dos funccionarios, nem a boa execução das leis, nem mesmo o respeito intangivel á vida privada de cada um, podiam manter-se, sem reformar, nas suas origens, um codigo desacreditado pela cumplicidade do jury commum com os jornalistas indignos, que dos processos que lhe eram movidos só tiravam facil glori-

ficação, saindo dos tribunaes aclamados como triumphadores. Votou-se, pois, a nova lei, como remedio indispensavel e proveitoso. Arrostou-se com a impopularidade. Deu-se pretexto para uma nova campanha, — em que todos os intellectuaes vieram tomar parte, como offendidos no direito sacratissimo á liberdade de pensamento e á exposição doutrinaria das ideias. Solidificou-se, por assim dizer, a antiga e martellada invectiva, de que a tyrannia de Costa Cabral era incompativel com todos os direitos conquistados, e queria ser irresponsavel no proseguimento dos seus crimes e depredações. Pois depois de tudo isto, o estadista, como que assustado pela sua propria obra, fraquejou! Na camara deixou que o projecto soffresse modificações que alteravam a sua contextura harmonica, e quando a *tyrannia* teve de exercer-se, punindo, viu-se que o jury especial, e escolhido só entre os que pagavam uma quota contribuitiva elevada, não era mais severo de que o jury commum, — o inalteravel passa-culpas que determinára os queixumes e necessidade de radical modificação! Os processos movidos contra a *Nação* e as absolvições que seguidamente obtiveram essa e outros, sem uma unica excepção, operaram um immediato reviramento na attitude e na linguagem dos jornaes do tempo. Quem hoje consultar uma collecção d'essas gazetas, notará, desde logo, que mal a lei — chamada tyrannica em boa fé, — entrou no seu periodo d'execução, os que mais tinham protestado desafial-a, os que se diziam promptos a arrostar com os sacrificios e a conquistar logar no martyrologio da egreja liberal, accommodaram a linguagem — e accommodaram as denuncias d'escandalos — a uma reserva prudente, a uma moderação muito accommodaticia. Mezes decorreram assim, até que ao orgão miguelista teve de ser imposta a

prova que trazia atemorisados os confrades democraticos. O *fiasco* da tyrannia deu em resultado a reacção correspondente. Todos quizeram tirar a desforra do tempo em que o medo os trazia retrahidos. Foi como se se abrissem as altas comportas d'um dique, onde as injurias por muito tempo fossem represadas: a torrente, rugindo, ganhou em estrondo e violencia. Alagou tudo. E, depois de passar, no chão, profundamente cavado, viu-se bem que aquella agua não podia deixar de ser d'uma côr carregada e turva, — porque comsigo arrastava a lama das paixões odientas e insoffridas!

Tal era de novo a situação da imprensa, quando na camara appareceram os pedidos de documentos referentes ao arrendamento do Alfeite. Precisamos accentuar isto, para se comprehenderem as occorrencias. A *tyrannia* do conde de Thomar, era uma tyrannia toda emmaranhada em formulas juridicas. Se lhe apresentassem um juiz Veiga, com alçada superior, em attribuições e em área, á do memoravel Pina Manique, o ministro, — espantado pela enormidade do desrespeito á lei fundamental do systema, por que elle pugnára desembarcando com a legião sagrada no Mindello, — recuaria horrorisado. Não cabia na sua imaginação, que, mesmo para defeza das instituições, se recorressem a estas monstruosidades, que nos nossos dias são de pratica corrente. Podia lá conceber, elle, pobre e inconsequente tyranno, que se prendesse sem mandado judicial; que se mantivesse retido, por mais do que as horas reguladas pela lei, quem não tivesse recebido nota de culpa, entregue com as formalidades prescriptas no codigo; que se supprimisse a circuculação dos jornaes sem processo previo; que se reconstituisse, aggravando-se, a censura dos tempos do obscurantismo?! Não! Esse despotico conde de

Thomar não comprehendeu nada d'isso, — e, porque o não comprehendeu, *morreu por ello*. Na politica a inconsequencia é o mais fatal dos erros. Desde que se entra no caminho da lucta, tem de se seguir, intemeratamente, a todas as resistencias. A violencia não póde ser servida em meias doses. Ou se acata a Liberdade, ou se auctorisa a Repressão. Na logica d'esta theoria, hoje, estamos mais adeantados. O que é, porém, de flagrante injustiça, é continuar a tolerar a corregedoria da Calçada da Estrella, com o seu auctoritarismo moscovita, e proseguir em considerar o governo do conde de Thomar a expressão violenta do despotismo irrespeitoso de formulas constitucionaes. Não foi assim. E até por não ter sabido ser assim, é que a sua queda foi irremediavel.

Mas a fraqueza, a debilidade, que principiou a manifestar-se na acção governativa do conde de Thomar, não se traduziu só na inconsequencia de não usar de todos os recursos do poder para se defender, na guerra de exterminio que a imprensa levantára contra elle. Ao jornalismo, já seguro da impunidade pela improficuidade repressiva das leis com que tentára apavoral-o, juntava-se a conspiração dos argentarios do Banco, e dos que lhe andavam associados. O deputado-banqueiro, depois do escandalo produzido na camara, arregimentára todos os que andavam associados, ou na dependencia do apoio financeiro do primeiro estabelecimento de credito da paiz, e instigára-os á lucta pela bolsa. A vingança dos agiotas foi proclamada como uma especie de guerra santa. Lourenço da Luz era o Pedro Eremita d'essa cruzada de argentarios, — mas cada um dos que acudiam ao chamamento, vinha

tão animado como elle proprio do desejo de desforço completo. Foi posto um cerco em forma á fazenda publica. Tratou-se de fazer render pela fome os ministros ousados que se atreviam a romper os compromissos e a obediencia que deviam aos que tinham o dinheiro, isto é,—aos que tinham a primeira força e o primeiro elemento para todas as guerras. Ao governo, como a todos os governos d'um paiz de finanças arruinadas, pareceu que o melhor castigo a impôr aos que a usura revoltára, era tirar-lhes a ingerencia nas negociações a fazer. Tirando-lhes o freguez, tirava-lhes os lucros. E não ficou por aqui: resolveu, tambem, tirar-lhes a consideração. Vinham para o parlamento crear difficuldades e formular accusações violentas? Pois punham se fóra do parlamento. Para conseguir essa expulsão aproveitou-se o projecto para a lei eleitoral. Lançou-se n'ella a incompatibilidade entre as funcções de deputado e as de arrematante, socio ou fiador nos Contractos e Eendas Fiscaes ou de Obras Publicas. Queriam ser politicos? Perdiam a pitança e perdiam a direcção das empresas rendosas que tinham arrancado ao Estado. Queriam ser arrematantes, socios ou fiadores em todas essas negociações, d'onde lhe provinham os fartos lucros que tão orgulhosos os traziam? Então perdiam o gostinho de criticar a marcha administrativa dos governos, que com elles houvessem de pôr-se em divergencia.

O annuncio d'essa vingança tanto espevitava a rancorosa sanha do Avila, que não quiz esperar pela apresentação da proposta. Muitos dias antes de se fazer leitura publica do projecto de lei eleitoral, deu á camara essa boa nova, como quem prelibava a desforra da sessão tormentosa em que tivera de sustentar o duro debate com o representante do Banco de Portugal.

Com a estocada nos financeiros, o projecto dava outra, e funda, nos que até ali accummulavam logares publicos com as funcções legislativas. Creavam-se as incompatibilidades para os governadores civis, commandantes de divisões militares, presidentes das relações, procurador geral da corôa, da fazenda, procuradores régios, thesoureiros pagadores, delegados do thesouro, directores dos circulos das alfandegas e sub-directores das mesmas, governadores geraes, secretarios dos governos do ultramar, escrivães das juntas de fazenda e commandantes das estações navaes.

O deputado que acceitasse commissão, emprego, condecoração ou mercê, a que não tivesse direito por lei, perdia o logar na camara.

A eleição era indirecta, por escrutinio secreto, e por forma que de nenhum eleitor se podesse vir a saber o voto. Em cada concelho haveria pelo menos uma assembléa. A assembléa primaria que não chegasse a mil fogos dava um eleitor; a que tivesse mil fogos e não chegasse a mil quinhentos, dava dous; a que tivesse mil e qüinhentos e não chegasse a dous mil, dava tres.

Cada districto administrativo formava um collegio eleitoral. A commissão de recenseamento era composta de quatro vogaes nomeados pela camara d'entre os 20 mais collectados que fossem habeis para vereadores. Estabeleciam-se disposições penaes, mas exigia-se a auctorisação do conselho d'Estado para intentar a accusação quando a querella fôsse dada contra magistrado ou funccionario administrativo.

Eram estas, em resumo, as disposições que alteravam os decretos até então em vigor. Dava-se em tudo isto satisfação ás exigencias da opposição liberal, — o que queria dizer que o conde de Thomar re-

negava os principios que até então inscrevera na sua bandeira. Desertava do seu campo. Apostatava da sua doutrina. Era uma nova fraqueza. Não alcançava, porque não podia nunca alcançar, o apoio dos contrarios, — que mais do que o ministro odiavam o homem, — e descontentava os parciaes, que quasi tinham direito a apodal-o de traidor. A fatalidade, essa mysteriosa deusa que de repente obscurece os espiritos mais lucidos, e encaminha para o despenhadeiro fatal os mais acostumados á victoria, tinha saído ao caminho d'esse homem e preparava-lhe o lance decisivo da sua existencia!

O apparecimento d'um tal projecto de lei creou desde logo ao governo difficuldades tão graves, embaraços tão complicados, que o conde de Thomar, como primeiro passo para destruir a obra que elle proprio tinha edificado, declarou liberrima a discussão e desprendeu das resoluções que se tomassem, a vida ministerial. Com uma incoherencia que accusa bem a situação que creára, veiu depois á camara e pronunciou-se contra as incompatibilidades dos empregados publicos, — contando que a sua larga experiencia lhe mostrára serem os empregados publicos os mais aptos para legislar! «As dependencias do governo não resultavam só do exercicio de funcções do Estado. Ninguem governára mais tempo do que elle em Portugal — pois os que sempre encontrára a exigir favores e empregos, se não para si, para os seus amigos, eram os proprietarios, eram os que estavam n'uma posição que a todos se afigurava como de perfeita independencia!»

Custa a conceber um reviramento mais completo, uma mais publica e formal retractação! A confusão produzida na maioria por esta attitude dupla, por esta opinião resolutamente contraria ao que o mesmo homem propuzera, levou a camara a uma das mais

deprimentes scenas a que podia descer uma assembléa politica. Quando, depois de largas sessões d'um debate animado, se chegou á votação das incompatibilidades, as opposições viram-se reforçadas pelos deputados da maioria, que não eram abrangidos pela expulsão dos collegios eleitoraes. E as incompatibilidades, que o governo já não queria, — e que tinham sido até acrescentadas n'uma proposta do Souto Maior, — passaram triumphalmente! Os ministros, ao findar essa sessão, mostraram em grande exaltação o seu descontentamento. Logo a seguir o presidente da camara, para procurar uma solução pacificadora, convocava, em officio, os collegas tresmalhados:

Ill.mo Ex.mo Sr. - Para tratar d'um objecto da maior transcendencia, é indispensavel reunir os srs. deputados da maioria, hoje mesmo; vou portanto convidar a V. Ex.ª para esta reunião (só de deputados) em minha casa, ás 6 horas da tarde, e confio que V. Ex.ª não deixará de concorrer a este meu convite; no que me fará uma grande fineza — Deus Guarde a V. Ex.ª — Lisboa, 16 de Fevereiro de 1851 — *João Rebello da Costa Cabral.*

Os convocados appareceram. Foram reprehendidos — e juraram emenda os que se tinham desnorteado. E na sessão immediata... passaram pelas forcas caudinas! Uma proposta de D. José de Lacerda pediu a reconsideração nas votações. Votou-se a proposta e fez-se a reconsideração. As incompatibilidades acceites n'um sabbado foram repudiadas na segunda feira. Até a que queria attingir os homens de negocios, até a que viera como desforço do Avila contra o Luz, foi sepultada no limbo! Talvez para respeitar o numero, que era d'enguiço manifesto, só ficaram as incompatibilidades que vinham propostas no artigo 13.° Eram as dos governadores civis, commandantes de divisões, presiden-

tes das Relações, procuradores geral da coroa, da fazenda e regios, thesoureiros, delegados do thesouro e directores das alfandegas.

É facil de prever que o espectaculo, lamentavel pela leviandade e até pelo impudor, provocou censuras violentas e protestos sobejamente justificados. O mais energico, o mais desesperado, o que mais alto reclamava a queda do ministerio do conde de Thomar, — era o irmão, José Bernardo. Mas lá estava na presidencia da camara, para o chamar á ordem, o outro irmão, João Rebello. Essa pugna entre os dous irmãos, por causa do outro irmão, é uma das paginas curiosas do *Diario das Sessões*. Não podemos deixar de transcrever esse dialogo, como derradeira demonstração do que é o carinho fraterno dos politicos quando, em conversa publica, se encontram em divergencia d interesses:

— «*O irmão José* — Peço a palavra para um requerimento.

— *O irmão João* — Eu consulto a camara.

— *O irmão José* — V. Ex.ª não tem que consultar a camara a este respeito. V. Ex.ª não pode negar-me a palavra para um requerimento.

— *O irmão João* — Eu expliquei á camara o modo porque havia de votar o artigo...

— *O irmão José* — V. Ex.ª não me pode negar a palavra que eu tenho para um requerimento.

— *O irmão João* — Tem a palavra para um requerimento nos termos do regimento.

— *O irmão José* — V. Ex.ª pode interpretar como bem entender a materia da proposta, mas o que não é verdade é a intelligencia grammatical que V. Ex.ª quer dar á palavra *reconsiderar*.

— *O irmão João* — Ao requerimento, ao requerimento!

— *O irmão José* — A intelligencia á palavra *reconsiderar* nunca póde ser outra senão entrar em discussão o objecto que se quer reconsiderar; e, portanto, o meu requerimento é que V. Ex.ª consulte a camara se entende que reconsiderar a votação é votar, porque...

— *O irmão João* — Chamo o sr. deputado ou á questão ou á ordem. Fez o seu requerimento e, como tal, não podia, em semelhante conjuntura, ser fundamentado. Não tem direito de continuar a fallar.

— *O irmão José* — Estou na ordem; ao menos leve-se o escandalo até á ultima...

— *O irmão João* — A' ordem, sr. deputado!

— *O irmão José* — A ordem, sr. presidente! (*Muitas vozes:* ordem, ordem. *Grande agitação na camara. Vozes:* ordem, ordem. *Outras vozes:* votos, votos).

— *O irmão João (depois de restabelecer o socego a toques de campainha)* — Srs. deputados da nação portugueza! Não é com gritaria que se tratam as questões. O presidente d'esta camara ha-de sustentar o seu posto com força e dignidade, e não ha-de consentir nunca que as minorias tentem e queiram dar a lei ás maiorias. (*Estrondosos apoiados*). Hei-de, emquanto aqui estiver, fazer respeitar o regimento, que é a lei que regula os trabalhos, e a camara vai decidir qual é a intelligencia que deu á sua votação sobre a proposta do sr. Lacerda (José).

— *O irmão José* — V. Ex.ª não pode discutir d'esse logar. Largue essa cadeira, venha cá para baixo se quer discutir. (*Vozes:* ordem. ordem. *Outras vozes:* votos, votos).

— *O irmão João (depois d'uma pausa)* – Estive á espera que os srs. deputados acabassem com as suas perturbações, que nem o regimento tolera, nem a dignidade da camara, nem o interesse publico. *(Muitos apoiados)*. Não tenho discutido, tenho dirigido e regulado os trabalhos da camara, e n'este proposito vou satisfazer ao requerimento do sr. deputado, e a camara decidirá se deve ou não proseguir a discussão.

— *O irmão José* — Não pode discutir d'ahi. Desça d'esse logar se quer discutir. V. Ex.ª está mostrando uma paixão, que não devia mostrar d'esse logar. Eu sei o que é ser presidente, não é assim que se é presidente.

— *O irmão João* — Quando acabará tanta perturbação?!! A mim, sómente a mim, como presidente, compete dirigir os trabalhos da camara. *(Estrondosos apoiados)*. Não sou eu que hei-de largar este logar, para satisfazer os caprichos do illustre deputado ou de alguem. *(Muitos apoiados. Vozes:* muito bem). Não tenho discutido, tenho-me esforçado por bem regular os trabalhos. *(Apoiados quasi geraes)*. Vou cumprir a lei; vou pedir a votação da camara *(Muitos apoiados)* e para isso peço socego...

(Por 60 votos contra 19 venceu-se, que não se renovasse a discussão, mas sim se procedesse a nova votação das propostas).

Como se vê, este irmão José nem parecia de Fornos d'Algodres. Era para elle que tinha applicação justa a phrase que contra José Chenier escrevera o pamphletario Moroliet, a quem Voltaire tão engraçadamente chamava *L'abbé Mords-les:*

— Acaso tu, sultão Chenier, trouxeste de Con-

stantinopla os costumes ottomanos, e julgas só poder reinar estrangulando teus irmãos?

Um outro acontecimento appareceu, por esta mesma occasião, chamando a attenção do governo e reclamando d'elle urgentes providencias. O contraste que offerece este episodio com o que occorre no tempo que vai correndo, não pode ser mais chocante, e é, por varios motivos, curioso. Imagine-se que, de repente, as transacções commerciaes e as transacções da vida economica hodierna, soffreram um grande abalo: as libras, e com ellas todas as moedas de ouro refulgente, principiaram a descer em valor! Foi um grande alarme, um panico extraordinario, quando se soube que as casas de cambio não trocavam, sem desconto, o dinheiro em ouro. Produziu-se um movimento contrario ao que se deu na ultima crise que todos presenceámos: os que tinham o seu pé de meia replecto com moedas do metal jùlgado precioso, apressaram-se a esvasiar no balcão dos lojistas esse ouro desacreditado. Receber prata e guardal-a foi a aspiração de todos os que sabem precaver-se, com a economia, das difficuldades das horas difficeis da existencia. O lojista, os fornecedores de todos os generos de alimentação ou de luxo, aterrados com a invasão d'ouro, — que sem rebaixa, sem agiotagem, já lhe não era acceite no Banco, — defendiam-se da legião d'esses freguezes, que sob o pretexto de qualquer compra lhe queriam entregar libras e arrancar-lhe o troco em prata preciosissima! O desconto das casas de cambio era, portanto, ainda exaggerado pelos que temiam que o soberano esterlino passasse a valer menos que os grossos e bronzeos patacos, com a ephigie magestosa e cheia do senhor D. João VI,

que Deus tinha. A libra, a libra que nos nossos dias é um mytho, uma ficção perdida nas brumas densas d'um passado distante; a libra, que só viu, em circulação regular, a geração anterior a esta época do papel hamburguez; a libra, que hoje é a forma metallica da maçã paradisiaca, provocando as tentações até mesmo contra a ameaça do gladio do archanjo guardador da virtude; — a libra foi despresada, repellida, exorcismada, como agente do mofento Demo, como uma invenção do bretão astuto para comprar, a troco d'um embuste monetario, as laranjas, as batatas e o vinho generoso produzido nas privilegiadas terras de Portugal.

Este panico extravagante, este terror do ouro, manifestava-se comicamente e com tamanho alarme n'um paiz de finanças arruinadas, de commercio pouco desenvolvido, de industria quasi infantil, de meios circulantes defeituosos e desacreditados! Vivia-se de expedientes ruinosos, para amparar um orçamento desequilibrado; traziam-se em atrazo os pagamentos ao funccionalismo; o operariado agonisava n'uma crise dolorosa com a paralysação das obras publicas, — e, comtudo, n'uma nação, que se podia dizer sem vintem, apparecia, tomava vulto, e requeria providencias governativas urgentes, — a intranquilidade, o pavor, dos que viam no ouro o grande e temeroso inimigo, o que podia aniquillar para sempre as esperanças sorridentes do futuro, o Attila, de nova especie, invadindo e esterilisando uma terra tão fecunda e rica, uma terra de felicidade e de bençãos!

As nações como os individuos soffrem as mesmas doenças agudas, teem identicas perturbações. Dá bem a impressão d'um doudo o paiz, na situação em que o nosso se encontrava, e no entanto, apavorado pela descoberta das minas d'ouro na Ca-

lifornia, e querendo a todo o custo imitar o terror que essa descoberta tinha produzido nos poderosos mercados dos povos prosperrimos! Era doloroso e era comico, vêr uma multidão d'empregados em atrazo de pagamentos, vivendo de pequenas sommas por conta de esses antigos debitos, — por occasião de pagamentos em papel-moeda ja descontados aos agiotas, e depois redescontados nos mesmos insaciaveis sugadores, — tremerem, pela calamidade do embaratecimento do ouro! A California e a Siberia foram o sonho mau d'este povo de quasi mendicantes. O rio caudaloso d'ouro puro, que d'aquelles dous mananciaes principiava a brotar, era a calamidade maxima, a praga terrivel, destinada a afogar os tristes pobretões! Quem os ouvia discorrer, com palavras de tamanha tristeza, mal podia cuidar não terem libras para trocar, nem peças para transformar em prata!

Ao cabo de trez dias d'esta extranha doença, que divertidamente se póde chamar «o medo do ouro», o governo do conde de Thomar veiu á camara com uma proposta de lei, tendente a dar satisfação aos que lhe reclamavam providencias, e pediam auxilio efficaz. Declarava, solemnemente, o relatorio, que depois das mais serias ponderações, de trez dias empregados n'um estudo aturado, de se recorrer ás pessoas competentes para darem parecer sobre essa crise experimentada pelo valor das moedas d'ouro, tanto nacionaes como estrangeiras, «se resolvera sustentar o curso legal dos soberanos inglezes e retirar da circulação as demais moedas d'ouro estrangeiras, sem detrimento dos seus possuidores.» Para completação d'esta providencia, impunha-se um maior direito... á sahida da prata em barra.

O ministro Avila, ao apresentar na camara este projecto de lei, declarou-o logo remedio infallivel para sustar a depreciação do ouro. Pediu a urgencia.

Fel-o discutir e approvar sem delonga. E tanta era a sua confiança, ou a sua vaidade, nos elixires financeiros que elaborava, que, immediatamente á apresentação da proposta, expedia para o Porto, ao governador civil d'aquella cidade, que se queixára da crise, este telegramma caracteristico:

A S. Ex.ª o governador civil do Porto—Do ministro da fazenda—O panico que se manifestou ácerca da circulação do ouro, vai desapparecer em resultado da proposta que o governo apresentou hontem na camara dos deputados.

O famoso Dulcamara, se tivesse telegrapho ao seu dispôr, não annunciaria com mais positiva embofia a excellencia irresistivel do seu elixir! As cotações é que não deram rasão á affirmativa ministerial. Votou-se o projecto e depois d'isso ainda se continuou a vêr na tabella, publicada no *Diario*, os soberanos em baixa: havia offertas para compra a 4:450 e vendas effectuadas as 4:470 réis.

Quinze dias passados, o ministro fazia annunciar, no *Diario*, uma outra providencia: mandava que na Casa da Moeda começasse a troca das moedas d'ouro estrangeiras mandadas retirar da circulação, por outras moedas legaes da mesma especie. Os interessados correram á Casa da Moeda, mas encontraram-se na casa... da mentira. Nem lá existia o dinheiro necessario para a troca, nem promessa que affiançasse o cumprimento do aviso. Os queixumes accentuaram-se, — e o *Braz Tizana*, o terrivel *Braz Tizana*, appareceu então com um dos seus *sueltos* sangrentos, - que exasperavam o Avila a ponto de em pleno parlamento accentuar o desdem e o resentimento contra o jornalista. O *suelto* era na verdade excessivo e rancoroso:

Dizia-se hontem no Marrare do Polimento que o ma-

rido da L.... lhe dera ha poucos dias uma grande tosa! Acrescentam mesmo que lhe dera dous couces! Esta moeda não pertence ao continente.

Arranjar uma *moeda* d'estas, para a lançar na questão monetaria, era dar provas d'uma grande má vontade! Em todo o caso, convem dizer que o *terrivel* panico desappareceu em breve, como não podia deixar de succeder. Em França, onde o panico fôra real, já dous mezes antes o ministro Fould reconhecia que a fantasia californiana tinha declinado. Em Portugal, sendo o panico artificial, a sua declinação tinha de resultar da propria instabilidade da fantasia, — que punha a miseria a orgulhar-se de riquezas!

O azar manifestava-se agora decididamente contra o conde de Thomar! Todas as occorrencias liquidavam-se por forma desagradavel para a situação. De todos os lados appareciam complicações novas. Nem faltavam as tragedias impressionantes d'alguns crimes monstruosos, para dar a impressão e o terror da quadra agitada das passadas luctas fratricidas!

O primeiro foi em Fozcôa, com um dos Marçaes, irmão do outro de quem mais desenvolvidamente fallamos já n'um capitulo sobre guerrilheiros e bandoleiros. Este Marçal, o Antonio, fôra tenente-coronel de famoso bando — e era talvez dos irmãos o mais influente, o mais energico, o mais destemido. Claro está que fôra tambem o mais cruel. Dos bens nacionaes, tinham-lhe dado, em Traz-dos-Montes, uma quinta, a Lousa, como recompensa... pelos seus serviços! Era para essa propriedade que o afamado tenente coronel se dirigia, quando foi assaltado na estrada por alguns dos antigos perseguidos, que o fuzilaram em desforço das velhas contas em aberto.

Uma correspondencia da localidade para os *Pobres* dizia que, depois dos tiros, o cadaver do antigo guerrilheiro fôra esfaqueado; uma outra correspondencia para a *Revolução* accentuava que depois de o matarem, n'um requinte de desforra cruel, «lhe tinham cortado as mãos e a cabeça, que levaram comsigo».

Logo depois do crime de Fozcôa veiu noticia do crime de Portel. O assassinado fôra tambem um guerrilheiro. O sangue pedia sangue! Este servira a Junta do Porto, e fôra — e continuava a ser — o terror d'aquelles povos. Chamava-se Joaquim Antonio Batalha, e para não desmerecer da consideração dos outros collegas era tambem.... cavalleiro da Torre Espada, por diploma do imperador, referendado por Joaquim Antonio d'Aguiar.

As primeiras versões do attentado eram variadissimas, — porque cada um tratava de proteger ou accrescentar responsabilidades, consoante os interesses partidarios, ou compromettidos. Uns contavam ser uso do Batalha entreter-se, diariamente, n'um quintal, a atirar ao alvo, — no que era d'uma rara destreza. Quando se estava a exercitar n'essa tarde, ouvira fóra um tiro. «Sahiu de casa e veio fóra indagar—e ao avistar um caldeireiro, pessoa que lhe era desaffecta e que confessou estar tambem servindo-se d'uma espingarda para divertimento, o increpára pela audacia, desfechando sobre elle, depois, duas vezes seguidas, mas errando os dous tiros. O caldeireiro, então, em desforço legitimo, atirára com melhor fortuna, matando o aggressor.» N'esta versão transparece bem o proposito de salvar o matador. A outra, a que attribuia o assassinio ao tiro do tal caldeireiro, sem nenhuma provocação do Batalha, e quando este passava na rua desprevenido e descuidado, parece desde logo mais provavel. Em todo o caso os acontecimentos

que se seguiram é que augmentaram a tragedia, transformando-a em verdadeira hecatombe!

Um sobrinho do assassinado, procurando desforra, armou se e poz-se a frente dos seus parciaes, e todos juntos logrando apanhar o assassino, que se deu pressa em fugir, foram justiçando quantos adversarios toparam! O prior, que se dirigia para o local do assassinato, foi morto; o juiz ordinario que estava a levantar auto de corpo de delicto, foi tambem varado com uma bala, e acabado depois a punhal; o medico que estava junto do juiz, escapou... mas com uma bala n'um braço. D'ali dirigiram-se em procura de dous bachareis, que accusavam de cumplicidade. Chamavam-se Pedro Joaquim Pereira Derramado e José Hypolito de Sousa Franco. A pedido de umas senhoras, que em afflictivas supplicas, lhes rogaram para os não matarem, consentiram em leval-os para a cadeia. Foi um curto addiamento! Logo que lhes constou que d'Evora vinha o governador civil, conde de Peniche, com uma força, destinada a sustar a continuação da sanguinolenta vingança, — invadiram a cadeia e mataram os dous bachareis. Quatro cadaveres havia já amontoados sobre a sepultura do Batalha, e nem assim os vingadores se davam por desaffrontados! O terror reinava por toda aquella região, o espanto tomava, por toda a parte, os que liam nos jornaes a repetição d'estes casos d'uma tão funda anarchia policial. Nas camaras as interpellações sobre a repetição de taes occorrencias, contribuiam para mostrar como os partidos especulavam com adeptos de tal jaez! E o relatorio do conde de Thomar, — o relatorio onde elle tanto se orgulhára de ter restabelecido o socego publico, de ter restaurado e garantido a tranquillidade e a vida dos cidadãos, — apparecia desmentido e como que maculado no sangue que corria em Fozcôa, que corria em Portel!

Decididamente, a sorte voltára-se. O azar empolgára com a sua mão mysteriosa o conde de Thomar. Esse anno, para elle fatal, de 1851, á maneira que ia decorrendo, só lhe trazia desgostos, só lhe acarretava difficuldades. Ainda se não via, — mas sentia-se que vinha perto a catastrophe final!

CAPITULO III

Os ultimos discursos do conde de Thomar

As duas ultimas grandes batalhas que se travaram na camara dos pares, precisam ser demoradamente narradas n'este capitulo — para que o leitor possa formar juizo completo sobre o valor parlamentar do conde de Thomar. No proposito de demolir fundamente a reputação d'esse homem tão calumniado, ainda a geração que se seguiu, tem procurado abatel-o cerceando-lhe a reputação de orador! A injustiça é tanto mais singular quanto a negativa das qualidades que o distinguiam nos debates nas camaras, nunca serviu para engrossar as accusações que os seus adversarios rancorosos eram tão prodigos em ajuntar contra elle. O vigor da sua palavra, a nitidez da sua exposição, a forma precisa por que punha os argumentos ao adversario, como quem lhe punha a ponta da espada bem contra o peito, davam á sua oratoria uma feição muito pessoal e muito impressionante. O luctador intemerato, de cerebro poderoso e de energia indomavel, é perfeitamente desenhado na collecção dos discursos es-

parsos pelos grossos volumes das sessões das duas camaras. O que desde logo destaca, porem, no estudo que a este respeito se faça, é a firmeza com que elle, em todas as questões com que rodeiam e difficultam toda a sua administração, se apresenta sempre na frente, e toma quasi exclusivamente sobre si o trabalho da replica contra todos os que o combatem. Com os mais sabedores como com os mais violentos, com os mais graves e serios como com os mais incontinentes de lingua, com os que recorrem ás injurias ou com os que se soccorrem da ironia, o conde de Thomar bate-se successivamente, constantemente, infatigavelmente! Aos amigos que o apoiam, raras vezes pede mais do que o voto. A lucta é para elle; — e só contra todos, apesar de muitos valerem tanto como o Lavradio e como o Rodrigo, — um juizo imparcial é a elle que grande parte das vezes dará a palma da victoria.

Mas mais, muito mais, de tudo quanto podiamos dizer para accentuar estas qualidades, resalta da leitura dos trechos, que propositadamente fômos procurar nos dois ultimos discursos que, como presidente do conselho, o conde de Thomar pronunciou na camara dos pares.

No primeiro d'esses debates tratava-se da admissão do marquez de Vallada, que pretendia ser recebido e prestar juramento como par do reino, por direito hereditario, visto seu pae, já fallecido, ter sido elevado ao pariato pela carta regia de 30 d'abril de 1826. A commissão especial da camara hereditaria, examinando os documentos em que a pretensão se fundava, foi de parecer que o direito á hereditariedade não existia, «porque o pae do marquez fôra um dos signatarios da representação dirigida ao infante D. Miguel, pedindo a abolição da Carta e a

consummação do regimen a ella contrario.» Depois d'isto o antigo marquez de Vallada tomára assento nos Tres Estados, deliberando «ser nullo tudo quanto fôra praticado por D. Pedro, como rei de Portugal, desde 10 de março de 1826,» portanto nulla reputára a sua nomeação de par e elle proprio renunciára espontaneamente ao pariato. Esta renuncia «fôra acceite e posteriormente ratificada por decreto de 28 de março de 1836,» que determinára que só tomassem assento na camara dos pares aquelles que se conservaram fieis ao juramento de obediencia á Carta. Posteriormente, em 1842, a camara dos pares já deliberára que os signitarios da representação de 1826 tinham perdido o direito ao pariato. Tomando, pois, em consideração tudo isto, a commissão especial era de parecer «que o marquez de Vallada não podia nem devia entrar na camara por direito hereditario.»

A discussão annunciou-se borrascosa, — e foi uma das mais longas que na camara alta tem havido. Vai ver-se qual era a corrente subterranea que levantava á superficie essa tormenta temerosa.

O primeiro a abrir o debate foi o D. Thomaz de Mello Breyner, — um velho respeitabilissimo, o liberal que primeiro, em terras de Portugal, levantára a bandeira da Rainha e Carta, e que pela sua edade, pelo seu caracter e pelas suas tradições, gosava da consideração e do respeito de toda a camara. Mello Breyner justificou o voto contrario ao da maioria da commissão, allegando que os liberaes não podiam considerar irrito e nullo o que D. Pedro IV fizera na plenitude dos seus direitos. A dignidade que fôra concedida ao fallecido marquez de Vallada, era válida. Renunciára o marquez a ella? A camara não tinha nada com isso. O seu successor não podia ser

privado d'um direito que a Carta muito claramente lhe conferia.

O conde do Lavradio, que fallou em seguida, fez um longo discurso sustentando os direitos do marquez de Vallada, — e rematou lamentando que em Portugal se estivesse seguindo uma politica «que retalhava a nação em pequenos estados, como fizera Napoleão no tratado de Fontainebleau.» O visconde da Granja, n'um discurso não menos longo, replicou ser um principio indiscutivel que a qualquer era licito resignar os seus direitos, não podendo ninguem ser constrangido a exercitar aquillo que não queria. Se o pae tinha recusado a dignidade, que não podia ser forçado a acceitar, o filho não podia herdar um direito que não existia. E citava o que se passára com o conde de S. Lourenço, herdeiro do marquez de Sabugosa, — a quem, por estar nas mesmas condições, fôra recusada a entrada na camara, dizendo por essa occasião o duque de Palmella, que «tal resolução não era especial ao conde de S. Lou«renço, mas transcendente a todos os filhos dos ex«pares, no mesmo caso que o marquez de Sabu«gosa, os quaes não poderão jámais fazer parte d'esta «camara, a não terem uma nova graça do throno.» — Foi a degolação dos santos innocentes! — dissera, então, o conde da Taipa.

O manhoso Rodrigo da Fonseca, em outro estirado discurso, pediu que se não negassem direitos, antes se fizesse algum favor: — «Marchemos adean«te, com a dextra estendida, e procuremos con«ciliar os herdeiros dos que foram pares, que, se «nós os excluirmos, hão-de sustentar os seus odios, «e esses odios correrão de geração em geração. «Que me importa a mim, que importa a esta ca«mara, que venham aqui os successores d'esses ho«mens que perjuraram? Pois não se vê que por

«quererem vir aqui esses successores, elles con-
«demnam o perjurio de seus paes, aos quaes não
«querem assemelhar-se no crime e nos erros? Não
«tenhamos medo d'elles — e parece que só por medo
«é que se não querem cá: — pois esta camara pode
«receiar essa mocidade esperançosa? Venha para
«aqui aprender com os veteranos da liberdade, que
«aqui estão, como os nobres duques da Terceira e
«Saldanha e outros, aos quaes elles de certo virão
«unir-se e procurarão assimilhar-se. Mas poderá tal-
«vez dizer-se que se elles entrarem para esta ca-
«mara, vão para a opposição: isto é ideia minha.
«(*Riso*). Não se olhe para isso, attenda sómente a
«camara o que deve considerar em uma ordem de
«politica mais elevada...»

E' n'este discurso, é na phrase que a camara sublinhou com o riso, que se destaca a determinante da contenda. A questão com o marquez de Vallada... era, por assim dizer, uma *fornada* que a opposição tentava, sem intervenção da corôa. Mettia na camara alguns votos, e com elles punha em cheque imminente o governo.

Foi, pois, para combater este plano que o conde de Thomar se resolveu a intervir, depois de ouvir por largas horas, em sessões successivas, essas reclamações de justiça, essas invocações á conveniencia de acalmar as paixões e de fazer desapparecer as divergencias na familia portugueza. Damos-lhe a palavra:

— «Pretendeu-se fazer acreditar que, deferida a pretensão do candidato, se dava um grande passo para a união de toda a familia portugueza. Pretendeu-se, em segundo logar, fazer acreditar que os que combatem essa pretensão se oppõem á realisação do grande pensamento da união de todos os portuguezes. Seja-me licito observar que a preten-

são não pode ser decidida senão em vista da lei, e quem recorre a outros argumentos, é porque tem a convicção de que a lei o não favorece. (*Apoiados*). Seja-me egualmente licito observar que não ha motivo fundado para que alguem se queira arrogar exclusivamente o desejo de união da familia portugueza. Tenho direito para dizer aos dignos pares que nos quizeram lançar um semelhante stygma, e empregaram todos esses argumentos *ad odium* contra o governo e contra a maioria: tenho direito de lhes dizer, repito, *mais obras e menos palavras.*

«Ninguem mais do que eu deseja essa reconcialiação, — não só a desejo, mas tenho trabalhado para a realisar. Todos sabem que um anathema havia sido lançado sobre um grande numero d'ecclesiasticos que indevidamente haviam sido privados das suas dioceses, das suas parochias, dos seus canonicatos, dos seus beneficios, emfim. Quem levantou esse anathema, não obstante ter contra esta ideia a opinião d'um grande numero dos seus amigos politicos? Fui eu (*Apoiados geraes*).

«Quem, apenas chegado aos conselhos da Soberana, restituiu um grande numero d'esses ecclesiasticos aos seus beneficios, dos quaes se achavam privados unicamente pelo facto de terem permanecido n'elles durante o reinado da usurpação? (*Apoiados*). Quem prescreveu as regras d'essa restituição, as quaes foram depois legalmente seguidas pelos seus successores? (*Apoiados*). Quem teve a coragem de aproveitar os talentos e a alta capacidade de um dos ministros de D. Miguel, para o collocar á frente d'uma importante repartição do Estado? (*Apoiados*). Quem teve a coragem de aconselhar á Soberana a nomeação d'alguns dignos pares que aqui se encontram, e cuja capacidade e talentos todos reconhecem, não obstante terem o Assento dos Tres Estados?

E tenho a satisfação de ter visto confirmado pelos factos o juizo que formei de ss. ex.as (*Muitos apoiados*). Fiz ainda mais· coherente sempre com os meus principios e com esse desejo de reconciliação da familia portugueza, não tive duvida em aconselhar a Soberana que assignasse uma carta regia, nomeando par um individuo, cujo nome se encontra entre os signatarios da representação *Lafões*. Eis aqui está a rasão porque eu disse que me achava com direito de responder aos que tanto fallavam em reconciliação da familia portugueza: — *mais obras e menos palavras*.

«A opposição que tanto clama por essa união, quando trata de conseguir algum fim politico, o que é que fez quando esteve no poder? Não recordemos factos passados. Sou eu o primeiro a reconhecer que entre os signatarios da representação *Lafões*, e entre os seus descendentes, existem individuos que pelas suas qualidades pessoaes, e pelas suas altas posições na sociedade, devem occupar um logar n'esta camara; mas entendo que não podem vir a ella por direito proprio ou por direito de successão, porque o não teem, como logo mostrarei, — mas em virtude de nomeações *novas*, as quaes eu não teria duvida nenhuma em aconselhar, se outra fôra a conducta politica d'esses cavalheiros. Sejamos francos, não se exija sómente que o partido dominante trabalhe para a reconciliação; façam tambem esses senhores alguma cousa que prove o desejo que teem d'essa reconciliação.

«Comecem por se apresentar na Côrte, aonde são chamados pela sua posição aristocratica; prestem os seus respeitos e homenagens ao Chefe do Estado, e mostrem assim que não nutrem o pensamento da illegitimidade d'esse mesmo Chefe do Estado. Pratiquem actos pelos quaes próvem que reconhecem

como legitima a lei fundamental do Estado, e tudo concorrerá para termos o gosto e a honra de os vêr aqui sentados ao nosso lado. *(Apoiados).* Digo, com sentimento, que não obstante repetidas insinuações que se teem feito a alguns d'esses cavalheiros para procederem d'esta fórma, nada se tem conseguido. N'estas circumstancias deviam os governos ser tão levianos que entregassem as funcções legislativas a quem assim procede? *(Apoiados — Vozes:* muito bem, muito bem). Devo informar a camara que todos aquelles que se tem apresentado na Côrte, cumprindo com o seu dever de subditos leaes, ou teem recebido da Corôa logares lucrativos, ou logares honorificos *(Apoiados — Vozes*: é verdade, é verdade). Pois se assim é, do que ninguem póde duvidar, se os governos teem procedido por esta fórma, se o partido dominante tem mostrado tanta tolerancia e tanto desejo de reconciliação, façam esses cavalheiros outro tanto, e veremos realisado o grande pensamento da união da familia portugueza.»

Como se está vendo, a oratoria do conde de Thomar não se filiava na escola da do irmão José, — que se comprazia em ornamentações ridiculas d'erudição de sobreposse. Com uma sobriedade absoluta, com uma simplicidade de estylo, que não excluia antes realçava o gosto artistico do orador, os periodos seguiam-se n'uma naturalidade perfeita e com uma espontaneidade absoluta. Dominava e convencia, quando se occupava simplesmente de sustentar e desenvolver um parecer. E sabia, como vae vêr se, tornar sempre contra os adversarios os argumentos que estes lhe apresentavam.

Viu-se já isto nos periodos que transcrevemos, que eram uma resposta a Rodrigo da Fonseca.

Vai vêr-se a repetição do mesmo systema par lamentar, quando no mesmo discurso passa a responder ao conde do Lavradio:

«Não estou d'accordo com o que disse o sr. conde de Lavradio a respeito das familias historicas, sem as quaes s. ex.ª entende que esta camara não póde ter representação e independencia, acrescentando, depois de estabelecer esta e outras proposições, *que cada um deve occupar o logar que lhe compete*. Que pretendeu s. ex.ª dizer com estas ultimas palavras? Pretendeu s. ex.ª estabelecer a differença das raças? Quer s. ex.ª que na presença da Carta funccione a aristocracia de sangue, separada da aristocracia do merito e da propriedade? Quiz s. ex.ª fazer reviver os Tres Estados? Se tal foi o seu pensamento, permitta que eu lhe diga que levou muito longe o seu espirito aristocratico, e que na presença da Carta, que só reconhece o merito e o talento para ser elevado ás mais altas dignidades do Estado, as suas doutrinas são insustentaveis. *(Muitos apoiados)*. Ninguem mais do que eu respeita a nobreza de sangue, quando ella anda a par da virtude, — pois, é até um aphorismo, que essa nobreza herdada, se a virtude a não alimenta, é uma flôr mimosa, que definha e morre. Ninguem mais do que eu reconhece que os predecessores d'essas familias historicas fizeram importantes serviços ao throno e á patria, e que esses serviços não devem esquecer, dando se para com a pessoa dos successores a gratidão do throno e da nação; — mas se as primeiras d'essas familias concorreram para a fundação da monarchia e para a elevação da familia reinante ao throno, em 1640, não posso deixar de adoptar como minhas as reflexões sobre esse objecto apresentadas pelo meu particular amigo o sr. Silva

Carvalho: n'esses combates de honra e valor nacional appareceram chefes e soldados; se os chefes pertenceram a essas familias, os soldados pertenceram ao povo, e d'estes morreu um grande numero combatendo pelo rei e pela patria. *(Muitos apoiados).* O que aconteceu foi, como disse o digno par, não terem parte alguma na partilha. *(Apoiados).*

«Se lançamos os olhos para esta camara, vêmos aqui sentados representantes d'algumas das familias historicas mais notaveis, e não póde duvidar-se que pelas suas qualidades pessoaes, e pelos seus serviços feitos ao throno, á patria e á liberdade, são credores da estima geral e da gratidão nacional. *(Muitos apoiados).* Mas vejo tambem assentados ao seu lado grandes illustrações do paiz, que nos ultimos tempos concorreram não só para salvar o throno e a liberdade, que alguns dos representantes d'essas familias historicas *destruiram*, mas para dar existencia a esta camara, que sem isso não funccionaria. *(Muitos apoiados).*»

Esta resposta era bem dada, mas a anterior exposição feita perante os contemporaneos, perante uma camara em que os adversarios estavam em grande numero, e, não obstante, nada em contrario objectaram, mostra bem como é pura lenda, feita e propagada pelos jornaes adversos, a perseguição e intransigencia *cabralina*, que veiu até aos nossos tempos como um modelo de auctoritarismo tyrannico, mascarado em formas sophismadas de constitucionalismo. Aos contrarios, que não o poupam, — nem mesmo no que se reputa direito sagrado e inviolavel, por se referir á vida particular de cada um, — o conde de Thomar apontava factos positivos, enumerava actos determinados. Em todos elles se significava uma grande tolerancia e uma politica

mirando a fazer a paz e a união entre a desavinda familia portugueza. Pois os adversarios presentes, provocados com insistencia, encontram recursos para proseguir n'uma guerra sem treguas, — mas o que não encontram foi uma palavra que contestasse a veracidade d'essas occorrencias e d'essas deliberações tolerantes. Que significa este silencio, tanto mais impressionante, depois dos applausos com que os partidarios do conde confirmaram a veracidade das referencias que elle fez?

Parece-nos que a resposta a esta interrogação deverá ser dada pela rectidão da consciencia de quem lêr, e que certameute começará a vêr no conde de Thomar e na sua politica, orientação e principios, deturpados e calumniados por uma imprensa, — que deturpou e calumniou toda a vida politica, e toda a vida privada, do adversario tão furiosamente guerreado!

A parte juridica d'este discurso, a parte que se occupa especialmente d'apreciar a questão de direito allegada no requerimento do marquez de Vallada, e depois explorada pelos pares que o defendiam, deve ser procurada pelos que especialmente se interessem por essa ordem d'estudos. Não póde fazer-se exposição mais nitida, menos despreoccupada d'enredos juridicos, mais singela de forma, mais eloquente d'argumentos. E como esse, e do mesmo valor, é o discurso com que em outra sessão teve de voltar ao debate. Foi ahi que o conde de Thomar contestou, assim, ter o duque de Saldanha sido demittido da mordomia-mór, pelo voto que na camara dos pares dera na questão do *affidavit:*

— «Não ha duvida que estou hoje inteiramente separado em politica do nobre Marechal. E' este um acontecimento frequente em outros paizes: dous

homens unidos hoje na politica, ámanhã estão inteiramente separados. Não me parece, porém, que pessoas estranhas tenham o direito d'intrometter-se nas indagações dos motivos d'essa dissidencia. (*Muitos apoiados*). Hoje, como em outras occasiões, os meus adversarios politicos asseveraram que o duque de Saldanha fôra demittido por ter dado um voto *consciencioso* n'esta Camara! Tal asserção é *falsa*, *falsissima*.

«O sr. duque de Saldanha, tendo-se declarado em opposição ao governo, votou muitas vezes contra elle, e fez mais: hostilisou por uma forma descomedida o presidente do conselho. Não obstante foi sempre conservado nos seus logares, não se pensando se quer em demittil o. Mas o sr. duque de Saldanha, não se contentando com a opposição *parlamentar*, aproveitou a sua posição de *mordomo mór*, isto é, a posição de primeiro empregado da côrte, para exigir, *por escripto*, a demissão do presidente do conselho, fazendo-lhe imputações atrozes, porque o accusava perante o throno de um grande numero de crimes.

«Em taes circumstancias, e tendo o presidente do conselho noticia de uma tal representação, porque s. ex.ª teve o cuidado de a lêr a um grande numero de pessoas, não podia deixar de representar egualmente ao throno, que ou elle, presidente do conselho, era o homem *criminoso*, na forma apresentada pelo *mordomo-mór*, e devia ser immediatamente separado dos conselhos da soberana, ou o *mordomo-mór* precipitadamente fizera accusações que não podia provar, e n'esse caso commettera uma grande falta, e abusando da sua situação devia ser separado d'ella.»

O duque de Saldanha, tendo a palavra para ex-

plicações, tratou de sustentar que a demissão lhe proviera do voto que déra na camara, e não da representação que antes d'isso apresentára á rainha. Explicou que considerava a senhora D. Maria II como filha, por isso que quando a rainha pisára terra portugueza pela primeira vez, ao desembarcar no *Terreiro do Paço*, na presença da côrte, da camara municipal e do estado maior, o imperador pegando-lhe na mão, lhe dissera:

— Maria, não lhe apresento o Tenente General Saldanha, que V.ce muito bem conhece, mas o Marechal Saldanha a quem V.ce deve o estar hoje aqui.

E depois, voltando-se para o conde de Thomar, accrescentou:

— Chamou me o sr. conde de Thomar intrigante, mas emquanto sobre elle pesarem accusações claras, positivas, não anonymas, de roubo e concussão, não pode o duque de Saldanha pedir satisfações ao conde de Thomar.

O conde respondeu-lhe assim:

« — Sr. presidente, é extraordinario, é até atrocissimo, que o nobre duque venha aqui ser orgão das mais infames calumnias, que os jornaes teem apresentado contra mim. (*Apoiados*). Tem s. ex.ª a coragem de me accusar em forma, e com as provas, dos factos que menciona?

— *O duque de Saldanha* — E' o que dizem os redactores dos jornaes.

— *O orador* — Tambem o nobre duque foi accusado pelos redactores dos jornaes e até no parlamento. (*Vozes:* é verdade, é verdade). Este caso, pois, é inaudito, é caso nunca visto, peço á camara desculpa da vehemencia com que fallo. (*Vozes:* Tem rasão).

O nobre duque tem direito para que o julguem pelos seus actos; mas eu tenho tambem egual di-

reito. Se s. ex.ª, pelo que se passou em 1850, entendeu que eu era um homem abominavel, para que me honrou então com a sua amisade e para que utilisou tanto os meus serviços e os meus conselhos quando esteve á testa do ministerio? *(Apoiados)*, Se eu viesse preparado para tratar esta questão, s. ex.ª não havia de ficar muito satisfeito, porque eu apresentaria documentos pelos quaes havia de mostrar á camara a versatilidade de s. ex.ª... Não digo mais.

Sr. presidente, eu era um homem sem igual na opinião do nobre marechal até certa epocha *(Apoiados)*, mas no momento em qne s. ex.ª sahiu do ministerio e eu lhe succedi, passei então a ser, na opinião de s. ex.ª, um homem infame *(Sensação)*... Pois se é *homem cavalheiro*, não ha-de recusar-se a apresentar as provas das accusações que me fez. *(Apoiados repetidos: Muito bem, Muito bem).*

— *O sr. duque de Saldanha.* — Eu não me apresentei como accusador, disse que sobre o sr. conde de Thomar pesavam duas accusações, não anonymas, mas sim claras e positivas, de roubo e concussão; — e um jornal d'esta capital, a *Revolução de Setembro*, fazendo estas accusações a s. ex.ª varias vezes, ainda as reproduziu no dia 29 de janeiro passado.

— *O sr. presidente do conselho.* — Eu despreso esses accusadores.

— *O sr. duque de Saldanha* (continuando). — Já se vê, portanto, que não sou eu que accuso: é a imprensa.»

A questão particular ficou assim. A questão da ordem do dia, a recusa á entrada do marquez de Vallada na camara foi votada por espheras. Trinta contra vinte e seis fecharam a porta ao herdeiro do antigo signatario da representação de D. Miguel.

A ultima sessão sobre o magno debate da exclusão da hereditariedade do pariato reclamada pelo marquez de Vallada, foi no dia 20 de março, — pois logo na sessão immediata do mesmo anno, no dia 22, estava armada nova e violentissima discussão sobre o arrendamento do Alfeite. Conhece o leitor esta outra questão, por isso mesmo se dispensa seguil-a agora em todos os seus pormenores. O seu aspecto de aggressão pessoal era manifesto. A sua feição parlamentar não podia destoar das suas origens. Convém, porém, dar alguns excerptos do discurso de Thomar, e referir alguns dos episodios que tiveram logar, porque, mais do que quaesquer outros, estavam destinados a ficar como relevo principal na historia da epocha. Foram os ultimos incidentes antes da segunda revolução, foi o ultimo dos discursos que o chefe d'esse governo teve occasião de pronunciar na camara, e, por uma circumstancia singular, é de todos os seus discursos aquelle que especialmente se occupa em deixar bem marcada a historia dos combates que soffreu, e os planos em que se inspiraram os seus inimigos, em varias epochas, para o expulsarem, com escandalo, do governo da nação. Elle proprio o vae contar:

« — *O sr. presidente do conselho.* — De ha muito tempo que estou habituado a este systema de discussão, desde muito tempo que sei quanto devo aos meus adversarios, reconheço que lhes mereço a maior consideração (*riso*). Em outra epocha, antes de 1846, intendeu a opposição que o meio mais efficaz de me fazer largar esta cadeira, eram os *duellos*. Differentes me foram propostos, e emquanto as pessoas encarregadas de ouvir as causas do primeiro duello e as explicações sobre as mesmas, cumpriram com o seu dever, outros foram propostos, e sendo então

reconhecido que era um plano, fui obrigado a declarar que emquanto *ministro* não acceitava duello algum, mas que não hesitaria um momento em o acceitar quando abandonasse um tal logar. E qual foi o resultado d'esta declaração? Não se me propozeram mais duellos, e quando saí do ministerio ninguem me procurou. Tudo ficou em fumo. (*O sr. conde da Taipa ri se*). O digno par ri-se! Ria se muito embora, e ria-se quem quizer, este é o facto que ningnem se atreverá a contestar; não creio que os mesmos proponentes ousarão dizer que me procuraram depois da minha saida do ministerio.

«Sr. presidente, o plano agora é outro. Puzeram-se os duellos de parte, mas recorreu-se a outro meio: é o dos *escandalos* e das *calumnias!* (*Sensação*). Pertende-se ter sempre em discussão o presidente do conselho, não ha, portanto, calumnia que se não levante, *invenção* que se não imagine. (*Apoiados*). Os actos mais indifferentes da minha vida privada, aquelles mesmos que nos outros são julgados *virtude*, uma vez que sejam praticados por mim são desde logo envenenados, são logo reputados *crimes!* (*Vozes*: É verdade, é verdade). Quanto se enganam os meus adversarios, se se persuadem que por este meio hão-de fazer-me largar esta cadeira! A minha saude está arruinada, por este motivo, e até os meus interesses exigem que eu deixe de continuar n esta vida de *amarguras*, desejo realmente abandonar este logar, mas emquanto similhantes meios se puzerem em pratica, podem os meus adversarios contar que a minha energia e coragem estarão na proporção da injusta guerra que me fizerem (*Apoiados*) e das calumnias que me imputam. (*Vozes:* muito bem, muito bem.)

«Escusado é repetir o que por mais d'uma vez tenho dito, isto é, que despreso as calumnias e os

calumniadores. *(Apoiados.)* E' muito facil escrever, ou mandar escrever, um artigo *infame*, e vir depois servir-se d'esse mesmo artigo para me calumniar no parlamento. *(Apoiados.)* Levanta-se o escandalo lá fóra e vem-se mais tarde reproduzir n'esta casa! Que teem feito esses calumniadores, que me teem lançado em rosto o que recolhem d'essa imprensa que não respeita nada do que é honesto e honrado? *(Apoiados.)* Chamados ao campo da discussão e das provas, ou guardam profundo silencio, ou declaram envergonhados que não teem as *provas* das accusações. *(Apoiados.)* Em uma e outra casa do parlamento a opposição tem passado pela vergonha d'esta declaração. E, quando é mais apertada, até se tem visto obrigada a declarar que *não accusa, mas que sómente refere o que dizem os periodicos!* *(Vozes:* é verdade, é verdade!) Não se persuadam que me arreceio d'apparecer na presença dos meus accusadores; bem pelo contrario, com a cabeça levantada e com altivez, os desafio a que saiam do campo das banalidades, e que venham ao *positivo*, deduzir os seus capitulos d'accusação, referir os factos e apresentar as provas. Não se ponham atraz d'uma imprensa *licenciosa*. *(Apoiados.)*»

Mais adiante, n'um grande grito de dôr, expressa a funda magua que lhe causam os ataques á sua honra, e accusa de assassinio os que, só por paixão politica, apunhalam o adversario no que é mais do que a sua vida, — porque é a sua honra, porque é o nome que ha-de ser transmittido ás gerações que se seguem, porque é, ao longo dos tempos, a exhibição constante d'um cadaver, para que os que vierem depois o profanem com todos os insultos immerecidos e com todas as villezas suggeridas pela paixão cega de contemporaneos insaciaveis

de vingança odienta! E' bem um fundo gemido de dôr, essa parte do discurso do estadista, já sem ambições, porque a lucta constante o desilludiu de grandezas, mas que, pelo respeito que deve a si e aos seus, se mantém no combate que ha-de dar-lhe a morte!

— «*O sr. presidente do conselho* — Ainda, por desgraça minha, me vejo, pelas notas que tomei, obrigado a repellir accusações que me foram dirigidas por alguem, que attenta a sua posição e circumstancias, devia ser o *ultimo* a chamar-me a esse campo. Ninguem deve reputar crime nos outros aquillo que em si reputa *virtude*. *(Apoiados.)* E' facil apresentar-se um homem a fazer sempre o elogio da sua pessoa, da sua honra e probidade; é facil querer sempre fazer-se passar como tendo um coração de *pomba;* é facil fallar sempre do seu desinteresse pessoal; digo mais, tudo isso se póde desculpar quando não feito para desconsiderar adversarios. Quando assim não acontece, porém, então tem logar o repellir-se a aggressão com a aggressão, oppôr comparação á comparação.

«E' sem duvida melhor que deixemos aos outros o avaliarem as nossas qualidades e o nosso desinteresse, aliás corremos o risco de muitas vezes encontrarmos um juizo bem contrario ao nosso. Evitemos lançar aos outros faltas, de que nós mesmos somos accusados, e sobretudo não criminemos nos outros os actos que nós mesmos praticamos, aliás teremos d'ouvir *comparações* que nos hão-de ser quasi sempre desagradaveis.

«A honra do homem, como por mais d'uma vez tenho dito, é o dom mais precioso que se póde possuir; — aquelle que a offende sem motivo justificado, e provado, é um verdadeiro *assassino! (Sensação.)*

Sim! E' um verdadeiro assassino, porque tão assassino é o que pega n'um punhal para tirar a existencia physica, como o que destroe a existencia moral de um individuo, fazendo o infeliz, e apoz elle toda a sua familia, talvez toda a sua geração. *(Apoiados).*

«Sei que entre nós os ataques feitos contra a honra dos individuos, por muito repetidos sem o menor fundamento, estão por tal forma *desmoralisados* em força, que passam já quasi inapercebidos; quem ha ahi, que seja honesto e honrado, que não tenha sido apresentado como deshonesto, como concussionarío, como ladrão? E quem ha ahi que não tenha observado, que o furor politico tem chegado a tal ponto, que o *homem*, que ainda hontem era mimoseado com aquellas designações, porque hoje fez uma evolução para a esquerda, foi logo santificado, e proclamado como um santo? *(Sensação. Vozes:* é verdade, é verdade.)

«Não apontaria um só: poderia ainda mesmo n'esta camara apresentar muitos; mas reconheço que seria isto contra as conveniencias parlamentares *(O sr. conde da Taipa:* — Diga os nomes.) Não digo; não se persuada o digno par, que pelos seus apartes, e pelas suas excitações, me obriga a praticar uma inconveniencia *(Vozes:* muito bem,)

«Todos temos sido victimas da maledicencia, mas se o nosso perseguidor fôr o *homem* que ainda hontem nos tratava por verdadeiro amigo, nos reconhecia excellentes qualidades, nos consultava em todos os negocios, e se dirigia algumas vezes pela nossa opinião, então havemos de reconhecer que em logar d'esse coração de pomba, que se inculca possuir, o que se tem lá dentro a pulsar, é um coração sedento de *odio e de vingança! (Sensação.)*

Sentimentos abominaveis que não podem caber em uma alma nobre. *(Muitos apoiados).*»

No fim, o conde de Thomar mostrou pesar por não estar presente o duque de Saldanha, — sempre os dous! — a quem desejava dirigir-se directamente.

— «Eu vou chamal o, — disse o conde da Taipa, com ares fingidamente obsequiosos, entre gargalhadas dos collegas.

— Pois bem, esperarei, — tornou-lhe o presidente do conselho. — Aproveito com a demora, porque descanço.»

Foi o Taipa em cata do Marechal, voltando á sala com elle.

O conde de Thomar proseguiu:

— «Dizia eu que estimava que o sr. duque de Saldanha estivesse presente, porque tinha de referir um facto que respeitava tambem a s. ex.ª e não desejava tocar n'elle sem que o nobre duque ficasse logo habilitado a explical o. Todos sabem que para se aggravar a guerra contra mim, feita por causa do arrendamento do Alfeite, se conseguiu persuadir ao sr. duque de Saldanha que devia offerecer a *rescisão* do seu contracto, e que s. ex.ª, persuadido de que por isso me prejudicava, deu effectivamente este passo, mas teve a cautela de o dar de modo que lhe grangeasse, como grangeou, alguns artigos *d'elogio* nos jornaes da opposição, acompanhados, já se sabe, de insultos dirigidos ao conde de Thomar. S. ex.ª, em uma palavra, offereceu a rescisão, mas sem intenção de que ella surtisse effeito. *(Sensação.)* Repito, sem intenção de que surtisse effeito, porque sendo principio em direito que as cousas pelo mesmo modo por que se fazem, por esse mesmo se desfa-

zem, o nobre duque, em logar de pedir a rescisão, fazendo o seu requerimento, para sobre elle serem ouvidas as partes, e ser afinal lavrada a competente escriptura de rescisão, contentou-se em escrever ao Vedor, que, segundo me consta, pretendeu mostrar o errado que era semelhante passo; mas, instado pelo sr. duque, conveiu em que a rescisão tivesse logar pelos meios legaes. Esta declaração, ou deliberação do Vedor, obrigou a pensar melhor o nobre Marechal, e lá continúa no *goso pacifico* dos bens arrendados *(profunda sensação)*; isto não póde ser contestado.

«E que fiz eu? Não offereci a rescisão porque não me importa, nem tenho inveja de que se faça aos outros o que a mim se fez, mas vendo que esse denominado palacio e esse *famoso* jardim forneciam argumento para fallar contra o arrendamento do Alfeite, vendo além d'isto que alguem podia duvidar (não eu) se taes arrendamentos podem ir além da vida do Rei que os fez, requeri, como graça, que esse palacio e jardim ficassem considerados como não fazendo parte do arrendamento, que fossem separados para recreio, se para tal podiam servir, e que o contracto não podesse valer depois da morte de Sua Magestade (que Deus affaste) sem a confirmação do immediato Successor. Escusado é dizer que toda a propriedade está sempre ás ordens da Soberana, para d'ella se servir como melhor lhe agradar e essa será sempre a minha maior satisfação e honra. *(Vozes: muito bem, muito bem.)*

«Por esta forma estão por terra todos esses argumentos com que se tem combatido um contracto, aliás legal em todas as suas partes; tirados os *pretextos*, nem por isso espero que o *escandalo* cesse. Estou certo que ha-de continuar. *(Muitos apoiados.)*

A este discurso e a esta nova provocação, o marechal Saldanha respondeu fazendo a historia e fazendo o elogio do avô, o marquez de Pombal, — e explicando as origens da fortuna que este fizera, n'um tempo «em que não havia acções beneficiarias, interesses em casas de commercio, peculatos e concussões.»

O conde de Thomar, levantando-se, disse:

— «*O sr. presidente do conselho* (Para uma explicação).—Eu observei que o digno par se collocou atraz d'um morto, naturalmente para dirigir insultos ao actual presidente do conselho de ministros: não posso acceitar a questão n'esses termos, e por isso reclamo do nobre marechal me diga, se, quando fallou d'acções beneficiarias, de interesses de casas de commercio, de jantares, de bailes, de peculatos e de concussões, etc., se queria referir a mim?

— *O sr. duque de Saldanha* — Não foi essa a minha intenção: eu não quiz referir-me de forma alguma a s. ex.ª, e peço á camara que acredite que se tal intenção houvera tido, não poria duvida em insistir n'ella. *(Apoiados)*.

— *O sr. presidente do conselho* — Todos conhecem que eu tinha direito a pedir esta explicação e com ella me dou por satisfeito.»

Isto passou-se a 26 de Março; a 7 d'Abril, isto é, doze dias depois, o marechal Saldanha saía de Lisboa, furtivamente, em direcção a Cintra, onde procurára sublevar o destacamento do 7 d'infanteria. O official recusava-lhe a sua adhesão. Estava dado, porém, o primeiro passo para a segunda revolução, a que este livro se refere.

CAPITULO IV

A revolução

Os ultimos dias de Março appareciam, para a politica ministerial, pardos e tristes como costumam ser n'essa estação os dias que antecedem as floridas alvoradas da primavera. Tudo se combinava, tudo se ajuntava para trazer entristecidos e preoccupados os que procuravam resistir á corrente contraria dos acontecimentos, e lhe oppunham uma vontade firme, uma resolução decidida e energica,—mais como quem cumpre o dever de defender até á ultima a existencia, do que como quem deseja sustentar uma preponderancia que só proporciona desgostos, só traz amarguras, só provoca desillusões. Cá dentro, no paiz, ás luctas na imprensa, ás luctas no parlamento, insistentes, constantemente demolidoras, ajuntava-se a conspiração de Saldanha,— o que não era já mysterio para ninguem. O governo seguia de perto o trama, tinha na mão as indicações mais precisas, conhecia os personagens e vigiava-os. Mas, como elle proprio confessou na folha official, no dia em que teve de noticiar a revolta, entendia

«não poder nem dever proceder, senão na presença de provas.» O escrupulo legalista era então levado a estes extremos perigosos!

A esta situação interna, verdadeiramente alarmante, veiu juntar se a derrocada das amisades exteriores que amparavam o conde de Thomar, e que constituiam para os seus adversarios, aqui, a ameaça permanente contra uma sublevação armada. Narvaez, o seu grande amigo, cahia do poder, e logo em seguida a esta mudança de governo em Hespanha, mudaram todas as affectuosas ligações entre os dois povos. A navegação do Douro foi mais uma vez apresentada como factor indispensavel para um arranjo diplomatico. Desde o tempo de Filippe II que as provincias c stelhanas fronteiriças, manteem o sonho das riquezas fabulosas que devem enthesourar quando um proximo porto de mar dér vasão ás suas colheitas cerealiferas. O novo governo deu-se pressa em crear popularidade fazendo constar o proposito de renovar e alcançar, a todo o custo, as maximas facilidades em Portugal, para o transporte e exportação das colheitas das regiões confinantes com a nossa raia. Para começo da execução d'essas promessas, deu-se pressa não só em levantar a questão da navegação do Douro, mas em aggravar o significado das suas reclamações, escolhendo, para ministro em Lisboa, um dos senadores mais energicos e intelligentes, que tinham combatido a situação Narvaez, — quer dizer, um que dos mais serviam para mostrar ao conde de Thomar, que muito outra era agora em Madrid a orientação da politica externa. O novo ministro que a Hespanha nos mandou, foi D. Antonio Alcalá Galiano. Os jornaes de Madrid, especialmente o *Heraldo*, que fôra orgão de Narvaez, contaram ter o governo portuguez procurado quanto possivel difficultar a vinda d'este diplomata para

Lisboa, onde fôra afinal acceito com manifesto desgosto. Tanto bastou para a nova nomeação ser festejada pelos adversarios do governo portuguez, que traduziam assim a sua alegria:

A embaixada de Hespanha tem sido desempenhada por pessoas mais addidas ao conde de Thomar, do que á nação hespanhola. Aquelles diplomaticos eram uma especie de correspondentes do general Narvaez, com credito aberto a favor no nosso primeiro ministro, e com ordem expressa de honrar todos os saques que com tal firma lhe apresentassem. Não será assim o sr. Alcalá Galiano, porque as suas instrucções devem ser outras, e a sua pessoa não é para taes cargos.

Se a Hespanha mandára um ministro qne não agradava ao governo aqui constituido, a França, quasi simultaneamente, quiz fazer outro tanto. Este *novo* ministro era um *antigo* diplomata aqui muito conhecido, e de quem o conde de Thomar tinha particulares motivos de queixa. Mr. Forth Rouen fôra nomeado de surpreza, havendo com o ministro de Portugal em Paris, Paiva Pereira, a desattenção de lhe não communicar a escolha que se tratava de effectuar. Este facto determinou reclamações que tiveram de ser attendidas. Mr. Forth Rouen cedeu o logar a Mr. Marescalchi.

Da Inglaterra, onde Palmerston continuava no poder, escusado será dizer que o governo do conde não podia esperar boa vontade nem sequer sympathia. Era um antigo adversario. Palmerston fôra vencido, quando foi forçado a juntar se ás outras potencias para não as deixar procederem isoladamente na intervenção e accordo do protocollo. D'ahi não podiam vir esperanças de qualquer appoio.

Como se vê, todo estava preparado pela má fortuna, repentinamente adversa. Havia pouco tempo, no final do anno que passára, que o ceu muito

azul, parecia assegurar uma bonança prolongada, com dias de socego e de ventura. Mas o horizonte cerrára. Nuvens negras de tempestade acastellavam-se n'uma ameaça de borrasca temerosa. Ao longe sentiam-se os primeiros rugidos do trovão,—e de repente, na negrura da noite, um grande relampago illuminou, n'uma coriscante phosphorescencia, a pavida disposição dos elementos que iam combater-se: chegára a noite de 7 para 8 d'abril, e estava iniciada a revolução.

As duas camaras tinham realisado normalmente as suas sessões, na vespera. Na dos pares discutira-se a lei eleitoral; na dos deputados, depois d'uma interpellação sobre o papel—moeda, principiou o debate sobre o parecer da commissão de obras publicas nos trabalhos a fazer na barra de Vianna. Nenhum incidente alterára a ordem dos trabalhos. Os boatos de revolta no exercito não eram n'esse dia mais insistentes;—de resto, á força de repetidos, tinham cahido em descredito, já careciam d'interesse, encontravam um progressivo numero d'incredulos. Os jornaes d'esse dia, com a mesma violencia de phrase, continuavam a maltratar o conde de Thomar mas nenhuma palavra n'elles demonstrou conhecimento das ocorrencias que iam ter logar. Por uma extranha coincidencia, apenas um rapaz de Runa, que depois veiu tambem a ser ministro e politico, João Gualberto de Barros e Cunha, fez publicar na *Revolução* um folhetim, em verso, que as circumstancias haviam de revestir d'um certo aproposito prophetico, porque foi, na imprensa, a nota mais revolucionaria d'esse dia. O folhetim intitulava-se *Conde Andeiro*, e abria assim:

— «Armas prestes, cavalleiro
Hei presagio mui ruim;
Lerta, pagens, escudeiros,
Vigiai todos por todos,
Vigiai; sonhei um sonho,
Com phantasma tão medonho
Que á minha vida dá fim!»

Era a voz do cond'Andeiro
Que fallava aos pagens seus,
Que vira em sonho agoureiro
Sombrias nuvens nos ceus;
Era o peccado tremendo
Com seu vulto feio, horrendo,
Ante o alfange de Deus!...

O poeta, era transparente, queria nos seus versos alludir ao conde de Thomar. Barros e Cunha estabelecia no dialogo com o outro Conde, o d'Andeiro, o termo do poderio do favorito:

«— Senhora!... Estamos perdidos
Lhe responde entre gemidos
Andeiro, o conde traidor!

— Perdidos, conde!? O juizo
Perdeste acaso?.. Talvez?..
Que não vos entendo nada
Dessa tristeza, e mudez!..
— Sonhei, senhora (responde
Com susto tremendo o conde)
Qu'este povo é portuguez!..»

Ninguem, a não ser os ministros e a rainha, sabiam, á hora em que estes versos principiaram a correr mundo, que o marechal Saldanha, n'essa noite, déra o primeiro passo para a revolução. Era de Runa que vinha o aviso prophetico! Esse homem que, annos volvidos, as criticas do tempo haviam de motejar com tanta *verve* pelas suas predilecções pelos costumes britannicos, e pelas suas demoradas leitu-

ras do *Times*, teve, como poeta, a visão das occorrencias, e com singular aproposito versejou um episodio historico, inspirado pelo odio partidario e explorando uma calumnia, é certo, mas que, na occasião, tinha alguma cousa de extraordinariamente impressionante!

Foi só pela tarde d'esse dia, 8 d'abril, que as primeiras noticias da tentativa revolucionaria do marechal principiaram a correr. No dia seguinte, ás 11 horas da manhã, na camara havia já 56 deputados. Quando o presidente declarou aberta a sessão, o conde de Thomar pediu a palavra. E' facil calcular como se fez na sala um immediato e profundo silencio. O presidente do conselho, aparentando a mais completa serenidade, limitou-se a dizer:

— «*O sr. presidente do conselho* — Tenho a honra de mandar para a mesa um decreto cuja leitura peço a v. ex.ª que mande fazer.»

Na mesa leu-se, então, o seguinte:

Usando da faculdade que Me concede o artigo setenta e quatro, paragrapho quarto, da Carta Constitucional da Monarchia: Hei por bem, Tendo houvido o Conselho d'Estado, adiar as Cortes Geraes da Nação Portugueza até ao dia dois de junho proximo futuro. O Presidente da Camara dos Srs. Deputados o tenha assim entendido para os effeitos convenientes. Paço das Necessidades, em nove de Abril de mil oitocentos e cincoenta um. = RAINHA = Conde de Thomar.

Ninguem pediu mais explicações, ninguem mais fallou senão o presidente da camara para declarar, que em conformidade com o decreto que acabara de lêr-se, a camara estava adiada, e a sessão encerrada.

A palavra pertencia agora aos soldados. A elles

estava agora entregue a decisão da contenda. Para onde pendesse o numero, ahi caberia o triumpho. Era d'este que havia de resultar ou a glorificação do movimento, ou a sua condemnação. A victoria dava-lhes a recompensa, a derrota havia de trazer-lhes o castigo. Ou heroes—ou sediciosos. Ou melhoria nos postos—ou o conselho de guerra. N'este jogo que se abria, os que tivessem a *sorte*, tomariam o partido do vencedor, os que estivessem com o *azar* escolheriam o derrotado. Escolher o bom lado — eis a difficuldade!

Desde que a contenda ficava assim entregue á sorte das armas, o interesse todo concentrou-se nas participações do movimento das tropas, e nos lances em que ellas intervinham.

No *Diario* de 10 appareceram duas notas, uma official, outra officiosa. A primeira era uma ordem do exercito, assignada por el-rei D. Fernando, commandante geral, que dizia assim:

Bravo e leal exercito portuguez! Um general, cujo primeiro dever pelos principios de honra, e pelas leis militares é respeitar o throno, as suas constitucionaes prerogativas, e manter a disciplina, commetteu o inaudito, o injustificavel attentado de insubordinar e sublevar alguns corpos do exercito portuguez. Este criminoso procedimento ha-de ser devidamente avaliado pela nação.

Bravo e leal exercito portuguez! Na qualidade de commandante em chefe, eu sou o primeiro a respeitar o livre uso das prerogativas da corôa. Os militares, essencialmente obedientes, não podem, nem devem intrometter-se nos negocios politicos: o procedimento contrario é um attentado contra S. M. a Rainha, contra a carta constitucional, e contra a ordem publica.

Confiando na vossa lealdade, e certo do vosso patriotismo, não hesitei um momento em me pôr á frente dos bravos, que tenho a satisfação de commandar, e a quem ha-de competir a gloria de suffocar a rebellião.

Quartel general no Paço das Necessidades, em 9 d'Abril de 1851. — El-rei, commandante em chefe do exercito.

Na parte não official o *Diario* contava assim as occorrencias:

Ha dias corriam já na capital projectos de revolta por parte do marechal Saldanha. Entretanto o governo não podia, nem devia proceder senão na presença de provas. Estas provas appareceram. Na noite de 7, o marechal sahiu de Lisboa, destinando-se a tomar o commando das forças que se rebellassem. Estas forças annunciavam-se que seriam os regimentos 7 de infanteria e 4 de cavallaria, 5 e 1 de caçadares. O marechal seguiu a direcção de Cintra, onde estava um destacamento do 7 commandado por um subalterno. A's exigencias do duque respondeu este digno official, crédor dos maiores elogios pela sua lealdade, decisão e energia: «que só marcharia com ordem expressa do seu commandante,» cumprindo assim os deveres da disciplina. Este brioso e honrado militar fez immediatamente prevenir o seu respectivo commandante. Este, em presença de taes acontecimentos, e cumprindo as ordens do governo, sahiu com o regimento, do seu quartel de Mafra, hoje (9), chegando, pelo anoitecer, ao quartel do regimento n.º 1, onde se acha alojado, sendo egualmente merecedor de legitimos encomios pela fidelidade e virtudes militares de que deu provas.

Do batalhão n.º 1 de caçadores sabe-se officialmente que marchou na madrugada de hoje (9) de Setubal, indo tomar posições na Atalaya, onde, ás ultimas noticias, se conservava, tendo préviamente feito recolher os destamentos do batalhão, sem ordem superior, manifestando-se d'este modo em completa insurreição.

Do 5 de caçadores nada consta por ora officialmente.

Do marechal Saldanha sabe-se que fôra de Cintra em direcção á Ericeira com o fim de revolucionar o 7 de infanteria; vendo, porêm, mallograda aquella tentativa, seguiu a estrada de Torres Vedras, caminhando d'este modo sem rumo certo e sem que possa conhecer-se o seu destino.

O governo, no curto espaço de doze hora, (depois de declarado o movimento, unicas circumstancias em que podia legalmente proceder) adoptou todas as providencias com summa energia e actividade. A 1.ª brigada d'operações,

composta dos regimentos 1 e 16 d'infanteria, e do 2 de caçadores, marchou immediatamente, indo pernoitar hoje em Villa Nova, tendo vindo já reunir-se com ella o 4 de cavallaria, que, por ordem do governo, marchou de Santarem, nesta direcção. A 2.ª brigada deve marchar amanhã com artilheria e cavallaria.

O augusto esposo de S. M., como commandante em chefe do exercito, marcha á frente das tropas leaes, animado dos desejos d'extinguir a revolta no seu começo, levando a seu lado o nobre marechal duque da Terceira, e o respectivo quartel general, vendo-se d'este modo um rei de Portugal, á frente dos seus bravos, exemplo que desde o imperador se não tem renovado.

Por esta maneira a revolta póde julgar-se suffocada á nascença, e espera-se que dentro em pouco se desvaneçam totalmente todas as preocupações que taes acontecimentos possam ter feito nascer.

As noticias eram boas, mas a prosa era má. O jornalista official contava as occorrencias com exactidão, mas punha-lhe commentarios, inspirados em boas intenções mas d'um ridiculo manifesto. Um d'elles era notar, com desvanecimento, que desde os tempos do imperador se não tinha *renovado* o vêr-se um rei de Portugal á frente do exercito! Parecia que uma longa serie de reis mediavam entre o pae e a filha!

Desde este momento, porém, o interesse, a curiosidade publica, fixára-se exclusivamente nas noticias que chegavam das tropas revoltosas e das tropas que as perseguiam.

O duque de Saldanha, como se viu da narrativa do *Diario*, começára com má fortuna. O alferes José de Lemos, destacado em Cintra, recusára-lhe o seu concurso e o dos soldados do seu destacamento. O 7 d'infanteria, aquartelado em Mafra, fizera a mesma cousa, e viera juntar-se ás tropas da rainha. O 4 de cavallaria, outro dos regimentos com que o marechal contava, no dia 10

veiu encorporar-se á divisão d'el rei. A derrocada nas esperanças que tinham levado Saldanha a sublevar-se, era completa! Os dous coroneis, que lhe faltaram, Jeronymo Maldonado e Oliveira Miranda, foram recompensados com a commenda da Torre e Espada, o alferes José de Lemos recebia o posto de tenente por distincção.

O duque, já pouco confiado na fidelidade dos que se tinham dito seus adeptos, recorreu ao coronel do 5 de caçadores, Grim Cabreira, exortando-o a cumprir a palavra que lhe déra. Tardiamente resolveu-se o Cabreira a dar satisfação ao seu compromisso, — de modo que no dia 9, em que se sublevou, em Leiria, já não era possivel occupar Santarem, ponto de concentração préviamente fixado. El-rei D. Fernando, com 2:000 homens e 150 cavallos, estava já n'esse dia no Cartaxo, impedindo a juncção de caçadores 1 com o 5. Os que no quartel general de D. Fernando sympathisavam com a sublevação e tinham combinado ajuntar-se-lhe, vendo perdida a causa do Marechal, não deram execução á resolução d'entregar as espadas a el-rei, como primeiro tinham combinado, ajuramentando-se até para melhor fidelidade no compromisso... a que faltaram.

Entretanto os sublevados, tão reduzidos em numero, e tão desalentados d'esperanças, tendo á frente Saldanha, chegavam no dia 13 a Condeixa, d'onde seguiam para Coimbra, fazendo ali a sua entrada na tarde do mesmo dia. Quatro ou cinco academicos, a cavallo, foram esperal-os fóra da cidade. Na cidade, a frieza com o sublevado era manifesta, e o silencio em que o viam passar, completo, — apesar de pouco a pouco, em frente da hospedaria do Lopes, onde elle se alojára, se terem reunido muitos populares.

No dia immediato, 14, o duque segue para S. Pedro do Sul. Vai vêr se subleva o 14 d'infanteria. Outra desillusão o espera! O coronel d'este regimento consegue abafar a tentativa, que por parte d'algumas praças começára a ter execução. Desalentado, sem conseguir novas adhesões, limitado a dirigir exortações ao duque da Terceira, lembrando-lhe que «a sua conducta punha em perigo imminente não só o throno de S. M. a Rainha, mas tambem fazia correr os maiores riscos á sua dynastia», — Saldanha deixa o commando das forças a Grim Cabreira, e só com os seus ajudantes vem ás visinhanças do Porto, procurar a adhesão da guarnição da cidade. Novo desengano! Então, julgando tudo acabado, tudo perdido... toma o caminho da Galliza, onde se refugia. O duello entre Saldanha e o conde de Thomar parece terminado, com a victoria completa e indiscutivel para este. A sorte favorecera o primeiro ministro. O adversario temeroso estava derrotado e refugiado em terras de Castella. O prestigio do heroe de tantas batalhas apagára se. O exercito, que se dizia prompto a obedecer-lhe ao primeiro signal, deixára-o em abandono. A sua queda irremediavel, o seu desapparecimento do mundo militar e politico, nem sequer tivera grandeza, nem sequer tivera um rasgo de valentia, nem mesmo fôra marcada com a lealdade que o general devia aos soldados que o tinham seguido, — porque, abandonando-os, só para si procurára refugio, só para si procurára a protecção da fronteira de Hespanha!

De repente, subitamente, tudo variou! O vencido tornou-se triumphador. O emigrado passou de novo a fronteira. O general sem soldados encontrou um exercito. O sublevado sem um quartel encontrou uma grande cidade para o receber e acclamar!

Nunca a sorte d'um homem teve mutação mais rapida! Nunca se vira assim remediado o que mais parecia irremediavel! Como se fôsse no theatro, desenrolou-se de repente, ao fundo, um grande scenario, transmudando tudo, — e emquanto os personagens que estavam sendo applaudidos em scena, desappareciam por um alçapão, d'outra abertura, occulta nas pranchas movediças, surgiam os personagens que se julgavam perdidos, e eram aclamados na final apotheose!

O que operára a theatral mudança na situação do marechal, fôra a sublevação de parte da guarnição do Porto, na noute de 24 d'abril. Esse reviramento de fortuna, tão inesperado já, deveu-se á iniciativa de 5 officiaes inferiores do batalhão de caçadores 9. Eram 10 da noute, quando os soldados do batalhão, saindo das casernas por instigação dos sargentos, romperam em clamorosos vivas ao duque de Saldanha, á carta e á rainha. O batalhão estava alojado em parte do quartel de Santo Ovidio. Em outra parte do edificio estava infanteria 2 e um destacamento d'artilheria, que acudiram logo e fraternisaram com os camaradas que primeiro se tinham manifestado. O coronel do 2, Joaquim de Sousa Pinto Cardoso, quiz oppôr-se. Foi morto. O major Meyrelles foi ferido. Dous soldados de caçadores 9 foram mortos. O sangue tinha corrido! A revolução, essa revolução pela qual até então ninguem se batia, estava baptisada, afinal!

Os sublevados vieram para a rua, e dirigiram-se ás cadeias da Relação. Estavam ali presos, desde a noute antecedente, o commandante da municipal, major Cruz Sobral, e alguns dos seus sargentos, — que o commandante da divisão, o general conde

do Casal, tivera noticia de tramarem a revolta. Claro está que os presos foram restituidos á liberdade. No largo do Carmo estava o corpo da municipal que adheriu aos revoltosos; mais adiante estava o 6 d'infanteria, commandado pelo coronel Moniz, que tambem se pronunciou com vivas a Saldanha, a carta e á rainha. Não havendo quem combater, as armas foram descarregadas... em salvas festivas. Entretanto o conde do Casal, abandonado pelas tropas que lhe estavam confiadas, retirava com uma pequena escolta pela estrada de Braga. O coronel Moniz, que como official mais antigo tomára o commando dos sublevados, deu-se pressa em lançar a sua proclamação:

«Soldados! Todos os portuguezes desejam liberdade com ordem: querem a liberdade que nos foi doada pelo senhor D. Pedro IV; mas pura, não sophismada.

«Este desejo achava-se suffocado, e foi, para auxiliar a sua expressão franca, que o nobre duque de Saldanha convidou o exercito portuguez. A rainha, a carta e abaixo o ministerio — foi o grito alevantado; e o exercito, correspondendo, não fez mais do que auxiliar o voto unanime da nação portugueza. A briosa guarnição do Porto acaba de consolidar hoje, ainda outra vez, dentro dos muros da cidade Invicta, a verdadeira liberdade.

«Soldados! O nobre marechal estará em breve á vossa frente; o exercito seguirá o vosso exemplo; e a rainha e a carta serão salvas.

«Soldados: Viva S. M. Fidelissima a rainha a senhora D. Maria II! — Viva a carta constitucional da monarchia! — Viva o nobre marechal duque de Saldanha! — Viva a briosa guarnição do Porto!

— Vivam os heroicos habitantes da cidade Invicta.»

Depois d'este acto impreterivel — porque fallar ás tropas por meio d'uma proclamação é acto indispensavel em todos os pronunciamentos, — tratou-se da parte civil. O governador civil da cidade foi substituido pelo secretario geral. Só restava.. descobrir e trazer o marechal Saldanha. Os seus ajudantes Ximenes e Salvador da França, que não tinham ido para Hespanha, entraram no Porto, e tomaram sobre si o encargo de mandar recado á Galliza. Tres dias depois, a 27, o ajudante Ximenes fazia publica esta carta, sem duvida curiosa, que acabava de receber por uma ordenança de cavallaria:

Braga, pela uma hora e meia da madrugada do dia 27 d'abril. — Meu querido Miguel — Em Galliza recebi a tua carta, e montei logo a cavallo, e em 20 horas continuas aqui cheguei, por ter recebido a noticia de se haverem pronunciado o 8 d'infanteria e 7 de caçadores.

Parabens, milhões de parabens. — Abraça o Moniz, o Sobral e todos os nossos amigos.

Hoje (27) porei em marcha para essa cidade estes dois corpos: o Ferreira mandará a mesma ordem ao 3, e eu ahi chegarei á noite, talvez tarde. Adeus, um abraço ao Salvador. — Teu — *Saldanha.*

Effectivamente, n'esse dia, depois das 6 horas da tarde, Saldanha fazia a sua entrada triumphal na cidade. . e abraçava o Salvador. As ruas por onde passou, estavam atapetadas de rosmaninho e plantas aromaticas, — como era d'uso para a festividade do Corpo de Deus; nas janellas, as damas, em trajos alegres, atiravam flôres; uma multidão, compacta e enthusiasta, dava vivas. N'estes vivas, depois repetidos no theatro onde o marechal

foi passar a noute, havia, porém, a seguinte graduação, segundo referia o *Portugal:*

«Vivas ao marechal Saldanha o thermometro marcava um grau muito subido nas variantes do enthusiasmo.

«Vivas á carta reformadora — chegou ao ultimo grau do enthusiasmo e quasi passava o delirio.

«Vivas a S. M. a rainha — não se pôde fazer bem a observação, porque a maior parte dos espectadores mostravam achar-se n'esta hora muito distrahidos.»

Estava feita a revolução. Agora os enthusiasmos, que antes não se tinham manifestado, appareciam por toda a parte. Saldanha, que na Galliza devia ter passado horas amarguradas, desilludido d'adhesões, descrente já da influencia em que confiára, tinha de novo a sensação de que o seu nome era o mais popular, não só no exercito mas na sociedade civil. Todos se apressavam a mandar-lhe felitações, a procural-o para lhe patentearem a sua confiança, para o fazerem depositario de todas as suas esperanças. No paiz inteiro, não houve terriola que, depois do triumpho do marechal, não julgasse imprescindivel fazer o seu pronunciamento e publicar nos jornaes esse solemne protesto das suas convicções.

A comedia eterna!

Vejamos agora, rapidamente tambem, os acontecimentos parallelos e correspondentes no campo adverso. Depois dos vencedores, vejamos os vencidos.

El-rei D. Fernando, com a sua divisão, entrava em Coimbra no dia 20 — n'um dia ennevoado e triste. O aspecto dos que formavam alas á sua pas-

sagem, nem era alegre nem expansivo. Na ponte, nem um só academico. E' verdade que Saldanha, quando o antecedera ali, não fôra recebido com mais enthusiasmo. No dia immediato o rei foi procurado por uma commissão, composta dos patriotas José de Moraes, Pereira de Carvalho e Joaquim Martins de Carvalho, que queria apresentar-lhe uma representação, com 500 assignaturas, pedindo a demissão do conde de Thomar. D. Fernando recusou-se a recebel-a, allegando que ali era apenas general em chefe:

— «Eu aqui não sou mais de que commandante em chefe do Exercito; e por isso não acceito a representação. Reconheço o direito de petição; e, portanto, podem dirigir-se a sua magestade a Rainha. Sinto, como os senhores, esta *pequena occorrencia;* mas não sou competente para acceitar a representação; porque aqui sou sómente commandante em chefe do exercito, e nada mais.»

A *pequena occorrencia*, era a sublevação Saldanha, — que os academicos tratavam, agora, de coadjuvar, fazendo entre os soldados da divisão real uma propaganda apaixonada e activissima. D. Fernando sentia a sua impopularidade. Não se atrevia a marchar, não ousava levar as forças a um encontro com os que se tinham sublevado, porque previa a desobediencia e a deserção. Hesitante, receioso, dava-se pressa em escrever á rainha, confidenciando-lhe a situação em que se via, e a necessidade de satisfazer as exigencias demittindo o chefe do governo. Depois d'esta carta, quando já estava transmittido este conselho, no dia 24, cinco furrieis e sargentos, do 5 de caçadores, apresentaram-se em Coimbra. Tinham desertado do batalhão, desordenado, pelo desapparecimento de Saldanha. O desalento dos que confiavam no triumpho da revolta,

traduziu-se logo em novos protestos de fidelidade ao governo. Foi de curta dura esse reviramento, porque, na manhã seguinte, constou que o conde de Thomar déra a demissão, — e horas depois espalhou-se o novo rumo que tomavam os acontecimentos, com a sublevação dos regimentos do Porto. Os desalentados, os convertidos, abjuraram logo da nova crença, — e aproveitando a noute, em 27, a deserção dos officiaes e soldados começou: 200 homens partiram. Na manhã de 28 as tropas reaes receberam ordem para marchar para Lisboa. A brigada do barão de Mesquita formou no largo da Horta de Santa Cruz. Um conselho de officiaes, — convocado *pro forma*, por que a resolução já estava tomada, — declarou se pela insurreição. Mais de 2:000 paisanos acclamavam-n'os com enthusiasmo, quando veiu noticia de que o 16, parado no alto de Santa Clara, recusava seguir para Lisboa, e pedia auxilio aos seus camaradas. A brigada Mesquita marchou em direcção á ponte, formando em linha para o norte e pelo caes abaixo. O povo, porém, antecipando-se, formára na ponte uma especie de barricada, com trancas, e com isto inutilisou o plano occulto do major e ajudante da brigada, que procuravam conduzil-a para Santa Clara, onde o coronel Marcelly simulára a insurreição do 16, e preparava uma embuscada, com a cavallaria escondida dentro do Pateo das Freiras, e com duas peças, junto ao Forno da Cal, assestadas na direcção da ponte. O povo de Coimbra... foi de todos os generaes o mais habil! Inutilisado o plano, Marcelly retirou pela estrada de Lisboa. El-rei, seguindo pela Couraça, tomou o mesmo caminho. A multidão, accumulada no largo da Portagem e no Caes, em vez de o saudar, dava vivas freneticos ao duque de Saldanha. O rei, — o pobre D. Fernando! passando com esse desaire a hora

mais triste da sua vida, — affectou, porém, não perder a sua bonhomia caracteristica: muito grave, muito serio, muito respeitoso, a todos os gritos que saudavam o marechal, juntava, imperturbavel, o correspondente cumprimento, tirando vagarosamente o seu chapéu!

Tudo mudára! Saldanha estava na situação estranha d'um negociante fallido, em boa fé, mas com requerimento já no tribunal, a quem de repente, por uma reviravolta da fortuna, sahisse a sorte grande na loteria do Natal! D. Fernando, a esse, — que depois do desalento tivera um vislumbre de fortuna, com a noticia da fuga do marechal para a Galliza, — de subito, desapparecia-lhe o exercito, sumiam-se-lhe os cortezãos, como se toda a sua fortuna se afundasse n'um repentino naufragio! Depois de pernoitar em Condeixa, seguia, na indifferença geral, essa viagem amargurada, e vinha, com o seu reduzido estado-maior, desembarcar no caes da Pampulha, onde a rainha e os principes o tinham ido esperar, a pé! A colorir suavemente a sua tristeza, no fundo do seu coração, que era bondoso, — como o de todos os apathicos, que não teem sequer energia para ser maus, — havia, de certo, a doce consolação de que commandára um exercito sem lhe mandar disparar um tiro, de que tentára dominar uma revolta de soldados sem fazer um só prisioneiro, de que fizera uma marcha militar, perdendo quasi todas as tropas... mas não fazendo perder uma só vida. Nem sequer podiam pesar na sua consciencia as mortes dos que tinham procurado impedir a sublevação no Porto, — porque mal lhe constou o pronunciamento da guarnição da cidade invicta, logo se deu pressa em communicar para ali, pelo telegrapho, que o conde de Thomar estava demittido — e pediu ordem, amor pela carta e dedicação pela rainha. Se não fôra um

grande marechal general, era, incontestavelmente, uma excellente pessoa, muito pacata e muito pacificadora.

Em Lisboa os acontecimentos tinham-se precipitado. No dia 24 soube-se da fuga do Marechal. O conde de Thomar foi a S. Carlos, e ali deu a boa nova aos seus parciaes. No dia seguinte, porém, veiu a noticia da sublevação do Porto. Tudo estava ganho na vespera, tudo ficou perdido no outro dia! No jogo da politica os lances variavam com rapidez, como se se estivesse á mesa verde e as cartadas se succedessem no cambio da fortuna e do azar. O conselho de ministros reuniu e resolveu... capitular. Só um homem havia que optava pela resistencia; que com uma coragem, que os revezes não abatiam, insistia pela lucta; que oppunha ao triumpho dos revoltosos do Porto, a fidelidade dos soldados de Lisboa; que insistia em procurar, com uma teimosia persistente, a desforra do desastre em se afundava a sua longa reluctancia ás imposições affrontosas para a sua dignidade. Esse homem... era a rainha, — a personalidade mais viril da sua dynastia! Aos que lhe apresentavam o parecer d'el-rei D. Fernando, todo propenso a transigencia, retorquia ella offerecendo o filho, D. Pedro, o principe real, para ir á frente dos que se conservassem fieis:

— Mas, Senhora, retorquia-lhe particularmente o conde da Carreira, se Vossa Magestade mandar o principe .. elle voltará rei!

D. Maria II não se demovera do proposito com este conselho expressivo, de que ia jogar a corôa e provocar a abdicação. Aos ministros que lhe offereciam as pastas, respondia com a mesma deci-

são energica. O conde de Thomar, porém, já não tinha illusões. Estava desenganado da resistencia que poderia offerecer um exercito que evitava disparar um tiro, que não luctára, nem queria luctar, e com uma outra phrase, expressiva e nitida, definiu a situação:

— Nada ha a fazer, Minha Senhora! Até hoje só me teem pedido dinheiro: ninguem me pediu polvora, ninguem me pediu balas!...

A raiva abafava-o, mas a lucidez extraordinaria do seu espirito deixava-lhe vêr, com toda a clareza, a inutilidade de provocar novos desenganos. O homem que com o Porto fizéra a revolução para restaurar a Carta, reconhecia-se impotente para luctar contra o Porto, que queria agora restaurar Saldanha no governo. Um supplemento ao *Diario* foi publicado no dia 26, onde o conde de Thomar appareceu desde logo demittido. Os outros ministros conservavam as pastas — até á chegada do duque da Terceira, encarregado de formar novo ministerio, depois d'uma tentativa, particular, e mallograda, para arranjar uma situação presidida pelo visconde de Castro.

As occorrencias seguiam-se agora n'uma precipitação, que dá bem a impressão do susto que dominava os espiritos! No dia 29 o *Diario* publicava um decreto, com data de 26, exonerando o ministro da guerra, Ferreri, e substituindo-o interinamente pelo da marinha, visconde de Castellões. Era como se, para se acalmar uma fera, esfaimada, lhe atirassem, aos pedaços, os membros d'esse ministerio! Primeiro fôra o chefe, depois o ministro da guerra, mais tarde os outros!

N'esse mesmo dia, 29, embarcava o conde de Thomar n'um paquete inglez, para reassumir a embaixada de Madrid. Ia... por Vigo! A Galliza era

agora a Rocha Tarpeia. Os heroes luzitanos, que um dia eram sagrados no Capitolio, cahiam no dia seguinte n'essa provincia hespanhola, destinada a mostrar a instabilidade das grandezas humanas! Sahia de lá o Marechal, era chegada a vez de lá ir estacionar o rival vencido! Extravagante *changez-croisez* d'uma contradança politica!

No dia 30, Terceira chegava a Lisboa e tomava immediatamente a direcção do ministerio da guerra... que deixava no dia seguinte! Foi a 1 de Maio que o *Diario*, em novo supplemento, exonerava todos os que ainda restavam — e Terceira com elles. Decretos successivos encarregavam da *presidencia* do conselho e reino o duque de Saldanha, da guerra o barão de Francos, da marinha Marino Franzini; — interinamente ficava com as pastas de Saldanha o barão de Nossa Senhora da Luz.

Estava consummada, e consagrada, a revolução. O seu caudilho estava afinal no poder. O adversario mereceu logo um immediato decreto, dos serventuarios de Saldanha, exonerando-o da representação do paiz em Madrid: — não fôsse caso que por lá negociasse uma nova intervenção, que mudasse a cada um a situação respectiva... na Galliza.

Principiou então a serie das epistolas! O conselheiro Reis e Vasconcellos foi mandado ao Porto com uma carta da rainha para o marechal. Saldanha, em resposta, mandou outra carta, pelo mesmo conselheiro Reis e Vasconcellos. Depois veiu o ajudante Ximenes com nova carta do marechal, — e levou uma resposta da rainha. Na primeira carta o general monarchico fazia a sua profissão de fé, com protestos de inalteravel dedicação; na segunda o triumphador impunha as suas condições, com a arrogancia de quem se queria precaver contra resistencias:

1.ª Approvação de todas as medidas tomadas pelo marechal até então.

2.ª Despedir do serviço da casa real as pessoas ali acostumadas a conspirar contra os ministros que não eram da sua facção.

3.ª Acceitar todos os nomes que o governo indicasse para os diversos ramos de serviço publico.

4.ª Dissolver e recompôr o conselho d'estado.

A rainha acceitou — porque não estava já em situação de recusar — e o D. Marcos, o nosso conhecido P.e Marcos, que no primeiro volume d'este livro vimos a presidir ás sessões preparatorias com tão excellente humor, — foi a primeira victima immolada para escarmento dos palacianos conspiradores. Exonerado de esmoler-mór do Paço, recolheu ao seu rico priorado de Guimarães. Ponham os olhos n'este exemplo os regios serviçaes que se indisponham com os governantes ...

Para que a serie das epistolas fosse completa, o conde de Thomar tambem escreveu, de Vigo, ao duque de Saldanha. Era uma carta em que fazia o confronto do procedimento que os dous tinham tido, — terminando por condemnar o do adversario, e appellando para o julgamento, final, da posteridade. O duque não respondeu — como é de calcular.

Para que esta singular revolução ficasse bem marcado pelo ridiculo, como caso muito urgico, como satisfação immediata á exigencia telegraphica do vencedor, um outro decreto acompanhou o da nomeação dos ministros: separava-se de novo o cargo de mordomo-mór do de estribeiro-mór! A pueril vaidade do marechal, a que lhe fazia ter como aggravo suppremo a exoneração de creado do Paço,

teve as honras de merecer o logar eminente de...
primeira conquista d'essa revolução!

O segundo acto praticado pelos ministros interinos, como execução tambem *a uma ordem telegraphica do marechal*, não é menos caracteristico, nem menos explicativo dos motivos por que se levára o exercito a sublevar-se. Vai ler-se.

Tomando em consideração o relatorio dos ministros e secretarios de estado interinos das diversas repartições: Hei por bem revogar o decreto de 13 de novembro do anno proximo passado, que ordenou que fossem entregues á Junta do Credito Publico, para ahi serem conservados em deposito, todos os rendimentos que constituem o fundo especial d'amortisação.

A' communicação d'este decreto, *feita immediatamente ao Banco de Portugal*, respondiam os directores, — os que tinham delegado no Lourenço da Luz o desforço escandaloso que o leitor conhece, — com uma mensagem á rainha, em que diziam:

Este acto, embora de rigorosa justiça, a direcção o acceita com profundo reconhecimento...

A direcção cumpre um dos seus mais sagrados deveres, manifestando com todo o acatamento, e animada da efficaz e salutar impressão que elle lhe inspira, que em tão acertada como proficua providencia antevê se procuram fortalecer as relações que sempre houveram entre o governo de Vossa Magestade e este estabelecimento, e nutrir a confiança de que hão-de ser attendidos todos os interesses que a direcção advoga...

E tomava o nome de *regenerador* um governo que, no primeiro acto administrativo, dava, na folha official, a prova publica d'uma tão completa ausencia de senso moral! Fazia-se uma revolução com o pretexto de enthronisar a correcção na gerencia dos negocios do estado, e começava-se não só por

dar urgentissima satisfação a essa avida agiotagem, mas permittia-se ás sugadoras harpias das explorações com a fazenda, áquelles que pelas exigencias e pelo impudor com que as faziam, tinham sido escorraçados da administração de fundos publicos, que se dirigissem á rainha como se dirigiriam a um cliente do estabelecimento, expressando a conveniencia de boas relações para a boa partilha d'interesses!

Esse documento deshonroso, essa nota, tão caracteristica e expressiva, do que havia de ser a moralidade dos que pela moral se revoltaram, foi, de certo, o primeiro desforço do calumniado ministerio do conde de Thomar. Mas a serie tinha de ser longa!

No Porto o bodo aos sargentos tomou proporções que só tiveram imitação condigna mais tarde, no 19 de maio. Todos foram feitos alferes, todos ganharam a banda! Não se queria saber de merecimentos, de moralidade, da aptidão e até da realidade dos serviços que se allegavam: alferes todos! Um bagageiro, da Regoa, apresenton uma nota pedindo para ser pago d'uma cavalgadura que fornecera. Nem se leu o pedido, nem se viu o que requeria; suppoz-se ser instancia de mais um sargento e lançou-se-lhe a nota a esmo: «despachado alferes, para o 16 d'infanteria.» E por aqui fóra, n'esta prodiga repartição de postos e favores! A *regeneração* vinha assim! A revolução imposta pela tropa para moralisar o poder, dava esta exemplificação dos seus alevantados intuitos! A caserna triumphava, a nação pagava as custas!

No meio, porém, d'este farto banquete aos sargentos e officiaes de fileira —, a que o Marechal presidia na Casa Pia, onde estabelecera o seu quartel general e para onde mudára a séde do governo da nação, — a orgia quasi degenerou em conflicto grave,

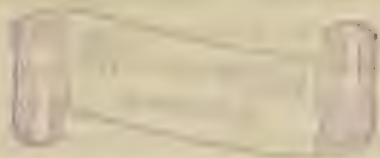
que por pouco poz em risco de desavença immediata os convivas e o amphitrião generoso! Fôra o caso que o official Moraes Sarmento, que estava na 3.ª secção, appareceu, na ordem do dia do exercito, collocado em infanteria 2. Foi um clamor enorme contra o apparecimento d'esse outro conviva, declarado intruso na mesa do festim! Se os officiaes na 3.ª secção davam assim entrada na repartição dos benesses, lá se ia toda a *moralidade*... e todas as vantagens da revolução!

Para evitar uma contra-revolução, Saldanha deu se pressa em revogar o que fizera, «declarando ter havido engano» e não se querer desacatar os *direitos* dos officiaes de fileira. Elle bem sabia que official preterido é official revolucionario. Mas se por este lado, renegando o seu proprio despacho, conseguiu acalmar os descontentes, por outro lado não só indispoz os officiaes na situação em que se achava o Moraes Sarmento, mas levantou contra si os protestos do partido popular, que tinha esses officiaes como correligionarios. Os jornaes d'esse partido acudiram logo a desafrontar o da sua grey; os officiaes de fileira, os officiaes da revolução, foram tratados com a mais severa critica, e o acto por elles praticado com as mais despresiveis referencias. Eram passados 15 dias sobre o triumpho e já as bulhas eram ruidosas!

O Marechal comprehendeu a necessidade de se furtar, quanto antes, á situação que elle proprio criára; sentiu a urgencia de se escapar ao quasi aprisionamento em que o tinham os que o mandaram buscar a Lobios, na Galiza, — e embarcou para Lisboa. A capital preparára-se para lhe manifestar a sua adhesão. Tinha sido retardataria. Cumpria lhe resgatar a tibieza de crenças. No dia 15 de maio, por uma d'essas alvoradas ridentes do perfumado mez das flores, uma esquadrilha de barcos, de diversas lotações e

feitios, poz-se em movimento no famoso Tejo, azul e calmo. Tres vapores, galhardamente embandeirados, íam na frente d'esse pittoresco cortejo fluvial O primeiro levava o marquez de Vallada com os seus amigos, o segundo os estudantes da escola polytechnica e naval, o terceiro... José Bernardo da Silva Cabral e os seus parciaes! O irmão do conde de Thomar, ainda mesmo n'esta circumstancia, não quiz retrahir-se, não quiz esconder os seus sentimentos... de fraternidade! Caim nem com a morte d'Abel julgava satisfeito o seu rancor!

Quando o vapor *D. Luiz*, em que vinha o duque, chegou em frente da Pampulha, parou. Por toda a parte estralejavam foguetes. Um escaler de gala, com os ministros, foi receber o seu chefe, que, acompanhando-os a terra, foi ao Paço. Visita curta — e de certo visita pouco grata. Regressando a bordo, o vapor veiu, então, ao Terreiro do Paço, effectuando-se o desembarque, official, com todas as honras, e com todas as acclamações que um povo enthusiasta devia a um libertador heroico.

Com essa — e as outras manifestações — e com a entrada nas funcções de governo, agora regularisadas, claro é que a revolução estava finda, consolidada, perfeita,—como a podiam desejar os que a tinham apadrinhado e com ella confiavam lucrar. Uma a uma iam agora cahir, desfolhadas e murchas, as esperanças, ou as illusões, dos que andavam de boa fé. Da mão segura e firme do conde de Thomar, o poder cahia, por uma revolta sem grandeza, — por uma revolta d'opereta, em que sublevados e repressores fugiam sempre, para se não encontrarem nunca! — em mãos que careciam de habilidade para dirigir. A sua desforra ia ser completa — mas já não pódem ser assumpto para este livro, narrativas que estão fóra do periodo que elle quiz abranger.

CAPITULO V

O livro — Os personagens

Sem preoccupações de má vontade, nem proposito de affirmar sympathias, foi este estudo começado. Nem havia intuito de erguer pedestal para dar relevo e prespectiva á estatua de heroes, nem havia intenção de despedaçár, a golpes de camartello, as figuras historicas glorificadas por uma geração que passára. Como succederia com alguem que entrasse n'uma sala, ha muitos annos com as portas e janellas cerradas, onde o ar viciado désse uma fria sensação tumular, e onde a escuridão profunda impressionasse pelo ignoto mysterio d'um pavido abandono, a primeira e impreterivel necessidade, a que logo se impoz, foi deixar entrar a luz que tudo illuminasse, foi deixar correr as lufadas do ar exterior, para que varressem e purificassem uma atmosphera irrespiravel. Foi só depois d'isto, quando a visão das cousas appareceu na sua simples singelesa de verdade, quando a impressão enojosa do bafio do tempo se transformou no perfume penetrante e saudavel da vida, que se intentou, com

uma excitada curiosidade, examinar, nas suas fórmas estheticas e nas suas manifestações espirituaes, todo esse mobiliario ancestral, que na historia piedosa dos povos se chama a herança sagrada de nossos avós, o legado exemplificante das virtudes de nossos paes. Deus é testemunha das surpresas profundas d'essa hora de desenganos! A falta de opinião preconcebida, a nenhuma impulsão de quaesquer paixões antes sentidas, dava ao espirito uma fluctuação constante, — pelas extranhesas singulares e successivas das occorrencias, e pelo desenho contradictorio e extravagante dos personagens em evidencia. Nada correspondia ao que em livros anteriores se propagava! Se os factos tinham sido deturpados, os homens tinham sido transmudados. Grandes reputações baixavam a proporções infimas; outras que tinham sido diminuidas com afinco, subiam e firmavam-se n'um forte destaque, dominando pela verdade e impondo-se pela justiça.

Comprehende-se como tudo isto, se espicaçava como um estimulo, prendia como um embaraço. A ancia da verdade impulsava a que se caminhasse sempre avante, mas as opiniões solemnes, pronunciadas pontificalmente, pelas summidades incontestadas, amedrontavam e retinham como uma balisa insupplantavel! Que fazer? Acceitar as sentenças pronunciadas com o estimulo dos odios da epocha, e depois recopiadas, com leves cambiantes, para affectar uma imparcialidade historica que se deixava viciada nas suas origens? Seria uma improbidade, alliada com a insistencia em reproduzir uma má acção. Intentar, bem de frente e com decisão energica, o restabelecimento das proporções, nos homens e nos factos, apeando os idolos, como um iconoclasta, e refundindo a doutrina, como um lutherano? Seria uma ousadia improficua, ajuntada a um

ridiculo evidente. Mesmo para se ser reconhecido como um discolo, é preciso titulo d'auctoridade, — como para ser acceito como insurrecto, é necessaria a força que resulte d'uma sublevação.

Foi, então, que se resolveu, sem a gravidade pedantesca de licção, mas como narrativa despreocupada de quem não queria alar-se ás altas cumiadas da Historia, dar ao leitor as impressões recebidas, no estudo d'essa epocha singular, que abrange um periodo de quatro annos e decorre entre duas revoluções: uma que se chamou da *Maria da Fonte*, em homenagem a uma mulher que a lenda creou, outra que se denominou *A Regeneração*, em homenagem á lenda d'uma transformação dos costumes governativos, que nunca se effectuou. Fez-se o livro. A invocação das pessoas veiu á medida que as occorrencias as chamavam á representação do seu papel social, e reproduzindo o que era caracteristico, nos seus discursos ou nos seus escriptos, intentou se dar, a quem lêsse, a mesma impressão que se recebera do caracter d'esses extinctos personagens, como na enumeração dos actos politicos por elles praticados, se procurou accentuar o valor real d'essas individualidades.

Se houver concordancia nas impressões de quem lêr com as que successivamente foi recebendo quem as escreveu, a refundição da verdade estara feita. Em todo o caso o livro visou, simplesmente, singelamente, a procurar essa espiritual communhão de ideias. Todos o fariam mais transcendente nas theorias das escolas historicas em que resolvessem filial-o, — poucos procurariam, porém, com mais desartificio, ir, successivamente, revelando como os successos lhe davam as notas intimas das impressões sentidas, deixando em perfeita transparencia a admi-

ração, ou a repulsão, que uns personagens inspiravam, ou outros provocavam.

A primeira, a primacial figura, que domina essa epocha pela energia da sua acção, e a todas se sobreleva nas resoluções firmissimas e intemeratas, — é D. Maria II. O vulto grandioso d'essa rainha, — o personagem de mais forte relevo de toda a sua dynastia, — ha-de ir, successivamente, ganhando as admirações e impondo-se pela grandeza excepcional das suas qualidades de caracter, da alta comprehensão dos deveres de chefe d'estado, da firme manutenção do seu direito, da preoccupação, escrupulosa, com o alto prestigio do seu cargo. Na mocidade, quando as impressões se fincam mais fundamente no cerebro, libára as amarguras do infortunio; soffrera as incertezas do destino que a esperava; conhecera, nos seus cambiantes oppostos, a esperança e a duvida; vira, a affastarem-se, as grandezas do throno e, a acercarem-se, as miserias do abandono. N'essa escola aprendera a conhecer as humanas fraquezas, — que umas vezes se traduzem em manifestações orgulhosas, outras se accentuam em baixezas servis. Vira como a futilidade se mascára com a importancia e rouba a quem de direito a situação que lhe cabe. Afinaram-se-lhe, assim, as aptidões especiaes que requer o encargo difficil de quem governa, — e a escolha que fez do seu principal ministro, obedeceu, não a um capricho d'occasião nem a um favoritismo passional, mas a uma lucida comprehensão de que, entre tantos que a inveja e a ambição instigavam, aquelle era o mais capaz de fazer rebrilhar a sua coroa, remodelando um paiz desprestigiado e engrandecendo uma nação depauperada pelas luctas intestinas das facções egoistas. N'isso está o maximo elo-

gio d'essa rainha modelar. Ao contrario dos que, no restricto raio da sua visão, não querem descobrir superioridades, que os affrontam, nos homens chamados a despachar os negocios publicos; ao revez dos que, na pequenez da sua intellectualidade, se imaginam enfraquecidos quando a lisonja se não adapte ás suas indicações, D. Maria II optou por aquelle ministro, porque era o mais capaz de ser ministro. Desde que essa escolha se impoz ao seu espirito, d'uma lucidez admiravel, e á sua consciencia, d'uma rectidão inflexivel, o auxilio que lhe concedeu correspondia á comprehensão perfeita das difficuldades que havia a superar. Nada a intibiou, nem nada a fez recuar. A sua confiança dominou todas as intrigas, o seu apoio esteve acima de todas as malcrenças. As campanhas diffamadoras só despertaram o seu despreso; as injurias resvalaram na sua indifferença; as intrigas deixaram-n'a insensivel; as luctas, mesmo, não poderam vencer a sua obstinação.

Foi assim, pela união entre a lealdade d'um rei e o genio d'um ministro, que D. José ganhou a gratidão do povo, proporcionando-lhe a duradoura administração do marquez de Pombal; foi assim, que, mais modernamente, a unidade teutonica pôde passar dos dominios do sonho, para a realidade do grande imperio que o genio de Bismarck entregou a Guilherme I.

Reis que aniquilam os grandes homens de governo que a sua epocha lhes depara, dando auctoridade, consagrando até com proposito manifesto, os inventos com que a rivalidade odienta os tenha sacrificado, poderão servir as paixões mesquinhas dos ambiciosos sem merito, mas são comc um cego que, na inconsciencia do perigo, se afaste do bom caminho, para marchar direito ao abysmo que ha-de engulil-o. Po de dizer-se que, physicamente, nem to

dos tem morrido n'essa queda, mas não poderá contestar-se que, moralmente, nenhum tem escapado no juizo da Historia.

D. Maria II parecia ser uma leitora de Tocqueville, parecia ter aprendido com elle que «nenhum partido quer um bom governo.» Como a sua aspiração n'este ponto, era contraria ao desejo dos partidos, sustentou os governos do conde de Thomar com inteiro desprestigio para as campanhas que lhe moviam. Nas duas camaras, principalmente na dos pares, — a perversão de todas as normas de boa discussão chegou até ás pugnas mais violentas. Mas, por esse tempo, de fóra de Portugal, vinham exemplos que uma imitação servil procurava reproduzir. Era da camara, contemporanea d'essa, em França, que se tinha dicto: *ce n'est pas une Chambre, c'est un chenil*. Era *un chenil*, egualmente, essa camara portugueza, em que todos os assumptos que interessavam o governo do Estado eram supplantados pelos que visavam a abocanhar a reputação d'um homem, e em que a acção legislativa se julgava inferior á da exploração das calumnias mais torpes, que eram regalo das galerias só interessadas com o escandalo. Tinham bem a figura de cães raivosos os que, açulados pela imprensa, mordiam com desespero e ululavam com furia. Era bem uma matilha aquella que seguia o *Gago-Ladrão;* essa que depois d'atacar o ministro no que elle tinha de mai recondito — a vida intima, procurava alcançar a rainha no que ella tinha de mais sagrado — a sua honra de mulher, a sua fidelidade d'esposa, a sua dignidade de mãe.

Para resistir a tão descomedida campanha; para pôr o que ella julgava sêr o interesse d'um bom governo acima do que seria restrictamente o seu interesse pessoal; para substituir ao egoismo da

tranquillidade, com a transigencia, o proposito de não servir a ambição dos insignificantes exasperados, era preciso que essa Rainha tivesse um caracter bem forte, um animo bem varonil, uma bem alta comprehensão da sua missão de reinar. Se as circumstancias teem sido outras, se os tempos fossem para feitos heroicos e não para pugnas de bandos sem outro ideal grandioso, — essa mulher teria sido o chefe que os povos necessitam para a realisação d'uma epica epopêa. Era vasada nos moldes onde se formam os grandes fundadores d'imperios, — essa alma fortissima. Sabia querer, e sabia alentar os que a serviam dando manifestações de talento e propositos d'engrandecer a patria. Quando teve de ceder — foi a ultima a transigir. Foi preciso que ninguem quizesse luctar para ella desistir da lucta.

Os adversarios só poderam ganhar a segurança de que os seus exforços rancorosos não teriam de ser renovados, quando, mezes passados, a morte quebrou aquella vontade de ferro! E foi então que se viu bem a enormissima perda soffrida pela nação! As lagrimas d'um povo inteiro como que procuraram lavar as injurias brutaes dos que a tinham amargurado, — e em penitencia das culpas que os opprimiam, no cortejo enorme, desenrolando se através da cidade em interminaveis filas compactas, lá iam todos esses, com os olhos rasos d'agua e com os corações oppressos pela dôr e pelo remorso. Prestito funebre e apotheose glorificadora! Para que fosse completo o triumpho d'essa Morta, nem faltou a homenagem dos que lhe tinham disputado o throno em nome da legitimidade do direito historico — e o maior dos poetas d'esse partido vencido, João de Lemos, tirou da sua lyra suavissima, o mais bello dos seus cantos: *O Funeral e a Pomba.*

A outra figura, que o estudo ía fazendo destacar, ganhando proporções giganteas, dominando a toda a altura os seus contemporaneos,—era a do conde de Thomar. A lenda do seu auctoritarismo perseguidor, as historias da sua escandalosa corrupção, as origens do seu favoritismo em palacio, tudo isso se esvaía,—como quando o sol apparecendo por sobre o topo da montanha vai descerrando as nevoas do valle,—á medida que as occorrencias appareciam desnudadas da narrativa, interesseira, urdida pela especulação partidaria do seu tempo. «Para conseguir o apoio parlamentar — dizia-se — tivera sempre de falsear o suffragio». E contavam-se pavores das violencias com que eram arrastados, quasi que acorrentados como escravos, os que só davam o voto para escapar á prolongação do martyrio. Lenda! Quando cahiu, em 1851, governava com uma camara, que, quatro annos antes, em 1847, fôra formada pelo duque de Saldanha com a collaboração de José Cabral. Era a elle que se podiam imputar as responsabilidades dos desacatos por essa occasião? Lenda! O conde de Thomar estava em Madrid, d'onde só regressou mezes depois das eleições feitas. Antes d'isso, dois annos estivera fechado o parlamento,— e assim era preciso remontar a 1845, para explicar que em 1851 ainda sangravam as feridas das distanciadas violencias eleitoraes! «Os seus principios governativos, — dizia-se — assentavam em exorbitancias por toda a parte exercidas». Lenda! Nas camaras, principalmente na dos pares, a opposição era infatigavel. Accusavam-n'o do arrendamento do Alfeite, accusavam-n'o de trocar uma commenda por um caleche, accusavam-n'o do *affidavit*, — accusavam-n'o sempre, sem treguas nem quartel O que não appareceu nunca, porem, n'esse periodo, ali, foi a accusação d'essas pavorosas violencias, a accusação indignada d'esses

arranques de tyrannia. Teem d'ir procurar-se a um passado distante, a um periodo d'excepção, essas perseguições tão clamorosamente pregoadas depois. «As tendencias do conde de Thomar eram para a regressão ao regimen absoluto—disse-se.» Lenda! Quem se acamaradou com os absolutistas, quem os acceitou como correligionarics a pelejar nas mesmas fileiras, quem com elles transigiu, quem teve com elles a fraternidade no odio, e celebrou compromisso para mais tarde liquidar as conveniencias do regimen a adoptar, — foi a Junta do Porto, formada contra o cabralismo. O conde de Thomar não entregou aos partidarios de D. Miguel armas para combaterem portuguezes que serviam n'outro partido, — entregava-lhes logares para servirem o seu paiz, desde que se compromettessem a acceitar as instituições, que a nação conquistára á custa de muito sangue, em muitos annos de batalhas. «O conde de Thomar não hesitava na paga quando se tratava de corromper os que tinham voto no parlamento». Lenda! O conde de Mello, em conhecidos embaraços financeiros, veiu do Alemtejo para votar n'uma das questões que mais preoccupavam o governo. No corredor da camara abeirou-se do presidente do conselho, e entabolaram conversa:

— Vendo-o eu n'esta occasião, disse-lhe Costa Cabral, já sei que lhe devo agradecimento: vem votar comnosco.

— Ainda não pensei como votar. Venho do Alemtejo e quero saber, primeiro, *qual é no mercado o preço dos porcos*...

O conde de Thomar endireitou-se e seccamente retrucou:

— Ah! Sinto muito, — porque o governo não compra *porcos!*

Foi depois d'isto que o conde de Mello se juntou á opposição — como para a opposição foi tambem o

conde de Rio Maior, por não alcançar a grã-cruz da Conceição, que repetida e instantemente solicitou... e que só recebeu da revolução logo nos primeiros despachos, tambem como paga dos seus serviços!

Se as lendas d'um auctoritarismo insupportavel tombavam inanes, como cahiam as dàs afamadas peitas, — que eram menos do que malevolentes, porque só chegam a ser ridiculas, — a admiração pelo grande personagem que enche toda essa epoca com a sua poderosa inciativa, — nascia, crescia, firmava-se n'uma progressão constante. A genesis d'essa convicção póde sêr observada na successiva elaboração do livro, quando se foi vendo como em tudo elle labutou, como tudo pensou crear n'um paiz atrazado pela esterilisação que resultára, primeiro, da educação fradesca, depois, do abandono que fôra a consequencia da fuga de D. João VI para o Brazil, a que veiu, por fim, accrescentar-se a guerra para a conquista da liberdade politica e as luctas dos partidos para a conquista da supremacia das facções. A organisação administrativa e a judicial saíram, por obra sua, dos moldes antiquados, — que para a justiça remontavam até as Ordenações dos Filippes. Na politica a primeira lei eleitoral e logo com incompatibilidades moralidadoras do systema, é elle quem a entrega á discussão parlamentar. No fomento, a primeira estrada, o primeiro canal e regularisação dos rios, a primeira negociação para a construcção d'uma via ferrea, a primeira medida de iniciativa para o resurgimento das industrias nacionaes — é d'elle. Na educação, primaria e secundaria é seu o primeiro grande e methodico impulso. E' seu o recrutamento do professorado estrangeiro para ensino das bellas artes. E' seu o theatro nacional para escola de artistas e para incitamento e remuneraração á litteratura dramatica. E' seu o primeiro e

grande jardim de Lisboa, — o da Estrella. — como indicação precisa para a reforma do antigo Passeio. Nada escapa á perspicaz iniciativa d'esse homem! Tudo elle trabalhou para realisar... nos intervallos que lhe deixava a obrigação, parlamentar, de contestar as accusações das peitas e concussões!

A empanar as qualidades de esse grande ministro o que póde apresentar-se, com fundada verdade, é... a sua timidez em desprender-se das fórmas, do que depois se chamou «a politica juridica.» Por uma singular contradicção, — que ha-de ser apalpada por todos os que fizerem um estudo sobre os seus processos governativos, — a fraqueza do conde de Thomar resultou só da falta que lhe fez. . o defeito que os adversarios lhe attribuiam. Se tivesse merecido a accusação pelo arrojo arbitrario na imposição das suas ideias governativas, o conde seria um ministro tão grande como Pombal, n'uma epocha e com um systema politico em que era mais difficil a remodelação do paiz. Mas não! A dictadura apavorava o!

A lei era-lhe indispensavel. Para a alcançar, sustentava violentissimas batalhas. Triumphava, mas ficava extenuado pela lucta. As forças gastavam-se-lhe a procurar ter aquillo que lhe faltava, e já não tinha alento para poder realizar o que queria, quando chegava, afinal, a hora tardia da execução de tantos dos seus projectos! A lei d'imprensa, a «lei das rolhas,» é, entre muitos, um exemplo caracteristico. Convulsionou o paiz inteiro que se levantou a defender a imprensa. Provocou as resistencias mais fundas e cavou inimisades sinceras, convictas, apaixonadas, mesmo entre os que andavam arredados e indifferentes ás luctas dos politicos. Nos debates, que assim tinham o reflexo da opinião exaltadissima, teve de sacrificar a unidade do pensamento, teve de retalhar a

ideia geradora. Alcançou a lei, afinal, — mas era como se entregassem o pesado montante de D. João I a um anemico mandado a retemperar forças nas montanhas da Suissa! Faltava-lhe já o braço para auxiliar a coragem. O espadão, depois de exhibido, — para espanto dos que com tanto susto o tinham visto nú — teve de voltar de novo para a bainha. E' que o proprio ministro, que tinha feito a lei com essa terribilissima cousa que se chamava *jury especial*, viu-se obrigado a apresentar uma nova lei refundidora... para que o jury especial fosse jury commum, onde houvesse jury commum e não podesse haver jury especial!

Tal era a... psychologia politica d'este legalista obstinado!

Apaixonado pelo parlamento, comprazia-se com a larguissima discussão, em estirados mezes. A sua sala d'armas era ali. Para a boa hygiene do espirito era-lhe indispensavel aquella esgrima prolongada. Quem, pois, se lhe pozesse na frente tinha a certeza d'encontrar um *partner*, decidido, para o jogo.

As boas estocadas, porém, é que nem sempre obedeciam ás boas regras. O principe de Lichnowsky, notando-lhe esse defeito, recommendára-lhe a moderação, citando-lhe o exemplo de Thiers — mas no exemplar que o amavel polaco lhe indicava, tinha o conde de Thomar boa defeza, por que Thiers, na camara, pertendera esbofetear Lamartine. Não tinham chegado aqui a taes extremos os duellos que o conde de Thomar teve imminentes com o conde de Lavradio e com Sá da Bandeira — e de certo, por não ter havido tentativa de vias de facto, é que não houve seguimento nas pendencias, por duas vezes renovadas.

Quando uma revolução de sargentos e agiotas — uns para ganhar a banda e outros para ganharem

negocios — conseguiu atirar do governo a maior individualidade que andava na politica portugueza, appareceu, desde logo, o vasio enorme e impreenchivel que esse afastamento produzia. Quem o substituia? Quem podia chegar á sua medida na craveira das qualidades complexas que são precisas a um grande estadista? Rodrigo? Joaquim Antonio d'Aguiar? O professor em rabulices ou o professor de direito romano? Se a desforra no parallelo com os homens era assim completa para o conde de Thomar, o desforço na comparação dos processos governativos, nem se demorou, nem foi de menor lição. Os que o accusavam de desrespeito pela lei, violaram desde logo a lei das leis, a Constituição, inaugurando a serie prolongada das suas dictaduras — e usando d'esse recurso supremo para cousas minimas, ou de notavel desprestigio, como foi a de forçar as portas da camara dos pares para metter lá o marquez de Vallada, e os outros, herdeiros dos que tinham tomado assento nos Tres Estados, que depois d'uma discussão larga, tinham visto regeitada a allegação de direitos não existentes. Os que o accusavam de suspeita e concussão, viam-se obrigados a deixar ir um collega, — o conselheiro Silva Ferrão, — dos bancos do governo para o banco dos tribunaes, onde o guarda-livros do contracto dos Tabacos, e muitos outros, testemunharam ter visto a seguinte nota no *Diario* da escripturação da Companhia:

«— *Lucros e perdas devem a papeis de credito .. 2:903$600 réis.*

«Por sete documentos que mostravam divida de «Francisco Fernandes da Silva Ferrão, procurador «da Fazenda, e que se achavam a debito d'esta «conta, os quaes *foram exigidos* pelo mesmo Fer«rão, e a *elle entregues*, em doze do presente mez,

«*em consequencia da dependencia* que o Contracto «*ainda desgraçadamente d'elle tem.*»

A este episodio, ruidoso e logo succedido, — e de molde a enquadrar bem o que era a *moralidade no poder*, — vieram juntar se os emprestimos sem concurso nem publicidade, as operações mixtas, em que o governo recebia, a prasos e nos seus proprios titulos, cobrando 300 contos e pagando 450! E, como esta as demais negociações com o *Banco de Portugal* — que agora reinava omnipotente e fazia todas estas rendosas operações, para as quaes inventára o brasileiro Fonseca!

Ao menos a *camarilha* destruida servia agora de compensação a taes occorrencias? As disillusões n'esta parte ainda eram mais accentuadas. A *camarilha* do Paço fôra substituida pela *camarilha* dos ajudantes d'ordens do marechal. Eram elles quem tudo mandavam, eram elles... que tudo devoravam: dinheiro e empregos, honrarias e direcção governativa. O rebaixamento, n'esta queda para as influencias subalternas, trazia já indignados os que antes se mostravam resentidos. O P.e Marcos, ao menos, era menos espectaculoso do que o ajudante Ximenes!

Os juristas alcançavam satisfação aos seus desejos? Qual! A poucos dias da abertura do parlamento, o governo, sem consultar ao menos a Junta do Credito Publico, suspendia por um anno o pagamento dos juros e amortisação da divida fundada, interna e externa. Os prejudicados reuniam, e, em assembléa agitadissima, Pinto Coelho declarava que era preciso atirar pela janella fóra, como se fizéra a Miguel de Vasconcellos, o ministro que levantára mão ousada contra os credores do Estado. Se este, como partidario do regimen absoluto, optava pelo correctivo violento, outros, inspirados nos processos aprendidos nas campanhas contra o conde de Tho-

mar, explicavam como nos dous ministerios, já formados depois da sua queda, os argentarios dominavam e inspiravam tudo. Quando, primeiramente, os do Banco governaram, os dos Tabacos fizeram expulsar Silva Ferrão, denunciando a famosa nota existente na sua escripturação. Alcançado este triumpho, não se quedaram sem nova manifestação da sua omnipotencia, e na segunda phase do governo regenerador impozeram a entrada do ministro Fontes, que na sessão anterior se revelára seu agente e era agora afilhado reconhecido.

Ganhára-se, sequer, a tranquillidade publica e a tranquillidade no exercito? Qual! As ruas de Lisboa eram campos de batalha. Na Bica, na rua da Rosa, na Patriarchal, em mil outros sitios, as luctas eram de todos os dias. O povo e a tropa, municipaes e guardas nacionaes, de diversas procedencias politicas, batiam-se com afinco, com a raiva das antigas luctas em Verona, com o desespero de Montecchios contra Capulettos! Com a tropa, nos quarteis, ainda era peor! A guarnição d'Elvas ameaçava, com uma confidencial, imperativa, dirigida pelos commandantes ao ministro da guerra; em Beja, os officiaes do 11 demittiam e recambiavam, com escolta, o governador civil; no Porto a contra-revolução dependeu de muito pouco; aqui, em Lisboa, a sublevação chegou a rebentar, no Castello, com o 5 e com o 2, e foi preciso prender duas duzias de sargentos — que tambem queriam ganhar a banda com a revolução, — assim como foi necessario tirar o 16, e fazer uma grande contradança com o cambio de quartel de quasi todos os regimentos do paiz! Como em todas as revoluções que véem pelo exercito, era pelo exercito que essa ameaçava morrer.

O crime levantava-se para punir o crime? Qual!

Os que não tinham tido partilha nas promoções, o que queriam era abrir de novo o inventario .. para concorrerem á herança. Era uma desesperada contenda: os que estavam nas fileiras, julgavam-se preteridos pela entrada dos que estavam na 3.ª secção, os que tinham mostrado qualquer tendencia septembrista, vociferavam porque se não apressavam a julgar isso bastante para lhes dar um posto d'accesso. Alem d'estes havia uma outra especie de desesperados tramando nova revolta: eram alguns dos proprios que de sargentos tinham passado a alferes! Achavam pouco, para o merito demonstrado; tendo provado a excellencia do prato que lhes fôra servido, pediam repetição do *rancho* na cantina dos pronunciamentos!

Ah! o conde de Thomar principiava a estar bem vingado! E o seu grande, o seu implacavel accusador, o que na imprensa mais intelligentemente dirigira todas as campanhas, o que mais contribuiu para falsear a verdadeira historia d'esse grande ministro e de todo o inutilisou para a vida de governo — merece bem que a Historia lhe dê a mesma denominação com que Guizot marcou Villemain:

— O Sampaio, da *Revolução*, foi... um grande malfeitor intellectual!

Falta fallar aqui do terceiro grande personagem no periodo que n'estes dous volumes estudámos. Será, porém, preciso accentuar, como depois da revolução a que o instigára a paixão pessoal, Saldanha se apoucou no conceito, que mesmo como politico e parlamentar antes tinha merecido? Não insistiremos — não devemos insistir...

Na hora actual os povos accentuam, por toda a

parte, a tendencia patriotica para levantar na sua historia os grandes personagens, os que mais preencheram a epocha em que tiveram d'influir, os que melhor justificam, no passado, a razão de ser da nacionalidade. O jingoismo, o imperialismo — todas essas formulas que procuram traduzir um ideal, — assentam, como base, na reivindicação da gloria para aquelles que, nos periodos que antecederam, mostraram, pelas qualidades d'excepção, a vitalidade e o poderio da raça. D. Maria II, o conde de Thomar e Saldanha, são bem, na epocha que reproduzimos, as tres grandes figuras dominantes, exprimindo — a força de vontade em quem manda, a força da iniciativa em quem governa, a força da coragem em quem batalha. No novo Evangelho dos povos, são estas as qualidades dadas como exemplo, para o culto sagrado, para o culto que reclama a canonisação da Donzella d'Orleans, — e que até na Suecia, paiz de sonho e de neve, encontra propagandistas ardentes e crentes enthusiastas, de que é exemplo o novo livro de Verner von Heidenstam, — que, na sequencia dos extraordinarios *Carolins*, se denomina *A epopéa do rei.*

18 julho-3 dezembro. — Lisboa.

INDICE DO TOMO SEGUNDO

LIVRO TERCEIRO

(1849)

LIVRO QUARTO

(1850)

LIVRO QUINTO

(1851)

ERRATA

Pomos aqui uma unica errata, — não por que algumas não houvessem de se fazer, se se não contasse com a benevolencia do leitor, — mas por que esta representa a homenagem devida a uma mulher bonita: não é *Persali*, é *Persoli* a linda actriz do theatro de D. Fernando de quem se falla no capitulo VIII do livro IV.